

ILMO. SR. DR. ADMINISTRADOR JUDICIAL HELCIO CASTRO E SILVA DA COMARCA DE
FLORES DE GOIÁS ESTADO DE GOIÁS.

14.3.19
04.10.3.19

Processo nº: 367199-62.2012.8.09.0181 (201203671991)

Recuperação Judicial

PRIMAZIA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA

CREDITO PRIVADO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11502169/0001-66, com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/nº. Prédio Prata, 4º Andar, CEP 06.029-900, Vila Yara, Osasco, São Paulo, neste ato representado pela sua administradora, BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, por seus advogados infra-assinadas (docs. 01, 02 e 03), vem, respeitosamente à presença de V.Exa., com fundamento no artigo 7º e seguintes da Lei nº 11.101/05, com o acato de estilos, nos autos da Recuperação Judicial ajuizada por **ATAC PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA LTDA e OUTROS**, divergir quanto a relação de credores anexada aos autos pelas Recuperandas, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

1) Do negócio jurídico entre as partes

PRIMAZIA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA

CREDITO PRIVADO, "Fundo Primazia", é credor das empresas Recuperandas em decorrência Cédulas de Crédito Imobiliário Série Única – "CCI", cujo instrumento restou lavrado aos 29 de dezembro de 2010, no importe de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões reais), com fluxo de pagamento fixado em 31 parcelas com início em 21/08/2011 e término em 21/10/2015.

A "CCI" emitida pela Recuperanda Atac Participação e Agropecuária Ltda., cujas garantias são prestadas por Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, Crédito Imobiliário com hipoteca constituída por pessoa física, bem como figuram como fiadores Alberto Coury Junior, Maria Ines Corbucci Coury, Tatiana Corbucci Coury Farias Santos, Roberlo Faria Santos Filho, Carlos Alberto De Barros e Alda Participação e Agropecuária S.A., fora adquirida pelo Primazia - Fundo De Investimento Em Renda Fixa Crédito Privado ("Fundo Primazia") por meio do balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP") conforme autoriza o preâmbulo da "CCI" na Cláusula Décima Quinta, e também a determinação contida no artigo 22 da Lei nº 10.931, de 02/08/04.

Considerado que o edital publicado aos 26/02/2013, consoante determinação artigo 52, § 1º da Lei nº 11.101/05, restou anotado na lista de credores apresentada pelas Recuperandas crédito em favor do "Fundo Primazia" na classe dos Credores Quirografários, anexo III, no importe de R\$ 18.521.427,54 (dezento milhões, quinhentos e vinte e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

Depreende-se que as Recuperandas quando da elaboração da lista de credores, incorreram em erro ao descrever o valor inferior ao débito devidamente atualizado, nos termos do artigo 51 da lei 11.101/05, tendo em vista que a dívida perfaz o montante de R\$ 24.787.236,76 (vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e seis reais e setenta e seis centavos), conforme planilha anexa.

Soliente, ainda, que realizaram a classificação dos créditos de forma equivocada, senão vejamos:

2) Da Classificação do Crédito

Conforme mencionado anteriormente, as Recuperandas equivocadamente inseriram o crédito existente em favor do "Fundo Primazia" na classe de quirografários.

Nesse sentido, necessário se faz esclarecer no corpo da "CCI", restou anotado em garantia Cessão Fiduciária de Aplicações financeiras conforme dispõe a Cláusula 1º e a Cláusula 6º, item "B" do Título de Crédito, in verbis:

CLÁUSULA 1. DAS DEFINIÇÕES

• **Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras:** cessão fiduciária das Aplicações financeiras em favor do CREDOR, constituída cedularmente pela EMITENTE nos termos desta Escritura de Emissão.

(...)

CLÁUSULA 6. GARANTIAS

(...)

"6.10 A EMITENTE cede fiduciariamente, neste ato, em favor do CREDOR as Aplicações Financeiras, nos termos da legislação em vigor, em especial o artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, arts. 18 a 20 da Lei nº 9.514/1997 e das Cláusulas ora pactuadas.

(...)"

Destacando que relata de dívida devidamente garantida por cessão fiduciária.

É cediço que os direitos creditórios e os títulos de crédito estão inseridos na exceção do artigo 49, § 3º da Lei nº 11.101/05, pois são direitos pessoais de caráter patrimonial, logo, para todos os efeitos legais, são bens móveis, nos termos dos artigos 82 e 83 do Código Civil, *in verbis*:

"Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

(...)

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial.

(...)

Art. 82: São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Art. 83. Consideram-se móveis para os efeitos legais:

I - as energias que tenham valor econômico;

- II - os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;
- III - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.¹⁴

Desta feita, urge observar que a classificação do presente crédito não restou corretamente realizada, pois se devidamente analisada suas características, nos termos do artigo 49, § 3º da Lei nº 11.101/05, o crédito que não está sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial em razão da garantia por cessão fiduciária, este está inserido nos créditos classificados como extraconcursais.

A corroborar o entendimento acima explanado, no sentido de que dívida garantida por cessão de crédito fiduciário não está sujeita aos efeitos da Recuperação judicial o Superior Tribunal de Justiça, aos 05 de fevereiro de 2013, posicionou nos termos abaixo transcritos:

"A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu decisão em favor de instituição bancária para que fossem excluídos dos efeitos da recuperação judicial os créditos que possuem garantia de cessão fiduciária.

O entendimento é que o crédito fiduciário se insere na categoria de bem móvel, prevista pelo artigo 83 do novo Código Civil, de forma que incide nesses créditos o artigo 49, parágrafo 3º, da Lei 11.101/05. A cessão fiduciária de crédito, também chamada "trava bancária", é garantia oferecida aos bancos para que empresas obtenham empréstimos para fomentação de suas atividades. Discutiu-se, no caso, a possibilidade de inclusão desses créditos no plano de recuperação das empresas. A cessão fiduciária de título dado em garantia de contrato de abertura de crédito tem por base o artigo 66-B da Lei 4.728/65, com a redação dada pela Lei 10.931/04. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), ao apreciar a matéria, havia entendido que os valores estavam sujeitos ao plano de recuperação das empresas, por não estarem inseridos nas exceções estipuladas pelo parágrafo 3º do artigo 49 da Lei 11.101.

Duplicatas

Nos autos de uma recuperação judicial, a 2ª Vara Civil da Comarca de Linhares (ES) determinou a inclusão de créditos bancários que estavam garantidos por cessão fiduciária de duplicatas mercantis, em benefício de uma indústria moveleira. O banco impugnou o edital com o argumento de que haveria violação do artigo 49, parágrafo 3º, da Lei 11.101; do artigo 66-B da Lei 4.728 e dos artigos 82 e 83 do Código Civil. A Lei 11.101 excepciona alguns casos que não estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, entre eles o de "credor titular da posição de

proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis". Para a relatora, ministra Isabel Gallotti, a interpretação que fez da expressão "bens móveis" contida na lei encontra respaldo no artigo 83 do Código Civil, segundo o qual se consideram móveis os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

Gallotti admitiu que a opção legislativa coloca os bancos em situação privilegiada em relação aos demais credores e dificulta o plano de recuperação das empresas. Mas não seria possível ignorar a forte expectativa de retorno do capital decorrente desse tipo de garantia, ao permitir a concessão de financiamentos com menor taxa de risco, induzindo à diminuição do spread bancário, o que beneficia a atividade empresarial e o sistema financeiro nacional como um todo. (...)(REsp 1263500, Min. MARIA ISABEL GALLOTTI).¹

Nesta esteira, cumpre trazer à baila os esclarecimentos firmados pelo D. Juiz de Direito Dr. Carlos Roberto Fávaro, em decisão prolatada em 01 de janeiro de 2013 nos autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 318180-48.2012.8.09.0000 (201293181803) em trâmite perante o Tribunal de Justiça de Goiás, a saber:

"No momento em que a cessão fiduciária é modalidade de negócio fiduciário, da qual também faz parte a alienação fiduciária, evidente que àquela também deve ser aplicada a regra contida no artigo 49, § 3º, da Lei 11.101/2005.

Assim, a cessão fiduciária de títulos de crédito em garantia é expressamente prevista no § 3º, do art. 66-B, da Lei nº 4.728/65, e, mediante endoso, transtere ao credor fiduciário a propriedade resolutiva dos títulos, com as aplicações de todos os princípios do direito cambiário, desde que ao pacto fiduciário seja dada publicidade, com o competente registro, conforme disposto nos artigos 1.361, § 1º do Código Civil, e 42, da Lei nº 10.931/2004, a fim de surtir efeitos contra terceiros." (grifos nossos)

Em sentido idêntico são inúmeras as decisões proferidas pelo poder judiciário, conforme passamos a colacionar:

"E, em se tratando de dívida garantida por cessão fiduciária, não é ela atingida pelos efeitos da recuperação; entre eles o da suspensão da execução. Que deverá, portanto, prosseguir." [decisão proferida nos autos do processo nº 068.01.2010.020908-4, em trâmite perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Barueri, às fls.356 verso, aos 14/03/2012.] (grifos nossos)

¹ http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=108594

"O crédito do banco-fiduciário, representado por duplicatas, cedidas por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios, não se submete aos efeitos da recuperação judicial, de modo que legítimo é o protesto delas para serem cobradas pelo cessionário (Agravo de Instrumento, 0023409-88.2012.8.26.0000, Relator Maura Ribeiro, TJSP, DJ 29/03/2012).

Recuperação judicial. Cédula de crédito bancário com anexo de cessão fiduciária de direitos de crédito. Os direitos de créditos são bens móveis para os efeitos legais (art. 83, III, do CC) e se incluem no § 3º do art. 49 da Lei 11.101/2005. Aplicação do disposto no art. 49, § 3º, da Lei 11.101/2005. Inexistência de omissão. Por evidente, e como decorre de texto expresso de leis, a garantia prevalece até a liquidação do crédito garantido (art. 18 da Lei 9.514/97 e art. 2º, caput, do Decreto-lei 911/69). Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 0338551-64.2009.8.26.0000, Relator(a): Romeu Ricupero, Data do julgamento: 06/04/2010, TJSP)

O proprietário fiduciário não pode ser indisponibilizado do seu crédito, que se insere na exceção prevista no § 3º, do artigo 49, da Lei nº 11.101/2005, o qual expressamente exclui dos efeitos da recuperação judicial os direitos decorrentes da cessão fiduciária." / TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0025155-88.2009.8.19.0000, Rel. Des. JACQUELINE MONTENEGRO, 20ª Câmara Cível, j. 14/10/2009] (grifos nossos).

Portanto, resta evidenciado que o crédito em análise, não está sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, razão pela qual deve ser classificado como **extraconcursal** e excluído do rol de credores.

3) Do Pedido

Dante de todo o exposto, serve a presente para apresentar divergência e requerer que seja retificada, nos termos do artigo 8º da Lei 11.101/05, a classificação do crédito, a saber: crédito não sujeito aos efeitos da recuperação judicial denominado **EXTRACONCURSAL**, pois garantido por cessão fiduciária, nos termos do artigo 49, § 3º da Lei nº 11.101/05, bem como seja registrado o valor devidamente atualizado do crédito que perfaz a montante de **R\$ 24.787.236,76** (vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e seis reais e setenta e seis centavos)

A fim de comprovar as alegações formuladas, junta aos autos Certidão lavrada pelo 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo do registro da Escritura Particular de Emissão Privada de Série Única de Cédula de Crédito Imobiliário, comprovante de pagamento da aquisição

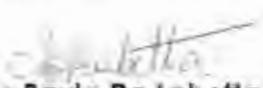
do crédito pelo "Fundo PrímaZia", Procuração, Atos Regulatórios do "Fundo PrímaZia", Alas da Administradora, planilha de cálculos.

Por oportuno, requer que todas as publicações sejam realizadas no nome da advogada Ana Paula Silveira de Labetta, inscrita nos quadros da OAB/SP sob o nº 174.839.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

De São Paulo para Flores de Goiás, 12 de março de 2013.


Ana Paula De Labetta
OAB/SP 174.839

Denise Isidora Ferreira
OAB/SP 291.439

PROCURAÇÃO

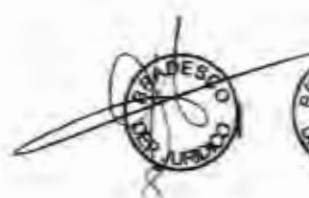
Pelo presente instrumento de procuração, o **PRIMAZIA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO**, com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Prata, 4º andar, CEP 06.029-900, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº. 11.502.169/0001-66, neste ato representado por sua administradora, **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, doravante designada ("Outorgante"), nomeia e constitui seus bastantes procuradores os seguintes: **CAIO SANTOS ABREU**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 705.508; e **MARCIO MAIA DE BRITTO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 205.984, ambos com escritório na Rua Tabapuã, nº 111, 11º andar, CEP 04533-010, Itaim Bibi, na cidade e Estado de São Paulo, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicia", em qualquer julzo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-los nas ações contrárias, seguindo umas e outras, até decisão final, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, ainda em conjunto ou separadamente, independentemente da natureza de tais negociações, podendo ainda, substabelecer esta a outrem com reservas de igualis poderes, dando tudo por bem, firme e valioso, especificamente para representar o Outorgante no processo de recuperação judicial da **ATAC PARTICIPAÇÕES AGROPECUÁRIA S/A** e da **CBB - COMPANHIA BIOENERGÉTICA BRASILEIRA S/A**.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2013.

Alexandre da Silva Glüher

PRIMAZIA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO

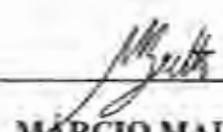
REPRESENTADO POR SUA ADMINISTRADORA BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE SUBSTABELECIMENTO

MÁRCIO MAIA DE BRITTO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 205.984, com o escritório na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 111, 11º andar, CEP 04533-010 (“Substabelecente”), neste ato, substabelece, com reserva de iguais, a **DENISE ISIDORA FERREIRA**, brasileira, solteira, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº OAB/SP 291.439 e a **ANA PAULA SILVEIRA DE LABETTA**, brasileira, casada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 174.839, ambas com escritório na cidade e Estado de São Paulo, na Rua James Watt, 142, cj. 161, (“Substabelecidas”), os poderes que lhe foram outorgados por **PRIMAZIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO**, com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Prata, 4º andar, CEP 06.029-900, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº. 11.502.169/0001-66, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula “*ad judicia*”, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-los nas ações contrárias, seguindo umas e outras, até decisão final, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda, substabelecer esta a outrem, com reservas de iguais poderes, dando tudo por bem, firme e valioso, especificamente para representar o Outorgante no processo de recuperação judicial da **ATAC PARTICIPAÇÕES AGROPECUÁRIA S/A** e da **CCB – COMPANHIA BIOENERGÉTICA BRASILEIRA S/A**.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013.



MÁRCIO MAIA DE BRITTO

**Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012**

Capítulo I – Do Fundo

Artigo 1º – O PRIMAZIA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, doravante designado “FUNDO”, constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, é regido por este Regulamento, pela Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004 (“ICVM 409”), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), pelas disposições legais aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, bem como pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Capítulo II – Do Público Alvo

Artigo 2º - O FUNDO destina-se a receber exclusivamente os investimentos da **GEAP - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** (“Fundação” ou “COTISTA”), Entidade Fechada de Previdência Complementar (“EFPC”), por intermédio de um único fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento, doravante designado Cotista, investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da ICVM 409.

Parágrafo Único – Fica dispensada a elaboração de Prospecto pela ADMINISTRADORA, por tratar-se de fundo destinado exclusivamente a investidores qualificados.

Capítulo III - Da Administração

Artigo 3º – O FUNDO é administrado pela **BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, credenciada pela CVM, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ora denominada “ADMINISTRADORA”, com sede social na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP.

Parágrafo Primeiro - Os serviços de gestão da carteira serão realizados pela **VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S/A**, com sede na Al. Rio Negro, 161, 2º andar, módulo 204 - Alphaville Barueri, SP, inscrita no CNPJ/MF sob no 04.330.895/0001-83, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de ativos financeiros por meio do Ato Declaratório nº 9233, de 27 de março de 2007, doravante denominada como GESTORA.

Parágrafo Segundo - A GESTORA, observadas as disposições da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 (“Resolução 3.792/09”), da ICVM 409/04 e deste Regulamento, detém, com exclusividade, todos os poderes de gestão da carteira, assim entendidos os de seleção, avaliação, aquisição, alienação, subscrição, conversão, permuta e demais direitos, inerentes aos ativos financeiros assim definidos no Parágrafo Primeiro, do Artigo 2º da ICVM 409.

Regulamento de Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do previsto no Parágrafo anterior, a GESTORA, procederá com a verificação dos seguintes aspectos:

- a. FILOSOFIA DE INVESTIMENTO:** de modo a confirmar a adequabilidade dos ativos financeiros alocados na carteira do FUNDO ao objetivo deste;
- b. PROCESSO DE INVESTIMENTO:** de modo a confirmar se o processo de investimento utilizado produz resultados eficazes, bem como se os instrumentos oferecidos pelo mercado estão sendo utilizados de forma a garantir um adequado controle de riscos;
- c. FOCO NO PROCESSO:** de modo a verificar se as transações efetuadas na carteira do FUNDO encontram-se em aderência com a política de investimentos prevista neste Regulamento;
- d. CARTEIRA:** de modo a verificar se o procedimento de análise minuciosa dos ativos financeiros integrantes da carteira foi realizado adequadamente, relativamente a liquidez, diversificação e rentabilidade que seja o parâmetro do FUNDO, risco de crédito e *duration*, derivativos utilizados, adequação às decisões de política de investimento e das instâncias decisórias internas da GESTORA, e conformidade legal, entre outros; e
- e. CONTROLES DE RISCOS:** revisão dos critérios de controle de riscos, especialmente os riscos de crédito e de mercado.

Parágrafo Quarto - A GESTORA, sempre que solicitado pela ADMINISTRADORA e/ou pela GEAP, deverá demonstrar a utilização dos aspectos acima descritos que fundamentem a sua tomada de decisões na alocação dos ativos financeiros previstos neste Regulamento.

Parágrafo Quinto - O processo decisório de análise e seleção de ativos da GESTORA é resultado da avaliação dos diversos cenários econômicos, políticos e financeiros do mercado interno e externo, elaborados em comitês estratégicos e de investimento, que abrangem vários aspectos de gestão. Os comitês são formados pelos gestores, membros dos departamentos de análise e gestão da GESTORA.

Parágrafo Sexto - A avaliação realizada no processo decisório previsto no Parágrafo anterior inclui a obrigatoriedade da GESTORA verificar a integridade e o desembaraço das garantias vinculadas aos ativos financeiros selecionados, em especial aos ativos de crédito, sendo essa verificação realizada pela GESTORA na aquisição do respectivo ativo e, periodicamente, durante o período em que este integrar a carteira do FUNDO, de modo a assegurar as melhores condições para o FUNDO e, consequentemente, para o Cotista.

Parágrafo Sétimo - As atividades de escrituração da emissão e resgate de cotas, tesouraria e de controle e processamento e custódia dos ativos financeiros são realizadas pelo Banco Bradesco S.A., com sede social na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP,

**Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012**

inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, doravante denominado "CUSTODIANTE".

Parágrafo Oitavo - Os ativos financeiros deverão ser admitidos a negociação em bolsa de valores, de mercadorias e futuros, ou registrados em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira devidamente autorizado pelo BCB ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência.

Parágrafo Nono - Os serviços de auditoria independente serão prestados pela KPMG Auditores Independentes.

Capítulo IV - Dos Serviços de Administração e Demais Despesas do Fundo

Artigo 4º – Pela prestação dos serviços de administração do FUNDO, que incluem a gestão da carteira, as atividades de tesouraria e de controle e processamento dos ativos financeiros e a escrituração da emissão e resgate de cotas, o FUNDO pagará o percentual anual fixo de 0,415% (quatrocentos e quinze milésimos por cento) sobre o valor de seu Patrimônio Líquido, ("Taxa de Administração"), que será distribuída da seguinte forma:
I - 0,01% (um centésimo por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, a título de taxa de administração, compreendendo as atividades de administração, tesouraria e de controle e processamento dos ativos financeiros e a escrituração da emissão e resgate de cotas e dos ativos integrantes da carteira do FUNDO; e

II - 0,405% (quatrocentos e cinco milésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, a título de gestão da carteira do FUNDO.

Parágrafo Primeiro - A Taxa de Administração é calculada e provisionada diariamente à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) da porcentagem referida nos incisos acima sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do FUNDO, e será paga pelo FUNDO, mensalmente, por períodos vencidos.

Parágrafo Segundo - Além da Taxa de Administração estabelecida no "caput", o FUNDO estará sujeito às taxas de administração dos fundos nos quais o FUNDO venha a investir.

Artigo 5º – O FUNDO não possui taxa de performance, ingresso e/ou saída.

Artigo 6º - Constituem encargos do FUNDO, as seguintes despesas que lhe podem ser debitadas diretamente:

I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

II - despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas na regulamentação vigente;

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

III - despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações à COTISTA:

IV - honorários e despesas do Auditor Independente:

V - emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO:

VI - honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;

VII - parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;

VIII – despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente dos ativos financeiros do FUNDO.

IX despesas com custódia e liquidação de operações com ativos financeiros e modalidades operacionais da carteira do FUNDO; e

X - despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados de recibos de depósito de valores mobiliários.

Parágrafo Único - Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDÓ correm por conta da ADMINISTRADORA, devendo ser por ela contratadas.

Capítulo V - Da Política de Investimento, dos Fatores de Risco e de seu Gerenciamento

Artigo 7º - O objetivo do FUNDO consiste na aplicação de recursos em títulos da dívida pública, contratos derivativos, Cédulas de Crédito Bancário (CCB), Certificados de Cédula de Crédito Bancário (CCCB) ou Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI), subordinando-se aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos neste regulamento e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Primeiro - O FUNDO buscará retorno por meio de investimentos em ativos de renda fixa (sendo aceitos títulos sintetizados através do uso de derivativos), utilizando estratégias que impliquem em risco de juros do mercado doméstico e índice de preço, excluindo estratégias que impliquem em risco de moeda estrangeira e renda variável.

Parágrafo Segundo – De acordo com as normas em vigor e práticas adotadas pela ADMINISTRADORA, todos os ativos, inclusive instrumentos de derivativos, integrantes das carteiras do FUNDO devem ser avaliados, diariamente a preços de mercado, exceto os ativos financeiros classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento". Os preços dos ativos e derivativos são formados diariamente, conforme as expectativas do mercado financeiro, em função das condições políticas e econômicas. Independentemente da negociação dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, a

**Regulamento do Príma Fondo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012**

Artigo 9º - O FUNDO obedecerá, ainda, aos seguintes parâmetros de investimento:

- I** - As operações com derivativos em bolsa de valores e em bolsa de mercadorias e de futuros podem ser realizadas desde que, exclusivamente, na modalidade “com garantia”;
- II** - Para as operações no mercado de derivativos, deverá ser observado depósito de margem limitado a 15% (quinze por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal e ativos financeiros de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BCB. Os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas não serão considerados para a verificação deste limite;
- III** - As operações compromissadas devem integrar o cálculo dos limites estabelecidos em relação aos ativos e por emissor, exceto quando lastreadas em títulos públicos federais, ou quando de compra, pelo FUNDO, com compromisso de revenda com garantia de liquidação por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, ou cuja aquisição tenha sido contratada com base em operações a termo, tendo o vendedor, quando da contratação da operação, a propriedade ou a certeza da mesma até a data de liquidação do termo;
- IV** - Os ativos financeiros componentes da carteira do FUNDO poderão não contar com liquidação financeira obrigatória, desde que a ADMINISTRADORA tome as medidas e contrate as garantias necessárias para, preservando os direitos do FUNDO, impedir o ingresso em sua carteira de ativos diversos dos ativos financeiros admitidos nesse capítulo;
- V** - Os percentuais referidos neste capítulo devem ser cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do FUNDO do dia imediatamente anterior, observada a consolidação das aplicações do FUNDO com as dos fundos investidos, se houver.
- VI** - O FUNDO poderá realizar operações tendo como contraparte, direta ou indireta, a própria ADMINISTRADORA, GESTORA, empresas a elas ligadas, carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento por eles administrados.

Parágrafo Primeiro - É vedado ao FUNDO:

- (i) adquirir ativos financeiros negociados no exterior;
- (ii) realizar operações no mercado de derivativos que permitam alavancagem da sua carteira ou seja, operações cujo valor seja superior ao patrimônio do FUNDO;
- (iii) aquisição de ativos diferentes dos descritos na modalidade de ativos no quadro acima do Artigo 8º;
- (iv) adquirir títulos de emissão da GESTORA e/ou da ADMINISTRADORA, sem prejuízo da possibilidade do FUNDO adquirir títulos de emissão de empresas coligadas à GESTORA e/ou ADMINISTRADORA;

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

- (v) realizar operações a descoberto;
- (vi) realizar operações denominadas *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do FUNDO possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;
- (vii) adquirir quaisquer ativos de renda variável, exceto as CCB's emitidas por Sociedade de Propósito Específico na forma da Resolução CMN nº3792/2009;
- (viii) realizar operações que envolvam moeda estrangeira;
- (ix) realizar operação de empréstimo de ativos financeiros nas modalidades tomadora.

Artigo 10 - Serão considerados títulos de renda fixa de baixo risco de crédito aqueles que possuam o nível mínimo das agências de classificação de risco constantes da tabela abaixo que tenham realizado "rating" da emissão. Dessa forma, a existência de uma nota abaixo do patamar mínimo para um determinado título, atribuída por qualquer das referidas agências que tenham realizado o "rating", implica necessariamente em não classificá-lo como baixo risco de crédito. Para tanto são estabelecidos e admitidos os seguintes níveis mínimos de "Rating", devendo todos ser em escala nacional:

Empresas de rating	Nota atribuída à Emissão	
	Baixo Risco de Crédito	Médio/Alto Risco de Crédito
Standard & Poor's	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB, BBB-	BB+, BB, BB-, B+, B, B-, CCC+, CCC, CCC-, CC, C
Moody's	Aaa, Aa1, Aa2, Aa3, A1, A2, A3, Baa1, Baa2, Baa3	Ba1, Ba2, Ba3, B1, B2, B3, Caa1, Caa2, Caa3, Ca, C
Fitch Rating	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB, BBB-	BB+, BB, BB-, B+, B, B-, CCC+, CCC, CCC-, CC, C
SR Rating	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB	BBB-, BB+, BB, BB-, B+, B, B-, CCC+, CCC, CCC-, CC, C
LF Rating	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB	BBB-, BB+, BB, BB-, B+, B, B-, CCC+, CCC, CCC-, CC+, CC, CC-, C+, C, C-
Austin Asis	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB	BBB-, BB+, BB, BB-, B+, B, B-, CCC+, CCC, CCC-, CC, C

Parágrafo Primeiro - Sem prejuízo do disposto no "caput" deste Artigo, o FUNDO somente poderá adquirir CCB's ou CCCB's ou CCI's que atendam os seguintes requisitos mínimos:

Regulamento do Primitus Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

- I. deverão ser originárias de operações de crédito, exceto no caso das CCI's;
- II. não poderão ter vencimento superior a 60 (sessenta) meses contados da data de aquisição pelo FUNDO;
- III. deverão conter cláusula que estabeleça o rebaixamento de "Rating" como possibilidade de exercício de vencimento antecipado da respectiva Cédula ou instrumento;
- IV. deverão conter cláusula que estabeleça a deterioração ou perecimento da garantia como hipótese de vencimento antecipado da respectiva Cédula ou instrumento;
- V. deverão conter a figura do Interveniente Fiduciário;
- VI. as garantias oferecidas deverão ser verificadas no processo decisório da GESTORA, conforme previsto no Parágrafo Sexto do Artigo 3º deste Regulamento;
- VII. os documentos que comprovam a existência, a integridade e a legalidade das garantias oferecidas deverão ser devidamente formalizadas e disponibilizados para a prévia verificação da ADMINISTRADORA com antecedência mínima de 06 (seis) dias úteis, juntamente com a respectiva Cédula e demais documentos com ela relacionados;

Parágrafo Segundo - O FUNDO somente poderá adquirir títulos cujos favorecidos (credores) e respectivos devedores sejam empresas que não apresentem indícios de descumprimento dos Princípios do Equador, sendo esta verificação realizada pela GESTORA no processo decisório de investimento.

Parágrafo Terceiro - O instrumento de cessão que formalizar a aquisição da CCB ou CCCB pelo FUNDO, deverá conter a figura do Agente de Recebimento e/ou Agente de Pagamento enquadrados como "baixo risco de crédito", com nível mínimo de risco atribuído por pelo menos uma das agências elencadas no "caput" deste Artigo.

Parágrafo Quarto - O Agente de Recebimento e/ou Agente de Pagamento serão responsáveis pelo recebimento e transferência das amortizações e dos juros das CCBs ou CCCB's de titularidade do FUNDO, repassando esses valores para a Conta Corrente do FUNDO, na data de recebimento das respectivas amortizações.

Artigo 11 - Na ocorrência de alterações na categoria das CCB's ou CCCB's ou CCI's classificadas como de "baixo risco de crédito", conforme previsto no "caput" do Artigo 10 acima, a ADMINISTRADORA, o Cotista e GEAP serão notificados da ocorrência pela GESTORA, a qual adotará, juntamente com a ADMINISTRADORA, as medidas cabíveis para proceder com o vencimento antecipado do respectivo ativo.

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Artigo 12 - Em caso de *default* das CCB's ou CCCB's ou CCI's a ADMINISTRADORA notificará a GESTORA, o Cotista e a GEAP da ocorrência, bem como procederá com a provisão na carteira do FUNDO do percentual devido calculado sob valor principal do ativo, observados os critérios estabelecidos na Resolução MPAS/CGPC n.º 05, de 30 de janeiro de 2002.

Parágrafo Único - Sempre que a provisão mencionada no "caput" deste Artigo comprometer percentual igual ou superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do FUNDO, a ADMINISTRADORA notificará a GESTORA, o Cotista e a GEAP sobre a suspensão da aquisição de novas CCB's ou CCCB's ou CCI's pelo FUNDO.

Artigo 13 - As garantias vinculadas às CCB's ou CCCB's ou CCI's devem ser verificadas pela GESTORA no processo decisório e, periodicamente, durante o período em que o respectivo ativo integrar a carteira do FUNDO, a fim de assegurar a integridade e desembaraço das mesmas.

Parágrafo Primeiro - Caso a GESTORA constate modificações na(s) garantia(s) vinculada(s) à respectiva Cédula, tais como deterioração, perecimento, etc., deverá, imediatamente, realizar comunicação formal à ADMINISTRADORA, ao Cotista e à GEAP da referida ocorrência.

Parágrafo Segundo - Recebida a comunicação prevista no Parágrafo anterior, a ADMINISTRADORA e a GESTORA adotarão as medidas cabíveis para proceder com o vencimento antecipado da respectiva Cédula.

Parágrafo Terceiro - Para os efeitos do item 2 dos Limites por Modalidade de Ativos, Artigo 8º acima, as garantias vinculadas às CCB's ou CCCB's ou CCI's não serão entendidas como ativos integrantes da carteira do FUNDO.

Artigo 14 - As operações da carteira do FUNDO poderão, por sua própria natureza, ocasionar redução no valor das cotas ou perda do capital investido pelos Cotistas.

Parágrafo Primeiro - O cumprimento, pela ADMINISTRADORA e pela GESTORA, das políticas de investimento e de gerenciamento de risco do FUNDO não representam garantia de rentabilidade ou assunção de responsabilidade por eventuais prejuízos em caso de liquidação do FUNDO ou resgate de cotas, observadas as hipóteses previstas na legislação aplicável.

Parágrafo Segundo - As aplicações realizadas no FUNDO não contam com a garantia da ADMINISTRADORA, da GESTORA ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Parágrafo Terceiro - O investimento no FUNDO apresenta riscos ao investidor e, não obstante a GESTORA mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o FUNDO e para o investidor.

Regulamento do Príma Fondo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Parágrafo Quarto - O FUNDO utiliza estratégias que podem resultar em perdas patrimoniais para seus Cotistas.

Parágrafo Quinto - O FUNDO está sujeito à risco de perda substancial de seu Patrimônio Líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do FUNDO.

Artigo 15 - Entre os fatores de riscos o FUNDO está sujeito:

I. Risco de mercado: Consiste na possibilidade de ocorrência de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FUNDO, podendo provocar perdas devidas a variações relacionadas a parâmetros de mercado tais como, taxa de juros, taxa de câmbio, índices de preços, índices de bolsas ocasionando flutuações nos preços dos ativos indexados por esses parâmetros.

II. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez caracterizam-se primordialmente, mas não se limitam, à baixa ou mesmo inexistente demanda ou negociabilidade dos ativos do FUNDO. Em virtude de tais condições, a GESTORA poderá encontrar dificuldades para liquidar ou negociar tais ativos pelo preço e no momento desejado, permanecendo o FUNDO exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos ativos. Em tais situações, a GESTORA pode ver-se obrigada a aceitar descontos nos preços para negociar os ativos. As alterações das condições de liquidez podem, eventualmente, afetar o valor dos ativos.

III. Risco de crédito: Consiste na possibilidade de perda substancial do patrimônio líquido do FUNDO em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores dos ativos.

IV. Risco do uso de derivativos: Consiste na possibilidade de alterações substanciais nos contratos de derivativos em virtude dos preços dos mencionados contratos dependerem além dos preços dos ativos objetos, de uma série de outros parâmetros baseados em expectativas futuras, podendo provocar perdas substanciais do patrimônio líquido do FUNDO.

V. Risco decorrente da concentração da carteira do FUNDO: Consiste na possibilidade de perdas patrimoniais ocasionadas pelo comprometimento de uma parcela maior de seu patrimônio em ativos de um único ou em poucos emissores ou em uma única ou poucas modalidades de ativos, potencializando, desta forma, o risco nas hipóteses, respectivamente, de inadimplemento dos emissores dos ativos integrantes da carteira do FUNDO e/ou intermediários das operações realizadas na carteira do FUNDO ou desvalorização dos referidos ativos.

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

VI. Riscos operacionais: Consiste na possibilidade de perdas resultantes de processos internos, pessoas, sistemas inadequados ou falhos e/ou de eventos externos.

Parágrafo Único – Os fatores de riscos envolvidos na operação deste FUNDO são gerenciados, no(s) fundo(s) investido(s), conforme seu tipo.

Capítulo VI - Do Patrimônio Líquido

Artigo 16 – Entende-se por Patrimônio Líquido do FUNDO a soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Parágrafo Único – Para efeito da determinação do valor da carteira, serão observadas as normas e os procedimentos previstos no Plano Contábil dos Fundos de Investimento - COFI.

Capítulo VII - Da Emissão e do Resgate de Cotas

Artigo 17 – As cotas do FUNDO correspondem a frações ideais de seu patrimônio, são escriturais e nominativas, conferem iguais direitos e obrigações a todos os Cotistas e não podem ser objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial ou sucessão universal.

Parágrafo Único - A qualidade de Cotista caracteriza-se pela adesão do investidor aos termos desse Regulamento e pela inscrição de seu nome no registro de Cotistas do FUNDO.

Artigo 18 - A aplicação e o resgate de cotas do FUNDO podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente de investimento, documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED) ou, ainda, pelo Sistema de Cotas de Fundos da CETIP, sendo que as movimentações serão sempre realizadas em nome da COTISTA.

Parágrafo Primeiro - É admitida a utilização de ativos financeiros na integralização e resgate de cotas, observadas as condições estabelecidas, em conjunto, pela PREVIC e pela CVM, bem como as correspondentes obrigações fiscais eventualmente existentes e desde que observados ainda, cumulativamente, os seguintes critérios:

I - os ativos financeiros a serem utilizados pela COTISTA na integralização das cotas do FUNDO deverão ser compatíveis com a política de investimento do FUNDO;

II - a integralização das cotas do FUNDO poderá ser realizada, desde que solicitada por escrito pela COTISTA e o valor a ser integralizado seja apurado com base no preço de mercado dos ativos financeiros utilizados na integralização; e

III - o resgate das cotas deverá ser solicitado por escrito pela COTISTA, sendo certo que a transferência da titularidade dos ativos integrantes da carteira do FUNDO deverá observar o prazo de conversão e pagamento das cotas estabelecidos no Regulamento do FUNDO.

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Parágrafo Segundo - Não há valores mínimos ou máximos para ingresso, movimentação ou permanência no FUNDO.

Artigo 19 - Os pedidos de aplicação e resgate deverão ocorrer em dia útil até as 14:00hs, para efeito dos prazos previstos neste capítulo.

Artigo 20 - Pedidos de aplicações e resgates de cotas efetuados aos sábados, domingos e em feriados nacionais serão processados no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Primeiro - Os pedidos de aplicações e resgates efetuados em feriados estaduais e municipais na localidade da sede da ADMINISTRADORA serão processados normalmente em outras localidades.

Parágrafo Segundo - Quando o pedido de aplicação ou resgate ocorrer em dia não útil no local onde ocorrer o pedido, este será processado no primeiro dia útil subsequente.

Artigo 21 – Na emissão de cotas do FUNDO, o valor da aplicação será convertido pelo valor da cota de fechamento do próprio dia do pedido de aplicação, mediante a efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à ADMINISTRADORA, observado o disposto no Artigo 19.

Artigo 22 – O FUNDO não possui prazo de carência para fins de resgate de cotas, podendo o mesmo ser solicitado a qualquer tempo.

Artigo 23 - O resgate de cotas será efetivado mediante solicitação da COTISTA à ADMINISTRADORA, observado o disposto no Artigo 20.

Parágrafo Primeiro - No resgate de cotas do FUNDO, o valor do resgate será convertido pelo valor da cota de fechamento do próprio dia da solicitação de resgate (“Data de Conversão”).

Parágrafo Segundo - O pagamento do valor apurado, nos termos do parágrafo anterior, será efetivado no mesmo dia da conversão das cotas.

Parágrafo Terceiro - Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do FUNDO, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do FUNDO, a ADMINISTRADORA poderá declarar o fechamento do FUNDO para a realização de resgates, sendo obrigatória a imediata convocação de Assembleia Geral de Cotistas.

Capítulo VIII - Da Política de Divulgação de Informações e de Resultados

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Artigo 24 - A ADMINISTRADORA deve disponibilizar as informações do FUNDO, inclusive as relativas à composição da carteira, nos termos desse capítulo no tocante a periodicidade, prazo e teor das informações.

Parágrafo Primeiro - Mensalmente será enviado extrato à COTISTA contendo o saldo, a movimentação, o valor das cotas no início e final do período e a rentabilidade auferida pelo FUNDO entre o último dia do mês anterior e o último dia de referência do extrato. A COTISTA poderá, no entanto, dispensar o envio do extrato mediante solicitação à ADMINISTRADORA.

Parágrafo Segundo - A ADMINISTRADORA disponibilizará mensalmente, até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referirem, o balancete, o demonstrativo da composição e diversificação da carteira e o perfil mensal do FUNDO.

Parágrafo Terceiro - A ADMINISTRADORA disponibilizará anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do encerramento do exercício a que se referirem, as Demonstrações Contábeis acompanhadas do parecer do Auditor Independente.

Parágrafo Quarto - A ADMINISTRADORA remeterá aos cotistas do FUNDO a demonstração de desempenho do FUNDO, até o último dia útil de fevereiro de cada ano, se for o caso.

Parágrafo Quinto - A ADMINISTRADORA divulgará, quando aplicável, em lugar de destaque na sua página na rede mundial de computadores e sem proteção de senha, as despesas do FUNDO relativas: (i) aos 12 (doze) meses findos em 31 de dezembro, até último dia útil de fevereiro de cada ano, e (ii) aos 12 (doze) meses findos em 30 de junho, até o último dia de agosto de cada ano.

Artigo 25 - A ADMINISTRADORA é obrigada a divulgar imediatamente, por correspondência à COTISTA e à CVM, qualquer ato ou fato relevante, de modo a garantir acesso à informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões da COTISTA quanto à permanência no FUNDO ou, no caso de outros investidores, quanto à aquisição das cotas.

Parágrafo Primeiro - Diariamente a ADMINISTRADORA divulgará o valor da cota e do Patrimônio Líquido do FUNDO.

Parágrafo Segundo - As Demonstrações Contábeis devem ser colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar à ADMINISTRADORA, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período.

Parágrafo Terceiro - O demonstrativo da composição da carteira do FUNDO será disponibilizado à COTISTA mensalmente, até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referir, e compreenderá a identificação das operações, quantidade, valor e o percentual sobre o total da carteira.

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Parágrafo Quarto – Caso o FUNDO possua posições ou operações em curso que possam vir a ser prejudicadas pela sua divulgação, o demonstrativo da composição da carteira poderá omitir a identificação e quantidade das mesmas, registrando somente o valor e sua porcentagem sobre o total da carteira. As operações omitidas deverão ser colocadas à disposição da COTISTA e de quaisquer interessados no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do mês, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, em caráter excepcional, e com base em solicitação fundamentada submetida à aprovação da CVM, até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Quinto - Caso a ADMINISTRADORA divulgue a terceiros informações referentes à composição da carteira, a mesma informação deve ser colocada à disposição da COTISTA na mesma periodicidade, ressalvadas as hipóteses de divulgação de informações pela ADMINISTRADORA aos prestadores de serviços do FUNDO, necessárias para a execução de suas atividades, bem como aos órgãos reguladores, autorreguladores e entidades de classe, quanto aos seus associados, no atendimento a solicitações legais, regulamentares e estatutárias por eles formuladas.

Artigo 26 - Solicitações, sugestões, reclamações e informações adicionais, inclusive as referentes a exercícios anteriores, tais como Demonstrações Contábeis, relatórios da ADMINISTRADORA, fatos relevantes, comunicados e outros documentos elaborados por força regulamentar podem ser solicitados à ADMINISTRADORA.

Parágrafo Único - O serviço de atendimento está à disposição da COTISTA para receber e encaminhar questões relacionadas ao FUNDO, pelos seguintes meios:

Telefone: (11) 3684-4522

Endereço para correspondência: Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, Osasco, SP.

Site: www.bradescobemdtvm.com.br

E-mail: bemdtvm@bradesco.com.br

Capítulo IX - Da Assembleia Geral

Artigo 27 - Compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas deliberar sobre:

- I - as Demonstrações Contábeis apresentadas pela ADMINISTRADORA;
- II - a substituição da ADMINISTRADORA, da GESTORA ou do CUSTODIANTE do FUNDO;
- III - a fusão, a incorporação, a cisão, a transformação ou a liquidação do FUNDO;
- IV - a instituição ou o aumento da taxa de administração;
- V - a alteração da política de investimento do FUNDO;

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

VI - a amortização de cotas: e

VII - a alteração deste Regulamento

Artigo 28 - A convocação da Assembleia Geral deve ser realizada por correspondência encaminhada à COTISTA.

Parágrafo Primeiro - A convocação de Assembleia Geral deverá enumerar, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da Assembleia.

Parágrafo Segundo - A convocação da Assembleia Geral deve ser realizada com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, da data de sua realização.

Parágrafo Terceiro - Da convocação devem constar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral.

Parágrafo Quarto - O aviso de convocação deve indicar o local onde a COTISTA poderá examinar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da Assembleia.

Parágrafo Quinto - A presença da totalidade dos Cotistas supre a falta de convocação.

Artigo 29 - Anualmente a Assembleia Geral deverá deliberar sobre as Demonstrações Contábeis do FUNDO, fazendo-o até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral a que se refere o "caput" somente pode ser realizada no mínimo 30 (trinta) dias após estarem disponíveis aos Cotistas as Demonstrações Contábeis auditadas relativas ao exercício encerrado.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas poderá dispensar a observância do prazo estabelecido no parágrafo anterior, desde que o faça por unanimidade.

Artigo 30 - Além da Assembleia prevista no artigo anterior, a ADMINISTRADORA, a GESTORA, o Cotista ou grupo de Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco porcento) do total de cotas emitidas, poderão convocar a qualquer tempo Assembleia Geral de Cotistas, para deliberar sobre ordem do dia de interesse do FUNDO ou dos Cotistas.

Parágrafo Único - A convocação por iniciativa da GESTORA, do CUSTODIANTE ou de Cotistas será dirigida à ADMINISTRADORA, que deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, realizar a convocação da Assembleia Geral às expensas dos requerentes, salvo se a Assembleia Geral assim convocada deliberar em contrário.

Regulamento do Príma Fúnd de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Artigo 31 - A Assembleia Geral se instalará com a presença de qualquer número de Cotistas.

Artigo 32 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, cabendo a cada cota um voto.

Parágrafo Primeiro - Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas do FUNDO inscritos no registro de Cotistas na data da convocação da assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo - Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela ADMINISTRADORA antes do inicio da assembleia.

Artigo 33 - Não podem votar nas Assembleias Gerais do FUNDO:

I - a ADMINISTRADORA e a GESTORA;

II - os sócios, diretores e funcionários da ADMINISTRADORA ou da GESTORA;

III - empresas ligadas a ADMINISTRADORA ou a GESTORA, seus sócios, diretores, funcionários; e

IV - os prestadores de serviços do FUNDO, seus sócios, diretores e funcionários.

Parágrafo Único - As pessoas mencionadas nos incisos anteriores não se aplica a vedação prevista neste artigo caso sejam os únicos Cotistas do FUNDO, ou na hipótese de aquiescência expressa da maioria dos demais Cotistas.

Artigo 34 - As deliberações de competência da Assembleia Geral de Cotistas poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de reunião dos Cotistas, conforme facultado pela regulamentação em vigor.

Parágrafo Primeiro - O processo de consulta será formalizado por correspondência, dirigida pela ADMINISTRADORA a cada Cotista, para resposta no prazo definido em referida correspondência.

Parágrafo Segundo - Deverão constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

Parágrafo Terceiro - Quando utilizado o procedimento previsto neste artigo, o quorum de deliberação será o de maioria simples das cotas representadas pelas respostas recebidas, independentemente da matéria.

Artigo 35 - O resumo das decisões da Assembleia Geral deverá ser enviado a cada Cotista no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de sua realização, podendo ser utilizado para tal finalidade o extrato mensal de conta.

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Capítulo X - Da Política Relativa ao Exercício de Direito de Voto

Artigo 36 - A GESTORA deste FUNDO não adota política de exercício de direito de voto em assembleias dos emissores dos ativos financeiros detidos pelo FUNDO, em conformidade com as exceções previstas no Código de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento da ANBIMA e na sua Política de Exercício de Voto. Contudo, a GESTORA poderá exercer o direito de voto em nome do FUNDO caso entenda conveniente e/ou relevante a sua participação nas assembleias dos emissores dos ativos financeiros detidos pelo FUNDO.

Parágrafo Único – A GESTORA deverá encaminhar à ADMINISTRADORA por ocasião de sua participação nas assembleias descritas no caput deste Artigo, um resumo contendo o teor dos votos proferidos nas assembleias, bem como as suas justificativas, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da realização da assembleia.

Capítulo XI - Da Tributação Aplicável

Artigo 37 - De acordo com a legislação vigente, o FUNDO e a COTISTA estão sujeitos às regras gerais e sumárias de tributação descritas neste Capítulo, especificamente no que tange ao Imposto de Renda (“IR”), ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”).

Parágrafo Primeiro - Pode haver tratamento tributário diferente do adiante exposto, de acordo com a natureza jurídica do Cotista ou de acordo com a natureza da operação contratada pelo FUNDO.

Parágrafo Segundo - A situação tributária aqui descrita pode ser alterada a qualquer tempo, mediante alterações nas normas e legislações aplicáveis.

Parágrafo Terceiro - O Cotista do FUNDO está sujeito ao seguinte tratamento tributário:

I - Sendo o Cotista um Fundo de Investimento:

- a) Não haverá incidência de IR;
- b) IOF/Títulos está sujeita à alíquota zero;

II - A carteira do FUNDO está sujeita ao seguinte tratamento tributário:

- a) Não há incidência de IR;
- b) IOF/Títulos está sujeita à alíquota zero.

Parágrafo Quarto - Tendo em vista que o Cotista está dispensado da retenção de imposto de renda na fonte, a GESTORA não tem uma meta tributária atrelada ao prazo médio da carteira de títulos do FUNDO. As operações da carteira do FUNDO não estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda ou IOF.

**Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012**

Capítulo XII - Das Disposições Gerais

Artigo 38 - As quantias que forem atribuídas ao FUNDO a título de rendimentos advindos de ativos que integrem sua carteira serão incorporados ao Patrimônio Líquido e reinvestidas observada a política de investimentos do FUNDO.

Artigo 39 - O exercício social do FUNDO tem duração de um ano, com início em 1º de maio e término em 30 de abril.

Artigo 40 - Para efeito do disposto neste Regulamento, admite-se a utilização de correio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre a ADMINISTRADORA e a COTISTA do FUNDO.

Artigo 41 - Fica eleito o foro central da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações nos processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.



Ata da Reunião dos Sócios-Cotistas da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. realizada em 11.1.2012 - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630. Aos 11 dias do mês de janeiro de 2012, às 10h45, na sede social, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, reuniram-se os Sócios-Cotistas da Sociedade, representando a totalidade do Capital Social, *Banco Bradesco BBI S.A.*, com sede na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 06.271.464/0001-19, NIRE 35.300.335.791; e *Banco Bradesco S.A.*, com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 60.746.948/0001-12, NIRE 35.300.027.795, ambos por seu Diretor Vice-Presidente, senhor *Julio de Siqueira Carvalho de Araujo*, brasileiro, casado, bancário, RG 3.272.499/IFP-RJ, CPF 425.327.017/49, com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Assumiu a presidência da reunião o senhor *Julio de Siqueira Carvalho de Araujo* que convidou o senhor *Domingos Figueiredo de Abreu* para Secretário. Durante a reunião, os Sócios-Cotistas deliberaram, de comum acordo:

- 1) registrar o pedido de renúncia ao cargo de Diretor Gerente da Sociedade, formulado pelo senhor *Ademir Cossiello*, em carta de 3.1.2012, cuja transcrição foi dispensada, a qual será levada a registro juntamente com esta Ata, consignando-se, nesta oportunidade, agradecimentos pelos serviços prestados durante sua gestão;
- 2) designar Administradores da Sociedade, com mandato indeterminado, os senhores: *Diretores Vice-Presidentes*: *José Alcides Munhoz*, brasileiro, casado, bancário, RG 50.172.182-4/SSP-SP, CPF 064.350.330/72; *Aurélio Conrado Boni*, brasileiro, casado, bancário, RG 4.661.428-X/SSP-SP, CPF 191.617.008/00; *Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente*, brasileiro, casado, bancário, RG 55.799.633-8/SSP-SP, CPF 373.766.326/20; *Marco Antonio Rossi*, brasileiro, casado, -securitário, RG 12.529.752/SSP-SP, CPF 015.309.538/55; *Diretor Gerente*: *Alexandre da Silva Glüher*, brasileiro, casado, bancário, RG 1006408767/SSP-RS, CPF 282.548.640/04, todos com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, cujos nomes serão levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos. Os Diretores designados declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal;

1. 28

4.º TABELIÃO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
Este faksimile é reprodução fiel
do documento original, do nº.
Osasco - SP Dessa 2,35

19 DEZ. 2012



ATESTAMOS que este documento foi submetido à
exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Centro Técnico em São Paulo - I

Neli Rioke Tamm
Neli Rioke Tamm
COORDENADORA





Ata da Reunião dos Sócios-Cotistas da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. realizada em 11.1.2012 - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630.

.2.

- 3) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), a ser distribuída em Reunião dos Sócios-Cotistas, conforme determina o Parágrafo Quinto da Cláusula Sexta do Contrato Social.

Em consequência da deliberação tomada, a Administração da Sociedade, com mandato indeterminado, fica assim composta: *Diretor-Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi*, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; *Diretores Vice-Presidentes: Laércio Albino Cesar*, RG 3.555.534/SSP-SP, CPF 064.172.724/00; *Julio de Siqueira Carvalho de Araújo*, RG 55.567.472-1/SSP-SP, CPF 425.327.017/49; *Domingos Figueiredo de Abreu*, RG 6.438.883-9/SSP-SP, CPF 942.909.898/53; *José Alcides Munhoz*, RG 50.172.182-4/SSP-SP, CPF 064.350.330/72; *Aurélio Conrado Boni*, RG 4.661.428-X/SSP-SP, CPF 191.617.008/00; *Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente*, RG 4.661.428-X/SSP-SP; *Marco Antonio Rossi*, RG 12.529.752/SSP-SP, CPF 015.309.538/55; *Diretor Gerente: Alexandre da Silva Glüher*, RG 1006408767/SSP-RS, CPF 282.548.640/04; e *Diretor: André Bernardino da Cruz Filho*, RG 35.331.675-1/SSP-SP, CPF 192.221.224/53, todos com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900.

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Presidente, por mim Secretário e pelo representante dos Sócios-Cotistas.

Presidente:

Julio de S. Carvalho de Araújo

Secretario:

Domingos Figueiredo de Abreu

Sócios-Cotistas:

Banco Bradesco BBIS A

Banco Bradesco S.A.

Julio de Siqueira Carvalho de Araújo



CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO

132.923/12-9

SUBSÍDIO AVULSO
SECRETARIA SERIAL

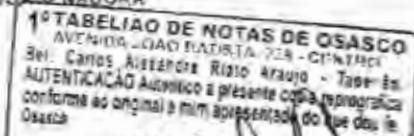




ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame pelo Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta na carta emitida à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Galeria Técnica em São Paulo - I

Nell Ricio Tamb
COORDENADORA



Cidade de Deus, Osasco, SP, 3 de janeiro de 2012

Ao
Conselho de Administração do
Banco Bradesco S.A.



Prezados senhores,

Venho apresentar meu pedido de renúncia ao cargo de Diretor Executivo Gerente dessa Sociedade, assim como aos cargos que ocupo nas demais empresas e entidades ligadas à Organização, de maneira irrevogável e irretratável, a saber:

Banco Bradesco Financiamentos S.A.
BBD Participações S.A.
BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
BF Promotora de Vendas Ltda.
BP Promotora de Vendas Ltda.
Caixa Beneficente dos Funcionários do Bradesco
Fundação Bradesco
Fund.Inst.de Molést.do Ap.Dig.e da Nutr.

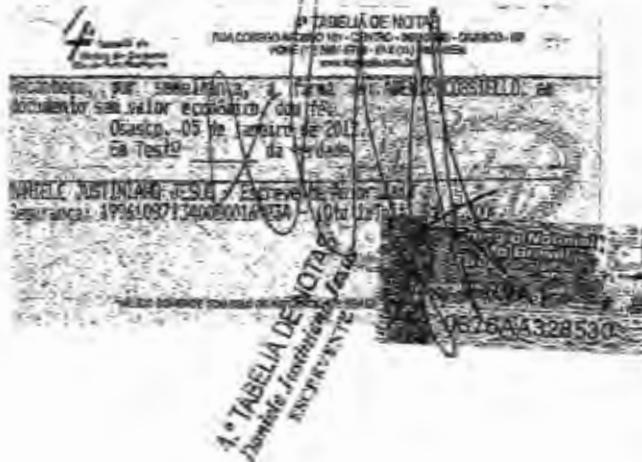
Diretor Gerente
Membro do Conselho de Administração
Diretor Gerente
Diretor Gerente
Diretor Gerente
Membro do Conselho Deliberativo
Membro da Mesa Regedora
Membro do Conselho de Administração

Esta minha decisão tem caráter estritamente pessoal e nada tenho a reivindicar dessas Sociedades e Entidades.

Nesta oportunidade, agradeço a todas as atenções recebidas durante minha gestão.

Cordialmente,


Demir Cossiello



JUCESSP

JUCESSP PROTOCOLO

0.507.287/12-5

25/05/12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012

Pelo presente Instrumento Particular, *Banco Bradesco BBI S.A.*, com sede na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 06.271.464/0001-19, NIRE 35.300.335.791; e *Banco Bradesco S.A.*, com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 60.746.948/0001-12, NIRE 35.300.027.795, ambos por seus Diretores Vice-Presidentes, senhores *Julio de Siqueira Carvalho de Araujo*, brasileiro, casado, bancário, RG 55.567.472-1/SSP-SP, CPF 425.327.017/49, e *Domingos Figueiredo de Abreu*, brasileiro, casado, bancário, RG 6.438.883-9/SSP-SP, CPF 942.909.898/53, ambos com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, Sócios-Cotistas representando a totalidade do Capital Social da *BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*, com sede na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 00.066.670/0001-00, NIRE 35.219.824.630, deliberam, de comum acordo, o seguinte:

1º) aumentar o Capital Social em R\$4.050.000,00 (quatro milhões e cinquenta mil reais), elevando-o de R\$4.650.000,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta mil reais) para R\$8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil reais), mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", com a criação de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) cotas, do valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, que serão atribuídas ao Sócio-Cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A., ambos já qualificados;

2) alterar, em consequência do item anterior, as redações do "caput" e do Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta do Contrato Social que passam a ser as seguintes: "Cláusula Quarta - O Capital Social é de R\$8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil reais), dividido em 8.700.000 (oito milhões e setecentas mil) cotas, do valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional. Parágrafo Primeiro - O Capital Social encontra-se assim distribuído entre os Sócios:

Cotistas	Qty. Cotas	Vr. R\$
Banco Bradesco BBI S.A.	8.699.999	8.699.999,00
Banco Bradesco S.A.	1	1,00
	8.700.000	8.700.000,00

3) aprimorar a redação do Parágrafo Quinto da Cláusula Sexta do Contrato Social e incluir novo Parágrafo, renumerando-se os seguintes, cujas redações transcrevemos: "Cláusula Sexta - Parágrafo Quinto - O montante global anual para remuneração dos Administradores será fixado pelos Sócios-Cotistas, de comum acordo. Parágrafo Sexto - Compete à Diretoria, reunida e deliberando de conformidade com o presente Contrato Social, limitado ao

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

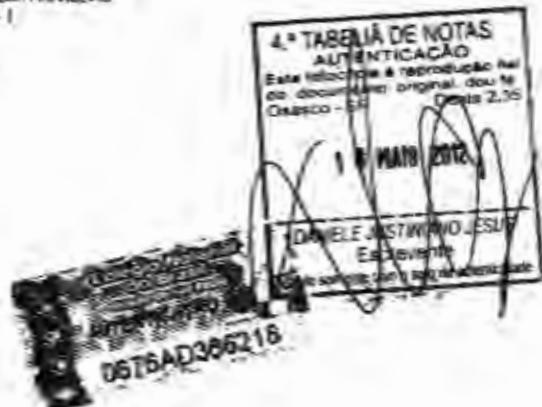
[Handwritten signature]

35

923000
SI 30 25

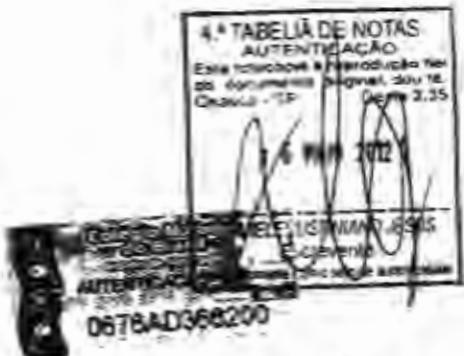
ATESTAMOS que este documento foi submetido à
exame do Banco Central do Brasil em processo
requerido e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gabinete Técnico em São Paulo - I

Nelli Rizzo Teme
Nelli Rizzo Teme
COORDENADOR





JUCESP
05.05.12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 .2.

montante global anual aprovado pelos Sócios-Cotistas, realizar a distribuição da verba de remuneração aos Administradores. **Parágrafo Sétimo** - Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Contrato Social, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros e designar substitutos para os Diretores Vice-Presidentes em suas ausências ou impedimentos temporários; b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho de suas funções e supervisionar e coordenar as áreas que lhes ficarem afetas; c) ao Diretor Gerente, o desempenho das funções que lhe forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente e aos Diretores Vice-Presidentes; d) ao Diretor, responder pelas operações dos Fundos de Investimento, reportando-se ao Diretor-Presidente, aos Diretores Vice-Presidentes e ao Diretor Gerente. **Parágrafo Oitavo** - A administração da Carteira de Valores Mobiliários será exercida pelo senhor André Bernardino da Cruz Filho, designado Diretor.";

Em face das deliberações tomadas nos itens "2" e "3", e permanecendo em vigor todas as demais Cláusulas inalteradas por este Instrumento, o Contrato Social consolidado passará a vigorar com a seguinte redação, após a homologação pelo Banco Central do Brasil:

**"BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Contrato Social**

I - Da Denominação e Sede

Cláusula Primeira - A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., é uma Sociedade Empresária Limitada, com sede na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06.029-900, podendo, por deliberação da Diretoria, instalar ou extinguir Filiais, Escritórios e Dependências em qualquer parte do Território Nacional, observados os preceitos legais.

II - Do Objeto Social

Cláusula Segunda - A Sociedade tem por objeto:

- a) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;

923000
21 30 30



ATESTAMOS que este documento foi submetido à
exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de papa amilida à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gabinete Técnico em São Paulo - I

Neli Rizzo Tavares
Neli Rizzo Tavares
COORDENADORA





JUCESP

25/06/12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 3.

- b) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- c) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência;
- d) encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários;
- e) incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento, de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- f) exercer funções de agente fiduciário;
- g) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;
- h) constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- i) praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes;
- j) praticar operações de conta margem, observando o que dispuser o Banco Central do Brasil e regulamentação complementar da Comissão de Valores Mobiliários;
- k) realizar operações compromissadas;
- l) praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central;
- m) operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas respectivas áreas de competência;
- n) prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais;
- o) exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários;
- p) gerir e supervisionar recursos de terceiros.

983000
31 30 32



ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dosatos praticados consta de carta emitida à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Neli Rioko Tame
Neli Rioko Tame
COORDENADORA



JUÍZESP

26/05/12

4.º TABELA DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
Este documento é reprodução feita
no documento original, que N.
0676AD366201
Data: 16 MAIO 2012

0676AD366201

Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM -
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº
00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 A.

III - Do Prazo de Duração da Sociedade

Cláusula Terceira - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

IV - Do Capital Social

Cláusula Quarta - O Capital Social é de R\$8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil reais), dividido em 8.700.000 (oito milhões e setecentas mil) cotas, do valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

Parágrafo Primeiro - O Capital Social encontra-se assim distribuído entre os Sócios:

Cotistas	Qtd. Cotas	Vr. RS
Banco Bradesco BBI S.A.	8.699.999	8.699.999,00
Banco Bradesco S.A.	1	1,00
	8.700.000	8.700.000,00

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de cada sócio nas obrigações assumidas pela Sociedade está limitada ao valor de sua participação no Capital Social, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Terceiro - As cotas representativas do Capital Social são indivisíveis, impenhoráveis e inalienáveis a terceiros sem a expressa autorização dos Sócios-Cotistas.

V - Das Deliberações Sociais

Cláusula Quinta - As deliberações dos Sócios-Cotistas deverão sempre ser tomadas por Sócios que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) do Capital Social, com exceção do quorum mencionado no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sexta do Contrato Social.

VI - Da Administração

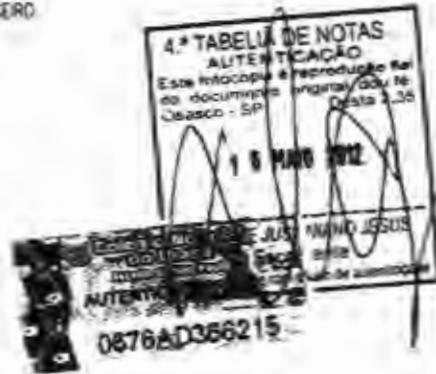
Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada por Administradores, doravante denominados Diretores, com mandato indeterminado, designados e destituíveis a qualquer tempo pelos Sócios-Cotistas, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, de 1 (um) a 10 (dez) Diretores Vice-Presidentes, 1 (um) Diretor Gerente e 1 (um) Diretor.

923001.
21 20 22



ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte.
SEGHMERO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gabinete Técnico em São Paulo - I

Neli Ricks Tame
Neli Ricks Tame
COORDENADORA





JUCESP

05 05 10



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 5.

Parágrafo Primeiro - Poderão ser designados Diretores não Sócios, cuja designação dependerá de aprovação da unanimidade dos Sócios-Cotistas, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a sua integralização, nos termos do disposto no Artigo 1.061 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Segundo - Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Diretor-Presidente, a própria Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros. Em caso de vaga, a nomeação do substituto se fará de acordo com o que dispõe o Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

Parágrafo Terceiro - Os Diretores terão poderes para administrar a Sociedade, bem como para representá-la, usar a denominação social e gerir seus negócios, podendo praticar todos os atos para tanto necessários, inclusive transigir, renunciar direitos, contratar, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis não-integrantes do Ativo Permanente e ainda títulos e valores mobiliários, observando o disposto no Parágrafo Quarto desta Cláusula.

Parágrafo Quarto - Dependerá de prévia autorização do Conselho de Administração do controlador direto ou indireto:

- a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não permanente, quando de valor superior a 1% (um por cento) do respectivo Patrimônio Líquido, nos casos de operações com empresas não integrantes da Organização Bradesco;
- b) a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- c) associações envolvendo a Sociedade, inclusive participação em acordo de acionistas.

Parágrafo Quinto - O montante global anual para remuneração dos Administradores será fixado pelos Sócios-Cotistas, de comum acordo.

Parágrafo Sexto - Compete à Diretoria, reunida e deliberando de conformidade com o presente Contrato Social, limitado ao montante global anual aprovado pelos Sócios-Cotistas, realizar a distribuição da verba de remuneração aos Administradores.

923000

21 20 25



ATESTAMOS que este documento foi submetido à
exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta da carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

W. R. R. D. L.
Nelli Rioho Tame
COORDENADORA





JUCESP
25.05.12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 .6.

Parágrafo Sétimo - Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Contrato Social, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros e designar substitutos para os Diretores Vice-Presidentes em suas ausências ou impedimentos temporários;
- aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho de suas funções e supervisionar e coordenar as áreas que lhes ficarem afetas;
- ao Diretor Gerente, o desempenho das funções que lhe forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente e aos Diretores Vice-Presidentes;
- ao Diretor, responder pelas operações dos Fundos de Investimento, reportando-se ao Diretor-Presidente, aos Diretores Vice-Presidentes e ao Diretor Gerente.

Parágrafo Oitavo - A administração da Carteira de Valores Mobiliários será exercida pelo senhor André Bernardino da Cruz Filho, designado Diretor.

Cláusula Sétima - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Instrumento, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente ou Diretor Gerente.

Parágrafo Primeiro - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo.

Parágrafo Segundo - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos:

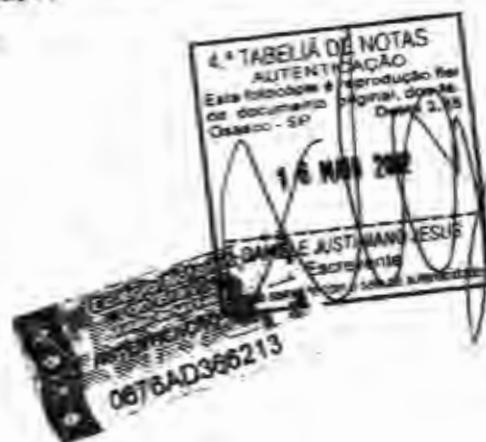
- mandatos com cláusula "ad judicia", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida;

927001
31 30 32



ATESTAMOS que este documento foi submetido à
Exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta da carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Centrinha Técnica em São Paulo - I

Wlde Duarte Gama
Neli Rikko Tamé
COORDENADORES





JUCEESP

05 05 12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 .7.

- b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- c) participação em licitações e leilões públicos ou privados;
- d) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada;
- e) perante repartições, instituições e órgãos públicos ou privados, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade;
- f) em depoimentos judiciais.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios-Cotistas e os Diretores ficam terminantemente proibidos de conceder avais, fianças ou outras quaisquer garantias em operações alheias aos interesses e/ou atividades sociais.

VII - Do Uso da Denominação Social

Cláusula Oitava - É vedado o uso da denominação da Sociedade em negócios estranhos ao objeto e aos interesses sociais.

VIII - Do Exercício Social

Cláusula Nona - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações do movimento social, podendo a Sociedade levantar balanços ou balancetes semestrais ou mensais, a critério dos Diretores.

IX - Dos Lucros e dos Prejuízos

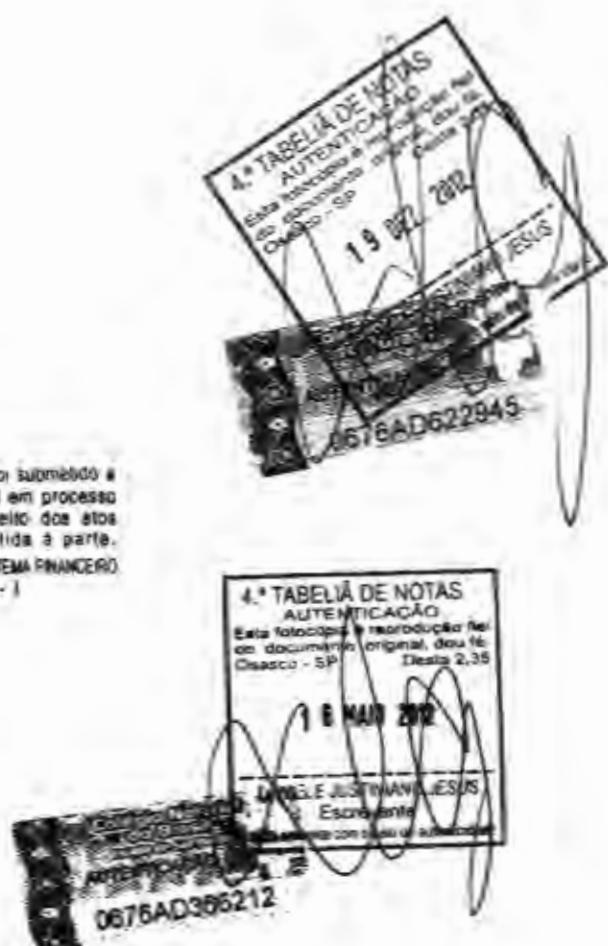
Cláusula Décima - O lucro líquido apurado em cada balanço, após as deduções legais, terá a seguinte destinação:

1. constituição de Reserva Legal;

(Handwritten signatures and initials follow, including 'MM', 'JL', 'M', 'D', 'J', and 'L' at the bottom right.)

923001.
SI 20 32

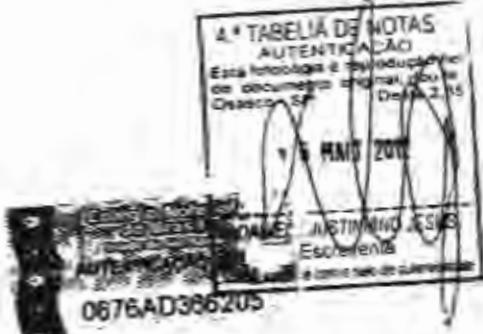
ATESTAMOS que este documento foi submetido à
automação do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Banco Central do Brasil - São Paulo - I
Neli Ricks Tame Neli Ricks Tame
COORDENADORA





JUCESP

5 05 12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 .8.

II. pagamento de dividendos, aprovados pelos Sócios-Cotistas, que somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo, Terceiro e Quarto desta Cláusula, que tenham sido declarados, assegurem aos Sócios-Cotistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo, 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido.

Parágrafo Primeiro - À conta de Reservas de Lucros existentes, os Diretores ficam autorizados a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente mensais e semestrais.

Parágrafo Segundo - Poderão ainda, os Diretores, autorizar a distribuição de lucros aos Sócios-Cotistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Terceiro - Caberá aos Diretores, observada a legislação referida no parágrafo anterior, fixar, a seu exclusivo critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros cuja distribuição vier a autorizar.

Parágrafo Quarto - Os juros eventualmente pagos aos Sócios-Cotistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo do exercício (1%), de acordo com o Inciso II do "caput" desta Cláusula.

Cláusula Décima Primeira - O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições previstas na Cláusula anterior, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelos Sócios-Cotistas, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do valor do Capital Social integralizado.

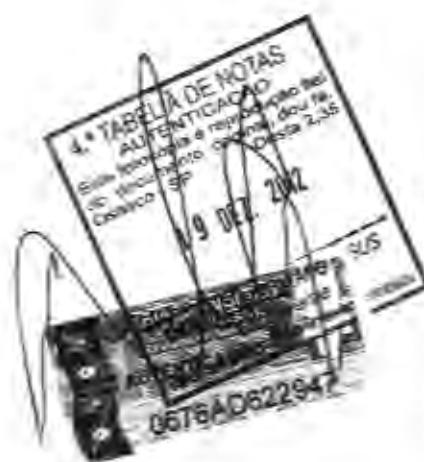
Parágrafo Único - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do Exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no inciso II da Cláusula Décima, e/ou retenção de lucros nos termos da aplicação subsidiária do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

(Assinatura)

(Assinatura)

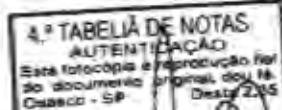
(Assinatura)

923300
21 20 25



ATESTAMOS que este documento foi submetido à
área de Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gabinete Técnico em São Paulo - I

Nell Risco Tame
Nell Risco Tame
COORDENADORA





SUSP

05.12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012

Cláusula Décima Segunda - Os eventuais prejuízos serão suportados pelos Sócios-Cotistas, na proporção de suas participações no Capital Social da Sociedade.

X - Da Liquidação

Cláusula Décima Terceira - No caso de liquidação da Sociedade, o liquidante será indicado pelos Sócios-Cotistas, de comum acordo. O acervo apurado será distribuído entre os Sócios-Cotistas, na proporção das suas cotas.

XI - Do Foro

Cláusula Décima Quarta - O foro da Sociedade é o da Cidade de Osasco, SP, o qual é eleito também pelos Sócios-Cotistas para as soluções de eventuais questões que surgirem em consequência deste Contrato.

XII - Das Disposições Gerais

Cláusula Décima Quinta - Nos termos do Parágrafo Único do Artigo 1.053 do Código Civil, a regência supletiva da Sociedade obedecerá as normas da Sociedade Anônima.;

- 4) atendendo às disposições do Inciso I do Artigo 1.071 do Código Civil Brasileiro, aprovar, sem quaisquer ressalvas, as contas da Administração e os documentos de que trata o Inciso I do Artigo 1.078 do referido Código Civil, que compreendem as Demonstrações Contábeis da Sociedade, relativos ao exercício social findo em 31.12.2011, publicadas em 7.3.2012, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", páginas 11 e 12, e "Diário do Comércio", páginas 9 e 10;
- 5) considerando que a Sociedade obteve no exercício social encerrado em 31.12.2011 lucro líquido de R\$10.061.621,34, destiná-lo da seguinte forma: R\$503.081,07 para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$9.462.954,87 para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R\$95.585,40 para pagamento de Dividendos, os quais deverão ser pagos até 31.12.2012;
- 6) registrar o pedido de renúncia ao cargo de Diretor Vice-Presidente da Sociedade, formulado pelo senhor Laercio Albino Cezar, em carta de 9.3.2012, cuja transcrição foi dispensada, a qual será levada a registro juntamente com este Instrumento, consignando-se, nesta oportunidade, agradecimentos pelos serviços prestados durante sua gestão.

Em consequência, a Administração da Sociedade, com mandato indeterminado, fica assim composta: **Diretor-Presidente:** *Luiz Carlos Trabuco Cappi*, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; **Diretores Vice-Presidentes:** *Julio de Siqueira Carvalho de Araujo*, RG 55.567.472-

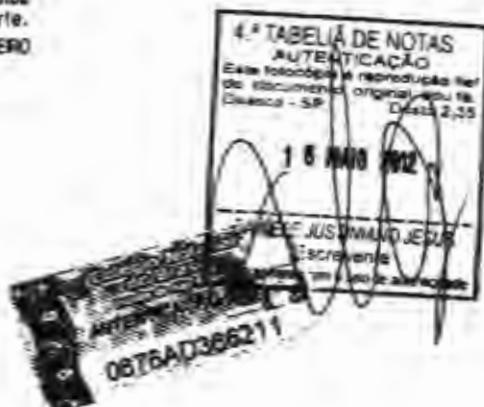
92.300.0.

21 30 35



ATESTAMOS que este documento foi submetido ao exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Bancaria Técnica em São Paulo - I

Neli Rieko Tame
Neli Rieko Tame
COORDENADORA





05.12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 .10.

1/SSP-SP, CPF 425.327.017/49; *Domingos Figueiredo de Abreu*, RG 6.438.883-9/SSP-SP, CPF 942.909.898/53; *José Alcides Munhoz*, RG 50.172.182-4/SSP-SP, CPF 064.350.330/72; *Aurélio Conrado Boni*, RG 4.661.428-X/SSP-SP, CPF 191.617.008/00; *Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente*, RG 55.799.633-8/SSP-SP, CPF 373.766.326/20; *Marco Antonio Rossi*, RG 12.529.752-X/SSP-SP, CPF 015.309.538/55; *Diretor Gerente: Alexandre da Silva Glüher*, RG 1006408767/SSP-RS, CPF 282.548.640/04; e *Diretor: André Bernardino da Cruz Filho*, RG 35.331.675-1/SSP-SP, CPF 192.221.224/53, todos com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900;

- 7) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), a ser distribuída em Reunião da Diretoria, conforme determina o Parágrafo Sexto da Cláusula Sexta do Contrato Social, ora aprovado;
- 8) optar pela utilização de comitê de remuneração único, constituído pelo Banco Bradesco S.A., Instituição Financeira líder do Conglomerado Financeiro Bradesco, nos termos da Resolução nº 3.921, de 25.II.2010, do Conselho Monetário Nacional.

E, por estarem assim justos e contratados, os Sócios-Cotistas, por seus representantes legais, assinam o presente Instrumento Particular, impresso em 3 (três) vias de igual forma e teor, com 2 (duas) testemunhas, autorizando, tão logo seja homologado pelo Banco Central do Brasil, o seu arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, para os fins e efeitos de direito.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 9 de abril de 2012

Sócios-Cotistas:

J. Siqueira Carvalho de Araújo Banco Bradesco BBI S.A.

Domingos Figueiredo de Abreu Banco Bradesco S.A.

J. Siqueira Carvalho de Araújo - *Domingos Figueiredo de Abreu*

Testemunhas:

Ariano Pereira
Ariano Pereira
RG 5.878.122-5/SSP-SP
CPF 437.244.508/34

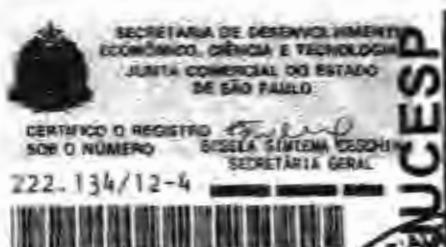
Ismail Ferraz
Ismail Ferraz
RG 8.941.370-2/SSP-SP
CPF 006.404.048/80

921600
21 20 28



ATESTAMOS que este documento foi submetido à
revisão do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gefenda Técnica em São Paulo - I

Neli Rizzo Tame
Neli Rizzo Tame
COORDENADORA



• CERTIDÃO DO REGISTRO DE ESCRITURA
DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Rua Tabapuá, 111, 11º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP
Fone/Fax: +55 (11) 3774-2776 - contato@santosabreu.com.br

**5º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL**

Oficial Designado: ARTUR VENEROSO MAX FERREIRA
Rua XV de Novembro, 244 - 8º andar - Centro - Cep: 01013-000
Tel: (11) 3115-5414

C E R T I D Ã O

O BEL. ARTUR VENEROSO MAX FERREIRA, 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca da Capital, Oficial Designado nos termos da Portaria nº 04/2011, da E. Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, especialmente às disposições do Art. 16 da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

CERTIFICA e dou fé, que a pedido da parte interessada, estamos fornecendo certidão composta de 24 (vinte e quatro) folhas que compreendem 41 (quarenta e uma) páginas, todas devidamente rubricadas e numeradas, obtidas diretamente do registro escritura particular de emissão privada de série única de cédula de crédito imobiliário, sob o nº 1318115, em 04 de janeiro de 2011, em microfilme.

CERTIFICA finalmente que, verifiquei constar posteriormente as averbações, sob os nºs 1318116, 1318117, 1318118, 1318119, 1318120, 1318121, todas em 04 de janeiro de 2011. São Paulo 18 de fevereiro de 2013. Eu,

(José Natai da Silva Filho), escrevente, a digitei e

corrixi. O Oficial,

5º R. T. D. C. P. J.	
EMOLUMENTOS:	120,51
ESTADO:	34,37
IPESP:	25,66
REG. CIVIL:	6,52
T. JUSTIÇA:	6,52
TOTAL:	193,68
CUSTAS E CONTRIBUIÇÕES	
RECOLHIDAS POR HERDA	



5º Oficial de Registro de Títulos
e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
Norma Veneroso Max Ferreira
Belo Horizonte

AS CERTIDÕES DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS JURÍDICA TÊM O MESMO
VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE:

Código Civil Brasileiro — "Art. 217: Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".

Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015 / 73) — "Art. 161: As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo".

OFICIAL DE REG. CIVIL DES. NAT. ET ETIENNE JACQUES
NOTAS 207 30º SUBSTITUTO DO GRADUADO
São Paulo - Capital - Tel: (11) 3066-5744

AUTENTICAÇÃO - ESTA COPIA REPRODUCIDA
CONFERE COM O ORIGINAL SOU FE

S. Paulo 08 MAR 2013

VALIDO APÓS DE
CON SELO DE
AUTENTICAÇÃO

□ Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
L. Guerreiro Cardoso
L. L. Citrini
VALOR DE AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



1063AY818213

54

**ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PRIVADA DE SÉRIE ÚNICA.
DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO**

Pelo presente instrumento particular ATAC, ALDA, GARANTIDORA, FIADORES e Fiel Depositário, abaixo qualificados, resolvem firmar a presente Escritura Particular de Emissão Privada de Série Única de Cédulas de Crédito Imobiliário, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1. DAS DEFINIÇÕES

Para fins desta Escritura de Emissão, as expressões abaixo, no singular ou no plural, quando grafadas em maiúsculo, têm os significados ora apresentados:

Aplicação Financeira: certificado de depósito bancário emitido pelo Banco BWA S.A., de titularidade da EMITENTE, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), cuja aplicação será feita na forma desta Escritura de Emissão, sendo denominado "CDI".

BANCO REGISTRADOR ou BVA: Banco BWA S.A., com sede na Avenida Borges de Medeiros, 833, conjunto 501, Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 32.254.136/0001-03.

CI: Cédula de Crédito Imobiliário emitida pela EMITENTE na forma do Anexo I por meio da presente Escritura de Emissão e de acordo com as normas previstas na Lei 10.581, de 02 de agosto 2004, representativa do Crédito Imobiliário, a qual é disciplinada pela presente Escritura de Emissão.

Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras: cessão fiduciária das Aplicações Financeiras em favor do CREDOR, constituída cedutamente pela EMITENTE nos termos desta Escritura de Emissão.

Crédito Imobiliário: a totalidade dos créditos de crédito devidos pela ALDA à ATAC oriundos da Concessão de Superfície, correspondentes à 100% (cento por cento) do valor total devido em razão do referido contrato, representando o Crédito Imobiliário e, portanto, a CI, a totalidade dos créditos devidos pelo DEVEDOR no âmbito do Instrumento Imobiliário. A CI representa o Crédito Imobiliário, e que inclui o principal, todos os seus respectivos acréscimos, incluindo correções e atualizações monetárias, de mora ou penalidades, e demais encargos contratuais de responsabilidade da ALDA.

CREDOR: futuro titular da CI objeto desta Escritura de Emissão, mediante aquisição da mesma por meio de negociação através da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

DEVEDOR ou ATAC: devedora do Crédito Imobiliário objeto da Concessão de Superfície, qual seja, a ALDA PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA S.A., sociedade com sede na Fazenda Prédio, Rodovia BR 020, Km 180 s/n, CEP 73.825-000, Cidade de Vila Boa, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.848.598/0001-40 e sede administrativa situada à SIBS Quadra 03, Conjunto B, Lote 06, Núcleo Bandeirantes, CEP 71.736-302, Brasília, Distrito Federal.

EMITENTE ou ATAC: ATAC PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA LTDA, sociedade com sede na Fazenda Campo Negro, Rodovia BR 020, Km 180, s/n, CEP 73.825-000, Cidade de Vila Boa, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.816.596/0001-17, EMITENTE da CI.

Escríptura de Emissão: a presente Escritura Particular de Emissão Privada de Série Única de Cédulas de Créditos Imobiliários da EMITENTE.

Entendo garantir alegadamente prestada pelos FIADORES na forma desta Escritura de Emissão.

FIADORES: Alvaro Cesar Junior, brasileiro, divorciado, residente à SIMS, 9 conjunto 12, Setor de Habitação Individual Sul - Lago Sul, Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrito no CPF/MF sob nº 441.349.918-20 e ALDA PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA S.A., sociedade com sede na Fazenda Prédio, Rodovia BR 020, Km 180 s/n, CEP 73.825-000, Cidade de Vila Boa, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.848.598/0001-40 e sede administrativa situada à SIBS Quadra 03, Conjunto B, Lote 06, Núcleo Bandeirantes, CEP 71.736-302, Brasília, Distrito Federal, e Maria Inês Corrêa Costa, brasileira, divorciada, residente na Quadra SIMS, 9 conjunto 12, Brasília, Distrito Federal.

1 / ✓ ✓ 124

OFICIAL DE REG. CIV. PLS. MAT. E PREGUÍZIA
NOTAS DO 3º SUBSETRATO DO IFRAPERA
São Paulo - Caixa - tel: (11) 5506-5744
AUTENTICO - ESTA COPIA REPROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL. D.O.U. P.E.
S. Pauli 08 MAR 2013
VALIDO SOBRETE
CON SEU DE
AUTENTICADO
Cristiano Guerreiro Cardoso
Cahthonathan Citrini
PREÇO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



Residência no CPPMF sob nº 513.884.551-15, a Tatiane Cordeiro Coury Faria Santos, brasileira, casada, residente à Queda SCS 315, bloco D, 1º Apto 401 - Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CPPMF sob nº 893.763.551-52, e Roberto Faria Santos Filho, brasileiro, casado, residente à Queda SCS 315, bloco D, 1º Apto 401 - Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, inscrito no CPPMF sob nº 560.201.206-68.

Garantias: Hipoteca, Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras e Fiança.

GARANTIDORA: Carlos Alberto de Barros, brasileiro, divorciado, residente à Rua Ministro João Pessoa Lalla, nº. 571 - Apt 1004, Cidade de Cuiabá, Mato Grosso, inscrito no CPPMF sob nº 079.323.081-00.

Hipoteca: Hipoteca em 1º grau do Imóvel hipotecado constituída peculatamente pela GARANTIDORA nos termos desta Escritura de Emissão.

Imóvel: Imóvel objeto da Concessão de Superfície, localizada na Comarca de Formosa, Estado de Goiás, objeto da matrícula nº 2.826 do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa, Estado de Goiás, inscrito junto à Receita Federal sob o NIRE nº 4.233.574-1 e Junta de INCRA sob o CCIR nº 950.076.299.863-2, com área total de 1.568,1000 ha, descrito no Anexo III.

Imóvel Hacienda: Imóvel descrito no Anexo IV.

Instrumento Imobiliário ou Concessão de Superfície: escritura pública de concessão de direito real de superfície lavrada em 21 de dezembro de 2010, pelo Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa, Estado de Goiás, através da qual a EMITENTE concedeu ao DEVEDOR o direito de superfície do imóvel, cujas principais termos e condições estão descritos no Anexo II a esta Escritura de Emissão.

INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO: BRL TRUST Serviços Fiduciários e Participações Ltda., sociedade com sede na Rua Tabapuã, nº 1123, 4º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.569.414/0001-57.

Cláusula 2. DO OBJETO

2.1. A EMITENTE é titular dos Créditos Imobiliários oriundos do Instrumento Imobiliário.

2.2. Pela presente Escritura de Emissão, a EMITENTE emite a CCI na forma do Anexo I e descrevendo no Anexo II a vincula o Crédito Imobiliário à CCI emitida nessa forma dessa Escritura de Emissão.

2.2.1. A via negocial e original da CCI ficará depositada junto ao BANCO REGISTRADOR ou outra instituição que seja indicada por este, desde que aprovada pelo CREDOR, para tanto junto à CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

2.3. A EMITENTE fica solidária e integralmente coobrigada pelo pagamento do Crédito Imobiliário ao CREDOR, renunciando a qualquer benefício de ordem ou divisão, respondendo pela solvência do DEVEDOR e, ainda, pela inexecução do fluxo de pagamentos indicado no Crédito Imobiliário.

2.4. A EMITENTE responsabiliza-se, perante o CREDOR, pelo valor, legalidade, legitimidade, exatidão e veracidade do Crédito Imobiliário, declarando que o mesmo encontra-se perfeitamente constituído e na justa e fia forma a substância em que foi descrito nesta Escritura de Emissão, e de acordo com o Instrumento Imobiliário. Para esta fia, a EMITENTE declara expressamente que:

a) o Crédito Imobiliário e os títulos que se representam nela garantem não forem objeto de qualquer cessão ou compromisso de cessão por parte da EMITENTE, nem estão sujeitos a qualquer ônus, não tendo sido objeto de ação, período, arresto, período, cessão fiduciária, sequestro, caupião ou qualquer outra espécie de constrição;

b) é desentor da direito de superfície sobre o imóvel na forma da Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Superfície firmada junto ao titular do imóvel e registrada no 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa, Estado de Goiás em 21 de dezembro de 2010, restando devidamente autenticada, para todos os fins e efeitos de direito, a firmar o Instrumento Imobiliário;

c) não há qualquer direito de ação ou qualquer acordo firmado que tenha dado ou possa dar lugar a qualquer alegação de compensação ou outra forma de extinção, redução e/ou mudanças de condição de pagamento com relação ao Crédito Imobiliário;

d) nenhum dos valores relacionados ao Instrumento Imobiliário foi pago antecipadamente pelo DEVEDOR, não havendo, inclusive, qualquer proposta pendente nesse sentido;

e) não há qualquer reclamação ou procedimento judicial, coletivo ou individual, relativamente aos

284

OFICINA DE REG. CIVIL PES. MARCOS DA SILVA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
São Paulo - Capital - tel/(11) 5500-5744
AUTENTICAÇÃO - ESTAMPARIA AUTOGRAFICA
CONFERIR COM O ORIGINAL. DOU FE

S. Paulo, 28 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Card
 Jonathan Citrini
Pago POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



1063/XYB18216



510

Créditos Imobiliários, inclusive quanto a eventual aplicação de direito ou vícios reabilitáveis, ou em relação ao Crédito Imobiliário, seja quanto à sua existência na forma em que estão indicados neste Documento de Emissão, à validade do respectivo critério de qualificação monetária ou qualquer vínculo de relação a ele alegados ou nela contidos; e

2.3. A emissão da CCI é formalizada rigorosamente de acordo com os princípios e critérios definidos pela Lei 10.931/04, de 02 de agosto de 2004 e demais normas em vigor aplicáveis às obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão.

2.4.1. A EMITENTE se obriga a informar imediatamente ao CREDOR e ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO ou a qualquer outro cessionário da CCI ao qual a informação seja aplicável, a respeito de eventual infração, incorreção ou inveracidade do quanto previsto nos items supra, tão logo tenha conhecimento. Para fins de cumprimento do disposto neste item, a EMITENTE se obriga a identificar o titular da CCI por meio dos registros pertinentes.

2.4.2. A EMITENTE compromete-se a indemnizar o CREDOR, sob pena de vencimento antecipado, caso: (i) a existência ou a exigibilidade do Crédito Imobiliário seja contestada pelo DEVEDOR ou por qualquer terceiro, total ou parcialmente, com qualquer fundamento, inclusive com base na nullificação, anulação, declaração de nulidade, rescisão, restituição, resilição ou denúncia, total ou parcial, do instrumento imobiliário ou da relação jurídica que deu origem ao Crédito Imobiliário; (ii) o instrumento imobiliário, ou qualquer das relações jurídicas que deram origem ao Crédito Imobiliário, seja alterado ou modificado, total ou parcialmente, sem a prévia e expressa anuência do CREDOR, ou, ainda, (iii) o instrumento imobiliário, ou qualquer das relações jurídicas que deram origem ao Crédito Imobiliário, seja alterado em razão de decisão judicial ou administrativa.

2.5. Todos os direitos acessórios ao Crédito Imobiliário, tais como juros e encargos monetários, correção monetária, bens e/ou títulos as prestações, ações e prêmios relativos a eles, bem como todas as garantias, reais ou pessoais, que seja acessório ao Crédito Imobiliário e que garantia, total ou parcialmente, seu pagamento são, juntamente com o Crédito Imobiliário, automaticamente transferidos pela EMITENTE ao CREDOR nesta ata, para todos os fins e efeitos de direito.

Cláusula 3. DAS CARACTERÍSTICAS DA CCI

3.1. Quantidade de Títulos - Será emitida 01 (uma) CCI.

3.2. Prazo e Vencimento - A CCI terá o prazo e a data de vencimento informados no Anexo I a esta Escritura de Emissão.

3.3. Forma - A CCI será emitida cartularmente.

3.4. Série e Número(s) - A emissão é realizada em 01 (uma) série única, composta de uma única CCI nº 01, descrita no Anexo I.A, a esta Escritura de Emissão.

3.5. Negociação - A CCI será registrada pelo BANCO REGISTRADOR para negociação na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Atores e Derivativos.

3.6. Prazo de Pagamento - Correspondente à fração do Instrumento Imobiliário atribuída à CCI, conforme indicado no Anexo V a presente Escritura de Emissão, sendo os valores proporcionais ao Crédito Imobiliário.

3.7. Forma de Reajuste - Forma de reajuste constante do Instrumento Imobiliário, conforme descrito no Anexo II a presente Escritura de Emissão.

3.8. Local de Pagamento - O Crédito Imobiliário deverá ser pago exclusivamente na Conta Vinculada de Superfície (absovio definido).

Cláusula 4. COBRANÇA DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO

4.1. Pela assinatura da presente o DEVEDOR declara-se ciente de que deve realizar os pagamentos de todos os valores devidos em razão do Instrumento Imobiliário, ou seja, o Crédito Imobiliário, exclusivamente na conta vinculada da EMITENTE nº 10713408 mantida junto à agência 004 do BBX ("Conta Vinculada de Superfície"). A Conta Vinculada não poderá ser movimentada, em qualquer hipótese, pela EMITENTE.

4.2. A EMITENTE compromete-se a não comunicar ou noticiar o DEVEDOR sobre qualquer alteração

324

ÓRGÃO DE REGISTRO DE TÍTULOS, BENS E DOCUMENTOS
NOVA IGUAZU - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SAC 7000 - CEP 28700-5704
AUTENTICO - ESTAMPA XEROGRAFICA
CONFIRA COM O ORIGINAL. DOU FE.

S. Paut. 08 MAR 2013

VALOR SONORO
COM SELO DE AUTENTICIDADE



Cesar Liane Guerreiro Cardoso
Jonathan Citrini
VALOR SONORO R\$ 2,50



de forma de pagamento ou de outra a serem depositados os recursos do Crédito Imobiliário sem a prava e expressa anúncio do CREDOR ou do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO.
4.3. Desde que portualmente a integralmente recebidos pelo BVA, os valores referentes ao Crédito Imobiliário serão repassados ao CREDOR nos prazos indicados no cronograma do Anexo V, sendo os recursos mantidos na Conta Vinculada de Superfície até a sua efetiva transferência.

4.4. Os termos e condições da Conta Vinculada serão regidos por instrumentos apartados firmados entre a EMITENTE, o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, o DEVEDOR, conforme o caso, e o BVA, quando o CREDOR, mediante a aquisição da CCI, a todos os seus termos e condições.
4.5. Caso a EMITENTE venha a receber valores diretamente do DEVEDOR, deverá fazê-lo para os fins dos Artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, na qualidade de depositária de tais valores, desde já se comprometendo a comunicar tal fato ao CREDOR, ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO e ao BVA e a transferir tais valores à Conta Vinculada de Superfície, no prazo de 1 (um) dia útil do seu recebimento, devidamente corrigidos pela taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over esta grup", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Sistec Organizado de Ativos e Derivativos, sem qualquer dedução, retenção ou desconto.

4.5.1. Adicionalmente, a EMITENTE se obriga a informar o CREDOR, o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO e o BVA sobre qualquer atraso de pagamento antecipado que lhe venha a ser apresentado solicitado pelo DEVEDOR.

CLÁUSULA E. CONDIÇÕES PRECEDENTES

- E.1. A liberação dos recursos, parcial ou integral, à EMITENTE, em fundos imediatamente disponíveis, equivalentes ao valor de emissão da CCI está condicionada, na forma do Contrato de Administração (a Conta Vinculada, Fundos Vinculados e Outras Arrecadas firmado entre EMITENTE, BVA e INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, ao cumprimento, pela EMITENTE, das seguintes condições precedentes de forma integral e cumulativa, de forma satisfatória ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO:
- a) validade e veracidade das declarações prestadas nessa Escritura de Emissão pela EMITENTE, pela ALDA e pela GARANTIDORA ao CREDOR e/ou ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO;
 - b) devida constituição e formalização das Garantias relacionadas à CCI, de modo satisfatório ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO;
 - c) apresentação ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO dos comprovantes dos registros das Garantias, e dessa Escritura de Emissão junto aos cartórios competentes;
 - d) devida constituição e registro do Instrumento Imobiliário e demais documentos necessários à (re)formalização do Crédito Imobiliário;
 - e) inexistência de qualquer hipótese que possa ensejar o vencimento antecipado da CCI ou do Crédito Imobiliário, de acordo com o disposto neste instrumento, no Instrumento Imobiliário ou na lei;
 - f) inexistência ou ausência de qualquer mudança material adversa nos negócios, condição financeira, operações e desempenho econômico-operacional das atividades da EMITENTE e/ou da GARANTIDORA, ou qualquer evento ou condição que afete de forma material a capacidade da EMITENTE e/ou da GARANTIDORA, de cumprir as obrigações, inclusive pecuniárias, previstas nessa Escritura de Emissão (doravante simplesmente "Efato Adverso Relevantes", relacionados à EMITENTE e à GARANTIDORA em conjunto ou isoladamente, conforme o caso);
 - g) validade, legalidade e exequibilidade de todos os documentos relacionados à CCI, inclusive, mas não se limitando, àquelas que dão origem ao Crédito Imobiliário;
 - h) não ocorrência de fato ou manifestação relevante ou extraordinária de ordem política, social ou econômica, em caráter nacional (municipal, estadual ou federal) ou internacional, que possa comprometer negativamente a CCI, o Crédito Imobiliário ou qualquer dos negócios jurídicos que delas fazem parte;
 - i) não superveniente de qualquer mudança legislativa e/ou regulamentar, incluindo aquela de natureza tributária, que possam atestar negativamente a implementação da CCI ou de qualquer dos negócios jurídicos que delas fazem parte;
 - j) não superveniente de alterações legislativas ou atos de qualquer autoridade ou, ainda, a ocorrência de qualquer ato ou contestação judicial e/ou administrativa impetrada, por qualquer interessado, que, venha a impedir e/ou questionar a legalidade e/ou viabilidade de qualquer dos negócios jurídicos que fazem parte da CCI;
 - k) não incidência de novas tributos de qualquer natureza sobre a CCI como um todo, ou sobre qualquer dos contratos e/ou relacionados de forma direta ou indireta, ou aumento substancial das alíquotas ou valentes dos tributos já incidentes até a data de emissão da CCI, que justificadamente tornem a continuidade da CCI inválida ou desaconselhável;

Fls. 04

DEPOIMENTO DE REGISTRO PESADO E TIMBRAÇÃO
NOTA DO Nº SUMINISTRO DO MERCADORIA
São Paulo - Capital - tel. (11) 5505-5744
AUTENTICO - SEM CORA REPROGrafica
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE

5. Pauta 3 MAR 2013

VALIDO SOBRE
COM SELO DE
AUTENTICO

C. Barbosa Guerreiro Cardoso
C. Jonathan Citrini
PAGA POR AUTENTICACAO R\$ 2,50



26/01/2013, de São Paulo, SP - Documento
Ficha armada da registrada
sob o nº 00000000000000000000000000000000
em 26/01/2013.

- I) não ocorrerá da basear hipótese ou da forma maior que tornem a implementação da CCJ inviável ou desaconselhável ao CREDOR à EMISSOR, ou à GARANTIDORA;
II) apresentação ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO de cópia autenticada de todos os transcritos e posteriorização dos poderes da representação da EMISSOR, do DEVEDOR e da GARANTIDORA, salvo se estiverem em conflito com as respectivas estatutos, elas constata sociais, deliberações ou outras, prorrogadas e comprovação da posse de cargo dos consultores ou diretores, diretamente ou indiretamente na Junta Comercial competente;
III) apresentação ao INTERVENIENTE, do DEVEDOR e da GARANTIDORA, autorizando, conforme o caso, o encerramento do imóvel Hipotecado em garantia de suas dívidas devidamente arquivadas na Junta Comercial competente, no aplicável;
IV) apresentação ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO do compromisso de registro dessa Escritura de Encargo no Registro da Imóveis competente;
V) apresentação ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO do laudo de avaliação do imóvel Hipotecado, acompanhado da certidão pertinente;
VI) a EMISSOR, o DEVEDOR e a GARANTIDORA, autorizarem, competente com todos os direitos por eles assumidos, no âmbito desta Escritura de Encargo, não de quaisquer outros instrumentos reconhecidos à presente Escritura.

5.2. Em razão da perda de EMISSOR, não mais é, a totalidade das valorações pagas pelo CREDOR em razão da assinatura das CCJ sera抵扣, independentemente, na conta Venezuela nº 1071304 de Emissor referida conta movimentada de acordo com o Decreto de Administração da Conta Venezuela, Fundos Venezuela e Outras Atividades (Decreto de Administração da Conta Venezuela), o qual prevê, dentre outros, a possibilidade de abertura da Conta Venezuela para pagamento das despesas e tributos incidentais por constituição do referido contrato, bem como dessa Escritura de Encargo, inclusive das despesas com a contratação do Interveniente Fiduciário e com a agência de classificação de risco da operação, e posteriormente realização de aquisições financeiras permitidas conforme Comitado de Administração da Conta Venezuela.

5.2.1. Sem prejuízo do previsto na cláusula imediatamente acima, em qualquer caso, a liberação de recursos à EMISSOR é destinada devidamente ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO permanecendo operado na Conta Venezuela da Liberação e somente no sentido disponibilizado pelo Banco BVA, sob o nome de EMISSOR, pelo talento bancário, de notificação antecipada, pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, mediante o devido cumprimento pela EMISSOR das Condicionais Procedentes acima mencionadas.

CLAUSULA 4. GARANTIA

6.1. Para assegurar o fato e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias derivadas da CCJ, entende nos termos dacláusula de Emissão a todos os seus aditivos, inclusive, sem quaisquer limitações, todos os custos e despesas, justificadas ou alegadas, honorários de advogado e advocacy e quaisquer outras despesas, de qualquer natureza, que possam ser incorridos pelo CREDOR, pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO ou pelo BVA, em relação à defesa, resguardos ou encargos da CCJ, das Garantias ora constituídas e/ou sua respectiva base ou/ou direta das quais, são nulas as constituições das Garantias previstas na Cláusula 1, da qual se encadrem eventualmente formalidades adicionais, sendo impeditas quaisquer contradições a tais condições.
6.2. Caso as Garantias constem ou se tornem irrealizáveis, ficando para atender a respectivo prazo final indicado nas respectivas cláusulas elascas, ou se os bens elas elascas deixassem em garantia devedores, devedores, fornecedores, segurados, arrendatários ou de qualquer medida judicial (e administrativa, ou, ainda, sobremane, haveria, estribu ou tornarem-se irrealizáveis, impossíveis ou irreversíveis, a EMISSOR obriga-se, desde já, a reverter ou substituir as Garantias, salvo devidamente à prescrição Escritura de Emissão em termos autorizados ao CREDOR, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO sobre a mesma, sob pena da possibilidade ao CREDOR a desculpação e vencimento antecipado da CCJ.

Paulo Henrique Cardoso
Assinatura

504



VALIDO SOLENTE
COM SELO DE
AUTENTICIDADE

PROT. DE 06.01.2013, Nº 1071304
EXCEPCIONALMENTE AUTORIZADO A SER CONSULTADO
Pelo Conselho de Contabilidade Pública do Estado de São Paulo
INTERVENIENTE COPIA AUTENTICADA
CONTRARIA O ORIGINAL DOU PE.



PROT. DE 06.01.2013, Nº 1071304
EXCEPCIONALMENTE AUTORIZADO A SER CONSULTADO
Pelo Conselho de Contabilidade Pública do Estado de São Paulo
INTERVENIENTE COPIA AUTENTICADA
CONTRARIA O ORIGINAL DOU PE.

Abaixo, 06 MAR 2013



PROT. DE 06.01.2013, Nº 1071304
EXCEPCIONALMENTE AUTORIZADO A SER CONSULTADO
Pelo Conselho de Contabilidade Pública do Estado de São Paulo
INTERVENIENTE COPIA AUTENTICADA
CONTRARIA O ORIGINAL DOU PE.



PROT. DE 06.01.2013, Nº 1071304
EXCEPCIONALMENTE AUTORIZADO A SER CONSULTADO
Pelo Conselho de Contabilidade Pública do Estado de São Paulo
INTERVENIENTE COPIA AUTENTICADA
CONTRARIA O ORIGINAL DOU PE.

I 29 fl. de Fls. de Títulos e Documentos
Ficha arquivada c/ la ressarcida
sob o nº 001002461 em 29/12/2013.

A - Regras Especiais relativas à Hipoteca

6.5A GARANTIDORA, em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela EMITENTE nos termos da OCI e desta Escritura de Emisão, hipoteca em favor do CREDOR o Imóvel Hipotecado, de acordo com o artigo 1.473 e seguintes do Código Civil Brasileiro, com efeitos a partir da presente data, em acordo com os termos e condições desta Escritura de Emisão.

6.5A A presente Hipoteca deve permanecer em pleno vigor e produzir efeitos até que a EMITENTE compre integralmente com todos as obrigações por ela assumidas nos termos desta Escritura de Emisão e da OCI.

6.5A GARANTIDORA e a EMITENTE, de forma solidária, neste ato, declaram e garantem ao CREDOR que o Imóvel Hipotecado encontra-se livre e desembargado de qualquer ônus, garantias reais, ou gravames de qualquer natureza e que assim permanecerá até a Integral liquidação da OCI.

6.6 Poderá o CREDOR e/ou o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, as expensas da EMITENTE, promover ou solicitar a EMITENTE que promova, a qualquer tempo, avaliações técnicas do Imóvel Hipotecado para averiguar o seu valor e as condições em que se encontra.

6.7 A GARANTIDORA, desde já, autoriza o CREDOR, o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO ou qualquer terceiro por elas indicados, em caráter irrevogável e irratificável, a visitar o Imóvel Hipotecado até que sejam integralmente cumpridas as obrigações assumidas pela EMITENTE no âmbito desta Escritura de Emisão e da OCI.

6.8 Fica, desde já, estabelecido entre as partes que, durante a vigência da Hipoteca ora constituída e até que integralmente cumpridas, à solicitação do CREDOR, todos as obrigações assumidas pela EMITENTE, o valor patrimonial do Imóvel Hipotecado não poderá ser inferior ao montante mínimo de cobertura, equivalente a R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões e trinta mil reais).

6.9 Para fins de verificação do valor patrimonial do Imóvel Hipotecado previsto acima, a GARANTIDORA e a EMITENTE comprometem-se a encaminhar anualmente ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, às suas expensas, a partir da data de emissão da OCI, laudo de avaliação do Imóvel Hipotecado atualizado.

B - Regras Especiais relativas à Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras

6.10. A EMITENTE cede fiduciariamente, neste ato, em favor do CREDOR as Aplicações Financeiras, nos termos da legislação em vigor, em especial do artigo 66-B da Lei nº 4.729/65, arts. 18 a 20 da Lei nº 5.514/1997 e das cláusulas ora pactuadas.

6.11. Compromete-se a EMITENTE a notificar o(s) agente(s) depositário(s) das Aplicações Financeiras quanto à garantia outorgada, bem como que o resgate, o qual deverá ocorrer necessariamente através da Conta Vinculada de Liberação, apenas será admitido mediante autorização prévia do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, devendo o(s) agente(s) depositário(s), no prazo de 02 (dois) dias contados da data da realização da respectiva aplicação, encaminhar ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO cópia do comprovante de referida notificação.

6.11.1. A notificação deverá fazer referência à presente Escritura de Emisão e conter os dados das Aplicações Financeiras e o respectivo código de registro junto à CETIP S.A. – Balanço Organizado de Ativos e Derivativos.

6.11.2. A notificação será considerada parte integrante desta Escritura de Emisão para todos os fins e efeitos de direito.

6.12. A cessão fiduciária ora constituída abrange e abrangêra a cessão fiduciária de todos os direitos da EMITENTE oriundos das Aplicações Financeiras, incluindo os direitos de dispor, usar, debitar, transferir, negociar, auferir rendimentos, realizar e monetários, acessórios e frutos de qualquer espécie ou natureza, bem como sacar, haver, inventar e, principalmente, receber os recursos decorrentes dos negócios das Aplicações Financeiras.

6.13. Para fins de acompanhamento das Aplicações Financeiras, deverão ser disponibilizados pelo Banco Depositário ao Interventor Fiduciário extratos das aplicações em periodicidade mensal, e sempre que solicitado. Fazendo tanto, a EMITENTE, desde já, autoriza referida Instituição a disponibilizar informações ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO.

6.14. A EMITENTE, neste ato, declara e garante ao CREDOR que as Aplicações Financeiras deverão permanecer livres e desembargados de qualquer ônus, garantias reais, ou gravames de qualquer natureza até a Integral liquidação da OCI.

6.15. A EMITENTE declara-se cliente, para todos os fins a efeitos de direito, que todas as despesas relacionadas à formalização da garantia ora oferecida serão da sua responsabilidade.

6.15.1. Caso não sejam atendidas as condições precedentes e demais termos para liberação de recursos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar desta data, e desde que o prazo não seja

6/24

ÓRGÃO DE REG. CIV. RELAT. E REGULAM.
NÚM. 001002461-001
São Paulo - Capital - tel. (11) 5506-5744

AUTENTICO: ESTAMPA DA REPROGRAPHA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE

S. Paulo 02 MAR 2013

VALIDAMENTE
COM SELO DE AUTENTICACAO

Cleymiro Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



2016, de São Paulo e Recife
Fica arquivado para posterior
uso e é intitulado a 20/2/2016.

21/1, de São Paulo e Recife
Fica arquivado para posterior
uso e é intitulado a 20/2/2016.

4. Aprovado expressamente pelo CREDOR, dando o INTERVENTE FIDUCIÁRIO emitir ordem de pagamento das Autorizações Financeiras, sendo os valores allusivos para o recolhimento integral da CCI, sendo questa emissão dar-se mediante o pagamento do saldo devedor da CCI, na referida data, devendo a INTERVENTE fornecer com eventual diferença entre os valores devidos e o montante resgatado das Autorizações Financeiras.

5. AINTERVENE, desde já, autoriza, de forma irrevogável e irrestrita, o INTERVENTE, PRINCIPAL DE FIDUCIA, a promover o resgate das Autorizações Financeiras e utilizar os valores para o resgate da CCI, na referida data. Faz-se constar que a Apresentação da CCI deve ser realizada no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data prevista para pagamento pelo DEVEDOR ou pela EMITENTE, independentemente da notificação, intimação, citação ou qualquer outra forma judicial ou extrajudicial.

6.17. Os FIDUCIÁRES renunciam a qualquer benefício eventualmente decorrente, conforme o caso, do pedido de homologação judicial ou extrajudicial ("Reconhecido") da EMITENTE ou do DEVEDOR e reconhecem, neste ato, que (i) eventual pedido de Reconhecimento ou aprovação do plano de recuperação da DEVEDOR ou da EMITENTE não impedirá conexão ou alteração da sua obrigação a despeito das reais facturas de Emissão nem imporá qualquer ação movida pelo CREDOR para cobrança, nos valores devidos, por qualquer dos FIDUCIÁRES; (ii) devendo pagar o crédito devido ao CREDOR no valor e forma estabelecidas nesta Escritura de Emissão sem qualquer alteração em razão da Recuperação e (iii) deverá habilitar na Recuperação os valores pagos ao CREDOR e se sujeitar a eventual placa de recuperação da EMITENTE ou do DEVEDOR, ainda que esse pleno de recuperaria alcance o monte o valor pago ao CREDOR pelos FIDUCIÁRES.

C - DISPOSIÇÕES GERAIS DAS GARANTIAS

6.18. A constituição das garantias estabelecidas nela constatada (i) por estabelecimento da presente Escritura de Emissão, em forma e conteúdo aceitáveis pelo CREDOR ou (ii) por documento específico a ser estabelecido pelo CREDOR, o qual constituirá parte integrante a indispensável desta Escritura de Emissão.

6.19. Salvo disposição em contrário e em atendimento ao disposto nessa Escritura de Emissão, todas as Garantias outorgadas ao CREDOR, permanecem válidas e autônomas até o seu e integral pagamento das verbas devidas em decorrência da CCI e desde Escritura de Emissão.

6.20. A EMITENTE deverá provisoriamente, de suas próprias, o registro da presente Escritura de Emissão no Conselho de Contabilidade de Registro de Tributos e Documentos no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da presente data, bem como o seu registro no Conselho de Registro de Imóveis e no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data, nos termos do artigo 1.361 § 1º do Código Civil Brasileiro, e do artigo 123, § 7º da Lei nº 8.015 de 31 de outubro de 1990.

6.21. Qualquer instrumento à presente Escritura de Emissão também devendo ser registrados nos Conselhos de Registro de Tributos e Documentos e Conselhos de Registro de Imóveis, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da sua celebração, às exclusivas expensas da EMITENTE.

6.22. Para todos os Garantias constantes nessa Declaração 6, a EMITENTE consegue a (i) não alienar, ceder, transferir, vender ou gerar com ônus de qualquer natureza a terceiro hipotecado a as Autorizações Financeiras; (ii) quando efeitos de forma temporária a失去 de qualquer ato, seja, independentemente do propósito que possa, de qualquer forma, afetar o principal as Autorizações Financeiras, o terceiro hipotecado ou ainda as garantias que incida sobre obstar cientes, até que sejam cumpridas as obrigações de responsabilidade da EMITENTE decorrentes da presente Escritura de Emissão, sob pena de resolução antecipada da CCI, representada pela CCI e de sua responsabilidade civil.

704

OFÍCIAL DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÕES FINANCEIRAS
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SACARAPOLIS
AUTORIZAÇÃO N.º 11.500-574
CONFERIDA COM O ORIGINAL. DOU FE.

S. P. 03 MAR 2013

VALIDO SOMENTE
COM SELO DE
AUTENTICAÇÃO



□ Cícero Guedes Cardoso
L. Júlio Cesar L. Cirino
Título Resumulado R\$ 2,50





cialista, conforme legislação aplicável; h) (ii) manter o imóvel em perfeito estado de conservação e uso, salvo os tributos e demais encargos fiscais e patrimoniais eventualmente incidentes sob pena de multa ao CREDOR declarar o vencimento antecipado da dívida representada pela CCI e de sua responsabilização civil e criminal, conforme legislação aplicável.

6.21. O DEVEDOR e a GARANTIDORA respondem, no limite de suas atribuições, solidariamente com a EMITENTE pelas obrigações acima estipuladas.

6.22. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, obrigar-se à EMITENTE, o DEVEDOR e a GARANTIDORA a assinarem todos os outros documentos e a praticar todos os demais atos necessários à perfeita constituição e plena eficácia das Garantias, conforme seja exigido nos termos da legislação brasileira em vigor.

6.24. A EMITENTE, nesse ato, declara-se ciente de que as Garantias conferem ao CREDOR, mediante a ocorrência de qualquer das hipóteses enumeradas na Cláusula 10, de forma automática e em caráter inviolável e irrevogável, o direito de, na forma da regulamentação em vigor, executar judicialmente o imóvel hipotecado e utilizar as Aplicações Financeiras para a liquidação das obrigações assumidas pela EMITENTE na CCI.

6.25. Desta forma, em tando ocorrido qualquer das hipóteses estabelecidas na Cláusula 10 acima, considerar-se-á em favor do CREDOR a propriedade plena das Aplicações Financeiras, podendo o CREDOR, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, a seu exclusivo critério, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, especialmente aquelas previstas pelo Artigo 66-B, Parágrafos 3º e 4º da Lei nº 4.725/65, (i) resgatar os referidos bens e/ou utilizar-se da integralidade dos recursos financeiros decorrentes da sua resgate para a amortização extraordinária, parcial ou total, das obrigações oriundas da presente Escritura de Emissão e da CCI, deduzindo todas as despesas expropriadamente incorridas com o seu resgate, sem prejuízo da execução, pelo CREDOR, de quaisquer outros direitos, garantias e prerrogativas cabíveis; e/ou (ii) alienar, no todo ou em parte, a largarza os referidos bens e os direitos das decorrentes. Nesta hipótese, o CREDOR, a seu exclusivo critério, aplicará o produto decorrente da venda dos referidos bens na liquidação parcial ou total dos débitos apurados, seus encargos e das despesas decorrentes, permanecendo a EMITENTE responsável pelo pagamento do saldo da CCI no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ocorrência, por escrito, dado pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO à EMITENTE. Tal procedimento não obstará a cobrança do mesmo via execução, de acordo com o disposto no artigo 565 do Código de Processo Civil, caso o saldo permaneça devedor.

6.26. Para o cumprimento de tais propósitos, o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, na qualidade de representante do CREDOR, fica expressamente autorizado pela EMITENTE a executar todas as medidas extrajudiciais necessárias para a transferência, negociação, utilização, decupção, cessão ou alienação das Aplicações Financeiras gerando de poderes para a assinatura de contratos e celebração acordos, conforme venha a julgar oportuno, no seu exclusivo critério. A procuração constituida nos termos desta cláusula é inviolável e irrevogável por todo o período de validade da CCI (conforme os artigos 664 e 665 do Código Civil).

Cláusula 7. INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO

7.1. O INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, na qualidade de representante do CREDOR, será responsável pela verificação da dívida e correta formalização das Garantias e seu acompanhamento, nos termos da Cláusula 5.

7.2. Mediante a aquisição da CCI, o CREDOR, nos termos desta Escritura de Emissão e da CCI, de forma inviolável e irrevogável, nomeia e constitui o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO como seu mandatário para representá-lo, em face da EMITENTE, da GARANTIDORA, do DEVEDOR, dos FIADORES, do Fiel Depositário e de terceiros, com poderes pra executar todos os atos necessários ao desempenho de suas atividades, em especial aquelas descritas abaixo.

7.3. A EMITENTE, a GARANTIDORA, o DEVEDOR e os FIADORES declaram-se cientes e de acordo com a nomeação do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO.

7.4. Caberá ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO:

- a) zelar pela proteção dos direitos e interesses do CREDOR, impregando no exercício de suas funções a cuidado e a diligência que todo homem ávido e probo emprega na administração dos próprios bens, acompanhando o cumprimento das obrigações assumidas pela EMITENTE, pelo DEVEDOR e pela GARANTIDORA, inclusive no caso de compartilhamento de Garantias;
- b) adotar as medidas extrajudiciais e auxiliar o CREDOR em eventuais medidas judiciais necessárias à defesa de seus interesses, bem como à resolução das Garantias e da CCI;
- c) receber e dar quitação de quaisquer débitos da EMITENTE e/ou dos FIADORES em nome do CREDOR;

824

ÓFICIAL DE REG. CIVIL PES. MAR. E TIBERJIA II,
ATLIS DO 20º Ofício do RG de S. PAULO,
São Paulo - CEP: 01056-5704

IDENTIFICAÇÃO - ESTAMPADA AUTENTICATIVA
CORRESPADE COM O ORIGINAL DOU FE.

S. Paulo 08 MAR 2013

Cristiano Querreiro Cardoso
Tribunal: Citimini
Por AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

VALIDO SOMENTE
CON SELO DE
AUTENTICAÇÃO



106347818226

o) possuir incômuns, a salvo e em boa guarda toda a escrituração, correspondência, inclusive aqueles enviadas por meio magnético, e documentos em geral relacionados ao exercício de suas funções, bem como cópias de todos os instrumentos de garantia e prestação de serviços e da CCI;

d) notificar o CREDOR da ocorrência de qualquer evento de vencimento antecedido da CCI daquele conhecimento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado do respectivo conhecimento;

e) circular, diariamente, o saldo devedor unitário da CCI, disponibilizando-o ao CREDOR através da central de atendimento do INTERVENIENTE FIDUCÁRIO;

g) proceder à verificação do atendimento aos prazos previstos nesta Escritura de Emissão; e

h) efetuar, imediatamente, e sempre que estabelecido nesta CCI e nos instrumentos relacionados, os avisos, notificações, fiscalizações e verificações neles previstas.

7.6. O INTERVENIENTE FIDUCÁRIO iniciará o exercício de suas funções a partir da data da assinatura deste instrumento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral da CCI ou, da posse do seu sucessor, em caso de destituição. Na hipótese de renúncia do INTERVENIENTE FIDUCÁRIO, este permanecerá no exercício de suas funções até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento pelo CREDOR, pelo BVA e pela EMITENTE da notificação de renúncia.

7.6. Até a integral liquidação da CCI, o CREDOR e o INTERVENIENTE FIDUCÁRIO, este último em benefício do CREDOR, poderão exercer, cumulativamente, todas as faculdades previstas nesta Escritura de Emissão e nos instrumentos relacionados, e em Lei, principalmente aquelas estabelecidas no artigo 19 da Lei nº 8.514, da 20 de novembro de 1997.

7.7. A EMITENTE, a GARANTIDORA e o DEVEDOR neste ato, de forma irrevogável e irretratável, como condição da presente Escritura de Emissão, até a integral liquidação da CCI, outorgam ao INTERVENIENTE FIDUCÁRIO poderes para:

- Praticar todos os atos previstos nesta Escritura de Emissão que sejam necessários para o cumprimento das obrigações da EMITENTE e do DEVEDOR nos termos deles;
 - Solicitar saldos e extratos da Conta Vinculada da Litteração e da Conta Vinculada de Superfície e fornecer contas necessárias à execução da CCI, se houver, e extratos simplificados da conta corrente do EMITENTE mantida junto ao BVA que indique a movimentação relacionada à liquidação das obrigações oriundas da CCI;
 - Tomar todas as medidas e assinar qualquer instrumento perante qualquer autoridade para os fins deste instrumento;
 - Assinar, apresentar e formalizar qualquer documento, praticar qualquer ato, ou fornecer qualquer outra providência que possa ser necessária para os fins deste instrumento.
- 7.8. O CREDOR, mediante a aquisição da CCI, outorga ao INTERVENIENTE FIDUCÁRIO poderes para:
- Praticar todos os atos previstos nesta Escritura de Emissão e nas Garantias que sejam necessários para o cumprimento das suas obrigações em proteção aos interesses do CREDOR;
 - Adotar todas as medidas extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses do CREDOR, bem como à realização das Garantias;
 - Representar o CREDOR e praticar quaisquer atos, juntar e cartórios e órgãos de qualquer natureza, públicos ou privados, com o intuito de praticar os atos necessários à execução dos poderes ora outorgados bem como cumprir com todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e demais documentos relacionados; e
 - Tomar todas as medidas e assinar qualquer instrumento perante qualquer autoridade para os fins deste instrumento.

Cláusula 8. DECLARAÇÕES

8.1. A EMITENTE, o DEVEDOR, a GARANTIDORA e os FADEORES, individualmente, neste ato, declararam e garantiram ao CREDOR o que segue:

- no caso de pessoas jurídicas, são sociedades constituídas e validamente existentes no acordo com a legislação em vigor, possuindo todas as autorizações necessárias para conduzir a desempenhar as suas atividades, nos termos da lei e, no caso de pessoas físicas, encontram-se devidamente autorizadas para outorgar fiança, conforme o caso, tendo inclusive obtido, quando for o caso, a necessária outorga judicial;
- a constituição desta Escritura de Emissão, a emissão da CCI e a constituição de suas Garantias, assim como o cumprimento das obrigações aqui contidas, não violam os termos de qualquer lei, norma ou regulamento, nem outra obrigação, contrato ou acordo do qual qualquer delas seja parte, e a CCI constitui uma obrigação legal, válida e executável de acordo com os seus termos e condições;

934

OTICA DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
NOTAS DE CRÉDITO E SUBSTITUTO DO CRÉDITO
São Paulo - Brazil - tel. (11) 5206-5744

AUTENTICAÇÃO - ESTA COPIA REPROGOFICA
CORRESPONDE AO ORIGINAL DO RG

S. Paulo 08 MAR 2013

VALIDO SOMENTE
COM SÉLO DE
AUTENTICAÇÃO

Crisanto Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
PAGO POR AUTENTICACAO R\$ 2,50



1063AYATE230

- g) mantém de forma adequada e atualizada o registro contábil de todos os seus direitos e obrigações, inclusive aqueles que, de qualquer forma, possam, a qualquer momento, alterar de forma positiva ou negativa a apuração dos resultados das suas atividades ou o seu patrimônio, em observância das normas contábeis normalmente adotadas e aceitas no Brasil;
- h) cumpre regularmente todas as suas obrigações tributárias, trabalhistas e ambientais, à exceção das que, legalmente, estejam contestadas de boa-fé através dos procedimentos adequados e em relação às quais a EMITENTE, o DEVEDOR e/ou a GARANTIDORA mantêm provisões adequadas e compatíveis registradas em seus livros;
- i) estão, respectivamente, devidamente autorizados a emitir ou garantir, conforme o caso, a CCI, bem como a cumprir todas as quaisquer obrigações aqui contidas, sendo que a emissão da CCI e as suas Garantias não contrariam nenhuma das disposições contidas em seus respectivos atos societários;
- j) obtiveram previamente à emissão da CCI todas as autorizações internas e externas necessárias, inclusive e principalmente todas as autorizações, permissões e licenças governamentais eventualmente necessárias na forma de legislação aplicável (i) para a emissão da CCI e das suas Garantias; (ii) para a constituição normal de seus negócios, em especial as oriundas das agências reguladoras governamentais que detêm competência para fiscalizar e inspecionar as atividades sociais da EMITENTE e da GARANTIDORA e (iii) relativas ao tratado objeto do Instrumento Imobiliário;
- k) os signatários da presente estão investidos de poderes suficientes e bastantes para validamente representá-los neste Escritura de Emissão, nas Garantias e na emissão da CCI, de modo que as obrigações dela decorrentes são plenamente válidas, eficazes e irrevogáveis para todos os fins e efeitos de direito;
- l) desde a data das demonstrações financeiras referentes ao período encerrado em 2009, não houve qualquer alteração nos negócios, ativos, operações, perspectivas, condições financeiras ou outras condições da EMITENTE e do DEVEDOR e qualquer pessoa jurídica na qual a EMITENTE ou o DEVEDOR detenha participação societária, que deve ser considerada pela EMITENTE e pelo DEVEDOR na elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas, na forma da legislação e regulamentação em vigor, exceto por quaisquer alterações que não acarrelam ou que não se possa razoavelmente esperar que venham a acarretar qualquer Efeito Adverso Relevante;
- m) vêm regularmente cumprindo todos os costumes e outras instrumentos públicos ou particulares de que fazem parte, exceto por descumprimentos que não escarem ou que não se possa razoavelmente esperar que venham a acarretar um Efeito Adverso Relevante;
- n) vêm regularmente efetuando o pagamento de salários, encargos e benefícios que sejam devidos a seus empregados, exceto quando qualquer falta de pagamento não escarece ou não se possa razoavelmente esperar que venha a acarretar um Efeito Adverso Relevante;
- o) as obrigações pecuniárias assumidas pela EMITENTE e pelo DEVEDOR por meio da CCI constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas, e gozam de prioridade no mínimo pari passu com todas as demais obrigações pecuniárias com garantia real da EMITENTE e do DEVEDOR, ressalvados os privilégios ou preferências estabelecidos por lei; e
- p) não concederam até esta data qualquer garantia real ou pessoal que possa colocar em risco o cumprimento das suas obrigações decorrentes da CCI.

Cláusula 9: OBRIGAÇÕES DA EMITENTE, DA GARANTIDORA E DO DEVEDOR

9.1. Em caso de inadimplemento do Crédito Imobiliário, a EMITENTE compromete-se, neste ato, a disponibilizar na conta corrente nº 10713401 mantida junto à agência 0004 do Banco BNA da Filialidade da AAC ("Conta Corrente ATAC"), recursos suficientes ao pagamento da parcela devida pelo DEVEDOR no âmbito da Concessão de Superfície, ficando o BNA, nesta etapa, autorizado a efetuar o débito de referidos valores da Conta Corrente ATAC.

9.2. A EMITENTE permanecerá como fiel depositária de toda a documentação relativa aos Créditos Imobiliários, inclusive o Instrumento Imobiliário, sendo que a exoneração do encargo de fiel depositário será outorgada exclusivamente pelo CREDOR. Havendo solicitação do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO ou do CREDOR, a qualquer tempo, a EMITENTE obriga-se a entregar, dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a documentação relativa ao Crédito Imobiliário, respondendo, para todos os efeitos legais, civil e criminalmente, pela guarda e conservação dos respectivos documentos, em conformidade com o artigo 627 e seguintes do Código Civil. O encargo de fiel depositária é assumido pela EMITENTE a título gratuito.

9.3. A EMITENTE compromete-se, enquanto não cumpridas as obrigações decorrentes da CCI, a não emitir qualquer outro título ou pôr à disposição de crédito imobiliário que tenha como lastro o Instrumento Imobiliário, sob pena de autorizar o CREDOR a declarar o vencimento antecipado da CCI.

10/24

OFICIAL DE RES. CIVIS, MUL ET EXECUÇÃO
NOTAS DE VLR SUBSTITUTO DO BRASIL/SP
São Paulo, Capital, tel: (11) 5506-5744
AUTENTICO: ESTA COPIA REROGRAFICA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.

S. Paulo 05 MAR 2013

Silviano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
Taxa Pela Autenticação R\$ 2,50



5.4. A EMITENTE compromete-se a assegurar que não serão constituidos ônus sob o imóvel que possuem, de qualquer forma, prejudicar a existência e o pagamento do Crédito Imobiliário ou prejudicar o CREDOR da CCI.

A GARANTIDORA obriga-se a fazer constar de suas demonstrações contábeis, pelo prazo em que forem apresentadas à CCI, nela explicita a existência da Hipoteca constituída em garantia da CCI, nos termos da Escritura de Emissão.

A EMITENTE, o DEVEDOR e a GARANTIDORA obriga-se, ainda, a, durante a vigência das obrigações, a efetuar todos os pagamentos das documentações anteriormente referidas pelo DEVEDOR.

- a) manter a existência de sua personalidade jurídica e das operações inerentes a seu objeto social, em plena conformidade com a legislação aplicável;

b) cumprir com a legislação a que se sujeita, incluindo, sem limitação, a legislação ambiental e regulatória aplicáveis, exceto quando o descumprimento de tais legislações não acarrete e não se possa razoavelmente esperar que venha a ocorrer um Efeito Adverso Relevante;

c) fornecer ao CREDOR e ao INTERVENIENTE FIDUCÁRIO, semestralmente, em até 120 (cento e vinte) dias a contar do encerramento do semestre todas as solicitações razoáveis de fornecimento de informações confidenciais, financeiras e sobre seus negócios, incluindo, mas sem limitação, o balanço patrimonial consolidado e as demandas demonstrativas financeiras semestrais;

d) manter válidas e em pleno vigor todas as autorizações, permissões e licenças governamentais eventualmente necessárias para o desenvolvimento normal das suas atividades, exceto por aquelas autorizações, permissões e licenças governamentais cuja suspensão ou cancelamento não acarrete ou não se possa razoavelmente esperar que venha a acarretar um Efeito Adverso Relevante;

e) efetuar o pagamento: (i) de todos os tributos, taxas e cobranças governamentais que, then sejam impostos ou aos seus bens, na forma da legislação em vigor, a (ii) de todas as espécies legais que, se não pagas, possam dar ensejo, por força de lei, à criação de um ônus sobre seus bens, à exceção dos casos em que (1) a legalidade ou o valor do referido pagamento esteja sendo contestado de bons e leves através dos procedimentos apropriados; (2) tenham sido devidamente provisionadas em seus finos reservas adequadas em relação a tais reivindicações, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; ou (3) a falta de pagamento não possa acarretar ou não se possa razoavelmente esperar que venha a ocorrer um Efeito Adverso Relevante; e

f) notificar o CREDOR e o INTERVENIENTE FIDUCÁRIO, prontamente após tornar conhecimento, sobre a ocorrência ou provável ocorrência, de qualquer Efeito Adverso Relevante e/ou caso que possa ensejar o vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários nos termos do Instrumento Imobiliário;

g) a não praticar qualquer ato ou conjunto de atos onerosos [inclusive diante da EMITENTE, do DEVEDOR ou da GARANTIDORA, conforme o caso] que possam acarretar um Efeito Adverso Relevante; e

h) manter a Conta Vinculada de Liberação e a Conta Vinculada de Superfície abertas até a integral liquidação das obrigações sucurráveis de CCI.

9.7. Adicionalmente, fica ajustado que durante a vigência da CCI, até que todos os pagamentos das desonerações sejam efetivamente recebidos pelo CREDOR, a EMITENTE obriga-se a providenciar e encaminhar as Intervenientes Fiduciárias, sob pena de vencimento antecipado da CCI conforme abaixo, as suas expensas, anualmente, a atualização do relatório de rating da emissão da CCI por agências idôneas a renomeada, visando a renovação da avaliação e classificação de risco de operação.

Clausura 10. VENCIMIENTO ANTECIPADO

10.1. O CREDOR terá o direito de considerar a cessão do Crédito Imobiliário operada na CCI rescindida de pleno direito, podendo exigir de imediato o pagamento da taxa de CCI não amortizado trazido a valor presente pela taxa de desconto da CCI acrescida da atualização monetária indicada na CCI (conforme calculado pela CETIP S.A. - Balanço Organizado de Ativos e Desativos), independentemente de notificação, interpelação, citação ou qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, podendo ainda executar as Garantias constitutivas, nas hipóteses previstas em lei a seguir, nos seguintes casos:

- a) se a EMITENTE e/ou a GARANTIDORA e/ou o DEVEDOR e/ou os FIADORES inadimplir(em), total ou parcialmente, qualquer de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, da CCI, das Garantias ou dos demais instrumentos vinculados a presente emissão e/ou não liquidar(em), no respectivo vencimento, débitos de sua responsabilidade nos termos da presente Escritura de Emissão e da CCI;

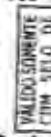
b) receção ou realização do instrumento imobiliário, ou, ainda, caso seja alteração desta sem a prévia

118

OFICIAL DE REG. CIVIL, PES. MATH. E TABULEIRO-
MUTAS DO 30º SUBDISTRITO DO IBOAPUERA
São Paulo - CEP 05501-000 Série 5244

AUTENTICO/AO - ESTA COPIA REPROGRAFIADA
CONFIRME CON EL ORIGINAL DOL

S. Paul 08 MAR 2012



Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
FATO PARA AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

- inência do CREDOR;
- (i) se o DEVEDOR inadimplir, total ou parcialmente, suas obrigações e/ou não liquidar, no respectivo vencimento, débitos de sua responsabilidade nos termos do Instrumento Imobiliário;
 - (ii) se for apurada a falsidade ou imprecisão de qualquer declaração, informe ou documento que houver sido firmado, prestado ou entregue pela EMITENTE ou pela GARANTIDORA ou pelo DEVEDOR;
 - (iii) se a EMITENTE e/ou a GARANTIDORA e/ou o DEVEDOR requererem ou liberar solicitação a sua alienação, Recuperação ou, ainda, quaisquer outros processos ou procedimentos de natureza similar;
 - (iv) se, sem o expresso consentimento do CREDOR, a EMITENTE, o DEVEDOR e/ou a GARANTIDORA tiverem, total ou parcialmente, o seu controle acionário cedido, transferido ou por qualquer outra forma alienado, ou o seu capital social reduzido;
 - (v) se, sem o expresso consentimento do CREDOR, a EMITENTE, a GARANTIDORA ou o DEVEDOR tiverem total ou parcialmente, o seu controle acionário cedido, transferido ou por qualquer outra forma alienado, ou o seu capital social reduzido, ou, ainda, sofrerem, durante a vigência da OCI, qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou clefia ou, ainda, caso ocorra modificação do seu objeto social, de modo a alterar substancialmente o ramo de negócios em que atualmente opera;
 - (vi) se a EMITENTE e/ou a GARANTIDORA e/ou o DEVEDOR (imobiliária) suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débitos de sua responsabilidade, decorrentes de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com o CREDOR e/ou qualquer das empresas integrantes do grupo econômico do CREDOR, ou, ainda, se ocorrer a rescisão ou vencimento antecipado dos respectivos documentos;
 - (vii) se a EMITENTE e/ou a GARANTIDORA e/ou o DEVEDOR inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débitos de sua responsabilidade em valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), caso que a explicação a esse respeito solicitada pelo CREDOR e/ou pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO tenha sido apresentada pela EMITENTE, decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com terceiros, ou, ainda, se ocorrer a rescisão ou vencimento antecipado dos respectivos documentos;
 - (viii) se a EMITENTE e/ou a GARANTIDORA e/ou o DEVEDOR ingressarem(em) em julgado contra o CREDOR e/ou qualquer empresa integrante do grupo econômico do CREDOR com qualquer medida judicial;
 - (ix) se a EMITENTE e/ou o DEVEDOR e/ou a GARANTIDORA tiver(em) título de sua responsabilidade ou co-obrigação protestado ou sofrer(em) execução ou arresto de bens, que represente valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem que a explicação a esse respeito solicitada pelo CREDOR e/ou pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO tenha sido apresentada pela EMITENTE, no prazo que lhe tiver sido designado ou, sendo ou tendo sido apresentada a explicação, se a mesma não for considerada satisfatória pelo CREDOR e/ou INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO;
 - (x) se houver decisão judicial transitada em julgado, de natureza condenatória, contra a EMITENTE, cujo valor individual ou acumulado ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), desde que a EMITENTE não comprove ao CREDOR e/ou ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, o pagamento do valor total da condenação, nos prazos a termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado;
 - (xi) se a EMITENTE, o DEVEDOR e/ou a GARANTIDORA não reforçarem(em), em caso de pericílio, perda ou depreciação, sempre que o CREDOR e/ou INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO entender(em) necessário, as Garantias constituídas, dentro do prazo que lhes for designado pelo CREDOR e/ou pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO;
 - (xii) restrição, cassação ou extinção de qualquer das autorizações, concessões ou permissões, eventualmente necessárias para o desenvolvimento das atividades da EMITENTE, e/ou do DEVEDOR, exceto se tal restrição, cassação ou extinção não ocasionar, comprovadamente, um Efeito Adverso relevante;
 - (xiii) não renovação anual pela EMITENTE do rating referente à emissão da OCI e/ou rebalanceamento na nota de rating referente à emissão da CCI para nota igual ou inferior à "BBB-" (Tríplo B meno) da agência Austin Rating ou, no caso de mudança de agência classificadora de risco no decorrer do prazo da OCI, de classificação efetuada pela nova agência similar ou equivalente a "alto risco de crédito" pela grade de classificação de risco utilizada pela nova agência classificadora;
 - (xiv) se a EMITENTE não realizar o registro no competente Órgão de Registro de Títulos da presente Escritura de Emissão da CCI, da Hipoteca e da Escritura de Concessão de Direito Real de Superfície, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

10.2. Sem prejuízo das hipóteses de rescisão previstas acima, poderá ocorrer o vencimento antecipado da CCI no montante do Crédito Imobiliário eventualmente vencido e/ou liquido

1324

ÓRGÃO DE PES. CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
NOTAS DO 3º SUBPROTÓRIO DO FORO DA FERROVIÁRIA
São Paulo - Capital, tel. (11) 5606-5744
AUTENTICAÇÃO - FZTA COPIA/REPROGRAFO
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FE.

S. Paulo, 08 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
 J. Jonathan Citrini
BDC - AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

VALIDADAMENTE
CON SELLO DE
AUTENTICACIÓN



anticipadamente nos termos do Instrumento Imobiliário.

10.3. Em caso de vencimento antecipado da OCL, será devida pelo EMISSOR ao CREDOR multa compensatória equivalente a 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor da OCL.

Figura 11: RESGATE ANTECIPADO DA CCI E RECOMPRA

IV. A EMITENTE poderá resgatar antecipadamente a CCI devidamente, para tanto, comunicar sua intenção por escrito ao DREDOR e ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, com antecedência mínima de 25 (quinze) dias da data pretendida para a realização do resgate antecipado.

11.2. O resgate antecipado deverá contemplar necessariamente a amortização estrutural parcial.

11.3. O valor a ser pago pela EMITENTE no caso de resgate antecipado da CCI será equivalente ao saldo devedor da CCI, conforme registro junto à CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sem prejuízo do reembolso de eventuais despesas incorridas pelo CREDOR, pelo BVA ou pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, não havendo o reembolso de quaisquer valores pagos a título de comissão.

11.4. Em caso de resgate antecipado da DCL a EMITENTE deverá pagar ao CREDOR uma multa pelo pagamento antecipado correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o saldo devedor da DCL.

Capítulo 12. ENCARGOS, DESPESAS, TARIFAS E TRIBUTOS

12.1. São de responsabilidade exclusiva da EMISSORA todas as despesas relativas a essa Escritura de Emissão, às Garantias e à DCI, incluindo as remunerações do BVA, do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO e das demais agentes contratados e aquelas referentes à averbação da DCI, se for o caso, das Garantias consignadas, seja por força da presente Escritura de Emissão ou por força do Instrumento Imobiliário, que requerem a averbação nos competentes Registros de Imóveis ou outros cartórios, bem como todas as demais custos e despesas incorridos para a formalização das Garantias antecitadas à DCI.

12.2. Os encargos, despesas (quando possível), comissões, tributos e tarifas incidentes sobre a CCI serão deduzidos do valor da CCI no momento do desembolso dos recursos, dedução esta que é neste ato autorizada expressamente pela EMITENTE, devendo também ser pagos os ressarcimentos pela EMITENTE quando de sua ocorrência futura.

12.3. Quaisquer tributos, presentes e futuros, exigidos por força da CCI serão suportados pela parte a quem a regulamentação em vigor atribuir referido pagamento.

12.4. Considero, ainda, por conta da EMITENTE, todas as despesas relacionadas aos descontos da CCI, incluindo, mas não se limitando, despesas junto a cartórios de registros públicos e quaisquer outras despesas judiciais ou extrajudiciais que o CREDOR tiver que incurrir para a cobrança dessa segurança do seu crédito, bem como quaisquer outros ônus e encargos que venham a ser suportados

peça CREDOR reajustados seu descontos da CCC.

12.5. Ressalvado o disposto na cláusula 12.2, todos os pagamentos devidos pela EMITENTE ao amparo desta cláusula deverão ser realizados pela EMITENTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação formal efetuada pelo CREDOR, pelo BVA ou pelo INTERMEDIANTE FINANCEIRO à EMITENTE.

Chapitre 13 - MDEA

13.1. Não cumprimento pontualmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da CCI, o EMISSOR ficará automaticamente constituído em mora, independentemente de qualquer notificação, comprometendo-se a pagar os encargos moratórios abaixo estabelecidos, incidentes sobre o saldo devedor, a partir do seu vencimento até a data do efetivo pagamento: (i) Juros remuneratórios correspondentes à taxa utilizada na compra das CCI até a data do plástico recebimento dos valores devidos ao CREDOR; (ii) Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados dia a dia; e (iii) multa monetária de 10% (dez por cento) sobre o valor devido.

13.2. Caso o CREDOR seja obrigado a debitlar valores da Conta Vinculada de Liberação ou da Conta Vinculada de Superfície ou realizar qualquer pagamento das remunerações devidas a qualquer prestador de serviços relacionados a essa Escritura de Emissão ou à CCI, incluindo, mas não se limitando, ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO ou à empresa de monitoramento, em razão de quaisquer dos vencimentos consecutivos, o EMITENTE deverá pagar ao CREDOR uma multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sem o prejuízo de eventuais encargos cobrados pelos prestadores de

ESTADO DE SÃO PAULO
15

FUNICIONAL DE REGISTRO E DOCUMENTOS
E DIREITO DA PESSOA JURÍDICA
Márcio Henrique Mass Ferraz
Oficial Designado

**OFICIAL DE REG. CIVIL PES. RAYMÉ TABELIÃO DE
NOTAS ADO 4º SÉRIE JUSTIÇA DO TRABALHO
São Paulo - Centro - Tel: (11) 5506-5744**

**AUTENTICO - ESTA COPIA RERODIGRÁFICA
COMPREVE COM O ORIGINAL. DOU FE**

5-2013 MAR 2013



serviços em seus respectivos instrumentos de contratação.

Cláusula 14. INDENIZAÇÃO AO CREDOR

14.1. A EMITENTE se obriga a indenizar o CREDOR caso, por qualquer razão, o Crédito Imobiliário não venha a corresponder aos valores, condições, termos e à forma por ela descrita e declarada neste Escritura de Emissão.

14.2. A EMITENTE se obriga, ainda, a indenizar o CREDOR na hipótese de este não ser conspedito, por qualquer razão, judicial ou extrajudicial, a efetuar a devolução de qualquer valor recebido em razão da titularidade da CCI, e do Crédito Imobiliário, a título de principal, juros, multa, demais encargos ou conceção monetária, inclusive eventuais resíduos inflacionários e verbais resarcitórios, assumindo a EMITENTE, nesse ato, a obrigação de efetuar perante a parte demandante, por sua conta, na qualidade de principal e única pagadora, as devoluções porventura impostas ao CREDOR, sem direito de regresso da EMITENTE contra este.

Cláusula 15. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

15.1. O CREDOR poderá, a qualquer tempo e ao seu exclusivo critério, ceder, transferir, negociar, caucionar ou empenhar, total ou parcialmente, a CCI, os direitos, ações e garantias dela oriundas, independentemente de notificação à EMITENTE e/ou à GARANTIDORA e/ou aos FIADORES e/ou ao DEVEDOR, que declaram, desde já, nada terem a opor nesse sentido.

15.1.1. Para negociação, a CCI será registrada e negociada exclusivamente junto à CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

15.1.2. Cumprida as BANCO REGISTRADOR realizar o registro da CCI junto à CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sendo certo que, para fins de escrituramento ao CREDOR e sem prejuízo de qualquer de seus direitos quanto à execução desse título, em atendimento ao operacional de referida câmara, o valor de emissão da CCI constante dos registros do título junto à CETIP S.A. será equivalente ao valor desembolsado pelo CREDOR para a aquisição da CCI, que é o valor futuro do Crédito Imobiliário trazido a valor presente pela taxa de desconto.

15.1.3. Deverá o BANCO REGISTRADOR manter a guarda física da CCI, sendo a custódia do ativo realizada no ambiente da CETIP S.A., conforme seus regulamentos internos. O BANCO REGISTRADOR se obriga a informar ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, sempre que por este solicitado, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento da respectiva notificação, cadastro atualizado do título da CCI conforme mantido na CETIP.

15.2. A EMITENTE, o DEVEDOR, os FIADORES, o Fiel Depositário e a GARANTIDORA não poderão ceder ou transferir as obrigações por elas assumidas nesta Escritura de Emissão ou na CCI, na total ou em parte, sem o prévio consentimento, por escrito, do CREDOR.

15.3. Quando da negociação da CCI, será também automaticamente cedido o Crédito Imobiliário, celebrando-se tal negociação através da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

15.4. A cessão da CCI e, por consequência, do Crédito Imobiliário, importará em automática transmissão, ao adquirente, das respectivas Garantias, ficando o novo CREDOR, assim, sub-rogados em todos os direitos representados pela presente Escritura de Emissão e pela CCI.

15.5. Reputar-se-ão automaticamente repelidas pela EMITENTE em caso de cessão da CCI todas as declarações feitas pela EMITENTE, pelo DEVEDOR e pela GARANTIDORA na âmbito desta Escritura de Emissão.

Cláusula 16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A nulidade, invalidade ou ineficácia de qualquer disposição contida nesta Escritura de Emissão e na CCI não prejudicará a validade e eficácia das demais disposições, que serão integralmente cumpridas, obrigando-se a EMITENTE a enviar seus melhores esforços para, validamente, obtê-las mesmos efeitos da avença que tiver sido analisada, invalidada ou declarada ineficaz.

16.2. A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irrenegável, obrigando a EMITENTE e seus sucessores a qualquer título, inclusive ao seu integral cumprimento.

16.3. Para fins de execução do Crédito Imobiliário representado pela CCI, bem como das obrigações dela oriundas, consideram-se a CCI títulos executivos extrajudiciais, de acordo com o artigo 20 da Lei 10.931/04 e do artigo 566 do Código de Processo Civil Brasileiro, exigíveis pelo valor apurado de acordo com as cútulas e condições pactuadas nesta Escritura de Emissão e na CCI.

16.4. Para os fins desta Escritura de Emissão, dia útil significa qualquer dia em que bancos comerciais estejam autorizados a abrir ou não estejam obrigados a fechar na cidade de São Paulo.

26 of. de Res. de Títulos e Documentos
Fazenda arquivada dia 29 registrada
nº 9 0001002460 em 29/12/2010,



14/24

OFICIAL DE REG. CIVIL DES. NAT. E TABELLÃO DE
NOTAS DO 3º SUBSTITUTO DA FABRUBUR.
São Paulo - Capital - Tel. (11) 5506-5744
AUTORIZADO ESTA COPIA REPROGRÁFICA
COMPARTE COM O ORIGINAL. DOU FE

5. Pode 08 MAR 2013

Cristiano Guemeir Cardoso
 Jonathan Citriani
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

VALIDO SOBRE
CON SELO DE
AUTENTICAÇÃO



I 05 fl. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada na respectiva
sob o nº 0011002681 em 25/03/2011.

16.5. Nos termos do artigo 369 e demais aplicáveis do Código Civil -na-exceção da falência, Recuperação, Insolvência da EMITENTE ou do DEVEDOR ou em caso de não pagamento de todo e qualquer valor devido em razão da CCI, a EMITENTE, o DEVEDOR e os FIADORES instauram autorizam o CREDOR, em caráter irreversível e irretratável, a utilizar qualquer importância por estes paguída, conforme aplicável, em conta de investimento ou de depósito à vista ou a prazo, bem como quaisquer títulos valores e outros bens em poder do CREDOR, se houver, incluindo bens que objeto de posse, para o fim de proceder à amortização e/ou liquidação do saldo devedor da CCI, ressarcido dos encargos devidos.

16.6. As partes, acordam, desde já, que os atos acima referidos podem ser realizados automaticamente, sem a necessidade de prévia notificação ou qualquer outra formalidade antecedente, reconhecendo, desde já, a EMITENTE, o DEVEDOR e os FIADORES, a autenticidade, a validade e a legatidão de tais atos.

16.7. Todos os avisos, notificações ou comunicações que, de acordo com a presente Escritura de Emissão, devem ser feitos por escrito, serão considerados válidos mediante o envio de fac-símile, telex, telegrama, mensagem eletrônica enviada através da rede mundial de computadores - Internet - ou carta registrada com aviso de recebimento, nem todos aos endereços das partes indicados no preâmbulo, ou a qualquer outro endereço posteriormente comunicado, por escrito, pela destracaria à outra parte.

16.7.1. A EMITENTE, o DEVEDOR, os FIADORES e a GARANTIDORA obrigar-se a manter o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO informado, mediante comunicação escrita, sobre qualquer alteração de endereço, telefone e outros dados referentes à sua localização, cumprindo a EMITENTE transmitir as informações acerca do DEVEDOR. Não havendo informação atualizada, todas as correspondências remetidas pelo CREDOR e/ou pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO ao endereço existente nos seus registros serão, para todos os efeitos legais, consideradas recebidas.

16.8. A EMITENTE, o DEVEDOR, a GARANTIDORA e os FIADORES reconhecem, desde já, como meios de prova do débito e do crédito decorrentes da presente, os extratos demonstrativos, os avisos de lançamento ou os extratos de cobrança expedidos pelo BVA ou pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, se houver. Esses extratos, demonstrativos, avisos de lançamento ou avisos de cobrança serão enviados por meio de serviço postal, fac-símile ou meio eletrônico, a critério do BVA ou do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO e, quando não conferenciados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do respectivo recebimento pela EMITENTE, pelo DEVEDOR, pela GARANTIDORA e/ou pelos FIADORES, conforme o caso, serão considerados aceitos, bons, líquidos e certos, bastantes e suficientes, valendo como efetiva prestação de contas, operada e formalizada entre os CREDORES, a EMITENTE, o DEVEDOR, a GARANTIDORA e os FIADORES para todos os fins de direito, ficando expressa e plenamente assentadas a certeza e a liquidez do crédito do CREDOR.

16.9. A latência por qualquer das partes diante do não cumprimento da outra parte de qualquer das condições previstas nessa Escritura de Emissão não constituirá novação ou mesmo precedente que, por algum motivo ou para algum fim, desobrigue as partes de efetuá-las em qualquer outra ocasião subsequente.

16.10. O não exercício por qualquer das partes de qualquer dos direitos que lhes asseguram a Escritura de Emissão e a lei não constituirá causa de alienação ou de novação nos termos a condições da presente Escritura de Emissão e não prejudicará o exercício desses direitos em ocasiões subsequentes.

16.11. Fica o BANCO REGISTRADOR, se aplicável, expressamente autorizado a incluir, consultar e divulgar ao CREDOR e ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO as informações da EMITENTE e/ou do DEVEDOR junto ao Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil, em estrita conformidade com o pactuado nos termos da regulamentação aplicável.

16.12. Ficam o CREDOR e o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO expressamente autorizados a consultar as informações da EMITENTE e do DEVEDOR junto ao SERASA, ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) ou a qualquer outro órgão que tenha por função o cadastro de atraso no pagamento e descumprimento de obrigação, sem prejuízo da responsabilidade do CREDOR por penas e danos sofridos pela EMITENTE e/ou pela GARANTIDORA e/ou pelo DEVEDOR pela inclusão e/ou divulgação indevida.

16.13. Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação da EMITENTE e/ou da GARANTIDORA e/ou do DEVEDOR, fica o CREDOR expressamente autorizado, incluir e/ou divulgar as informações destes junto ao SERASA, ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) ou a qualquer outro órgão que tenha por função o cadastro de atraso no pagamento e descumprimento de obrigação, sem prejuízo da responsabilidade do CREDOR por penas e danos sofridos pela EMITENTE e/ou pela GARANTIDORA e/ou pelo DEVEDOR pela inclusão e/ou divulgação indevida.

16.14. Fica desde logo eleito o foro da Comarca do Estado de São Paulo, para dirimir qualquer dúvida ou controvérsia oriundas desta Escritura de Emissão e/ou da CCI, com a exclusão de qualquer outra, por mais privilegiado que seja.



OFICIAL DE REG. CIVIL DA 1ª VARA FEDERATIVA
NOTAS DIO 30º SUBSETO DO ISSA/EM.
São Paulo - Capital Vol. 12 5506-5244
AUTENTICO! - ESTA COPIA REPRODUZIDA
CORRESPONDE COM O ORIGINAL. DOU FE.

S. Paulo 05 MAR 2013

Cecília Guerreiro Cardoso
 Jonathan Cítrini
FNC P/ AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

VALIDO SOMENTE
COM SELO DE
AUTENTICAÇÃO



As partes firmam esta Escritura de Emissão em 8 (oitavo) vices, de igual teor e forma e para o mesmo fim,
na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 21 de dezembro de 2010.



ATAC PARCEIRO AGROPECUÁRIA LTDA

ALDA PARCEIRO AGROPECUÁRIA S.A.

ALBERTO CORBUCI JUNIOR

29 SF. de Res. de Títulos e Documentos
Fazou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001002460 em 29/12/2010.

MARLIANE CORBUCCI COURBY

TATIANA CORBUCCI COURBY FARIA SANTOS

ROBERTO FARIA SANTOS FILHO

CARLOS ALBERTO DE BARROS

BRL TRUST SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

TESTEMUNHAS:

1. Nome:
CPF

2. Nome: Felipe Rodrigues
CPF: 300.089.778-0

Página de assinatura da ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PRIVADA DE SÉRIE ÚNICA DE
CEDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO de 21 de dezembro de 2010.

16/24

OFICIAL DE REG. CIVIL PES. MAT. E TABELOUÍ SA
NOTAS DO 30º SUBDISTRITO DO ITRAPUERA
São Paulo - CEP 01510-000 - Tel. (11) 5505-5744
AUTENTICAÇÃO - ESTA CóPIA REPROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.

S. Paulo 08 MAR 2013

VALIDO SOBRE
COM SELO DE
AUTENTICAÇÃO

Christiano Guerreiro Cardoso
 Jhonzathan Citrini
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



20

ANEXO I

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 000100260 em 29/12/2010.

MINUTA DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

M.D.E. Socio				
Nome da Cédula				
Crédito Imobiliário				
LIMITANTE (02)	OPR/CNPJ			
Nome/Razão Social				

5
OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Arthur Veneron Mazz Fannini
Oficial Designado

Fis. 17

Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
----------	--------	--------	--------	-----

Conta Corrente	Agência
----------------	---------

II. RADDORES (04)

01. Nome/Razão Social Estado civil OPR/CNPJ

Endereço Bairro Cidade Estado CEP

02. Nome/Razão Social Estado civil OPR/CNPJ

Endereço Bairro Cidade Estado CEP

03. Nome/Razão Social Estado civil OPR/CNPJ

Endereço Bairro Cidade Estado CEP

04. Nome/Razão Social Estado civil OPR/CNPJ

Endereço Bairro Cidade Estado CEP

III. CUSTODIANTE (01)

BANCO BVA S.A., com sede no Rio de Janeiro, RJ, na Av. Borges de Medeiros, 600 - conjunto 504, localizado no CNPJ sob nº 32.254.138/0001-03, com agência em São Paulo, SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 2º andar.

IV. GARANTIAS (04)

a) Hipoteca do imóvel descrito no Anexo IV da Escritura de Emenda, na forma ali indicada.

b) Crédito fiduciário de Aplicações Financeiras, conforme Escritura de Emenda.

c) Fiança dos RADDORES

V. COTA-CPTM (01)

01. Valor de Emissão da COT: [+]

02. Valor de Aquisição da COT: [+]

03. Taxa de Desconto para cálculo do Valor de Aquisição: [/] a.a. com base num ano comercial de (360) dias.

04. Prazo e Vencimento: idênticos àquelas indicados no Anexo V da Escritura de Emenda.

05. Índice de Atualização Monetária das perdas mensais da COT: IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE, a ser aplicado automaticamente anualmente de acordo com o estabelecido no Instrumento Imobiliário.

06. Praga de Pagamento: São Paulo

07. Despesas e Tributos:

08. (/) Interessante: equivalente a (...) % do Valor Total do Instrumento Imobiliário.

VI. CREDITOS (01)

1. Capacidade das Créditos Imobiliários: direitos creditórios, presentes e futuros, oriundos de escrituras públicas de concessão de direito real de superfície levantadas em 21 de dezembro de 2010, por meio de escrituras públicas, constitutivas e escritura em relação ao imóvel descrito no Anexo III da Escritura de Emenda.

VII. OUTROS DADOS (01)

1. Local de endereço: São Paulo

2. Data de endereço: [+]

Entende:

ATAC PARCERIA AGROPECUÁRIA LTDA

17/04

OFICIAL DE REG. CIVIL, PES. MTR. E TABELLÃO DE
NOTAS DA 30ª SUBSEÇÃO DO TRIBUNAL
São Paulo - Capital - tel: (11) 5506-5744

AUTENTICAÇÃO - ESTA COPIA REPROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.

S. Paulo 08 MAR 2013

VALIDAISSE
CON SELO DE
AUTENTICIDADE

Christiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
PAG/POA AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50





Notaria Pública de São Paulo e Documentos
Número N. 1.338.315

12 fl. de Rev. de Títulos e Documentos
Ficou armazenaada c/la resguardada
sob n.º MA100246 em 29/12/2013.

ALDA PABLO GOMES E CORBUCCI S.A.

ALBERTO COURY JUNIOR

MARIA THERESA CORBUCCI COURY

Tatiana M. Santos
TATIANA CORBUCCI COURY FARIA SANTOS

Roberto Faria Santos Filho



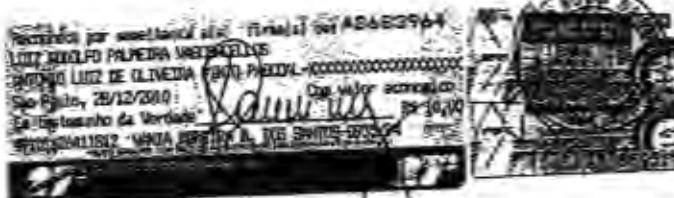
Leia Assinado Banco BVA S.A.

Centro Executivo

Roberto Luiz Faria
Centro Executivo



Página de assinaturas integrante da Cédula de Crédito Imobiliário emitida nos termos da
"Escritura Particular de Endividamento Privada de Série Única de Cédulas de Crédito Imobiliário"
datada de 21 de dezembro de 2010.



10/04

OFICIAL DE REG. CIVIL, REG. NAT. E TABELOU DE
NOTAS DO 1º SUBDISTRITO DO IBOAPUAMA,
São Paulo - Cidade - Tel. (11) 5506-5744
AUTENTICAÇÃO - ESTAMPA DA VERGOGNA
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FE.

S. Paulo 07 MAR 2013

VALIDO SOBRE
COM SELO DE
AUTENTICAÇÃO

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50





Fis. 19

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cédula registrada
sob o nº 0001002460 em 29/12/2010.

ANEXO I A
CCJ A SER EMITIDA NA FORMA DO ANEXO I

SÉRIE		NÚMERO	VALOR	FRACÇÃO SOBRE O VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO IMOBILIÁRIO
	001		R\$ 25.827.441,37	100%

OFICIAL DE REG. CIVIL PES. MAR. E TABELOLOGIA
NOTAS DO AD^o SUBDISTRITO DO NEGRAPUERA
São Paulo - Capital - tel: (11) 5508-5744
AUTENTICAÇÃO - ESTAMPA REPROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.

S. Paulo 06 MAR 2013

VALIDO SOBRE
CON SELO DE
AUTENTICAÇÃO

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jhonathan Citriini
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



1063AY818249

73

TERMOS E CONDIÇÕES DA CONCESSÃO DE SUPERFÍCIE

Instrumento Imobiliário:

1. Nome e Registro: Escritura pública de concessão de direito real de superfície lavrada em 21 de dezembro de 2010, pelo Cartório da 1ª Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa, Estado de Goiás.

2. Data de Assinatura: 21 de dezembro de 2010.

3. Firmado entre: Alfa Participações e Agropecuária Ltda. e o Devedor abaixo indicado

4. Devedor (Superficiliário):

4.1. Nome: Alfa Participações Agropecuária Ltda.

4.2. CNPJ/CPF: 37.848.595/0001-40

4.3. Endereço: Rodovia BR 020 Km 180 - Vila Boa - GO

5. Valor Total: R\$ 25.927.742,39.

6. Prazo: 1765 dias.

7. Índice de atualização monetária: anualmente pelo IPCA, com data base na data de assinatura.

8. Encargos Moratórios: Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) a cada mês ou fração de 10% (dez por cento), sobre o total do débito em aberto, além da incidência de juros de 1% (um por cento) a cada mês, ou fração, e correção monetária pelo IPCA.

9. Outros Encargos (Taxas, Seguros, etc): não há

10. Local e Forma de Pagamento: São Paulo - Depósito em conta.

11. Valor devido e datas de pagamento: Conforme Anexo V desta escritura

12. Garantias: não aplicável

13. Identificação do Imóvel: Conforme descrição do Anexo III desta escritura

13.1. Endereço: Imóvel localizado na Comarca de Goiás, Estado de Goiás;

13.2. Matrícula: Matrícula nº 2.029 do Cartório da 1ª Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa, Estado de Goiás;

13.3. Edificações: Não há.

I 29 of. de Res. de Titulos e Documentos
Ficou arquivado c/ária registrada
sob o n.º 0001002460 em 29/12/2010.

01

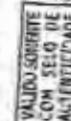
01

20/24

OFICIAL DE REG. CIVIL PES. NAT. E TABELLÃO N.
NOTAS DO 20º SUBDISTRITO DO ISTRAPUERA
São Paulo - Capital /nº: (11) 5306-5744
AUTENTICAÇÃO: ESTA COPIA REPROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.

S. Paulo, 08 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jhonathan Citrini
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



I 29 M. de Res. de Títulos e Documentos
Ficha anexada c/ctia registrada
sob o nº 0001002460 em 25/12/2014.

PROPRIETÁRIA: ATAC PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA LTDA.

IMÓVEL OBJETO DA CONCESSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

MATRÍCULA Nº. 2.029 DO CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE FORMOSA, ESTADO DE GOIÁS.

Imóvel:

Uma parte da terra, constituída de várias partes, situadas na fazenda Tabua, deste Município obtendo uma área de 324,00 (trezentos e vinte e quatro) alqueires goianos ou sejant 1.568,16,00 (hum mil quinhentos e sessenta e oito hectares, e dezenas ares) em campos e matos, e com os seguintes limites: Começa em um marco cravado na confluência da gruta do Sobrado Velho no córrego Cana Brava Velha, em divisa com as fazendas Izidro e Inha, dai, segue por esta gruta acima, limitando-se a direita com a fazenda Inha, vai até um marco em sua cabeceira; dai, segue na mesma limitação por uma reta rumo SW 83°50', com a distância de 2.540,00 metros, vai até um marco de pedra, cravado encima da ponta do morro do Mimoso; dai, desviando-se a esquerda, segue limitando-se a direita com terras da mesma fazenda Tabua, pelo divisor do morro do Mimoso em rumo sul, vai até outro marco paralelo com o angulo da cerca e segue mesmo rumo, pela cerca vai até sua ponta no morro Galheirão, e segue mesmo rumo até outro marco encima da ponta do mesmo; dai, segue pelo divisor do mesmo, em rumo SW vai até a divisa do quinhão do Sr. Ursulino; dai, desviando-se a esquerda, segue por uma reta rumo SE 80°10', vai até a ponta da cerca em baixo do morro daí, segue mesmo rumo pela referida cerca de arame, limitando-se a divisa com o quinhão do Sr. Ursulino, vai até outro marco cravado na Lagoa da Gamelaíra; dai, segue por uma reta rumo NE 39°50' com a distância de 275,00 metros, limitando-se a divisa com a fazenda Izidro, vai até um marco cravado onde o córrego Canabrava Velha recomeça o seu leito, dai, segue na mesma limitação por este córrego abaixo, por seus diferentes rumos e distâncias, vai até o marco ponto de partida destes limites.



FIS. 21

21/24

ÓRGÃO DE REGISTRO CIVIL, PECUÁRIO E FONDO NOTARIAL DO 3º SUBDISTRITO DO MUNICÍPIO
SÉrgio Ribeiro Capela - DE 21/12/2014

AUTENTICOADA PELA COPIA REPROGRÁFICA
COMFERE COM O ORIGINAL DOU PE

S. 5 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jhonathan Citrini
PAGO POR AUTENTICADOR R\$ 1,00

VALIDO SOMENTE
COM SELO DE
AUTENTICACAO



75

ANEXO N

PROFESSOR ANTONIO MARCONELLO E CIA
NOTARIA E REGISTRO DE DOCUMENTOS
REGISTRO N. 1.318.115

I 29 Erf. de Res. de Títulos e Documentos
I Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº MMW266 em 29/12/2013.

Descrição do Imóvel Hipotecado

PROPRIETÁRIO: CARLOS ALBERTO BARROS

IMÓVEL OBJETO DA GARANTIA DE HIPOTECA

Matrícula nº. 59.253 do Segundo Serviço Notarial e Registras da Fazenda da 1ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Cuiabá - MT.

Imóvel: Município de Cuiabá/MT. JURU MIRIM. Lote de terras com área de 51,4803 hectares (cinquenta e um hectares, quarenta e seis áreas e três centímetros), que doravante passa a ser denominado particular de ESTÂNCIA ALTOS DA CUIABÁ, assim descrito: DESCRIÇÃO - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M.01, desse, segue confrontando com Huber Marcolino de Oliveira, com os seguintes azimutes e distâncias: 132°51'00" e 3.034,03 metros até o vértice M.02, 133°28'43" e 1.171,78 metros até o vértice M.03, desse, segue confrontando com Ansa Ramanescante, com os seguintes azimutes e distâncias: 221°01'00" e 130,34 metros até o vértice M.04, desse, segue confrontando com José Ângelo Marcolino Pereira, com os seguintes azimutes e distâncias: 314°05'00" e 1.169,24 metros até o vértice M.05, 312°01'00" e 2.856,11 metros até o vértice M.06, desse, segue confrontando com Palmundo de Oliveira, com os seguintes azimutes e distâncias: 348°54'00" e 228,88 metros até o vértice M.01, ponto inicial da descrição deste perímetro.



ÓRGÃO DE RES. CIVIL, PENAL, E TABELLÃO-
NOTARIA DO 3º SUBDISTRITO DO JIBRIPUERA,
São Paulo - Capital - tel. (11) 5506-5744

AUTENTICAÇÃO - ESTA COPIA REPROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FE.

S. Paulo - 18 MAR 2013

VALIDO SOBRE DE
CONSELHO DE AUTENTICAÇÃO

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



740

ANEXO V

Fase:

I 29 SF. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada c/cia registrada
sob o nº 0001002460 no 29/12/2015.

	Data de pagamento do Crédito Imobiliário e da CCI	Data (dia útil) de pagamento do Crédito Imobiliário e da CCI	Valor do Crédito Imobiliário	Data de pagamento da CCI
1	21/08/2011	22/08/2011	R\$ 836.369,08	22/08/2011
2	21/09/2011	21/09/2011	R\$ 836.369,08	21/09/2011
3	21/10/2011	21/10/2011	R\$ 836.369,08	21/10/2011
4	21/11/2011	21/11/2011	R\$ 836.369,08	21/11/2011
5	21/12/2011	21/12/2011	R\$ 836.369,08	21/12/2011
6	21/01/2012	23/01/2012	R\$ 836.369,08	23/01/2012
7	21/02/2012	22/02/2012	R\$ 836.369,08	22/02/2012
8	21/03/2012	21/03/2012	R\$ 836.369,08	21/03/2012
9	21/04/2012	21/04/2012	R\$ 836.369,08	21/04/2012
10	21/05/2012	22/05/2012	R\$ 836.369,08	22/05/2012
11	21/06/2012	21/06/2012	R\$ 836.369,08	21/06/2012
12	21/07/2012	21/07/2012	R\$ 836.369,08	21/07/2012
13	21/08/2012	21/08/2012	R\$ 836.369,08	21/08/2012
14	21/09/2012	21/09/2012	R\$ 836.369,08	21/09/2012
15	21/10/2012	22/10/2012	R\$ 836.369,08	22/10/2012
16	21/11/2012	21/11/2012	R\$ 836.369,08	21/11/2012
17	21/12/2012	21/12/2012	R\$ 836.369,08	21/12/2012
18	21/01/2013	21/01/2013	R\$ 836.369,08	21/01/2013
19	21/02/2013	21/02/2013	R\$ 836.369,08	21/02/2013
20	21/03/2013	21/03/2013	R\$ 836.369,08	21/03/2013
21	21/04/2013	21/04/2013	R\$ 836.369,08	21/04/2013
22	21/05/2013	22/05/2013	R\$ 836.369,08	21/05/2013
23	21/06/2013	22/06/2013	R\$ 836.369,08	21/06/2013
24	21/07/2013	21/07/2013	R\$ 836.369,08	21/07/2013
25	21/08/2013	22/08/2013	R\$ 836.369,08	21/08/2013
26	21/09/2013	22/09/2013	R\$ 836.369,08	21/09/2013
27	21/10/2013	22/10/2013	R\$ 836.369,08	21/10/2013
28	21/11/2013	22/11/2013	R\$ 836.369,08	21/11/2013
29	21/12/2013	23/12/2013	R\$ 836.369,08	23/12/2013
30	21/01/2014	21/01/2014	R\$ 836.369,08	21/01/2014
31	21/02/2014	21/02/2014	R\$ 836.369,08	21/02/2014
32	21/03/2014	21/03/2014	R\$ 836.369,08	21/03/2014
33	21/04/2014	22/04/2014	R\$ 836.369,08	21/04/2014
34	21/05/2014	22/05/2014	R\$ 836.369,08	21/05/2014
35	21/06/2014	22/06/2014	R\$ 836.369,08	21/06/2014
36	21/07/2014	22/07/2014	R\$ 836.369,08	21/07/2014
37	21/08/2014	22/08/2014	R\$ 836.369,08	21/08/2014
38	21/09/2014	22/09/2014	R\$ 836.369,08	21/09/2014
39	21/10/2014	22/10/2014	R\$ 836.369,08	21/10/2014



38824

OFICIAL DE SEUS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS
NOTAS DO 30º SUBDISTRITO DO IPIRANGA
São Paulo - Capital - tel: (11) 5506-5744
AVERTIMENTO - ESTA COPIA REPROGRÁFICA
CONVERTE COM O ORIGINAL. DOU FE

S. Paulo, 08 MAR 2013

VÁLIDO SOBRE
CONSELHO DE
AUTENTICAÇÃO

Chayanne Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
PAU POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



1Q63AY816260

25	21/11/2014	21/11/2014	R\$ 836.369,08	21/11/2014
26	21/12/2014	22/12/2014	R\$ 836.369,08	22/12/2014
27	21/01/2015	21/01/2015	R\$ 836.369,08	21/01/2015
28	21/02/2015	23/02/2015	R\$ 836.369,08	23/02/2015
29	21/03/2015	21/03/2015	R\$ 836.369,08	21/03/2015
30	21/09/2015	21/09/2015	R\$ 836.369,08	21/09/2015
31	21/10/2015	21/10/2015	R\$ 836.369,08	21/10/2015

*Valores a serem corrigidos pelo IPCA na forma do Instrumento Imobiliário - data-base: data da assinatura.

O fluxo deste Anexo IV considera apenas os Créditos Imobiliários que compõem o lastro das CGIs.



Fis. 24

I 29 Df. de Res. de Títulos e Documentos
I Ficou armazenaada cópia registrada
I sob o nº 0001802460 em 25/12/2014.

24/24

PROVIMENTO N. 2.318.115
NOTAS DO 30º SUBDISTRIBUIDOR DO BIRABUDELA
São Paulo - Capital - tel. (11) 5505-5744

AUTENTICAÇÃO - ESTA CÓPIA REPROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FE

S. Paulo 05 MAR 2013

VALIDO SOMENTE
COM SELO DE
AUTENTICAÇÃO

Crispiano Guerreiro Cardoso
 Jhennathan Citrini
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



**5º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL**

Oficial Designado: ARTUR VENEROSO MAX FERREIRA
Rua XV de Novembro, 244 - 8º andar - Centro - Cep: 01013-000
Tel: (11) 3115-5414

C E R T I D Ã O

O BEL. ARTUR VENEROSO MAX FERREIRA, 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca da Capital, Oficial Designado nos termos da Portaria nº 04/2011, da E. Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, especialmente às disposições do Art. 16 da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

CERTIFICA e dou fé, que a pedido da parte interessada, estamos fornecendo certidão composta de 05 (cinco) folhas que compreendem 10 (dez) páginas, todas devidamente rubricadas e numeradas, obtidas diretamente da averbação, sob o nº 1318120, em 04 de janeiro de 2011, em microfilme.

CERTIFICA ainda que, verifiquei constar anteriormente o registro escritura particular de emissão privada de série única de cédula de crédito imobiliário, sob o nº 1318115, em 04 de janeiro de 2011 e suas respectivas averbações, 1318116, 1318117, 1318118, 1318119, todas em 04 de janeiro de 2011.

CERTIFICA, finalmente que, verifiquei constar posteriormente a averbação, sob o nº 1318121, em 04 de janeiro de 2011. São Paulo, 18 de fevereiro de 2013. Eu, _____ (José Natal da Silva Filho), escrevente, a digitei e confiei. O Oficial, Márcia Ferreira

5º R. T. D. C. P. J.
EMOLUMENTOS: 34,64
ESTADO: 9,88
IPESP: 7,37
REG. CIVIL: 1,87
T. JUSTIÇA: 1,87
TOTAL: 55,63
CUSTAS E CONTRIBUIÇÕES
RECOLHIDAS POR VERBA



OFICIAL DE REG. CIVIL PELA NAT. EMOLUMENTO
NOTAS DO 5º SUBSTITUTO DO MERCANTIL
São Paulo / Cidade - RG 2111 3506-7741
e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
SUBSTITUTO - ESTAMPA REPROGRÁFICA
CORRÊNE COM O ORIGINAL. DOU FE.
Márcia Ferreira
Substituta
S. Paulo, 18 MAR 2013
 Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50
VALIDO SOBRE CONSELHO DE AUTENTICIDADE
VALOR 2013-2014



**AS CERTIDÕES DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS TÊM O MESMO
VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE:**

Código Civil Brasileiro:

"Art. 217. Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".

Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015 / 73):

"Art. 161. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo".

29.0f. de Reg. de Títulos e Documentos
Fica assinada c/cto registrado
lado a n° 00000261 em 27/12/2010.

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PRIVADA DE SÉRIE ÚNICA DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

ATAC PARTICIPAÇÃO E ÁGROPECUÁRIA LTDA., sociedade com sede na Fazenda Campo Alegre, Rodovia BR 020, Km 160, s/n, CEP 73.825-000, Cidade de Vila Boa, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.816.598/0001-17, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente EMITENTE;

PRIMAZIA - FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.502.169/0001-66, neste ato representado pelo seu administrador, BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00, com sede social na Cidade de Deus, Prédio Praia, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, doravante denominado simplesmente CREDOR;

ALDA PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA S.A., sociedade com sede na Fazenda Prelúdio, Rodovia BR 020, Km 160, s/n, CEP 73.825-000, Cidade de Vila Boa, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.848.595/0001-40, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada DEVEDORA e FIADORA;

ALBERTO COURY JUNIOR, brasileiro, divorciado, residente à SMDB, 9 conjunto 12, Setor de Habilidades Individuais Sul - Lago Sul, Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrito no CPF/MF sob nº 441.349.918-20, doravante denominado simplesmente FIADOR;

MARIA INÊS CORBUCCI COURY, brasileira, divorciada, residente na Quadra SMDB, 9 conjunto 12, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CPF/MF sob nº 610.884.551-15, doravante denominada simplesmente FIADORA;

TATIANA CORBUCCI COURY FARIA SANTOS, brasileira, casada, residente a Quadra SCS 315, bloco D, 1 Apto 401 - Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CPF/MF sob nº 693.783.551-53, doravante denominada simplesmente FIADORA;

ROBERTO FARIA SANTOS FILHO, brasileiro, casado, residente a Quadra SCS 315, bloco D, 1 Apto 401 - Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, inscrito no CPF/MF sob nº 268.201.208-69, doravante denominado simplesmente FIADOR;

CARLOS ALBERTO DE BARROS, brasileiro, divorciado, residente à Rua Ministro João Pereira Leite, nº. 571 - Apt 1004, Cidade de Cuiabá, Mato Grosso, inscrito no CFF/MF sob nº 079.323.081-00, doravante denominado simplesmente GARANTIDOR;

BRL TRUST SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade com sede na Rua Tabapuã, nº. 1123, 4º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.669.414/0001-57, doravante denominada simplesmente INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DO ESTADO DO BRASIL
SERVIÇO - CAPITAL - DF (L) 2506474
AUTENTICADO - SEM CORPO REPROGRÁFICO
CONFERE COM ORIGINAL DA FÉ
S. P. 01 MAR 2013
C. Guerreiro Cardoso
J. Marhan Citrini
PAGO PÓS AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



80



CONSIDERANDO QUE

I 29 Of. da Res. de Itápolis e Ipiranga
II Faz o Ofício de Cédula registrada
III sob o nº 0001002461 em 21/12/2010.

- I. A EMITENTE emitiu cédula de crédito imobiliário ("CCI") na forma da Escritura Particular de Emissão Privada de Série Única de Cédula de Crédito Imobiliário, datada de 21 de dezembro de 2010 ("Escritura de Emissão");
- II. O CREDOR adquiriu a CCI emitida por meio de negociação na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
- III. Conforme acordado entre as partes, determinadas condições da Escritura de Emissão serão alteradas na forma deste aditamento;

Resolvem as partes firmar o presente **PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PRIVADA DE SÉRIE ÚNICA DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO** (doravante simplesmente "Aditamento"), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. Fica alterado o campo "Garantias" da Cláusula 1. Das Definições da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Garantias: Hipoteca, Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, Fiança e Fiança Bancária prestada pelo Banco BVA S.A. conforme instrumento apartado."
2. Fica alterado o Anexo I - Minuta de Cédula de Crédito Imobiliário da Escritura de Emissão, que passa a vigorar conforme ANEXO 1 deste Aditamento.
3. Ficam mantidas e ratificadas todas as demais características da Escritura de Emissão que não tenham sido alteradas no presente Aditamento.
4. As palavras grafadas em maiúsculo terão o mesmo significado que lhes é atribuído na Escritura de Emissão.
5. O CREDOR, nesta ato, outorgado poderes ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO para celebrar, na qualidade de seu representante, qualquer outros aditamentos aos documentos, principais e acessórios, firmados em decorrência da Escritura de Emissão e da CCI.
6. As partes elegem o Foro da Comarca do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas desta Aditamento, rejeitando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Estando assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditamento em 08 (oito) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo,

São Paulo, 27 de dezembro de 2010.

	MICROFILMADO SOB N°
0001318120	
FÓRUM DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL - SP	

OFICIAL DE REG. CIVIL PES. INT. ESTABELESCIMENTO
NOTÍCIA DO 50º SUBSTITUTO DO TÍTULOS
São Paulo - Capital - Tel.: (11) 5506-5744
AUTENTICAÇÃO - ESTAMPA DA REPROGRAFIA
CONFERIR COM O ORIGINAL DOU FE

5 Pág. 08 MAR 2013

VALIDEZA
COM SELO DE
AUTENTICAÇÃO

Christian Guerreiro Cardoso
 Jhonathan Citrini
BEM AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

1063AY818205





ATACAPARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA LTDA

SELLO - DAISY FERREIRA DE SOUZA

14.307 - Registro Títulos e Documentos



PRIMAZIA - FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO

ALCAPARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA S.A.

ROBERTO COURY JUNIOR

MARTHA CIRIACI CORBUCCI COURY

TATIANA CORBUCCI COURY FARIA SANTOS

ROBERTO FARIA SANTOS FILHO

CARLOS ALBERTO DE BARROS

BRL TRUST SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

TESTEMUNHAS: 1) _____ 2) _____
Nome: _____ Nome: _____
RG: _____ RG: _____

Página de assinaturas do PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR
DE EMISSÃO PRIVADA DE SÉRIE ÚNICA DE CEDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
de 27 de dezembro de 2010.



ÓFICIAL DE REG. CIVIL PES. NAT. E TABUJÃO
ESTAD. DO SPº SUBDISTRÍT. DO Ipiranga
São Paulo - CEP 01 - tel. (11) 5306-5744
AUTENTICO - 1ª COPIA REPROGRÁFICA
CONFERIR COM O ORIGINAL DOU RE.

S. PAUL 27 MAR 2013

Matheus Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
VALOR DE AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



82



I 29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001002461 em 29/12/2010.

ANEXO 1
MINUTA DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO



Nome/Razão Social		CNPJ/CFPJ		
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
Data/Concessão		Agência		
01. Nome/Razão Social		Estado civil: CPF/CNPJ		
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
02. Nome/Razão Social		Estado civil: CPF/CNPJ		
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
03. Nome/Razão Social		Estado civil: CPF/CNPJ		
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
04. Nome/Razão Social		Estado civil: CPF/CNPJ		
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP

BANCO BVA S.A., com sede no Rio de Janeiro, RJ, na Av. Borges de Medeiros, 203 - conjunta 501, inscrita no CNPJ sob nº 32.294.128/0001-03, com agência em São Paulo, SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.900, 2º andar.

- a) Hapêus do Imóvel descrito no Anexo IV da Escritura de Emenda, na forma ali estipulada.
- b) Crédito Bancário de Aplicações Financeiras, conforme Escritura de Emenda.
- c) Fazenda dos FAORES
- d) Fazenda Bancária prestada pelo Banco BVA S.A. conforme instrumento apontado.

01. Valor de Emenda de C.R.: []

02. Valor da Aquisição da C.R.: []

03. Taxa de Desconto para cálculo do Valor de Aquisição: [] a.a. com base num dia comercial de [250/360] dias.

04. Prazo e Vencimento: Mínimos aqueles indicados no Anexo V da Escritura de Emenda.

05. Índice de Atualização Monetária das parcelas mensais da C.R.: IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – BGE, e seu aplicativo exclusivamente em acordo com o estabelecido no Instrumento Imobiliário.

06. Prazo de Pagamento: São Paulo

07. Despesas e Tributos:

08. (...) Integral (...) Fazendista, equivalente a (...) % do Valor Total do Instrumento Imobiliário.

1. Descrição dos Créditos Imobiliários: direitos creditícios, presente e futuro, relativos da escritura pública de concessão de direito real de superfície levada em 21 de dezembro de 2010, por meio de escritura pública, constituída a escritura aos moldes do imóvel descrito no Anexo III da Escritura de Emenda.



OFICIAL DE REG. CIVIL PES. INT. E TABELOUÃO DE
NOTAS DO 3º SUBDISTRITO DO BRASÍPOLIS
São Paulo - Caixa - Tel. (11) 5505-5744
AUTENTICO - ESTA COPIA REPROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE

5. Data: 08 MAR 2013

VALIDAMENTE
COM SELO DE
AUTENTICADA



Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jhonathan Cittini
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

1063AY818209

53



1. Local de emissão: São Paulo

2. Data de emissão: []

1 29 01, de Rua de Tributos e Documentos
 Firma armada cárta registrada
 sob o nº 000000061 em 29/12/2010.

Endereço:

ATAC PARCERIAÇÃO E AGROPECUÁRIA LTDA

Pessoas:

ALDIA PARCERIAÇÃO E AGROPECUÁRIA S.A.

ALBERTO COURY JUNIOR

MARGARET PARCERIA COURY

TATIANA CORBUCCI COURY FARIA SANTOS

ROBERTO FARIA-SANTOS FILHO

Luz Belo Paineir RAMBO SVA S.A.

Enviado para []
Prestador Eletrônico

OFICIAL DE REG. CIVIL PESQUISAS E TABELOGRÁFICAS
 NOTA DO 30º COMARCA DO DISTRIBUÍDO
 São Paulo - Diário - nº 110.5506-57/44
 AUTENTICAÇÃO DESTA COPIA REPROGRÁFICA
 CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE

S. Paulo 8 MAR 2013

Cristiano Gennari Cardoso
 Jonathan Citrini

VALTO SOBREPO
CON SELO
AUTENTICO

TORSA V 1.0.1



I 29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou armada c/ sua registrada
sob o nº 0001002461 em 29/12/2010.

ANEXO 1

MINUTA DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO



Nome/Razão Social		CPRF/CNPJ		
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
Conta Corrente	Agência			
01. Nome/Razão Social	Estado civil		CPRF/CNPJ	
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
02. Nome/Razão Social	Estado civil		CPRF/CNPJ	
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
03. Nome/Razão Social	Estado civil		CPRF/CNPJ	
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
04. Nome/Razão Social	Estado civil		CPRF/CNPJ	
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP

BANCO BVA S.A., com sede no Rio de Janeiro, RJ, na Av. General Osório, 500 - conjunto 501, inscrito no CNPJ sob nº 33.264.138/0001-03, com agência em São Paulo, SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.801, 2º andar.

a) Histórico do imóvel descrito no Anexo V da Escritura de Emenda, na forma nº 1000010.

b) Crédito Imobiliário de Aplicações Financeiras, conforme Escritura de Emenda.

c) Fiança dos PÁDORES

d) Fiança Bancária prestada pelo Banco BVA S.A. conforme Instrumento acima.

01. Valor de Emissão da CCC: []

02. Valor de Aquisição da CCC: []

03. Taxa de Desconto para cálculo do Valor de Aquisição: [] a.a. com base nessa taxa comercial de [252000] reais.

04. Fazeto e Vencimento: Idenficos aqueles indicados no Anexo V da Escritura de Emenda.

05. Índice de Atualização Monetária das parcelas mensais da CCC (IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Ampliado - IBGE, a ser aplicado anualmente exclusivamente de acordo com o estabelecido no Instrumento Imobiliário).

06. Praça de Pagamento: São Paulo

07. Despesas e Tributos:

08. [] Integral [] Fracionado, equivalente a [...] % do Valor Total do Instrumento Imobiliário.

1. Descrição das Créditos Imobiliários: crédito imobiliário, presente e futuro, ostensão de escritura pública de concessão de crédito em superfície levada em 21 de dezembro de 2010, por meio de escritura pública, constituida a escritura em relação ao imóvel descrito no Anexo V da Escritura de Emenda.



OFICIAL DE REG. CIVIL PES. MAT. E TABOÃO NE
NOTAS DO 30º SUBDISTRITO DO JUDICIÁRIO
São Paulo - CEP: 04111-5744

AUTENTICAÇÃO - ESTA COPIA REPROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FE

S. Paulo 08 MAR 2013

Christiano Guerreiro Cardoso
 Jhucachan Citrini
PAGO POR AUTENTICARIN R\$ 2,00





1. Local de expediente: São Paulo

2. Data da emissão: []

Endereço:

Folha:

ATAQ PARCERIADE E AGROPECUÁRIA LTDA

ALDA PARCERIADE E AGROPECUÁRIA S.A.

ALBERTO COURY JUNIOR

MARINA CORBUCCI COURY

TATIANA CORBUCCI COURY FARIA SANTOS

ROBERTO FARIA GOMES FILHO

Luz Belo Horizonte RAMOS EIA S.A.

Francisco Luiz Pessôa
Poder Executivo

ÓRIGEM DE REDE CIVIL PESQUINTE E TABEIRÔ DE
NOTAS DO 3º OFICIAL REGISTRO DE BIRABANGA
SÉ 1000 - 2000 - 100 - 111 2306-5744
AVERTIMENTO: ESTA COPIA REPROGRÁFICA
COMPRENSÃO COM O ORIGINAL, DOU FE.

S. Paulo / 8 MAR 2013

VALIDO SOBRE
CON SELO DE
AUTENTICACAO

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Cítrini
PAÍD POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



10834VR1821K

34

**• COMPROVANTE DE AQUISIÇÃO DO
DIREITO CREDITÓRIO**

Rua Tabapuã, 111 11º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP
Fone/Fax: +55 (11) 3774-2778 – coritito@santosabreu.com.br

Instrumento Financeiro

Tipo: OCI
 Registrador: 79240.40-6
 Agente de Pagamento: 79240.40-6
 Código ISIN:
 Situação: CONFIRMADO
 IF Inadimplente: NÃO
 Data de Registro: 23/12/2010
 Data de Alteração:

Código IF: 10L00026917
 BVABM
 BVABM
 Data Emissão: 21/12/2010
 Data Vencimento: 21/10/2015
 Prazo de Emissão: 1765
 Data da Constituição do Crédito: 21/12/2010

Dados da Emissão e Registro

Quantidade Emitida: 1
 Quantidade Depositada: 1
 Quantidade Resgatada: 0

Valor Unitário de Emissão: 20.000.000,00000000
 Valor Financeiro de Emissão: 20.000.000,00
 Valor de (Original): 20.000.000,00000000
 em: 21/12/2010

Condição de Resgate Antecipado: Não tem condição

Valores Atualizados

Valor de (Base de Cálculo): 20.000.000,00000000
 Valor Unitário de Emissão Atualizado: 20.000.000,00000000
 Preço Unitário de Juros:
 Preço Unitário Ajustado: 20.000.000,00000000
 Valor Financeiro Atualizado: 20.000.000,00

em: 21/12/2010
 em: 21/12/2010
 em: 21/12/2010
 em: 21/12/2010
 em: 23/12/2010

Dados Complementares

Numeração: 01
 Seguro: NAO
 Tipo de Garantia: Hipoteca
 Imóvel, conforme
 Descrição: descrição do anexo à
 escritura.
 Controle Interno: 252
 LIVRO 611 FLS
 Descrição Adicional: 149/153vº 1º Traduzido

Série: 01
Apólice:

Número de Averbação: 0260B012916

Dados do Emissor

ATAC
 PARTICIPACAO E -
 Social: E
 AGROPECUARI
 A LTDA
 CPF/CNPJ: 02.816.598/0001-
 17
 Estado: GO
 Logradouro: RODOVIA BR.
 020 - KM 160
 CEP: 73825-000

Natureza: PJ
Município: VILA BOA

Número: S/N
Complemento: FAZENDA
CAMPO
ALEGRE

Bairro: FAZENDA
CAMPO
ALEGRE

Dados do Credor Original

ATAC
 PARTICIPACAO E -
 Social: E
 AGROPECUARI
 A LTDA
 CPF/CNPJ: 02.816.598/0001-
 17
 Estado: GO
 Logradouro: RODOVIA BR.
 020 - KM 160
 CEP: 73825-000

Natureza: PJ
Município: VILA BOA

Número: S/N
Complemento: FAZENDA
CAMPO
ALBRE

Bairro: FAZENDA
CAMPO
ALEGRE

Dados do Devedor

ALDA
PARTICIPACAO
E
AGROPECUARI
A LTDA

Nome ou Razão Social:
CPF/CNPJ: 37.848.595/0001-40

Estado: GO
Logradouro: RODOVIA BR 020 - KM 160
CEP: 73825-000

Natureza: PJ

Município: VILA BOA

Número: S/N

Complemento: FAZENDA PRELUDIO

Bairro: FAZENDA PRELUDIO

Identificação do Imóvel

País: BRASIL
Estado: GO
Logradouro: COMARCA DE FORMOSA

Município: FORMOSA

Número: S/N

Complemento

Bairro: FAZENDA TABUA

CEP: 73825-000

Inscrição Municipal: NJRF 4238574-1

Matrícula: 2028

Cartório: 1º REGISTRO
IMÓVEIS

Identificação do
Cartório: 1º REGISTRO
IMÓVEIS-
FORMOSA

Forma de Pagamento

Forma de Pagamento: Pagamento de amortização periódica e juros no vencimento

Rentabilidade/Indexador/Taxa Flutuante: IPCA

Periodicidade de Correção: ANUAL-COM BASE NA DATA DE EMISSÃO

Pro-rata de Correção:

Tipo de correção:

Mês de Correção Anual:

Correção do Período Final: NÃO

Cálculo de Juros no Mês de Atualização Anual:

Taxa de Juros/Spread: 10,5000

Critério de cálculo de juros: 360 - número dias corridos entre a data de início ou último pagamento e o próximo

Incorpora Juros: NÃO

em:

Valor Após Incorporação
de Juros:

Fluxo de Pagamento de Amortização

Tipo de VNE VAR /
Amortização: NUNIF

Taxa:
a partir:

Amort. a cada:

Liquidação de Eventos

Forma:

Dia(s) útil(eis):

Dados do Evento

Data da Última Amortização:

Data da Próxima Amortização: 22/08/2011

CETIP S.A. - BALANÇO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS
RELATÓRIO: CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES EM 24/12/2010
PARTICIPANTE: PRINCIPIA - PI SENHA FIXA CRÉDITO PRIVADO
CÓDIGO: 10279.30-4
INVESTIMENTO FINANCEIRO: OCT

EDOCCEMS 20 55611
ENTRADA: 24/12/2010 15:05:40
SAÍDA: 24/12/2010 15:14:59 0000 2

Dt. Liquidação	Contratante	Serviço	Op.	Op. Orig.	Dt. Op. Orig.	Rec.Liquid.	Preço Vencido	Quantidade	Valor Final
Mod. Liquidação			Cod. Oper.	NºOper.	Assin.	NºOper. Orig.	Dt. Compr.	Preço Compr.	
Saída									
24/12/2010	79610.00-5	18100006V17	E0	3		70370.00-5 20.015.647,83000000			1
SENHA FIXA							0,00000000	-20.015.647,83	
FINALIZADA						24/12/2010 15:14:59			



• PLANILHA DE DÉBITO ATUALIZADA

Rua Taubaté, 111 - 1º andar Itaim Bibi - São Paulo - SP
Phone/Fax: +55 (11) 3774-2773 - contato@sab.com.br

Parcela Inadimplente
06/03/2013

Taxa

10,5000%

1%

2%

Data	Valor Atualizado	Valor com Juros	Mora	Multa	Total
19/10/2012	22.376.208,07	23.249.236,64	1.088.882,76	449.117,37	24.787.236,76

Parcela Inadimplente
19/10/2012

Taxa

10,5000%

Data	Valor Atualizado	Valor com Juros	1%	2%	Total
			Mora	Multa	
21/08/2012	900.325,02	915.178,73	18.085,50	18.665,28	951.929,51
21/09/2012	896.658,22	903.648,55	8.431,25	18.241,60	930.321,40

Saldo Devedor Saldo Devedor Total
19.775.103,27 21.657.354,18

22/04/2011
01/05/2011
23/05/2011
07/09/2011
12/10/2011
02/11/2011
15/11/2011
25/12/2011
01/01/2012
20/02/2012
21/02/2012
06/04/2012
21/04/2012
01/05/2012
07/05/2012
07/09/2012
12/10/2012
02/11/2012
15/11/2012
25/12/2012

Name	Date Metrics	Sales Data		Customer Insights		Order Status		Geographical	
		Units Sold	Revenue (\$)	Customer Count	Avg. Order Value	Order Status	Order Type	Region	Country
Product A	2023-01-01/2023-01-15	5,000	\$50,000	1,000	\$50	Delivered	Physical	North America	USA
Product B	2023-01-16/2023-01-31	6,000	\$60,000	1,100	\$10	Pending	Digital	Europe	UK
Product C	2023-02-01/2023-02-15	4,500	\$45,000	950	\$9.50	Shipped	Physical	Asia Pacific	China
Product D	2023-02-16/2023-03-15	3,000	\$30,000	800	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product E	2023-03-16/2023-04-15	2,500	\$25,000	700	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product F	2023-04-16/2023-05-15	2,000	\$20,000	600	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product G	2023-05-16/2023-06-15	1,500	\$15,000	500	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product H	2023-06-16/2023-07-15	1,000	\$10,000	400	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product I	2023-07-16/2023-08-15	800	\$8,000	350	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product J	2023-08-16/2023-09-15	600	\$6,000	300	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product K	2023-09-16/2023-10-15	400	\$4,000	250	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product L	2023-10-16/2023-11-15	300	\$3,000	200	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product M	2023-11-16/2023-12-15	200	\$2,000	150	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product N	2023-12-16/2024-01-15	150	\$1,500	100	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product O	2024-01-16/2024-02-15	100	\$1,000	80	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product P	2024-02-16/2024-03-15	80	\$800	70	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product Q	2024-03-16/2024-04-15	60	\$600	60	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product R	2024-04-16/2024-05-15	50	\$500	50	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product S	2024-05-16/2024-06-15	40	\$400	40	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product T	2024-06-16/2024-07-15	30	\$300	30	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product U	2024-07-16/2024-08-15	20	\$200	20	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product V	2024-08-16/2024-09-15	15	\$150	15	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product W	2024-09-16/2024-10-15	10	\$100	10	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product X	2024-10-16/2024-11-15	8	\$80	8	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product Y	2024-11-16/2024-12-15	5	\$50	5	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product Z	2024-12-16/2025-01-15	3	\$30	3	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product AA	2025-01-16/2025-02-15	2	\$20	2	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product BB	2025-02-16/2025-03-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product CC	2025-03-16/2025-04-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product DD	2025-04-16/2025-05-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product EE	2025-05-16/2025-06-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product FF	2025-06-16/2025-07-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product GG	2025-07-16/2025-08-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product HH	2025-08-16/2025-09-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product II	2025-09-16/2025-10-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product JJ	2025-10-16/2025-11-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product KK	2025-11-16/2025-12-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product LL	2025-12-16/2026-01-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product MM	2026-01-16/2026-02-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product NN	2026-02-16/2026-03-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product OO	2026-03-16/2026-04-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product PP	2026-04-16/2026-05-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product QQ	2026-05-16/2026-06-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product RR	2026-06-16/2026-07-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product SS	2026-07-16/2026-08-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product TT	2026-08-16/2026-09-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product UU	2026-09-16/2026-10-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product VV	2026-10-16/2026-11-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product WW	2026-11-16/2026-12-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product XX	2026-12-16/2027-01-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product YY	2027-01-16/2027-02-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product ZZ	2027-02-16/2027-03-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product AA	2027-03-16/2027-04-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product BB	2027-04-16/2027-05-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product CC	2027-05-16/2027-06-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product DD	2027-06-16/2027-07-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product EE	2027-07-16/2027-08-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product FF	2027-08-16/2027-09-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product GG	2027-09-16/2027-10-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product HH	2027-10-16/2027-11-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product II	2027-11-16/2027-12-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product JJ	2027-12-16/2028-01-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product KK	2028-01-16/2028-02-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product LL	2028-02-16/2028-03-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product MM	2028-03-16/2028-04-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product PP	2028-04-16/2028-05-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product QQ	2028-05-16/2028-06-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product RR	2028-06-16/2028-07-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product SS	2028-07-16/2028-08-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product TT	2028-08-16/2028-09-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product UU	2028-09-16/2028-10-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product VV	2028-10-16/2028-11-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product ZZ	2028-11-16/2028-12-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product AA	2028-12-16/2029-01-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product BB	2029-01-16/2029-02-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product CC	2029-02-16/2029-03-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product DD	2029-03-16/2029-04-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product EE	2029-04-16/2029-05-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product FF	2029-05-16/2029-06-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product GG	2029-06-16/2029-07-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product HH	2029-07-16/2029-08-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product II	2029-08-16/2029-09-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product JJ	2029-09-16/2029-10-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product KK	2029-10-16/2029-11-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product LL	2029-11-16/2029-12-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product MM	2029-12-16/2030-01-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product PP	2030-01-16/2030-02-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product QQ	2030-02-16/2030-03-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product RR	2030-03-16/2030-04-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product SS	2030-04-16/2030-05-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product TT	2030-05-16/2030-06-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product UU	2030-06-16/2030-07-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product VV	2030-07-16/2030-08-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product ZZ	2030-08-16/2030-09-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product AA	2030-09-16/2030-10-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product BB	2030-10-16/2030-11-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product CC	2030-11-16/2030-12-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product DD	2030-12-16/2031-01-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product EE	2031-01-16/2031-02-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product FF	2031-02-16/2031-03-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product GG	2031-03-16/2031-04-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product HH	2031-04-16/2031-05-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product II	2031-05-16/2031-06-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product JJ	2031-06-16/2031-07-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product KK	2031-07-16/2031-08-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product LL	2031-08-16/2031-09-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product MM	2031-09-16/2031-10-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product PP	2031-10-16/2031-11-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product QQ	2031-11-16/2031-12-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product RR	2031-12-16/2032-01-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product SS	2032-01-16/2032-02-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product TT	2032-02-16/2032-03-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product UU	2032-03-16/2032-04-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product VV	2032-04-16/2032-05-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product ZZ	2032-05-16/2032-06-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product AA	2032-06-16/2032-07-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product BB	2032-07-16/2032-08-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product CC	2032-08-16/2032-09-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product DD	2032-09-16/2032-10-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product EE	2032-10-16/2032-11-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product FF	2032-11-16/2032-12-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product GG	2032-12-16/2033-01-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product HH	2033-01-16/2033-02-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Japan
Product II	2033-02-16/2033-03-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Mexico
Product JJ	2033-03-16/2033-04-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Ireland
Product KK	2033-04-16/2033-05-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	Korea
Product LL	2033-05-16/2033-06-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	USA
Product MM	2033-06-16/2033-07-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	UK
Product PP	2033-07-16/2033-08-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Asia Pacific	China
Product QQ	2033-08-16/2033-09-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	North America	Canada
Product RR	2033-09-16/2033-10-15	1	\$10	1	\$10	Placed	Digital	Europe	Germany
Product SS	2033-10-16/2033								

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA FLORES DE GOIÁS -
ESTADO DE GOIÁS.



Processo nº: 367199-62.2012.8.09.0181 (201203671991)

Recuperação Judicial
Petição Intermediária

PRIMAZIA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA

CREDITO PRIVADO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11502169/0001-66, com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/nº. Prédio Prata, 4º Andar, CEP 06.029-900, Vila Yara, Osasco, São Paulo, neste ato representado pela sua administradora, BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, por seus advogados infra-assinados (docs. 01, 02 e 03), vem, respeitosamente à presença de V.Exa., com fundamento no artigo 7º e seguintes da Lei nº 11.101/05, com o acato de estilos, nos autos da Recuperação Judicial ajuizada por **ATAC PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA LTDA e OUTROS**, divergir quanto a relação de credores anexada aos autos pelas Recuperandas, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

1) Do negócio jurídico entre as partes

PRIMAZIA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA

CREDITO PRIVADO, "Fundo Primazia", é credor das empresas Recuperandas em decorrência Cédulas de Crédito Imobiliário Série Única – "CCI", cuja instrumento restou lavrado aos 29 de dezembro de 2010, no importe de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões reais), com fluxo de pagamento fixado em 31 parcelas com início em 21/08/2011 e término em 21/10/2015.

A "CCI" emitida pela Recuperanda Atac Participação e Agropecuária Ltda., cujas garantias são prestadas por Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras. Crédito Imobiliário com hipoteca constituída por pessoa física, bem como figuram como fiadores Alberto Coury Junior, Maria Ines Corbucci Coury, Tatiana Corbucci Coury Farias Santos, Roberto Faria Santos Filho, Carlos Alberto De Barros e Alda Participação e Agropecuária S.A., fora adquirida pelo Primazia - Fundo De Investimento Em Renda Fixa Crédito Privado ("Fundo Primazia") por meio do balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP") conforme autoriza o preâmbulo da "CCI" na Cláusula Décima Quinta, e também a determinação constada no artigo 22 da Lei n.º 10.931, de 02/08/04.

Considerando que o edital publicado aos 26/02/2013, consoante determinado artigo 52, § 1º da Lei nº 11.101/05, restou anotado na lista de credores apresentada pelas Recuperandas crédito em favor do "Fundo Primazia" na classe dos Credores Quirografários, anexo III, no importe de R\$ 18.521.427,54 (dezoito milhões, quinhentos e vinte e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e cinqüenta e quatro centavos).

Depreende-se que as Recuperandas quando da elaboração da lista de credores, incorreram em erro ao descrever o valor inferior ao débito devidamente atualizado, nos termos do artigo 51 da lei 11.101/05, tendo em vista que a dívida perfaz o montante de R\$ 24.787.236,76 (vinte e quatro milhões, setecentas e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e seis reais e setenta e seis centavos), conforme planilha anexa.

Saliente, ainda, que realizaram a classificação dos créditos de forma equivocada, senão vejamos:

2) Da Classificação do Crédito

Conforme mencionado anteriormente, as Recuperandas equivocadamente inseriram o crédito existente em favor do "Fundo Primazia" na classe de quirografários.

Nesse sentido, necessário se faz esclarecer no corpo da "CCI", restou aferida em garantia Cessão Fiduciária de Aplicações financeiros conforme dispõe a Cláusula 1º e a Cláusula 6º, item "B" do Título de Crédito, in verbis:

CLÁUSULA 1. DAS DEFINIÇÕES

- **Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras:** cessão fiduciária das Aplicações Financeiras em favor do CREDOR, constituição cedularmente pela EMITENTE nos termos desta Escritura de Emissão.

(...)

CLÁUSULA 6. GARANTIAS

(...)

"6.10 A EMITENTE cede fiduciariamente, neste ato, em favor do CREDOR as Aplicações Financeiras, nos termos da legislação em vigor, em especial o artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, arts. 18 a 20 da Lei nº 9.514/1997 e das Cláusulas ora pactuadas.

(...)"

Destacando que relata de dívida devidamente garantida por cessão fiduciária.

É cediço que os direitos creditórios e os títulos de crédito estão inseridos na exceção do artigo 49, § 3º da Lei nº 11.101/05, pois são direitos pessoais de caráter patrimonial, logo, para todos os efeitos legais, são bens móveis, nos termos dos artigos 82 e 83 do Código Civil, in verbis:

"Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

(...)

§. 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respeitiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o §. 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial.

(...)

Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Art. 83. Consideram-se móveis para os efeitos legais:

I - as energias que tenham valor econômico;

- II - os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;
- III - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações."

Desta leitura, urge observar que a classificação do presente crédito não restou corretamente realizada, pois se devidamente analisada suas características, nos termos do artigo 49, § 3º da Lei nº 11.101/05, o crédito que não está sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial em razão da garantia por cessão fiduciária, este está inserido nos créditos classificados como extraconcursais.

A corroborar o entendimento acima explanado, no sentido de que dívida garantida por cessão de crédito fiduciário não está sujeita aos efeitos da Recuperação judicial o Superior Tribunal de Justiça, aos 05 de fevereiro de 2013, posicionou nos termos abaixo transcritos:

"A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu decisão em favor de instituição bancária para que fossem excluídos dos efeitos da recuperação judicial os créditos que possuem garantia de cessão fiduciária.

O entendimento é que o crédito fiduciário se insere na categoria de bem móvel, prevista pelo artigo 83 do novo Código Civil, de forma que incide nesses créditos o artigo 49, parágrafo 3º, da Lei 11.101/05. A cessão fiduciária de crédito, também chamada "frava bancária", é garantia oferecida aos bancos para que empresas obtenham empréstimos para fomentação de suas atividades. Discutiu-se, no caso, a possibilidade de inclusão desses créditos no plano de recuperação das empresas. A cessão fiduciária de título dado em garantia de contrato de abertura de crédito tem por base o artigo 66-B da Lei 4.728/65, com a redação dada pela Lei 10.931/04. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), ao apreciar a matéria, havia entendido que os valores estavam sujeitos ao plano de recuperação das empresas, por não estarem inseridos nas exceções estipuladas pelo parágrafo 3º do artigo 49 da Lei 11.101.

Duplicatas

Nos autos de uma recuperação judicial, a 2ª Vara Civil da Comarca de Linhares (ES) determinou a inclusão de créditos bancários que estavam garantidos por cessão fiduciária de duplicatas mercantis, em benefício de uma indústria moveleira. O banco impugnou o edital com o argumento de que haveria violação do artigo 49, parágrafo 3º, da Lei 11.101; do artigo 66-B da Lei 4.728 e dos artigos 82 e 83 do Código Civil. A Lei 11.101 excepciona alguns casos que não estão sujeitas aos efeitos da recuperação judicial, entre eles o de "credor titular da posição de

proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis". Para a relatora, ministra Isabel Gallotti, a interpretação que faz da expressão "bens móveis" contida na lei encontra respaldo no artigo 83 do Código Civil, segundo o qual se consideram móveis os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

Gallotti admitiu que a opção legislativa coloca os bancos em situação privilegiada em relação aos demais credores e dificulta o plano de recuperação das empresas. Mas não seria possível ignorar a forte expectativa de reforma do capital decorrente desse tipo de garantia, ao permitir a concessão de financiamentos com menor taxa de risco, induzindo à diminuição do spread bancário, a que beneficia a atividade empresarial e o sistema financeiro nacional como um todo.

(...) (REsp 1263500, Min. MARIA ISABEL GALLOTTI).¹¹

Nesta esteira, cumpre trazer à baila os esclarecimentos firmados pelo D. Juiz de Direito Dr. Carlos Roberto Fávaro, em decisão prolatada em 01 de janeiro de 2013 nos autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 318180-48.2012.8.09.0000 (201293181803) em trâmite perante o Tribunal de Justiça de Goiás, a saber:

"No momento em que a cessão fiduciária é modalidade de negócio fiduciário, da qual também faz parte a alienação fiduciária, evidente que àquela também deve ser aplicada a regra contida no artigo 49, § 3º, da Lei 11.101/2005.

Assim, a cessão fiduciária de títulos de crédito em garantia é expressamente prevista no § 3º, do art. 66-B, da Lei nº 4.728/65, e, mediante endosso, transfere ao credor fiduciário a propriedade resolúvel dos títulos, com as aplicações de todos os princípios do direito cambiário, desde que ao pacto fiduciário seja dada publicidade, com o competente registro, conforme disposto nos artigos 1.361, § 1º do Código Civil, e 42, da Lei nº 10.931/2004, a fim de surtir efeitos contra terceiros." (grifos nossos)

Em sentido idêntico são inúmeras as decisões proferidas pelo poder judiciário, conforme passamos a colacionar:

"E, em se tratando de dívida garantida por cessão fiduciária, não é ela atingida pelos efeitos da recuperação; entre eles o da suspensão da execução. Que deverá, portanto, prosseguir." (decisão proferida nos autos do processo nº 068.01.2010.020908-4, em trâmite perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Barueri, às fls.356 verso, aos 14/03/2012.) (grifos nossos)

¹¹ http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=108594

"O crédito do banco-fiduciário, representado por duplicatas, cedidas por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios, não se submete aos efeitos da recuperação judicial, de modo que legítimo é o protesto delas para serem cobradas pelo cessionário (Agravo de Instrumento, 0023409-88.2012.8.26.0000, Relator Maura Ribeiro, TJSP, DJ 29/03/2012).

Recuperação judicial. Cédula de crédito bancário com anexo de cessão fiduciária de direitos de crédito. Os direitos de créditos são bens móveis para os efeitos legais (art. 83, III, do CC) e se incluem no § 3º do art. 49 da Lei 11.101/2005. Aplicação do disposto no art. 49, § 3º, da Lei 11.101/2005. Inexistência de omissão. Por evidente, e como decorre de texto expresso de leis, a garantia prevalece até a liquidação do crédito garantido (art. 18 da Lei 9.514/97 e art. 2º caput, do Decreto-lei 911/69). Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 0338551-64.2009.8.26.0000, Relator(a): Romeu Ricupero, Data do julgamento: 06/04/2010, TJSP)

O proprietário fiduciário não pode ser indisponibilizado do seu crédito, que se insere na exceção prevista no § 3º, do artigo 49, da Lei nº 11.101/2005, o qual expressamente exclui dos efeitos da recuperação judicial os direitos decorrentes da cessão fiduciária." | TJRJ. Agravo de Instrumento nº 0025155-88.2009.8.19.0000, Rel. Des. JACQUELINE MONTENEGRO, 20º Câmara Civil, j. 14/10/2009) (grifos nossos).

Portanto, resta evidenciado que o crédito em análise, não está sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, razão pela qual deve ser classificado como **extraconcursal** e excluído do rol de credores.

3) Do Pedido

Dante de todo o exposto, serve a presente para apresentar divergência e requerer que seja retificada, nos termos do artigo 8º da Lei 11.101/05, a classificação do crédito, a saber: crédito não sujeito aos efeitos da recuperação judicial denominado **EXTRACONCURSAL**, pois garantido por cessão fiduciária, nos termos do artigo 49, § 3º da Lei nº 11.101/05, bem como seja registrado o valor devidamente atualizado do crédito que perfaz o montante de **R\$ 24.787.236,76** (vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e seis reais e setenta e seis centavos)

A fim de comprovar as alegações formuladas, junta aos autos Certidão lavrada pelo 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo do registro da Escritura Particular de Emissão Privada de Série Única de Cédula de Crédito Imobiliário, comprovante de pagamento da aquisição

do crédito pelo "Fundo Primazia", Procuração, Atos Regulatórios do "Fundo Primazia", Atas da Administradora, planilha de cálculos.

Por oportuno, requer que todas as publicações sejam realizadas no nome da advogada Ana Paula Silveira de Labetta, inscrita nos quadros da OAB/SP sob o nº 174.839.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

De São Paulo para Flores de Goiás, 12 de março de 2013.


Ana Paula De Labetta
OAB/SP 174.839

Denise Isidora Ferreira
OAB/SP 291.439

COMARCA : { 126 }
 NATUREZA : { 0 }
 SERVENTIA : FAMILIA, SUC. INF.JUV. E CIVEL

PROCESSO : 201203671991
 VALOR DA ACAO: 0,00

ITENS DE RECEITA	CÓDIGO	VALOR	ITENS DE RECEITA	CÓDIGO	VALOR
PORTE TJ TABELA I NO.1 0030 FLS.	112-0	47,00			
			TOTAL	399-9	47,00

AUTENTICAÇÃO

VIA PARTE PAGAVEL

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

D. U. A. J. - Documento Único de Arrecadação Judicial

PROTOC. INTEGRADO

NÚMERO: 10895491-9

EMISSÃO: 12/03/13

SÉRIE: 09

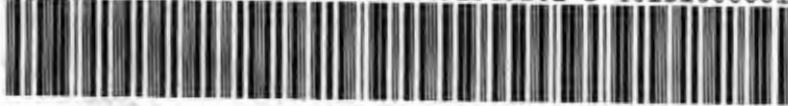
REQUERENTE: COMPANHIA BIOENERGÉTICA BRASILEIRA
 REQUERIDO:

COMARCA : { 126 }
 NATUREZA : { 0 }
 SERVENTIA : FAMILIA, SUC. INF.JUV. E CIVEL

PROCESSO : 201203671991
 VALOR DA ACAO: 0,00

ITENS DE RECEITA	CÓDIGO	VALOR	ITENS DE RECEITA	CÓDIGO	VALOR
PORTE TJ TABELA I NO.1 0030 FLS.	112-0	47,00			
			TOTAL	399-9	47,00

85670000000-8 47000143108-4 95491909201-3 40131000001-3



AUTENTICAÇÃO

VIA PROCESSO

BANCO ITAU - COMPROVANTE DE OPERAÇÃO
PAGAMENTOS COM CÓDIGO DE BARRAS

0143,TRIB JUSTICA GOIAS

AGÊNCIA DE OPERAÇÃO:
AGÊNCIA: 4422 - BOTANIA PB PAL JUSTICADADOS DO DOCUMENTO PAGO
REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA DO CÓDIGO DE BARRAS:
856700000008,470001431084
954919092013,401310000013
VALOR PAGO:

47,00

PAGAMENTO EFETUADO EM 12/03/2013
VIA AGÊNCIA, CTRL 000726815891245- AUTENTICAÇÃO -
5609FF342D8DB9562CD8AF4FF2851BAA
54C3/E7E

MAT 0092 442231679 120313

47,00 C SEODIN

. PROCURAÇÃO E ATOS REGULATÓRIOS

Rua Tabajara, 171 - 11º andar - Itaim Bibi, São Paulo - SP
Fone/Fax: +55 (11) 3774-2778 - contato@santosabreubrito.com.br

PROCURAÇÃO

Cláus
VISTO
Claudia Sanches
Dep. Jurídico

Geis
VISTO
Geisso Miyoshi
Dep. Jurídico

Secretaria Geral

Pelo presente instrumento de procuração, o **PRIMAZIA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO**, com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Prata, 4º andar, CEP 06.029-900, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº. 11.502.160/0001-66, neste ato representado por sua administradora, **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.066.670/0001-00, doravante designado ("Outorgante"), nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: **CAIO SANTOS ABREU**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 205.508; e **MÁRCIO MAIA DE BRITTO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 205.984, ambos com escritório na Rua Tabapuã, nº 111, 11º andar, CEP 04533-010, Itaim Bibi, na cidade e Estado de São Paulo, a quem confere amplos poderes para e foro em geral, com a cláusula "*ad judicia*", em qualquer juiz, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-los nas ações contrárias, seguindo umas e outras, até decisão final, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, ainda em conjunto ou separadamente, independentemente da natureza de romanejo, podendo ainda, substabelecer esta a outrem, com reservas de iguais poderes, dando tudo por bem, firme e valioso, especificamente para representar o Outorgante no processo de recuperação judicial da **ATAC PARTICIPAÇÕES AGROPECUÁRIA S/A** e da **CBB - COMPANHIA BIOENERGÉTICA BRASILEIRA S/A**.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2013.

Alexandre da Silva Glüher

PRIMAZIA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO

REPRESENTADO POR SUA ADMINISTRADORA **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**



119

2º TABELIÃO DE NOTAS DE OSASCO

RUA FORTINHO TAVARES, 36 - OSASCO - SP - CEP 06105-710 - FONE: (11) 3081-0608 / 3081-0609

Rec. Semelhança C/V. Ecom 0001: firma(s) de
ALEXANDRE DA SILVA GLUMER

De que dou fez Osasco, 25 de Fevereiro de 2013.

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
Valor: R\$ 6,50



quarto

Reconheço, por semelhança, a firma des. Ribeirão D. da
Cruz Filho, em documento com valor econômico, dou fez
Osasco, 25 de Fevereiro de 2013.
Em Testo _____

Maxwell Francisco da Costa Lima - 150
Segurança: 199435891005000213112 - 1

4.º TABELIÃO DE NOTAS
Maxwell Francisco de Assis Silva
ESCREVENTE



INSTRUMENTO PARTICULAR DE SUBSTABELECIMENTO

MÁRCIO MAIA DE BRITTO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 205.984, com o escritório na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 111, 11º andar, CEP 04533-010 (“Substabelecente”), neste ato, substabelece, com reserva de iguais, a **DENISE ISIDORA FERREIRA**, brasileira, solteira, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº OAB/SP 291.439 e a **ANA PAULA SILVEIRA DE LABETTA**, brasileira, casada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 174.839, ambas com escritório na cidade e Estado de São Paulo, na Rua James Watt, 142, cj. 161, (“Substabelecidas”), os poderes que lhe foram outorgados por **PRIMAZIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO**, com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Prata, 4º andar, CEP 06.029-900, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº. 11.502.169/0001-66, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula “*ad judicia*”, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-los nas ações contrárias, seguindo umas e outras, até decisão final, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda, substabelecer esta a outrem, com reservas de iguais poderes, dando tudo por bem, firme e valioso, especificamente para representar o Outorgante no processo de recuperação judicial da **ATAC PARTICIPAÇÕES AGROPECUÁRIA S/A** e da **CCB – COMPANHIA BIOENERGÉTICA BRASILEIRA S/A**.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013.


MÁRCIO MAIA DE BRITTO

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Capítulo I – Do Fundo

Artigo 1º - O PRIMAZIA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, doravante designado “FUNDO”, constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, é regido por este Regulamento, pela Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004 (“ICVM 409”), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), pelas disposições legais aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, bem como pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Capítulo II – Do Público Alvo

Artigo 2º - O FUNDO destina-se a receber exclusivamente os investimentos da **GEAP - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** (“Fundação” ou “COTISTA”), Entidade Fechada de Previdência Complementar (“EFPC”), por intermédio de um único fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento, doravante designado Cotista, investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da ICVM 409.

Parágrafo Único – Fica dispensada a elaboração de Prospecto pela ADMINISTRADORA, por tratar-se de fundo destinado exclusivamente a investidores qualificados.

Capítulo III - Da Administração

Artigo 3º – O FUNDO é administrado pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., credenciada pela CVM, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ora denominada “ADMINISTRADORA”, com sede social na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP.

Parágrafo Primeiro - Os serviços de gestão da carteira serão realizados pela VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S/A, com sede na Al. Rio Negro, 161, 2º andar, módulo 204 - Alphaville Barueri, SP, inscrita no CNPJ/MF sob no 04.330.895/0001-83, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de ativos financeiros por meio do Ato Declaratório nº 9233, de 27 de março de 2007, doravante denominada como GESTORA.

Parágrafo Segundo - A GESTORA, observadas as disposições da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 (“Resolução 3.792/09”), da ICVM 409/04 e deste Regulamento, detém, com exclusividade, todos os poderes de gestão da carteira, assim entendidos os de seleção, avaliação, aquisição, alienação, subscrição, conversão, permuta e demais direitos, inerentes aos ativos financeiros assim definidos no Parágrafo Primeiro, do Artigo 2º da ICVM 409.

**Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012**

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do previsto no Parágrafo anterior, a GESTORA, procederá com a verificação dos seguintes aspectos:

- a. **FILOSOFIA DE INVESTIMENTO**: de modo a confirmar a adequabilidade dos ativos financeiros alocados na carteira do FUNDO ao objetivo deste;
- b. **PROCESSO DE INVESTIMENTO**: de modo a confirmar se o processo de investimento utilizado produz resultados eficazes, bem como se os instrumentos oferecidos pelo mercado estão sendo utilizados de forma a garantir um adequado controle de riscos;
- c. **FOCO NO PROCESSO**: de modo a verificar se as transações efetuadas na carteira do FUNDO encontram-se em aderência com a política de investimentos prevista neste Regulamento;
- d. **CARTEIRA**: de modo a verificar se o procedimento de análise minuciosa dos ativos financeiros integrantes da carteira foi realizado adequadamente, relativamente a liquidez, diversificação e rentabilidade que seja o parâmetro do FUNDO, risco de crédito e *duration*, derivativos utilizados, adequação às decisões de política de investimento e das instâncias decisórias internas da GESTORA, e conformidade legal, entre outros; e
- e. **CONTROLES DE RISCOS**: revisão dos critérios de controle de riscos, especialmente os riscos de crédito e de mercado.

Parágrafo Quarto - A GESTORA, sempre que solicitado pela ADMINISTRADORA e/ou pela GEAP, deverá demonstrar a utilização dos aspectos acima descritos que fundamentem a sua tomada de decisões na alocação dos ativos financeiros previstos neste Regulamento.

Parágrafo Quinto - O processo decisório de análise e seleção de ativos da GESTORA é resultado da avaliação dos diversos cenários econômicos, políticos e financeiros do mercado interno e externo, elaborados em comitês estratégicos e de investimento, que abrangem vários aspectos de gestão. Os comitês são formados pelos gestores, membros dos departamentos de análise e gestão da GESTORA.

Parágrafo Sexto - A avaliação realizada no processo decisório previsto no Parágrafo anterior inclui a obrigatoriedade da GESTORA verificar a integridade e o desembaraço das garantias vinculadas aos ativos financeiros selecionados, em especial aos ativos de crédito, sendo essa verificação realizada pela GESTORA na aquisição do respectivo ativo e, periodicamente, durante o período em que este integrar a carteira do FUNDO, de modo a assegurar as melhores condições para o FUNDO e, consequentemente, para o Cotista.

Parágrafo Sétimo - As atividades de escrituração da emissão e resgate de cotas, tesouraria e de controle e processamento e custódia dos ativos financeiros são realizadas pelo Banco Bradesco S.A., com sede social na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP,

**Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012**

inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, doravante denominado "CUSTODIANTE".

Parágrafo Oitavo - Os ativos financeiros deverão ser admitidos a negociação em bolsa de valores, de mercadorias e futuros, ou registrados em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira devidamente autorizado pelo BCB ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência.

Parágrafo Nono - Os serviços de auditoria independente serão prestados pela KPMG Auditores Independentes.

Capítulo IV - Dos Serviços de Administração e Demais Despesas do Fundo

Artigo 4º – Pela prestação dos serviços de administração do FUNDO, que incluem a gestão da carteira, as atividades de tesouraria e de controle e processamento dos ativos financeiros e a escrituração da emissão e resgate de cotas, o FUNDO pagará o percentual anual fixo de 0,415% (quatrocentos e quinze milésimos por cento) sobre o valor de seu Patrimônio Líquido, ("Taxa de Administração"), que será distribuída da seguinte forma:
I - 0,01% (um centésimo por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, a título de taxa de administração, compreendendo as atividades de administração, tesouraria e de controle e processamento dos ativos financeiros e a escrituração da emissão e resgate de cotas e dos ativos integrantes da carteira do FUNDO; e

II – 0,405% (quatrocentos e cinco milésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, a título de gestão da carteira do FUNDO.

Parágrafo Primeiro - A Taxa de Administração é calculada e provisionada diariamente à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) da porcentagem referida nos incisos acima sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do FUNDO, e será paga pelo FUNDO, mensalmente, por períodos vencidos.

Parágrafo Segundo - Além da Taxa de Administração estabelecida no "caput", o FUNDO estará sujeito às taxas de administração dos fundos nos quais o FUNDO venha a investir.

Artigo 5º – O FUNDO não possui taxa de performance, ingresso e/ou saída.

Artigo 6º - Constituem encargos do FUNDO, as seguintes despesas que lhe podem ser debitadas diretamente:

I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

II - despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas na regulamentação vigente;

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

III - despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações à COTISTA;

IV - honorários e despesas do Auditor Independente;

V - emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO;

VI - honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;

VII - parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;

VIII – despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente dos ativos financeiros do FUNDO.

IX despesas com custódia e liquidação de operações com ativos financeiros e modalidades operacionais da carteira do FUNDO; e

X - despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados de recibos de depósito de valores mobiliários.

Parágrafo Único - Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO correm por conta da ADMINISTRADORA, devendo ser por ela contratadas.

Capítulo V - Da Política de Investimento, dos Fatores de Risco e de seu Gerenciamento

Artigo 7º - O objetivo do FUNDO consiste na aplicação de recursos em títulos da dívida pública, contratos derivativos, Cédulas de Crédito Bancário (CCB), Certificados de Cédula de Crédito Bancário (CCCB) ou Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI), subordinando-se aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos neste regulamento e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Primeiro - O FUNDO buscará retorno por meio de investimentos em ativos de renda fixa (sendo aceitos títulos sintetizados através do uso de derivativos), utilizando estratégias que impliquem em risco de juros do mercado doméstico e índice de preço, excluindo estratégias que impliquem em risco de moeda estrangeira e renda variável.

Parágrafo Segundo – De acordo com as normas em vigor e práticas adotadas pela ADMINISTRADORA, todos os ativos, inclusive instrumentos de derivativos, integrantes das carteiras do FUNDO devem ser avaliados, diariamente a preços de mercado, exceto os ativos financeiros classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento". Os preços dos ativos e derivativos são formados diariamente, conforme as expectativas do mercado financeiro, em função das condições políticas e econômicas. Independentemente da negociação dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, a

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

oscilação de preços desses ativos e derivativos refletem nos preços das cotas, que em determinados dias, poderão, inclusive, apresentar variação negativa.

Parágrafo Terceiro - O FUNDO está sujeito às regras que regem as aplicações de recursos dos planos de benefícios instituídos pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em particular a Resolução n. 3.792, de 24.09.2009, do Conselho Monetário Nacional (“Resolução CMN nº 3.792/09”), e suas posteriores alterações

Artigo 8º - As aplicações do FUNDO deverão ser representadas isolada ou cumulativamente pelos seguintes ativos:

Composição da Carteira	% do PL	
	Min.	Máx.
1) Ativos de Renda Fixa relacionados à variação da taxa de juros doméstica pós-fixadas e pré-fixadas e/ou índices de preço, diretamente ou sintetizados via derivativos.	80%	100%
Limites por Modalidade de Ativos		
1) Títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos.	0%	100%
2) Cédulas de Crédito Bancário (CCB) ou Certificados de Cédula de Crédito Bancário (CCCB), Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) desde que consideradas como baixo risco de crédito, observadas as condições e requisitos da regulamentação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar para os ativos acima mencionados;	0%	98%
Limites por Emissor		
1) emissores de Cédulas de Crédito Bancário (CCB) ou Certificados de Cédula de Crédito Bancário (CCCB) ou Cédula de Crédito Imobiliário (CCI),	0%	100%
2) Total de títulos de emissão da União Federal.	0%	100%
Política de Utilização de Instrumentos de Derivativos		
O FUNDO poderá utilizar instrumentos de derivativos para proteção das posições detidas a vista e posicionamento, vedado seu uso para alavancagem.	0%	100%
Limites Crédito Privado		
Total de aplicações em ativos ou modalidades operacionais de crédito privado.	0%	100%

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de aplicação dos recursos do Fundo em CCB's ou CCCB's previstas neste artigo, as mesmas deverão ser adquiridas pela taxa de juros da emissão (taxa de originação) do título em questão, não havendo, em nenhuma hipótese, ágio ou deságio na aquisição.

**Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012**

Artigo 9º - O FUNDO obedecerá, ainda, aos seguintes parâmetros de investimento:

I - As operações com derivativos em bolsa de valores e em bolsa de mercadorias e de futuros podem ser realizadas desde que, exclusivamente, na modalidade “com garantia”;

II - Para as operações no mercado de derivativos, deverá ser observado depósito de margem limitado a 15% (quinze por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal e ativos financeiros de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BCB. Os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas não serão considerados para a verificação deste limite;

III - As operações compromissadas devem integrar o cálculo dos limites estabelecidos em relação aos ativos e por emissor, exceto quando lastreadas em títulos públicos federais, ou quando de compra, pelo FUNDO, com compromisso de revenda com garantia de liquidação por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, ou cuja aquisição tenha sido contratada com base em operações a termo, tendo o vendedor, quando da contratação da operação, a propriedade ou a certeza da mesma até a data de liquidação do termo;

IV - Os ativos financeiros componentes da carteira do FUNDO poderão não contar com liquidação financeira obrigatória, desde que a ADMINISTRADORA tome as medidas e contrate as garantias necessárias para, preservando os direitos do FUNDO, impedir o ingresso em sua carteira de ativos diversos dos ativos financeiros admitidos nesse capítulo;

V - Os percentuais referidos neste capítulo devem ser cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do FUNDO do dia imediatamente anterior, observada a consolidação das aplicações do FUNDO com as dos fundos investidos, se houver.

VI - O FUNDO poderá realizar operações tendo como contraparte, direta ou indireta, a própria ADMINISTRADORA, GESTORA, empresas a elas ligadas, carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento por eles administrados.

Parágrafo Primeiro - É vedado ao FUNDO:

- (i) adquirir ativos financeiros negociados no exterior;
- (ii) realizar operações no mercado de derivativos que permitam alavancagem da sua carteira ou seja, operações cujo valor seja superior ao patrimônio do FUNDO;
- (iii) aquisição de ativos diferentes dos descritos na modalidade de ativos no quadro acima do Artigo 8º;
- (iv) adquirir títulos de emissão da GESTORA e/ou da ADMINISTRADORA, sem prejuízo da possibilidade do FUNDO adquirir títulos de emissão de empresas coligadas à GESTORA e/ou ADMINISTRADORA;

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

- (v) realizar operações a descoberto;
- (vi) realizar operações denominadas *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do FUNDO possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;
- (vii) adquirir quaisquer ativos de renda variável, exceto as CCB's emitidas por Sociedade de Propósito Específico na forma da Resolução CMN nº3792/2009;
- (viii) realizar operações que envolvam moeda estrangeira;
- (ix) realizar operação de empréstimo de ativos financeiros nas modalidades tomadora.

Artigo 10 - Serão considerados títulos de renda fixa de baixo risco de crédito aqueles que possuam o nível mínimo das agências de classificação de risco constantes da tabela abaixo que tenham realizado “rating” da emissão. Dessa forma, a existência de uma nota abaixo do patamar mínimo para um determinado título, atribuída por qualquer das referidas agências que tenham realizado o “rating”, implica necessariamente em não classificá-lo como baixo risco de crédito. Para tanto são estabelecidos e admitidos os seguintes níveis mínimos de “Rating”, devendo todos ser em escala nacional:

Empresas de rating	Nota atribuída à Emissão	
	Baixo Risco de Crédito	Médio/Alto Risco de Crédito
Standard & Poor's	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB, BBB-	BB+, BB, BB-, B+, B, B-, CCC+, CCC, CCC-, CC, C
Moody's	Aaa, Aa1, Aa2, Aa3, A1, A2, A3, Baa1, Baa2, Baa3	Ba1, Ba2, Ba3, B1, B2, B3, Caa1, Caa2, Caa3, Ca, C
Fitch Rating	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB, BBB-	BB+, BB, BB-, B+, B, B-, CCC+, CCC, CCC-, CC, C
SR Rating	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB	BBB-, BB+, BB, BB-, B+, B, B-, CCC-, CCC, CCC-, CC, C
LF Rating	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB	BBB-, BB+, BB, BB-, B+, B, B-, CCC+, CCC, CCC-, CC+, CC-, C+, C, C-
Austin Asis	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB	BBB-, BB+, BB, BB-, B+, B, B-, CCC+, CCC, CCC-, CC, C

Parágrafo Primeiro - Sem prejuízo do disposto no “caput” deste Artigo, o FUNDO somente poderá adquirir CCB's ou CCCB's ou CCI's que atendam os seguintes requisitos mínimos:

**Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012**

- I. deverão ser originárias de operações de crédito, exceto no caso das CCI's;
- II. não poderão ter vencimento superior a 60 (sessenta) meses contados da data de aquisição pelo FUNDO;
- III. deverão conter cláusula que estabeleça o rebaixamento de "Rating" como possibilidade de exercício de vencimento antecipado da respectiva Cédula ou instrumento;
- IV. deverão conter cláusula que estabeleça a deterioração ou perecimento da garantia como hipótese de vencimento antecipado da respectiva Cédula ou instrumento;
- V. deverão conter a figura do Interveniente Fiduciário;
- VI. as garantias oferecidas deverão ser verificadas no processo decisório da GESTORA, conforme previsto no Parágrafo Sexto do Artigo 3º deste Regulamento;
- VII. os documentos que comprovam a existência, a integridade e a legalidade das garantias oferecidas deverão ser devidamente formalizadas e disponibilizados para a prévia verificação da ADMINISTRADORA com antecedência mínima de 06 (seis) dias úteis, juntamente com a respectiva Cédula e demais documentos com ela relacionados;

Parágrafo Segundo - O FUNDO somente poderá adquirir títulos cujos favorecidos (credores) e respectivos devedores sejam empresas que não apresentem indícios de descumprimento dos Princípios do Equador, sendo esta verificação realizada pela GESTORA no processo decisório de investimento.

Parágrafo Terceiro - O instrumento de cessão que formalizar a aquisição da CCB ou CCCB pelo FUNDO, deverá conter a figura do Agente de Recebimento e/ou Agente de Pagamento enquadrados como "baixo risco de crédito", com nível mínimo de risco atribuído por pelo menos uma das agências elencadas no "caput" deste Artigo.

Parágrafo Quarto - O Agente de Recebimento e/ou Agente de Pagamento serão responsáveis pelo recebimento e transferência das amortizações e dos juros das CCBs ou CCCB's de titularidade do FUNDO, repassando esses valores para a Conta Corrente do FUNDO, na data de recebimento das respectivas amortizações.

Artigo 11 - Na ocorrência de alterações na categoria das CCB's ou CCCB's ou CCI's classificadas como de "baixo risco de crédito", conforme previsto no "caput" do Artigo 10 acima, a ADMINISTRADORA, o Cotista e GEAP serão notificados da ocorrência pela GESTORA, a qual adotará, juntamente com a ADMINISTRADORA, as medidas cabíveis para proceder com o vencimento antecipado do respectivo ativo.

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Artigo 12 - Em caso de *default* das CCB's ou CCCB's ou CCI's a ADMINISTRADORA notificará a GESTORA, o Cotista e a GEAP da ocorrência, bem como procederá com a provisão na carteira do FUNDO do percentual devido calculado sob valor principal do ativo, observados os critérios estabelecidos na Resolução MPAS/CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002.

Parágrafo Único - Sempre que a provisão mencionada no "caput" deste Artigo comprometer percentual igual ou superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do FUNDO, a ADMINISTRADORA notificará a GESTORA, o Cotista e a GEAP sobre a suspensão da aquisição de novas CCB's ou CCCB's ou CCI's pelo FUNDO.

Artigo 13 - As garantias vinculadas às CCB's ou CCCB's ou CCI's devem ser verificadas pela GESTORA no processo decisório e, periodicamente, durante o período em que o respectivo ativo integrar a carteira do FUNDO, a fim de assegurar a integridade e desembaraço das mesmas.

Parágrafo Primeiro - Caso a GESTORA constate modificações na(s) garantia(s) vinculada(s) à respectiva Cédula, tais como deterioração, perecimento, etc., deverá, imediatamente, realizar comunicação formal à ADMINISTRADORA, ao Cotista e à GEAP da referida ocorrência.

Parágrafo Segundo - Recebida a comunicação prevista no Parágrafo anterior, a ADMINISTRADORA e a GESTORA adotarão as medidas cabíveis para proceder com o vencimento antecipado da respectiva Cédula.

Parágrafo Terceiro - Para os efeitos do item 2 dos Limites por Modalidade de Ativos, Artigo 8º acima, as garantias vinculadas às CCB's ou CCCB's ou CCI's não serão entendidas como ativos integrantes da carteira do FUNDO.

Artigo 14 - As operações da carteira do FUNDO poderão, por sua própria natureza, ocasionar redução no valor das cotas ou perda do capital investido pelos Cotistas.

Parágrafo Primeiro - O cumprimento, pela ADMINISTRADORA e pela GESTORA, das políticas de investimento e de gerenciamento de risco do FUNDO não representam garantia de rentabilidade ou assunção de responsabilidade por eventuais prejuízos em caso de liquidação do FUNDO ou resgate de cotas, observadas as hipóteses previstas na legislação aplicável.

Parágrafo Segundo - As aplicações realizadas no FUNDO não contam com a garantia da ADMINISTRADORA, da GESTORA ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Parágrafo Terceiro - O investimento no FUNDO apresenta riscos ao investidor e, não obstante a GESTORA mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o FUNDO e para o investidor.

Regulamento do PrímaZia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Parágrafo Quarto - O FUNDO utiliza estratégias que podem resultar em perdas patrimoniais para seus Cotistas.

Parágrafo Quinto - O FUNDO está sujeito a risco de perda substancial de seu Patrimônio Líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do FUNDO.

Artigo 15 - Entre os fatores de riscos o FUNDO está sujeito:

I. Risco de mercado: Consiste na possibilidade de ocorrência de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FUNDO, podendo provocar perdas devidas a variações relacionadas a parâmetros de mercado tais como, taxa de juros, taxa de câmbio, índices de preços, índices de bolsas ocasionando flutuações nos preços dos ativos indexados por esses parâmetros.

II. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez caracterizam-se primordialmente, mas não se limitam, à baixa ou mesmo inexistente demanda ou negociabilidade dos ativos do FUNDO. Em virtude de tais condições, a GESTORA poderá encontrar dificuldades para liquidar ou negociar tais ativos pelo preço e no momento desejado, permanecendo o FUNDO exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos ativos. Em tais situações, a GESTORA pode ver-se obrigada a aceitar descontos nos preços para negociar os ativos. As alterações das condições de liquidez podem, eventualmente, afetar o valor dos ativos.

III. Risco de crédito: Consiste na possibilidade de perda substancial do patrimônio líquido do FUNDO em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores dos ativos.

IV. Risco do uso de derivativos: Consiste na possibilidade de alterações substanciais nos contratos de derivativos em virtude dos preços dos mencionados contratos dependerem além dos preços dos ativos objetos, de uma série de outros parâmetros baseados em expectativas futuras, podendo provocar perdas substanciais do patrimônio líquido do FUNDO.

V. Risco decorrente da concentração da carteira do FUNDO: Consiste na possibilidade de perdas patrimoniais ocasionadas pelo comprometimento de uma parcela maior de seu patrimônio em ativos de um único ou em poucos emissores ou em uma única ou poucas modalidades de ativos, potencializando, desta forma, o risco nas hipóteses, respectivamente, de inadimplemento dos emissores dos ativos integrantes da carteira do FUNDO e/ou intermediários das operações realizadas na carteira do FUNDO ou desvalorização dos referidos ativos.

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

VI. Riscos operacionais: Consiste na possibilidade de perdas resultantes de processos internos, pessoas, sistemas inadequados ou falhos e/ou de eventos externos.

Parágrafo Único - Os fatores de riscos envolvidos na operação deste FUNDO são gerenciados, no(s) fundo(s) investido(s), conforme seu tipo.

Capítulo VI - Do Patrimônio Líquido

Artigo 16 - Entende-se por Patrimônio Líquido do FUNDO a soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Parágrafo Único - Para efeito da determinação do valor da carteira, serão observadas as normas e os procedimentos previstos no Plano Contábil dos Fundos de Investimento - COFL.

Capítulo VII - Da Emissão e do Resgate de Cotas

Artigo 17 – As cotas do FUNDO correspondem a frações ideais de seu patrimônio, são escriturais e nominativas, conferem iguais direitos e obrigações a todos os Cotistas e não podem ser objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial ou sucessão universal.

Parágrafo Único - A qualidade de Cotista caracteriza-se pela adesão do investidor aos termos desse Regulamento e pela inscrição de seu nome no registro de Cotistas do FUNDO.

Artigo 18 - A aplicação e o resgate de cotas do FUNDO podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente de investimento, documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED) ou, ainda, pelo Sistema de Cotas de Fundos da CETIP, sendo que as movimentações serão sempre realizadas em nome da COTISTA.

Parágrafo Primeiro - É admitida a utilização de ativos financeiros na integralização e resgate de cotas, observadas as condições estabelecidas, em conjunto, pela PREVIC e pela CVM, bem como as correspondentes obrigações fiscais eventualmente existentes e desde que observados ainda, cumulativamente, os seguintes critérios:

I - os ativos financeiros a serem utilizados pela COTISTA na integralização das cotas do FUNDO deverão ser compatíveis com a política de investimento do FUNDO;

II - a integralização das cotas do FUNDO poderá ser realizada, desde que solicitada por escrito pela COTISTA e o valor a ser integralizado seja apurado com base no preço de mercado dos ativos financeiros utilizados na integralização; e

III - o resgate das cotas deverá ser solicitado por escrito pela COTISTA, sendo certo que a transferência da titularidade dos ativos integrantes da carteira do FUNDO deverá observar o prazo de conversão e pagamento das cotas estabelecidos no Regulamento do FUNDO.

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Parágrafo Segundo - Não há valores mínimos ou máximos para ingresso, movimentação ou permanência no FUNDO.

Artigo 19 - Os pedidos de aplicação e resgate deverão ocorrer em dia útil até as 14:00hs, para efeito dos prazos previstos neste capítulo.

Artigo 20 - Pedidos de aplicações e resgates de cotas efetuados aos sábados, domingos e em feriados nacionais serão processados no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Primeiro - Os pedidos de aplicações e resgates efetuados em feriados estaduais e municipais na localidade da sede da ADMINISTRADORA serão processados normalmente em outras localidades.

Parágrafo Segundo - Quando o pedido de aplicação ou resgate ocorrer em dia não útil no local onde ocorrer o pedido, este será processado no primeiro dia útil subsequente.

Artigo 21 – Na emissão de cotas do FUNDO, o valor da aplicação será convertido pelo valor da cota de fechamento do próprio dia do pedido de aplicação, mediante a efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à ADMINISTRADORA, observado o disposto no Artigo 19.

Artigo 22 - O FUNDO não possui prazo de carência para fins de resgate de cotas, podendo o mesmo ser solicitado a qualquer tempo.

Artigo 23 - O resgate de cotas será efetivado mediante solicitação da COTISTA à ADMINISTRADORA, observado o disposto no Artigo 20.

Parágrafo Primeiro - No resgate de cotas do FUNDO, o valor do resgate será convertido pelo valor da cota de fechamento do próprio dia da solicitação de resgate (“Data de Conversão”).

Parágrafo Segundo - O pagamento do valor apurado, nos termos do parágrafo anterior, será efetivado no mesmo dia da conversão das cotas.

Parágrafo Terceiro - Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do FUNDO, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do FUNDO, a ADMINISTRADORA poderá declarar o fechamento do FUNDO para a realização de resgates, sendo obrigatória a imediata convocação de Assembleia Geral de Cotistas.

Capítulo VIII - Da Política de Divulgação de Informações e de Resultados

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Artigo 24 - A ADMINISTRADORA deve disponibilizar as informações do FUNDO, inclusive as relativas à composição da carteira, nos termos desse capítulo no tocante a periodicidade, prazo e teor das informações.

Parágrafo Primeiro - Mensalmente será enviado extrato à COTISTA contendo o saldo, a movimentação, o valor das cotas no início e final do período e a rentabilidade auferida pelo FUNDO entre o último dia do mês anterior e o último dia de referência do extrato. A COTISTA poderá, no entanto, dispensar o envio do extrato mediante solicitação à ADMINISTRADORA.

Parágrafo Segundo - A ADMINISTRADORA disponibilizará mensalmente, até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referirem, o balancete, o demonstrativo da composição e diversificação da carteira e o perfil mensal do FUNDO.

Parágrafo Terceiro - A ADMINISTRADORA disponibilizará anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do encerramento do exercício a que se referirem, as Demonstrações Contábeis acompanhadas do parecer do Auditor Independente.

Parágrafo Quarto – A ADMINISTRADORA remeterá aos cotistas do FUNDO a demonstração de desempenho do FUNDO, até o último dia útil de fevereiro de cada ano, se for o caso.

Parágrafo Quinto – A ADMINISTRADORA divulgará, quando aplicável, em lugar de destaque na sua página na rede mundial de computadores e sem proteção de senha, as despesas do FUNDO relativas: (i) aos 12 (doze) meses findos em 31 de dezembro, até último dia útil de fevereiro de cada ano, e (ii) aos 12 (doze) meses findos em 30 de junho, até o último dia de agosto de cada ano.

Artigo 25 - A ADMINISTRADORA é obrigada a divulgar imediatamente, por correspondência à COTISTA e à CVM, qualquer ato ou fato relevante, de modo a garantir acesso à informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões da COTISTA quanto à permanência no FUNDO ou, no caso de outros investidores, quanto à aquisição das cotas.

Parágrafo Primeiro - Diariamente a ADMINISTRADORA divulgará o valor da cota e do Patrimônio Líquido do FUNDO.

Parágrafo Segundo - As Demonstrações Contábeis devem ser colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar à ADMINISTRADORA, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período.

Parágrafo Terceiro - O demonstrativo da composição da carteira do FUNDO será disponibilizado à COTISTA mensalmente, até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referir, e compreenderá a identificação das operações, quantidade, valor e o percentual sobre o total da carteira.

**Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012**

Parágrafo Quarto – Caso o FUNDO possua posições ou operações em curso que possam vir a ser prejudicadas pela sua divulgação, o demonstrativo da composição da carteira poderá omitir a identificação e quantidade das mesmas, registrando somente o valor e sua porcentagem sobre o total da carteira. As operações omitidas deverão ser colocadas à disposição da COTISTA e de quaisquer interessados no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do mês, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, em caráter excepcional, e com base em solicitação fundamentada submetida à aprovação da CVM, até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Quinto - Caso a ADMINISTRADORA divulgue a terceiros informações referentes à composição da carteira, a mesma informação deve ser colocada à disposição da COTISTA na mesma periodicidade, ressalvadas as hipóteses de divulgação de informações pela ADMINISTRADORA aos prestadores de serviços do FUNDO, necessárias para a execução de suas atividades, bem como aos órgãos reguladores, autorreguladores e entidades de classe, quanto aos seus associados, no atendimento a solicitações legais, regulamentares e estatutárias por eles formuladas.

Artigo 26 - Solicitações, sugestões, reclamações e informações adicionais, inclusive as referentes a exercícios anteriores, tais como Demonstrações Contábeis, relatórios da ADMINISTRADORA, fatos relevantes, comunicados e outros documentos elaborados por força regulamentar podem ser solicitados à ADMINISTRADORA.

Parágrafo Único - O serviço de atendimento está à disposição da COTISTA para receber e encaminhar questões relacionadas ao FUNDO, pelos seguintes meios:

Telefone: (11) 3684-4522

Endereço para correspondência: Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, Osasco, SP.

Site: www.bradescobemdtvm.com.br

E-mail: bemdtvm@bradesco.com.br

Capítulo IX - Da Assembleia Geral

Artigo 27 - Compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas deliberar sobre:

- I - as Demonstrações Contábeis apresentadas pela ADMINISTRADORA;
- II - a substituição da ADMINISTRADORA, da GESTORA ou do CUSTODIANTE do FUNDO;
- III - a fusão, a incorporação, a cisão, a transformação ou a liquidação do FUNDO;
- IV - a instituição ou o aumento da taxa de administração;
- V - a alteração da política de investimento do FUNDO;

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

VI - a amortização de cotas; e

VII - a alteração deste Regulamento.

Artigo 28 - A convocação da Assembleia Geral deve ser realizada por correspondência encaminhada à COTISTA.

Parágrafo Primeiro - A convocação de Assembleia Geral deverá enumerar, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da Assembleia.

Parágrafo Segundo - A convocação da Assembleia Geral deve ser realizada com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, da data de sua realização.

Parágrafo Terceiro - Da convocação devem constar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral.

Parágrafo Quarto - O aviso de convocação deve indicar o local onde a COTISTA pode examinar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da Assembleia.

Parágrafo Quinto - A presença da totalidade dos Cotistas supre a falta de convocação.

Artigo 29 - Anualmente a Assembleia Geral deverá deliberar sobre as Demonstrações Contábeis do FUNDO, fazendo-o até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral a que se refere o “caput” somente pode ser realizada no mínimo 30 (trinta) dias após estarem disponíveis aos Cotistas as Demonstrações Contábeis auditadas relativas ao exercício encerrado.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas poderá dispensar a observância do prazo estabelecido no parágrafo anterior, desde que o faça por unanimidade.

Artigo 30 - Além da Assembleia prevista no artigo anterior, a ADMINISTRADORA, a GESTORA, o Cotista ou grupo de Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco porcento) do total de cotas emitidas, poderão convocar a qualquer tempo Assembleia Geral de Cotistas, para deliberar sobre ordem do dia de interesse do FUNDO ou dos Cotistas.

Parágrafo Único - A convocação por iniciativa da GESTORA, do CUSTODIANTE ou de Cotistas será dirigida à ADMINISTRADORA, que deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, realizar a convocação da Assembleia Geral às expensas dos requerentes, salvo se a Assembleia Geral assim convocada deliberar em contrário.

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Artigo 31 – A Assembleia Geral se instalará com a presença de qualquer número de Cotistas.

Artigo 32 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, cabendo a cada cota um voto.

Parágrafo Primeiro - Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas do FUNDO inscritos no registro de Cotistas na data da convocação da assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo - Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela ADMINISTRADORA antes do início da assembleia.

Artigo 33 - Não podem votar nas Assembleias Gerais do FUNDO:

I - a ADMINISTRADORA e a GESTORA;

II - os sócios, diretores e funcionários da ADMINISTRADORA ou da GESTORA;

III - empresas ligadas a ADMINISTRADORA ou a GESTORA, seus sócios, diretores, funcionários; e

IV - os prestadores de serviços do FUNDO, seus sócios, diretores e funcionários.

Parágrafo Único - Às pessoas mencionadas nos incisos anteriores não se aplica a vedação prevista neste artigo caso sejam os únicos Cotistas do FUNDO, ou na hipótese de aquiescência expressa da maioria dos demais Cotistas.

Artigo 34 - As deliberações de competência da Assembleia Geral de Cotistas poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de reunião dos Cotistas, conforme facultado pela regulamentação em vigor.

Parágrafo Primeiro - O processo de consulta será formalizado por correspondência, dirigida pela ADMINISTRADORA a cada Cotista, para resposta no prazo definido em referida correspondência.

Parágrafo Segundo - Deverão constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

Parágrafo Terceiro - Quando utilizado o procedimento previsto neste artigo, o quorum de deliberação será o de maioria simples das cotas representadas pelas respostas recebidas, independentemente da matéria.

Artigo 35 - O resumo das decisões da Assembleia Geral deverá ser enviado a cada Cotista no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de sua realização, podendo ser utilizado para tal finalidade o extrato mensal de conta.

Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012

Capítulo X - Da Política Relativa ao Exercício de Direito de Voto

Artigo 36 - A GESTORA deste FUNDO não adota política de exercício de direito de voto em assembleias dos emissores dos ativos financeiros detidos pelo FUNDO, em conformidade com as exceções previstas no Código de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento da ANBIMA e na sua Política de Exercício de Voto. Contudo, a GESTORA poderá exercer o direito de voto em nome do FUNDO caso entenda conveniente e/ou relevante a sua participação nas assembleias dos emissores dos ativos financeiros detidos pelo FUNDO.

Parágrafo Único – A GESTORA deverá encaminhar à ADMINISTRADORA por ocasião de sua participação nas assembleias descritas no caput deste Artigo, um resumo contendo o teor dos votos proferidos nas assembleias, bem como as suas justificativas, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da realização da assembleia.

Capítulo XI - Da Tributação Aplicável

Artigo 37 - De acordo com a legislação vigente, o FUNDO e a COTISTA estão sujeitos às regras gerais e sumárias de tributação descritas neste Capítulo, especificamente no que tange ao Imposto de Renda ("IR"), ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários ("IOF/Títulos").

Parágrafo Primeiro - Pode haver tratamento tributário diferente do adiante exposto, de acordo com a natureza jurídica do Cotista ou de acordo com a natureza da operação contratada pelo FUNDO.

Parágrafo Segundo - A situação tributária aqui descrita pode ser alterada a qualquer tempo, mediante alterações nas normas e legislações aplicáveis.

Parágrafo Terceiro - O Cofista do FUNDO está sujeito ao seguinte tratamento tributário:

I - Sendo o Cotista um Fundo de Investimento

- a) Não haverá incidência de IR;
 - b) IOF/Titulos está sujeita à alíquota zero;

II - A carteira do FUNDO está sujeita ao seguinte tratamento tributário:

- a) Não há incidência de IR; e
b) IOF/Títulos está sujeita à alíquota zero.

Parágrafo Quarto - Tendo em vista que o Cotista está dispensado da retenção de imposto de renda na fonte, a GESTORA não tem uma meta tributária atrelada ao prazo médio da carteira de títulos do FUNDO. As operações da carteira do FUNDO não estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda ou IOF.

**Regulamento do Primazia Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 11.502.169/0001-66 – Alteração – 20.11.2012**

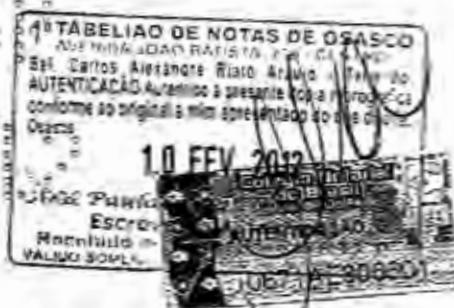
Capítulo XII - Das Disposições Gerais

Artigo 38 - As quantias que forem atribuídas ao FUNDO a título de rendimentos advindos de ativos que integrem sua carteira serão incorporados ao Patrimônio Líquido e reinvestidas observada a política de investimentos do FUNDO.

Artigo 39 - O exercício social do FUNDO tem duração de um ano, com início em 1º de maio e término em 30 de abril.

Artigo 40 - Para efeito do disposto neste Regulamento, admite-se a utilização de correio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre a ADMINISTRADORA e a COTISTA do FUNDO.

Artigo 41 - Fica eleito o foro central da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações nos processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.



Ata da Reunião dos Sócios-Cotistas da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. realizada em 11.1.2012 - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630. Aos 11 dias do mês de janeiro de 2012, às 10h45, na sede social, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, reuniram-se os Sócios-Cotistas da Sociedade, representando a totalidade do Capital Social, **Banco Bradesco BBI S.A.**, com sede na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 06.271.464/0001-19, NIRE 35.300.335.791; e **Banco Bradesco S.A.**, com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 60.746.948/0001-12, NIRE 35.300.027.795, ambos por seu Diretor Vice-Presidente, senhor *Julio de Siqueira Carvalho de Araujo*, brasileiro, casado, bancário, RG 3.272.499/IFP-RJ, CPF 425.327.017/49, com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Assumiu a presidência da reunião o senhor *Julio de Siqueira Carvalho de Araujo* que convidou o senhor *Domingos Figueiredo de Abreu* para Secretário. Durante a reunião, os Sócios-Cotistas deliberaram, de comum acordo:

- 1) registrar o pedido de renúncia ao cargo de Diretor Gerente da Sociedade, formulado pelo senhor *Ademir Cossiello*, em carta de 3.1.2012, cuja transcrição foi dispensada, a qual será levada a registro juntamente com esta Ata, consignando-se, nesta oportunidade, agradecimentos pelos serviços prestados durante sua gestão;
- 2) designar Administradores da Sociedade, com mandato indeterminado, os senhores: **Diretores Vice-Presidentes:** *José Alcides Munhoz*, brasileiro, casado, bancário, RG 50.172.182-4/SSP-SP, CPF 064.350.330/72; *Aurélio Conrado Boni*, brasileiro, casado, bancário, RG 4.661.428-X/SSP-SP, CPF 191.617.008/00; *Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente*, brasileiro, casado, bancário, RG 55.799.633-8/SSP-SP, CPF 373.766.326/20; *Marco Antonio Rossi*, brasileiro, casado, securitário, RG 12.529.752/SSP-SP, CPF 015.309.538/55; **Diretor Gerente:** *Alexandre da Silva Glüher*, brasileiro, casado, bancário, RG 1006408767/SSP-RS, CPF 282.548.640/04, todos com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, cujos nomes serão levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos. Os Diretores designados declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal;

18/01



Ata da Reunião dos Sócios-Cotistas da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. realizada em 11.1.2012 - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630. .2.

- 3) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), a ser distribuída em Reunião dos Sócios-Cotistas, conforme determina o Parágrafo Quinto da Cláusula Sexta do Contrato Social.

Em consequência da deliberação tomada, a Administração da Sociedade, com mandato indeterminado, fica assim composta: **Diretor-Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi**, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; **Diretores Vice-Presidentes: Laércio Albino Cesar**, RG 3.555.534/SSP-SP, CPF 064.172.724/00; **Julio de Siqueira Carvalho de Araujo**, RG 55.567.472-1/SSP-SP, CPF 425.327.017/49; **Domingos Figueiredo de Abreu**, RG 6.438.883-9/SSP-SP, CPF 942.909.898/53; **José Alcides Munhoz**, RG 50.172.182-4/SSP-SP, CPF 064.350.330/72; **Aurélio Conrado Boni**, RG 4.661.428-X/SSP-SP, CPF 191.617.008/00; **Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente**, RG 4.661.428-X/SSP-SP; **Marco Antonio Rossi**, RG 12.529.752/SSP-SP, CPF 015.309.538/55; **Diretor Gerente: Alexandre da Silva Gläher**, RG 1006408767/SSP-RS, CPF 282.548.640/04; e **Diretor: André Bernardino da Cruz Filho**, RG 35.331.675-1/SSP-SP, CPF 192.221.224/53, todos com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900.

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Presidente, por mim Secretário e pelo representante dos Sócios-Cotistas.

Presidente:

Julio de S. Carvalho de Araujo

Secretário:

Domingos Figueiredo de Abreu

Sócios-Cotista

Banco Bradesco BBI S.A.

Banco Bradesco S.A.

Julio de Siqueira Carvalho de Araujo



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO MÉDIO DO
ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
Nº 0 NÚMERO

SUSPESA SISTEMA SECRETARIA
GERAL

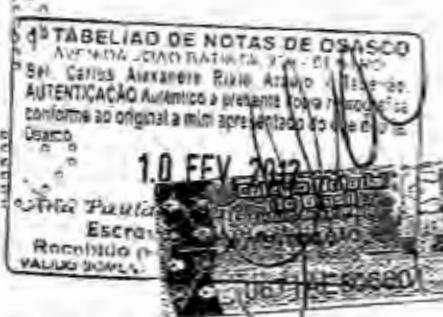
132.923/12-9



JUCESP



JUCESP PROTOCOLO
0.288.112/12-0



Ata da Reunião dos Sócios-Cotistas da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. realizada em 11.1.2012 - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630. Aos 11 dias do mês de janeiro de 2012, às 10h45, na sede social, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, reuniram-se os Sócios-Cotistas da Sociedade, representando a totalidade do Capital Social, **Banco Bradesco BBI S.A.**, com sede na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 06.271.464/0001-19, NIRE 35.300.335.791; e **Banco Bradesco S.A.**, com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 60.746.948/0001-12, NIRE 35.300.027.795, ambos por seu Diretor Vice-Presidente, senhor *Julio de Siqueira Carvalho de Araujo*, brasileiro, casado, bancário, RG 3.272.499/IFP-RJ, CPF 425.327.017/49, com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Assumiu a presidência da reunião o senhor Julio de Siqueira Carvalho de Araujo que convidou o senhor Domingos Figueiredo de Abreu para Secretário. Durante a reunião, os Sócios-Cotistas deliberaram, de comum acordo:

- 1) registrar o pedido de renúncia ao cargo de Diretor Gerente da Sociedade, formulado pelo senhor Ademir Cossiello, em carta de 3.1.2012, cuja transcrição foi dispensada, a qual será levada a registro juntamente com esta Ata, consignando-se, nesta oportunidade, agradecimentos pelos serviços prestados durante sua gestão;
- 2) designar Administradores da Sociedade, com mandato indeterminado, os senhores: **Diretores Vice-Presidentes:** *José Alcides Munhoz*, brasileiro, casado, bancário, RG 50.172.182-4/SSP-SP, CPF 064.350.330/72; *Aurélio Conrado Boni*, brasileiro, casado, bancário, RG 4.661.428-X/SSP-SP, CPF 191.617.008/00; *Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente*, brasileiro, casado, bancário, RG 55.799.633-8/SSP-SP, CPF 373.766.326/20; **Marco Antonio Rossi**, brasileiro, casado, -securitário, RG 12.529.752/SSP-SP, CPF 015.309.538/55; **Diretor Gerente:** *Alexandre da Silva Glüher*, brasileiro, casado, bancário, RG 1006408767/SSP-RS, CPF 282.548.640/04, todos com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, cujos nomes serão levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos. Os Diretores designados declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal;

[Handwritten signatures of the attendees and notaries]



Ata da Reunião dos Sócios-Cotistas da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. realizada em 11.1.2012 - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630.

.2.

- 3) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), a ser distribuída em Reunião dos Sócios-Cotistas, conforme determina o Parágrafo Quinto da Cláusula Sexta do Contrato Social.

Em consequência da deliberação tomada, a Administração da Sociedade, com mandato indeterminado, fica assim composta: **Diretor-Presidente:** *Luiz Carlos Trabuco Cappi*, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; **Diretores Vice-Presidentes:** *Laércio Albino Cesar*, RG 3.555.534/SSP-SP, CPF 064.172.724/00; *Julio de Siqueira Carvalho de Araujo*, RG 55.567.472-1/SSP-SP, CPF 425.327.017/49; *Domingos Figueiredo de Abreu*, RG 6.438.883-9/SSP-SP, CPF 942.909.898/53; *José Alcides Munhoz*, RG 50.172.182-4/SSP-SP, CPF 064.350.330/72; *Aurélio Conrado Boni*, RG 4.661.428-X/SSP-SP, CPF 191.617.008/00; *Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente*, RG 4.661.428-X/SSP-SP; *Marco Antonio Rossi*, RG 12.529.752/SSP-SP, CPF 015.309.538/55; **Diretor Gerente:** *Alexandre da Silva Glüher*, RG 1006408767/SSP-RS, CPF 282.548.640/04; e **Diretor:** *André Bernardino da Cruz Filho*, RG 35.331.675-1/SSP-SP, CPF 192.221.224/53, todos com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900.

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Presidente, por mim Secretário e pelo representante dos Sócios-Cotistas.

Presidente:

Julio de S. Carvalho de Araujo

Secretário:

Domingos Figueiredo de Abreu

Sócios-Cotistas



Banco Bradesco BBI S.A.

Banco Bradesco S.A.

Julio de Siqueira Carvalho de Araujo



CERTIFICO O RECEBIMENTO
ESTE DOCUMENTO
Sob o NÚMERO: 132.923/12-9
SUELVA SISTEMA INTEGRAL
SECRETARIA GERAL



JUCESP

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.507.287/12-5

26/06/12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012

Pelo presente Instrumento Particular, **Banco Bradesco BBI S.A.**, com sede na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 06.271.464/0001-19, NIRE 35.300.335.791; e **Banco Bradesco S.A.**, com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 60.746.948/0001-12, NIRE 35.300.027.795, ambos por seus Diretores Vice-Presidentes, senhores *Julio de Siqueira Carvalho de Araujo*, brasileiro, casado, bancário, RG 55.567.472-1/SSP-SP, CPF 425.327.017/49, e *Domingos Figueiredo de Abreu*, brasileiro, casado, bancário, RG 6.438.883-9/SSP-SP, CPF 942.909.898/53, ambos com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Sócios-Cotistas representando a totalidade do Capital Social da **BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, com sede na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 00.066.670/0001-00, NIRE 35.219.824.630, deliberam, de comum acordo, o seguinte:

- 19 DEZ 2012
- 1) aumentar o Capital Social em R\$4.050.000,00 (quatro milhões e cinquenta mil reais), elevando-o de R\$4.650.000,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta mil reais) para R\$8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil reais), mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", com a criação de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) cotas, do valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, que serão atribuídas ao Sócio-Cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A., ambos já qualificados;
- 2) alterar, em consequência do item anterior, as redações do "caput" e do Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta do Contrato Social que passam a ser as seguintes: **"Cláusula Quarta - O Capital Social é de R\$8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil reais), dividido em 8.700.000 (oito milhões e setecentas mil) cotas, do valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional. Parágrafo Primeiro - O Capital Social encontra-se assim distribuído entre os Sócios:**

Cotistas Cotistas	Qtd. Cotistas	Vr. RS
Banco Bradesco BBI S.A.	8.699.999	8.699.999,00
Banco Bradesco S.A.	1	1,00
	8.700.000	8.700.000,00

- 3) aprimorar a redação do Parágrafo Quinto da Cláusula Sexta do Contrato Social e incluir novo Parágrafo, renomeando-se os seguintes, cujas redações transcrevemos: **"Cláusula Sexta - Parágrafo Quinto - O montante global anual para remuneração dos Administradores será fixado pelos Sócios-Cotistas, de comum acordo. Parágrafo Sexto - Compete à Diretoria, reunida e deliberando de conformidade com o presente Contrato Social, limitado ao**

19 DEZ 2012

AUTENTICAÇÃO
0676AD622935

JUICESP

26/05/12

16 MAIO 2012

0676AD366200

Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 .2.

montante global anual aprovado pelos Sócios-Cotistas, realizar a distribuição da verba de remuneração aos Administradores. **Parágrafo Sétimo** - Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Contrato Social, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros e designar substitutos para os Diretores Vice-Presidentes em suas ausências ou impedimentos temporários; b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho de suas funções e supervisionar e coordenar as áreas que lhes ficarem afetas; c) ao Diretor Gerente, o desempenho das funções que lhe forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente e aos Diretores Vice-Presidentes; d) ao Diretor, responder pelas operações dos Fundos de Investimento, reportando-se ao Diretor-Presidente, aos Diretores Vice-Presidentes e ao Diretor Gerente. **Parágrafo Oitavo** - A administração da Carteira de Valores Mobiliários será exercida pelo senhor André Bernardino da Cruz Filho, designado Diretor.”;

Em face das deliberações tomadas nos itens “2” e “3”, e permanecendo em vigor todas as demais Cláusulas inalteradas por este Instrumento, o Contrato Social consolidado passará a vigorar com a seguinte redação, após a homologação pelo Banco Central do Brasil:

**“BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Contrato Social**

I - Da Denominação e Sede

Cláusula Primeira - A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., é uma Sociedade Empresária Limitada, com sede na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06.029-900, podendo, por deliberação da Diretoria, instalar ou extinguir Filiais, Escritórios e Dependências em qualquer parte do Território Nacional, observados os preceitos legais.

II - Do Objeto Social

Cláusula Segunda - A Sociedade tem por objeto:

- a) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;



JUJESP

25.06.12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 .3.

- b) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- c) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência;
- d) encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários;
- e) incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento, de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- f) exercer funções de agente fiduciário;
- g) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;
- h) constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- i) praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes;
- j) praticar operações de conta margem, observando o que dispuser o Banco Central do Brasil e regulamentação complementar da Comissão de Valores Mobiliários;
- k) realizar operações compromissadas;
- l) praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central;
- m) operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas respectivas áreas de competência;
- n) prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais;
- o) exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários;
- p) gerir e supervisionar recursos de terceiros.



JUCEESP

25.05.13

4.º TABELIA DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO

Este tabelião e reprodução frei
não documentado. Pág. 1 de 235.
Data: 16 MAIO 2012

COLÉGIO NOTARIAL E JUD. VIANO-ESSES
DIRETOR: Dr. VIANO-ESSES
AUTENTICO: Dr. VIANO-ESSES

0676AD356201

Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 4.

III - Do Prazo de Duração da Sociedade

Cláusula Terceira - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

IV - Do Capital Social

Cláusula Quarta - O Capital Social é de R\$8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil reais), dividido em 8.700.000 (oito milhões e setecentas mil) cotas, do valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

Parágrafo Primeiro - O Capital Social encontra-se assim distribuído entre os Sócios:

Cotistas	Qtd. Cotas	Vr. R\$
Banco Bradesco BBI S.A.	8.699.999	8.699.999,00
Banco Bradesco S.A.	1	1,00
	8.700.000	8.700.000,00

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de cada sócio nas obrigações assumidas pela Sociedade está limitada ao valor de sua participação no Capital Social, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Terceiro - As cotas representativas do Capital Social são indivisíveis, impenhoráveis e inalienáveis a terceiros sem a expressa autorização dos Sócios-Cotistas.

V - Das Deliberações Sociais

Cláusula Quinta - As deliberações dos Sócios-Cotistas deverão sempre ser tomadas por Sócios que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) do Capital Social, com exceção do quorum mencionado no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sexta do Contrato Social.

VI - Da Administração

Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada por Administradores, doravante denominados Diretores, com mandato indeterminado, designados e destituíveis a qualquer tempo pelos Sócios-Cotistas, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, de 1 (um) a 10 (dez) Diretoiros Vice-Presidentes, 1 (um) Diretor Gerente e 1 (um) Diretor.



JUICER SP

2005.12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012

Parágrafo Primeiro - Poderão ser designados Diretores não Sócios, cuja designação dependerá de aprovação da unanimidade dos Sócios-Cotistas, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a sua integralização, nos termos do disposto no Artigo 1.061 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Segundo - Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Diretor-Presidente, a própria Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros. Em caso de vaga, a nomeação do substituto se fará de acordo com o que dispõe o Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

Parágrafo Terceiro - Os Diretores terão poderes para administrar a Sociedade, bem como para representá-la, usar a denominação social e gerir seus negócios, podendo praticar todos os atos para tanto necessários, inclusive transigir, renunciar direitos, contratar, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis não-integrantes do Ativo Permanente e ainda títulos e valores mobiliários, observando o disposto no Parágrafo Quarto desta Cláusula.

Parágrafo Quarto - Dependerá de prévia autorização do Conselho de Administração do controlador direto ou indireto:

- a) a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não permanente, quando de valor superior a 1% (um por cento) do respectivo Patrimônio Líquido, nos casos de operações com empresas não integrantes da Organização Bradesco;
 - b) a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
 - c) associações envolvendo a Sociedade, inclusive participação em acordo de acionistas.

Parágrafo Quinto - O montante global anual para remuneração dos Administradores será fixado pelos Sócios-Cotistas, de comum acordo.

Parágrafo Sexto - Compete à Diretoria, reunida e deliberando de conformidade com o presente Contrato Social, limitado ao montante global anual aprovado pelos Sócios-Cotistas, realizar a distribuição da verba de remuneração aos Administradores.



JUDESP

25/05/12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 .6.

Parágrafo Sétimo - Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Contrato Social, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros e designar substitutos para os Diretores Vice-Presidentes em suas ausências ou impedimentos temporários;
- aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho de suas funções e supervisionar e coordenar as áreas que lhes ficarem afetas;
- ao Diretor Gerente, o desempenho das funções que lhe forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente e aos Diretores Vice-Presidentes;
- ao Diretor, responder pelas operações dos Fundos de Investimento, reportando-se ao Diretor-Presidente, aos Diretores Vice-Presidentes e ao Diretor Gerente.

Parágrafo Oitavo - A administração da Carteira de Valores Mobiliários será exercida pelo senhor André Bernardino da Cruz Filho, designado Diretor.

Cláusula Sétima - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Instrumento, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente ou Diretor Gerente.

Parágrafo Primeiro - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo.

Parágrafo Segundo - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos:

- mandatos com cláusula "ad judicia", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida;



JUICESP

15.05.12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 .7.

- b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- c) participação em licitações e leilões públicos ou privados;
- d) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada;
- e) perante repartições, instituições e órgãos públicos ou privados, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade;
- f) em depoimentos judiciais.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios-Cotistas e os Diretores ficam terminantemente proibidos de conceder avais, fianças ou outras quaisquer garantias em operações alheias aos interesses e/ou atividades sociais.

VII - Do Uso da Denominação Social

Cláusula Oitava - É vedado o uso da denominação da Sociedade em negócios estranhos ao objeto e aos interesses sociais.

VIII - Do Exercício Social

Cláusula Nona - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações do movimento social, podendo a Sociedade levantar balanços ou balancetes semestrais ou mensais, a critério dos Diretores.

IX - Dos Lucros e dos Prejuízos

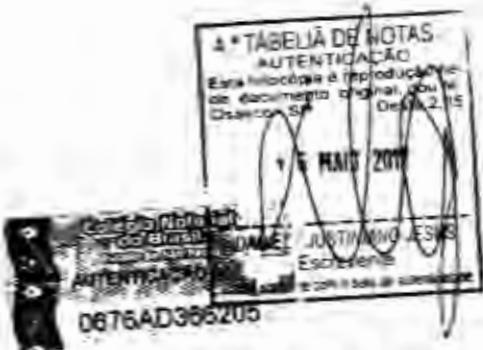
Cláusula Décima - O lucro líquido apurado em cada balanço, após as deduções legais, terá a seguinte destinação:

- I. constituição de Reserva Legal;



JUICE SP

35 05 12



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 .8.

II. pagamento de dividendos, aprovados pelos Sócios-Cotistas, que somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo, Terceiro e Quarto desta Cláusula, que tenham sido declarados, assegurem aos Sócios-Cotistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo, 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido.

Parágrafo Primeiro - À conta de Reservas de Lucros existentes, os Diretores ficam autorizados a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente mensais e semestrais.

Parágrafo Segundo - Poderão ainda, os Diretores, autorizar a distribuição de lucros aos Sócios-Cotistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Terceiro - Caberá aos Diretores, observada a legislação referida no parágrafo anterior, fixar, a seu exclusivo critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros cuja distribuição vier a autorizar.

Parágrafo Quarto - Os juros eventualmente pagos aos Sócios-Cotistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo do exercício (1%), de acordo com o Inciso II do "caput" desta Cláusula.

Cláusula Décima Primeira - O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições previstas na Cláusula anterior, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelos Sócios-Cotistas, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do valor do Capital Social integralizado.

Parágrafo Único - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do Exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no inciso II da Cláusula Décima, e/ou retenção de lucros nos termos da aplicação subsidiária do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

(m) (v) (o) (d) (143)

JUÍZES SP

15.06.12

4.º TABELIÃO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
Esta transcrição é feita de acordo com o documento original.
Oscar - IAP
19 DEZ 2012
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
AUTENTICAÇÃO
DE76AD366247 DANIELE ASTOLFI MIGUESES
Estrela

4.º TABELIÃO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
Esta transcrição é feita de acordo com o documento original.
Oscar - IAP
16 MAIO 2012
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
AUTENTICAÇÃO
DE76AD366247 DANIELE ASTOLFI MIGUESES
Estrela

Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012 .9.

Cláusula Décima Segunda - Os eventuais prejuízos serão suportados pelos Sócios-Cotistas, na proporção de suas participações no Capital Social da Sociedade.

X - Da Liquidação

Cláusula Décima Terceira - No caso de liquidação da Sociedade, o liquidante será indicado pelos Sócios-Cotistas, de comum acordo. O acervo apurado será distribuído entre os Sócios-Cotistas, na proporção das suas cotas.

XI - Do Foro

Cláusula Décima Quarta - O foro da Sociedade é o da Cidade de Osasco, SP, o qual é eleito também pelos Sócios-Cotistas para as soluções de eventuais questões que surgirem em consequência deste Contrato.

XII - Das Disposições Gerais

Cláusula Décima Quinta - Nos termos do Parágrafo Único do Artigo 1.053 do Código Civil, a regência supletiva da Sociedade obedecerá as normas da Sociedade Anônima.;

- 4) atendendo às disposições do Inciso I do Artigo 1.071 do Código Civil Brasileiro, aprovar, sem quaisquer ressalvas, as contas da Administração e os documentos de que trata o Inciso I do Artigo 1.078 do referido Código Civil, que compreendem as Demonstrações Contábeis da Sociedade, relativos ao exercício social findo em 31.12.2011, publicadas em 7.3.2012, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", páginas 11 e 12, e "Diário do Comércio", páginas 9 e 10;
- 5) considerando que a Sociedade obteve no exercício social encerrado em 31.12.2011 lucro líquido de R\$10.061.621,34, destiná-lo da seguinte forma: R\$503.081,07 para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$9.462.954,87 para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R\$95.585,40 para pagamento de Dividendos, os quais deverão ser pagos até 31.12.2012;
- 6) registrar o pedido de renúncia ao cargo de Diretor Vice-Presidente da Sociedade, formulado pelo senhor Laércio Albino Cezar, em carta de 9.3.2012, cuja transcrição foi dispensada, a qual será levada a registro juntamente com este Instrumento, consignando-se, nesta oportunidade, agradecimentos pelos serviços prestados durante sua gestão.

Em consequência, a Administração da Sociedade, com mandato indeterminado, fica assim composta: **Diretor-Presidente:** Luiz Carlos Trabuco Cappi, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; **Diretores Vice-Presidentes:** Julio de Siqueira Carvalho de Araujo, RG 55.567.472-



Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 00.066.670/0001-00 - NIRE 35.219.824.630 - Alteração de 9.4.2012

1/SSP-SP, CPF 425.327.017/49; *Domingos Figueiredo de Abreu*, RG 6.438.883-9/SSP-SP, CPF 942.909.898/53; *José Alcides Munhoz*, RG 50.172.182-4/SSP-SP, CPF 064.350.330/72; *Aurélio Conrado Boni*, RG 4.661.428-X/SSP-SP, CPF 191.617.008/00; *Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente*, RG 55.799.633-8/SSP-SP, CPF 373.766.326/20; *Marco Antonio Rossi*, RG 12.529.752-X/SSP-SP, CPF 015.309.538/55; *Diretor Gerente: Alexandre da Silva Glüher*, RG 1006408767/SSP-RS, CPF 282.548.640/04; e *Diretor: André Bernardino da Cruz Filho*, RG 35.331.675-1/SSP-SP, CPF 192.221.224/53, todos com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900;

- 7) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), a ser distribuída em Reunião da Diretoria, conforme determina o Parágrafo Sexto da Cláusula Sexta do Contrato Social, ora aprovado;
- 8) optar pela utilização de comitê de remuneração único, constituído pelo Banco Bradesco S.A., Instituição Financeira líder do Conglomerado Financeiro Bradesco, nos termos da Resolução nº 3.921, de 25.11.2010, do Conselho Monetário Nacional.

E, por estarem assim justos e contratados, os Sócios-Cotistas, por seus representantes legais, assinam o presente Instrumento Particular, impresso em 3 (três) vias de igual forma e teor, com 2 (duas) testemunhas, autorizando, tão logo seja homologado pelo Banco Central do Brasil, o seu arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, para os fins e efeitos de direito.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 9 de abril de 2012

Sócios-Cotistas:

Julio de Siqueira Carvalho de Araújo - Domingos Figueiredo de Abreu
Banco Bradesco BBI S.A.
Banco Bradesco S.A.

Testemunhas:

Ariovaldo Pereira
Ariovaldo Pereira
RG 5.878.122-5/SSP-SP
CPF 437.244.508/34

Ismael Ferraz
Ismael Ferraz
RG 8.941.370-2/SSP-SP
CPF 006.404.048/80

• CERTIDÃO DO REGISTRO DE ESCRITURA
DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Rua Teodoro Sampaio, 111, 11º andar, Edifício São Paulo – SP
(Número do Edifício: +55 (11) 3774-2770 – e-mail: certidao@santosabreu.com.br)

**5º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL**

Oficial Designado: ARTUR VENEROSO MAX FERREIRA
Rua XV de Novembro, 244 - 8º andar - Centro - Cep: 01013-000
Tel: (11) 3115-5414

C E R T I D Ã O

O BEL. ARTUR VENEROSO MAX FERREIRA, 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca da Capital, Oficial Designado nos termos da Portaria nº 04/2011, da E. Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, especialmente às disposições do Art. 16 da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

CERTIFICA e dou fé, que a pedido da parte interessada, estamos fornecendo certidão composta de 24 (vinte e quatro) folhas que compreendem 41 (quarenta e uma) páginas, todas devidamente rubricadas e numeradas, obtidas diretamente do registro escritura particular de emissão privada de série única de cédula de crédito imobiliário, sob o nº 1318115, em 04 de janeiro de 2011, em microfilme.

CERTIFICA finalmente que, verifiquei constar posteriormente as averbações, sob os nºs 1318116, 1318117, 1318118, 1318119, 1318120, 1318121, todas em 04 de janeiro de 2011. São Paulo 18 de fevereiro de 2013. Eu, (José Natael da Silva Filho), escrevente, a digitei e confiei. O Oficial,

5º R. T. D. C. P. J.
EMOLUMENTOS: 120,51
ESTADO.....: 34,37
IPESP.....: 25,66
REG. CIVIL: 6,52
T. JUSTIÇA: 6,52
TOTAL.....: 193,58
CUSTAS E CONTRIBUIÇÕES
RECOLHIDAS POR VERBA



5º Oficial de Registro de Títulos
e Documentos e Civil de Peixoto Júlio
Marcelo Veneroso Max Ferreira
Substituto

**AS CERTIDÕES DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS JURÍDICA TÊM O MESMO
VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE:**

Código Civil Brasileiro — "Art. 217: Terão também a mesma força probante os trasladados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".

Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015 / 73) — "Art. 161: As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo".



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PRIVADA DE SÉRIE ÚNICA DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Pelo presente instrumento particular ATAC, ALDA, GARANTIDORA, FIADORES e Fiel Depositário, abaixo qualificados, resolvem firmar a presente Escritura Particular de Emissão Privada da Série Única de Cédulas de Crédito Imobiliário, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1. DAS DEFINIÇÕES

Para fins desta Escritura de Emissão, as expressões abaixo, no singular ou no plural, quando grafadas em maiúsculo, terão os significados ora apresentados:

Aplicações Financeiras: certificado de depósito bancário emitido pelo Banco BVA S.A., de titularidade da EMITENTE, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), cuja aplicação será feita na forma desta Escritura de Emissão, sendo denominado "CDB".

BANCO REGISTRADOR ou BVA: Banco BVA S.A., com sede na Avenida Borges de Medeiros, 633, conjunto 501, Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 32.254.138/0001-03.

CCI: Cédula de Crédito Imobiliário emitida pela EMITENTE na forma do Anexo I por meio da presente Escritura de Emissão e de acordo com as normas previstas na Lei 10.931, de 02 de agosto 2004, representativa dos Créditos Imobiliários, a qual é disciplinada pela presente Escritura de Emissão.

Credito Fiduciário de Aplicações Financeiras: cessão fiduciária das Aplicações Financeiras em favor do CREDOR, constituída cabalmente pela EMITENTE nos termos desta Escritura de Emissão.

Crédito Imobiliário: a totalidade dos direitos de crédito devidos pela ALDA à ATAC oriundos da Concessão de Superfície, correspondentes à 100% (cem por cento) do valor total devido em razão do referido contrato, representando o Crédito Imobiliário e, portanto, a CCI, a totalidade dos créditos devidos pelo DEVEDOR no âmbito do Instrumento Imobiliário. A CCI representa o Crédito Imobiliário, o qual inclui o principal, todos os seus respectivos acessórios, incluindo correções e atualizações monetárias, de myras ou penalidades, e demais encargos contratuais de responsabilidade da ALDA.

CREDOR: futuro titular da CCI objeto desta Escritura de Emissão, mediante aquisição da mesma por meio de negociação através da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

DEVEDOR ou ALDA: devedora do Crédito Imobiliário objeto da Concessão de Superfície, quasi seja, a ALDA PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA S.A., sociedade com sede na Fazenda Prédio, Rodovia BR 020, Km 180 s/n, CEP 73.825-000, Cidade de Vila Boa, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.848.595/0001-40 e sede administrativa situada à SIBS Quadra 03, Conjunto B, Lote 06, Núcleo Bandeirantes, CEP 71.736-302, Cidade de Brasília, Distrito Federal.

EMITENTE ou ATAC: ATAC PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA LTDA., sociedade com sede na Fazenda Campo Alegre, Rodovia BR 020, Km 180, s/n, CEP 73.825-000, Cidade de Vila Boa, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.816.598/0001-17, EMITENTE da CCI.

Escritura de Emissão: a presente Escritura Particular de Emissão Privada de Série Única de Cédulas de Créditos Imobiliários da EMITENTE.

Fiança: garantia fidejussionária prestada pelos FIADORES na forma desta Escritura de Emissão.

FIADORES: Albojo Coury Junior, brasileiro, divorciado, residente à SMDB, 9 conjunto 12, Setor de Habitações Indiv. Itaís Sul - Lago Sul, Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrito no CPF/MF sob nº 441.349.918-20 e ALDA PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA S.A., sociedade com sede na Fazenda Prédio, Rodovia BR 020, Km 180 s/n, CEP 73.825-000, Cidade de Vila Boa, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.848.595/0001-40 e sede administrativa situada à SIBS Quadra 03, Conjunto B, Lote 06, Núcleo Bandeirantes, CEP 71.736-302, Brasília, Distrito Federal, a Maria Inês Coury Junior, brasileira, divorciada, residente na Quadra SMDB, 9 conjunto 12, Brasília, Distrito Federal,



1/24



148

I 28 01. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001002460 em 29/12/2010.

Depois no CPF/MF sob nº 610.684.551-15, e Tatiane Corrêa Faria Santos, brasileira, casada, residente a Quadra SCS 315, bloco D, 1º Apto 401 - Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, inscrito no CPF/MF sob nº 693.783.551-53, e Roberto Faria Santos Filho, brasileiro, casado, residente a Quadra SCS 315, bloco D, 1º Apto 401 - Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, inscrito no CPF/MF sob nº 268.201.208-69.



Garantia: Hipoteca, Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras e Fiança.

GARANTIDORA: Carlos Alberto de Barros, brasileiro, divorciado, residente à Rua Ministro João Pereira Leite, nº. 571 - Apto 1004, Cidade de Cuiabá, Mato Grosso, inscrito no CPF/MF sob nº 079.323.081-00.

Hipoteca: Hipoteca em 1º grau do Imóvel Hipotecado constituída cedularmente pela GARANTIDORA nos termos desta Escritura de Emissão.

Imóvel: Imóvel objeto da Concessão de Superfície, localizada na Comarca de Formosa, Estado de Goiás, objeto da matrícula nº 2.028 do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa, Estado de Goiás, inscrito junto à Receita Federal sob o NIFR nº 4.238.574-1 e junto ao INCRA sob o CCIR nº 950.078.299.880-2, com área total de 1.568,1000 ha, descrito no Anexo III.

Imóvel Hipotecado: Imóvel descrito no Anexo IV.

Instrumento Imobiliário ou Concessão de Superfície: escritura pública de concessão de direito real de superfície lavrada em 21 de dezembro de 2010, pelo Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa, Estado de Goiás, através da qual a EMITENTE concedeu ao DEVEDOR o direito de superfície do imóvel, cujos principais termos e condições estão descritos no Anexo II a esta Escritura de Emissão.

INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO: BRL TRUST Serviços, Fiduciários e Participações Ltda., sociedade com sede na Rua Tabapuã, nº 1123, 4º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.669.414/0001-57.

Cláusula 2. DO OBJETO

2.1. A EMITENTE é titular dos Créditos Imobiliários oriundos do Instrumento Imobiliário.

2.2. Pela presente Escritura de Emissão, a EMITENTE emite a CCI na forma do Anexo I e discriminada no Anexo I.A e vincula o Crédito Imobiliário à CCI emitida nos termos dessa Escritura de Emissão.

2.2.1. A via negocial e original da CCI ficará depositada junto ao BANCO REGISTRADOR ou outra instituição que seja indicada por este, desde que aprovada pelo CREDOR, para tanto junto à CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

2.3. A EMITENTE fica solidária e integralmente coobrigada pelo pagamento do Crédito Imobiliário ao CREDOR, renunciando a qualquer benefício de ordem ou divisão, respondendo pela solvência do DEVEDOR e, ainda, pela manutenção do fluxo de pagamentos indicado no Crédito Imobiliário.

2.4. A EMITENTE responsabiliza-se, perante o CREDOR, pelo valor, legalidade, legitimidade, existência e veracidade do Crédito Imobiliário, declarando que o mesmo encontra-se perfeitamente constituído e na justa e fisi forma e substância em que foi descrito nesta Escritura de Emissão, e de acordo com o Instrumento Imobiliário. Para esta fim, a EMITENTE declara expressamente que:

a) o Crédito Imobiliário e os títulos que os representam e/ou garantem não foram objeto de qualquer cessão ou compromisso de cessão por parte da EMITENTE, nem estão sujeitos a qualquer ônus, não tendo sido objeto de ação, penhora, arresto, penhor, cessão fiduciária, seqüestro, caupio ou qualquer outra espécie de constrição;

b) é detentora do direito de superfície sobre o imóvel na forma da Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Superfície firmada junto ao Ilustre do Imóvel e registrada no 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa, Estado de Goiás, em 21 de dezembro de 2.010, restando devidamente autorizada, para todos os fins e efeitos de direito, a firmar o Instrumento Imobiliário;

c) não há qualquer direito ou ação ou qualquer acordo firmado que tenha dado ou possa dar lugar a qualquer argúcia de compensação ou outra forma de extinção, redução e/ou mudança de condição de pagamento com relação ao Crédito Imobiliário;

d) nenhum dos valores relacionados ao Instrumento Imobiliário foi pago antecipadamente pelo DEVEDOR, não havendo, inclusive, qualquer proposta pendente nesse sentido;

e) não há qualquer reclamação ou procedimento judicial, coletivo ou individual, relativamente aos

2/24



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIVIS DA PESSOA JURÍDICA
São Paulo - SP - nº 11.536-CTM
AUTENTICAÇÃO - ESTAMPA NEOPROTÓTICA
COMFRE COM O ORIGINAL. OCG RE-

S. Paulo, 28 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
PROJETAR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



149



Créditos Imobiliários, inclusive quanto a eventual exercício de direito ou vícios retributórios, ou em relação ao Crédito Imobiliário, seja quanto à sua existência na forma em que estão indicados nessa Escritura de Emissão, à validade do respectivo critério de atualização monetária ou quaisquer vícios com relação a ela alegados ou nela contidos; e

(f) a emissão da CCI é formalizada rigorosamente de acordo com os princípios e critérios definidos pela Lei 10.931/04, de 02 de agosto de 2004 e demais normas em vigor aplicáveis às obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão.

2.4.1. A EMITENTE se obriga a informar imediatamente ao CREDOR e ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO ou a qualquer outro cessionário da CCI ao qual a informação seja aplicável, a respeito de eventual Infração, Incompetência ou Inversidade, se quanto previsto nos itens supra, tão logo tenha conhecimento. Para fins de cumprimento do disposto neste item, a EMITENTE se obriga a identificar o titular da CCI por meio dos registros pertinentes.

2.4.2. A EMITENTE compromete-se a indenizar o CREDOR, sob pena de vencimento antecipado, caso: (i) a existência ou a exigibilidade do Crédito Imobiliário seja contestada pelo DEVEDOR ou por qualquer terceiro, total ou parcialmente, com qualquer fundamento, inclusive com base na nullificação, anulação, declaração de ineficácia, rescisão, resolução, restituição ou denúncia, total ou parcial, do Instrumento Imobiliário ou da relação jurídica que deu origem ao Crédito Imobiliário; (ii) o Instrumento Imobiliário, ou qualquer das relações jurídicas que deram origem ao Crédito Imobiliário, seja alterado ou modificado, total ou parcialmente, sem a prévia e expressa anuência do CREDOR, ou, ainda, (iii) o Instrumento Imobiliário, ou qualquer das relações jurídicas que deram origem ao Crédito Imobiliário, seja alterado em razão de decisão judicial ou administrativa.

2.5. Todos os direitos acessórios ao Crédito Imobiliário, tais como juros e encargos moratórios, correção monetária, bem como todas as pretenções, ações e prerrogativas a elas relativas e, ainda, todos e qualquer garantia, real ou pessoal, que seja acessória ao Crédito Imobiliário e que garanta, total ou parcialmente, seu pagamento são, juntamente com o Crédito Imobiliário, automaticamente transferidos pela EMITENTE ao CREDOR neste ato, para todos os fins e efeitos de direito.

Cláusula 3. DAS CARACTERÍSTICAS DA CCI

3.1. Quantidade de Títulos - Será emitida 01 (uma) CCI.

3.2. Prazo e Vencimento - A CCI terá o prazo e a data de vencimento informados no Anexo I a esta Escritura de Emissão.

3.3. Forma - A CCI será emitida cartularmente.

3.4. Série e Número(s) - A emissão é realizada em 01 (uma) série única, composta de uma única CCI de nº 01, descrita no Anexo I.A. a esta Escritura de Emissão.

3.5. Negociação - A CCI será registrada pelo BANCO REGISTRADOR para negociação na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

3.6. Fluxo de Pagamento - Correspondente à fração do Instrumento Imobiliário atribuída à CCI, conforme indicado no Anexo V a presente Escritura de Emissão, sendo os valores proporcionais ao Crédito Imobiliário.

3.7. Forma de Reajuste - Forma de reajuste constante do Instrumento Imobiliário, conforme descrito no Anexo II a presente Escritura de Emissão.

3.8. Local de Pagamento - O Crédito Imobiliário deverá ser pago exclusivamente na Conta Vinculada de Superfície (abreço definida).

Cláusula 4. COBRANÇA DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO

4.1. Peça assinatura da presente o DEVEDOR declara-se ciente de que deve realizar os pagamentos de todos os valores devidos em razão do instrumento Imobiliário, ou seja, o Crédito Imobiliário, exclusivamente na conta vinculada de titularidade da EMITENTE nº 10713408 mantida junto à agência 004 do BVA ("Conta Vinculada de Superfície"). A Conta Vinculada não poderá ser movimentada, em qualquer hipótese, pela EMITENTE.

4.2. A EMITENTE compromete-se a não comunicar ou notificar o DEVEDOR sobre qualquer alteração

324



OFICIAL DE RES. COTAS N.º 10713408
NOTAS DO 10º SUBSTÍTUTO MÉDICO
SÃO PAULO - CAPITAL - MAT. 0011000-574-0
INTITULADA - ESTAMPA REPRODUZIDA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE

S. Paulo, 18 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
Jonathan Citrini
VALOR P/ 01 AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

VALIDAÇÃO
COM SELO DE
AUTENTICAÇÃO



AUTENTICAÇÃO
1063AY515218

150

da forma do pagamento ou de conta a serem depositados os recursos do Crédito Imobiliário sem a prévia e expressa anuência do CREDOR ou do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO.
4.3. Desde que pontualmente e integralmente recebidos pelo BVA, os valores referentes ao Crédito Imobiliário serão repassados ao CREDOR nos prazos indicados no cronograma do Anexo V, sendo os recursos mantidos na Conta Vinculada de Superfície até a sua efetiva transferência.

4.4. Os termos e condições da Conta Vinculada serão regidos por instrumentos apertados firmados entre a EMITENTE, o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, o DEVEDOR, conforme o caso, e o BVA, resguardando o CREDOR, mediante a aquisição da CCI, a todos os seus termos e condições.

4.5. Caso a EMITENTE venha a receber valores diretamente do DEVEDOR, deverá fazê-lo para os fins dos Artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, na qualidade de depositária de tais valores, desde já se comprometendo a comunicar tal fato ao CREDOR, ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO e ao BVA e a transferir tais valores à Conta Vinculada de Superfície, no prazo de 1 (um) dia útil do seu recebimento, desjulgamente corrigidos pela taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over este grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculado e divulgada pela CETIP S.A. - Sistema Organizado de Ativos e Derivativos, sem qualquer dedução, retenção ou desconto.

4.5.1. Adicionalmente, a EMITENTE se obriga a informar o CREDOR, o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO e o BVA sobre qualquer intenção de pagamento antecipado que lhe venha a ser porventura solicitado pelo DEVEDOR.

CLÁUSULA 5. CONDIÇÕES PRECEDENTES

5.1. A liberação dos recursos, parcial ou integral, à EMITENTE, em fundos imediatamente disponíveis, equivalentes ao valor de emissão da CCI está condicionada, na forma do Contrato de Administração de Conta Vinculada, Fundos Vinculados e Outras Avenças firmado entre EMITENTE, BVA e INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, ao cumprimento, pela EMITENTE, das seguintes condições precedentes de forma integral e cumulativa, de forma solidária ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO:
a) validade e veracidade das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão pela EMITENTE, pela ALDA e pela GARANTIDORA ao CREDOR e/ou ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO;
b) devida constituição e formalização das Garantias relacionadas à CCI, de modo solidário ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO;
c) apresentação ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO dos comprovantes dos registros das Garantias, e desta Escritura de Emissão junto aos cartórios competentes;
d) devida constituição e registro do Instrumento Imobiliário e demais documentos necessários à devida formalização do Crédito Imobiliário;
e) inexistência de qualquer hipótese que possa ensejar o vencimento antecipado da CCI ou do Crédito Imobiliário, de acordo com o disposto neste instrumento, no Instrumento Imobiliário ou na lei;
f) inexistência ou ausência de qualquer mudança material adversa nos negócios, condição financeira, operações e desempenho econômico-operacional das atividades da EMITENTE e/ou da GARANTIDORA, ou qualquer evento ou condição que afete de forma relevante a capacidade da EMITENTE e/ou da GARANTIDORA, de cumprir as obrigações, inclusive pecuniárias, previstas nesta Escritura de Emissão (doravante simplesmente "Evento Adverso Relevante", relacionadas à EMITENTE ou à GARANTIDORA em conjunto ou isoladamente, conforme o caso);
g) validade, legalidade e exequibilidade de todos os documentos relacionados à CCI, inclusive, mas não se limitando, aquelas que dão origem ao Crédito Imobiliário;
h) não ocorrência de fato ou manifestação relevante ou extraordinária de ordem política, social ou econômica, em caráter nacional (municipal, estadual ou federal) ou internacional, que possa comprometer negativamente a CCI, o Crédito Imobiliário ou qualquer dos negócios jurídicos que dela fazem parte;
i) não superveniência de qualquer mudança legislativa e/ou regulamentar, incluindo aquelas na ordem tributária, que possam afetar negativamente a implementação da CCI ou de qualquer dos negócios jurídicos que delas fazem parte;
j) não superveniência de alterações legislativas ou atos de qualquer autoridade ou, ainda, a ocorrência de qualquer ato e/ou contestação judicial e/ou administrativa impetrada por qualquer interessado, que venha a impedir e/ou questionar a legalidade e ou viabilidade de qualquer dos negócios jurídicos que fazem parte da CCI;
k) não incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre a CCI como um todo, ou sobre qualquer dos contratos a ela relacionados de forma direta ou indireta, ou aumento substancial das alíquotas ou valores dos tributos já incidentes até a data de emissão da CCI, que justificadamente tornem a continuidade da CCI inviável ou desaconselhável;

1/4

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
NÚMERO DE REGISTRAÇÃO DO INSTRUMENTO
SÉRIE - CARTA - 00113306-5144
MENTO DEVERÁ CORRESPONDER
CONFIRMANDO COM O ORIGINAL DO FE

S. Paulo, 8 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
Jonathan Citrini
R\$ 0,00 por AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

VALIDAMENTE
COM SEDIA
AUTENTICADO



AUTENTICO 04230

1053AY818220

151

- i) não ocorrência de casos fortuitos ou de força maior que fomem a implementação da CCI inviável ou desaconselhável ao CREDOR, à EMITENTE ou à GARANTIDORA;
m) apresentação ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO de cópia autenticada de todos os instrumentos comprobatórios dos poderes de representação da EMITENTE, do DEVEDOR e da GARANTIDORA, incluído, mas não se limitando aos respectivos estatutos e/ou contratos sociais, deliberações das assembleias em assembleias gerais, deliberações dos respectivos conselhos de administração e/ou diretoria, procurações e comprovação da posse do cargo dos conselheiros ou diretores, devidamente aprovados na Junta Comercial competente;
- n) apresentação ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO de cópia autenticada das deliberações societárias da EMITENTE, do DEVEDOR e da GARANTIDORA autorizando, conforme o caso, o oferecimento do Imóvel Hipotecado em garantia de suas obrigações decorrentes da CCI, devidamente arquivadas na Junta Comercial competente, se aplicável;
- o) apresentação ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO de comprovante de registro desta Escritura de Emissão no Registro de Imóveis competente;
- p) apresentação ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO de laudo de avaliação do Imóvel Hipotecado, acompanhado da certidão pertinente;
- q) a EMITENTE, o DEVEDOR e a GARANTIDORA encontram-se adimplentes com todas as obrigações por elas assumidas no âmbito desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer outros instrumento relacionados à presente Emissão.

5.2. Em razão de pedido da EMITENTE, feito nesta ato, a totalidade dos valores pagos pelo CREDOR, em razão da aquisição das CCI será creditada, necessariamente, na conta vinculada nº 10713404 de titularidade da EMITENTE manida junto à agência 0004 do BVA ("Conta Vinculada de Liberação"), sendo referida conta movimentada de acordo com o Contrato de Administração de Conta Vinculada, Fundos Vinculados e Outras Avanças ("Contrato de Administração de Conta Vinculada"), o qual prevê, dentre outros, a possibilidade de débito da Conta Vinculada de Liberação para pagamento das despesas e tributos incidentes por ocasião de referido contrato, bem como desta Escritura de Emissão, inclusive das despesas com a contratação do Interventor Fiduciário e com a agência de classificação de risco da operação, e posteriormente realização de aplicações financeiras permitidas conforme Contrato de Administração de Conta Vinculada.

5.2.1. Sem prejuízo do previsto na cláusula imediatamente acima, em qualquer caso, a liberação dos recursos à EMITENTE está condicionada ao cumprimento das condições procederentes, conforme item 5.1.

5.3. A EMITENTE declara-se ciente de que os valores pagos pelo CREDOR em razão da aquisição da CCI líquidos de impostos e despesas devidas ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO permanecerão creditados na Conta Vinculada de Liberação e somente lhe serão disponibilizados pelo Banco BVA, após o recebimento, pelo referido banco, de notificação encaminhada pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO atestando o devido cumprimento pela EMITENTE das Condições Precedentes acima elencadas.

CLÁUSULA 6. GARANTIAS

6.1. Para assegurar o pleno e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias derivadas da CCI emitida nos termos desta Escritura de Emissão e todos os seus aditivos, incluindo, sem qualquer limitação, todos os custos e despesas, judiciais ou extrajudiciais, honorários de perito e advocatícios e quaisquer outras despesas, de qualquer natureza, que possam ser incombidos pelo CREDOR, pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO ou pelo BVA, em relação à oficialização, manutenção ou execução da CCI, das Garantias ora constituidas e/ou dos respectivos bens e/ou direitos delas objeto, são neste ato constituídas as Garantias previstas na Cláusula 1, as quais se encontram cedutamente formalizadas neste ato, sendo regidas pelas condições a seguir estipuladas.

6.2. Caso as Garantias cessem ou se tornem insuficientes, inclusive para atender o respectivo percentual mínimo indicado nas respectivas cláusulas abaixo, ou se os bens e/ou direitos dados em garantia deteriorarem-se, depreciarem-se, forem objeto de penhora, seqüestro, arresto ou de qualquer medida judicial ou administrativa, ou, ainda, sofrerem turbação, embalo ou tornarem-se inábeis, impróprias ou impraticáveis, a EMITENTE obriga-se, desde já, a reforçar ou substituir as Garantias, através de aditamento à presente Escritura de Emissão em termos aceitáveis ao CREDOR, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO nesse sentido, sob pena de possibilitar ao CREDOR a declaração do vencimento antecipado da CCI.

5/34

ÓFICIAL DE REG. CIVIL REG. INT. 570000044
DRA. VIVIANA SANTANA DE MENEZES
S. Paulo - CEP: 0110-0006-5744
INTERVENÇÃO - ESTA COPIA REPRODUZIDA
COMPARTE COM O ORIGINAL DOU PE.

S. Paul 08 MAR 2013

Christiano Guerreiro Cardoso
Jucalathen Citrini
OUVIDORIA AUTORIZADA R\$ 2,30

VALIDAMENTE
COPIA DE
AUTENTICADA



152

I 29 Of. de Res. de Títulos e Documentos
I Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001002460 em 29/12/2016.

A - Regras Especiais relativas à Hipoteca

5.5. A GARANTIDORA, em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela EMITENTE nos termos da CCI e desta Escritura de Emissão, hipoteca em favor do CREDOR o Imóvel Hipotecado, de acordo com o artigo 1.473 e seguintes do Código Civil Brasileiro, com efeito a partir da presente data, desacordo com os termos e condições desta Escritura de Emissão.

5.6. A presente Hipoteca deve permanecer em pleno vigor e produzir efeitos até que a EMITENTE cumpra integralmente com todas as obrigações por ela assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e da CCI.

5.5. A GARANTIDORA e a EMITENTE, de forma solidária, neste ato, declaram e garantem ao CREDOR que o Imóvel Hipotecado encontra-se livre e desembaraçado de qualquer ônus, garantias reais, ou gravames de qualquer natureza e que assim permanecerá até a integral liquidação da CCI.

5.6. Poderá o CREDOR e/ou o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, as expensas da EMITENTE, promover ou solicitar a EMITENTE que promova, a qualquer tempo, avaliações técnicas do Imóvel Hipotecado para averiguar o seu valor e as condições em que se encontra.

5.7. A GARANTIDORA, desde já, autoriza o CREDOR, o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO ou qualquer terceiro por eles indicados, em caráter irrevogável e irrevogável, a visitar o Imóvel Hipotecado até que sejam integralmente cumpridas as obrigações assumidas pela EMITENTE no âmbito desta Escritura de Emissão e da CCI.

5.8. Fica, desde já, estabelecido entre as partes que, durante a vigência da Hipoteca ora constituída e até que integralmente cumpridas, à satisfação do CREDOR, todas as obrigações assumidas pela EMITENTE, o valor patrimonial do Imóvel Hipotecado não poderá ser inferior ao montante mínimo de cobertura, equivalente a R\$ 27.030.000,00 (vinte e sete milhões e trinta mil reais).

5.9. Para fins de verificação do valor patrimonial do Imóvel Hipotecado previsto acima, a GARANTIDORA e a EMITENTE comprometem-se a encaminhar anualmente ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, às suas expensas, a partir da data de emissão da CCI, laudo de avaliação do Imóvel Hipotecado atualizado.

B - Regras Especiais relativas à Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras

6.10. A EMITENTE cede fiduciariamente, neste ato, em favor do CREDOR as Aplicações Financeiras, nos termos da legislação em vigor, em especial do artigo 86-B da Lei nº 4.728/65, arts. 18 a 20 da Lei nº 9.514/1997 e das cláusulas ora pactuadas.

6.11. Compromete-se a EMITENTE a notificar o(s) agente(s) depositário(s) das Aplicações Financeiras quanto à garantia outorgada, bem como que o resgate, o qual deverá ocorrer necessariamente através da Conta Vinculada de Liberação, apenas será admitido mediante anuência prévia do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, devendo o(s) agente(s) depositário(s), no prazo de 02 (dois) dias contados da data da realização da respectiva aplicação, encaminhar ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO cópia do comprovante de referida notificação.

6.11.1. A notificação deverá fazer referência à presente Escritura de Emissão e conter os dados das Aplicações Financeiras e o respectivo código de registro junto à CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

6.11.2. A notificação será considerada parte integrante desta Escritura de Emissão para todos os fins e efeitos de direito.

6.12. A cessão fiduciária ora constituída abrange e abrangerá a cessão fiduciária de todos os direitos da EMITENTE oriundos das Aplicações Financeiras, incluindo os direitos de dispor, usar, debitar, transferir, resgatar, auferir rendimentos, reajustes monetários, acessórios e frutos de qualquer espécie ou natureza, bem como sacar, haver, levar e, principalmente, receber os recursos decorrentes dos resgates das Aplicações Financeiras.

6.13. Para fins de acompanhamento das Aplicações Financeiras, deverão ser disponibilizados pelo Banco Depositário ao Interventente Fiduciário extratos das aplicações em periodicidade mensal, e sempre que solicitado. Para tanto, a EMITENTE, desde já, autoriza referida instituição a disponibilizar referidas informações ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO.

6.14. A EMITENTE, neste ato, declara e garante ao CREDOR que as Aplicações Financeiras deverão permanecer livres e desembaraçados de qualquer outros ônus, garantias reais, ou gravames de qualquer natureza até a integral liquidação da CCI.

6.15. A EMITENTE declara-se cliente, para todos os fins e efeitos de direito, que todas as despesas relacionadas à formalização da garantia ora oferecida serão de sua responsabilidade.

6.15.1. Caso não sejam atendidas as condições precedentes o demais termos para liberação de recursos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar desta data, e desde que o prazo não seja



F-S. 06

6/24

OFICIAL DE RES. CCI, REC. INT. EXPEDIÇÃO
NOTA DE 07/03/2013 SUBSTITUTO DE LIBERADA
SÉ PESO - Cédula N° 111-5006-5744
AUTENTICOADO COM A AUTOGRAFICA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.

Em 07 MAR 2013

Gleison Guedes Cardoso
 Jonathan Citrini
MATERIAL AUTENTICADO R\$ 2,50



153

5.15.2. A EMITENTE, desde já, autoriza, de forma irrevogável e irretratável, o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO a emitir ordem de resgate das Aplicações Financeiras, sendo os valores utilizados para o resgate integral da CCI, sendo que a autorização dar-se-á mediante o pagamento do saldo devedor da CCI, na referida data, devendo a EMITENTE arcar com eventual diferença entre os valores devidos e o montante resgatado das Aplicações Financeiras.

5.15.3. A EMITENTE, desde já, autoriza, de forma irrevogável e irretratável, o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO a promover o resgate das Aplicações Financeiras e utilizar os valores para o resgate integral da CCI e pagamento do saldo devedor da CCI, na referida data. Resta ajustado que a EMITENTE arcará com eventual diferença entre os valores devidos e o montante resgatado das Aplicações Financeiras.

C - FIANÇA

6.16. Os FIADORES assinam a presente Escritura de Emissão na qualidade de fiduciários e principais devedores do pagamento integral do crédito do CREDOR, derivado da CCI, renunciando expressamente a qualquer dos benefícios de ordem a divisão objeto dos artigos 366, 827, parágrafo único do artigo 829, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e 595 do Código de Processo Civil, anuindo a todos os seus termos e obrigando-se solidariamente, de maneira irrevogável e irretratável, pelo pagamento das parcelas representativas do Crédito Imobiliário.

6.16.1. Na hipótese de inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária no âmbito do Crédito Imobiliário ou da CCI por qualquer razão, estarão os FIADORES obrigados a efetuar o pagamento dos valores em questão em até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data prevista para pagamento pelo DEVEDOR ou pela EMITENTE, independentemente de notificação, interpelação, citação ou qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial.

6.17. Os FIADORES renunciam a qualquer benefício eventualmente decorrente, conforme o caso, da pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ("Recuperação") da EMITENTE ou do DEVEDOR, e reconhecem, neste ato, que (i) eventual pedido de Recuperação ou aproveitamento de plano de recuperação da EMITENTE ou do DEVEDOR não implicará novação ou alteração das suas obrigações estipuladas nesta Escritura de Emissão nem suspenderá qualquer ação movida pelo CREDOR para cobrança dos valores devidos por qualquer dos FIADORES; (ii) deverão pagar o crédito devido ao CREDOR no valor e forma estabelecidos nesta Escritura de Emissão sem qualquer alteração em razão da Recuperação e (iii) deverão habilitar na Recuperação os valores pagos ao CREDOR e se sujeitar a eventual plano de recuperação da EMITENTE ou do DEVEDOR, ainda que esse plano de recuperação altere ou reduza o valor pago ao CREDOR pelos FIADORES.

C - DISPOSIÇÕES GERAIS DAS GARANTIAS

6.18. A constituição de garantias adicionais será formalizada (i) por aditamento à presente Escritura de Emissão, em forma e conteúdo aceitáveis pelo CREDOR ou (ii) por documento específico a ser estabelecido pelo CREDOR, o qual constituirá parte integrante e indissociável desta Escritura de Emissão.

6.19. Salvo disposição em contrário e em atendimento ao disposto nesta Escritura de Emissão, todas as Garantias outorgadas ao CREDOR permanecerão válidas e exigíveis até o efetivo e integral pagamento dos valores devidos em decorrência da CCI e desta Escritura de Emissão.

6.20. A EMITENTE deverá providenciar, às suas expensas, o registro da presente Escritura de Emissão no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da presente data, bem como o seu registro no Cartório de Registro de Imóveis competente no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data, nos termos do artigo 1.361 § 1º do Código Civil Brasileiro, e do artigo 129, § 5º da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973.

6.21. Quaisquer aditamentos à presente Escritura de Emissão também deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e Cartórios de Registro de Imóveis, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da sua celebração, às exclusivas expensas da EMITENTE.

6.22. Para todos as Garantias contempladas nesta Cláusula 6, a EMITENTE obriga-se a (i) não alienar, ceder, transferir, vender, alugar ou gravar com ônus de qualquer natureza o Imóvel Hipotecado e as Aplicações Financeiras; (ii) desfazer-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar o imóvel, as Aplicações Financeiras, o imóvel Hipotecado ou ainda as garantias que recaem sobre qualquer destes, até que sejam cumpridas as obrigações de responsabilidade da EMITENTE decorrentes da presente Escritura de Emissão, sob pena de vencimento antecipado da dívida representada pela CCI e de sua responsabilização civil e

7/24

(OPÇÃO DE RES. CIVIS P/ TÍT. E DOCUMENTOS S/A
NOTAS DO TÍT. E DOCUMENTOS S/A - SP
São Paulo - CEP 01310-000
AUTENTICAÇÃO ASSINADA COM AUTENTICADORA
CONFIRA COM O ORIGINAL. POL. RE.

5 Padr. 08 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Cirino
TMS P/ AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,50

AUTENTICO
COM FOLIO DE
AUTENTICIDADE



154



criminal, conforme legislação aplicável; e, (ii) manter o imóvel em perfeito estado de conservação e uso, quites de tributos e demais encargos fiscais e parafiscais eventualmente incidentes sobre pena de facultar ao CREDOR declarar o vencimento antecipado da dívida representada pela CCI e de sua responsabilização civil e criminal, conforme legislação aplicável.

6.22.1. O DEVEDOR e a GARANTIDORA responderão, no limite de suas atribuições, solidariamente com a EMITENTE pelas obrigações acima estipuladas.

6.22. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, obrigam-se a EMITENTE, o DEVEDOR e a GARANTIDORA a assinar todos os outros documentos e a praticar todos os demais atos necessários à perfeita constituição e plena eficácia das Garantias, conforme seja exigido nos termos da legislação brasileira em vigor.

6.23. A EMITENTE, nesse ato, declara-se ciente de que as Garantias conferem ao CREDOR, mediante a ocorrência de qualquer das hipóteses enumeradas na Cláusula 10, de forma autônoma e em caráter irrevogável e irretratável, o direito de, na forma da regulamentação em vigor, executar judicialmente o Imóvel Hipotecado e utilizar as Aplicações Financeiras para a liquidação das obrigações assumidas pela EMITENTE na CCI.

6.25. Desta forma, em caso ocorrido qualquer das hipóteses estabelecidas na Cláusula 10 abaixo, consolidar-se-á em favor do CREDOR a propriedade plena das Aplicações Financeiras, podendo o CREDOR, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, a seu exclusivo critério, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, especialmente aqueles previstos pelo Artigo 66-B, Parágrafos 3º a 4º da Lei nº 4.728/65, (i) resgatar os referidos bens e/ou utilizar-se da integralidade dos recursos financeiros decorrentes de seu resgate para a amortização extraordinária, parcial ou total, das obrigações oriundas da presente Escritura de Emissão e da CCI, deduzindo todas as despesas comprovadamente incorridas com o seu resgate, sem prejuízo do exercício, pelo CREDOR, de qualquer outros direitos, garantias e prerrogativas cabíveis; e/ou (ii) alienar, no todo ou em parte, a terceiros os referidos bens e os direitos deles decorrentes. Nesta hipótese, o CREDOR, a seu exclusivo critério, aplicará o produto decorrente da venda dos referidos bens na liquidação parcial ou total dos débitos apurados, seus encargos e das despesas decorrentes, permanecendo a EMITENTE responsável pelo pagamento do saldo da CCI no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência, por escrito, dada pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO à EMITENTE. Tal procedimento não obstará a cobrança do mesmo via execução, de acordo com o disposto no artigo 585 do Código de Processo Civil, caso o saldo permaneça devedor.

6.26. Para o cumprimento de tais propósitos, o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, na qualidade de representante do CREDOR, fica expressamente autorizado pela EMITENTE a executar todas as medidas extrajudiciais necessárias para a transferência, resgate, utilização, dedução, cessão ou alienação das Aplicações Financeiras gozando de poderes para a assinatura de contratos e celebrar acordos, conforme venha a julgar oportuno, no seu exclusivo critério. A procuração constituída nos termos desta cláusula é irrevogável e imutável por todo o período de validade da CCI (conforme os artigos 694 e 695 do Código Civil).

Cláusula 7. INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO

7.1. O INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, na qualidade de representante do CREDOR será responsável pela verificação de dívida e correta formalização das Garantias e seu acompanhamento, nos termos da Cláusula 6.

7.2. Mediante a aquisição da CCI, o CREDOR, nos termos desta Escritura de Emissão e da CCI, de forma irrevogável e irretratável, nomeia e constitui o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO como seu mandatário para representá-lo, em face da EMITENTE, da GARANTIDORA, do DEVEDOR, dos FIADORES, do Fiel Depositário e de terceiros, com poderes pra executar todos os atos necessários ao desempenho de suas atividades, em especial aquelas descritas abaixo.

7.3. A EMITENTE, a GARANTIDORA, o DEVEDOR e os FIADORES declaram-se cientes e de acordo com a nomeação do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO.

7.4. Caberá ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO:

- zela pela proteção dos direitos e interesses do CREDOR, empregando no exercício da suas funções o cuidado e a diligência que todo homem sábio e probro emprega na administração dos próprios bens, acompanhando o cumprimento das obrigações assumidas pela EMITENTE, pelo DEVEDOR e pela GARANTIDORA, inclusive no caso de compartilhamento de Garantias;
- adotar as medidas extrajudiciais e auxiliar o CREDOR em eventuais medidas judiciais necessárias à defesa de seus interesses, bem como à realização das Garantias e da CCI;
- receber e dar quitação de qualquer débito da EMITENTE e/ou dos FIADORES em nome do CREDOR;

224

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LÍGAS 100 001 REGISTRO DO BRASIL
São Paulo - CEP 01011-3306-5741
IDENTIFICAÇÃO - ESTAMPADA IRREGULAR
CONFERE COM O ORIGINAL, D.O.P. TE.

S. Pauli 08 MAR 2013

VALIDO SOMENTE
COM SÉLO DE
AUTENTICAÇÃO

Cristiano Oliveira Cardoso
 Juliana Citrini
Com FORAMENTAÇÃO R\$ 2,50



155

d) conservar incômuns, a salvo e em boa guarda toda a escrituração, correspondência, inclusive aquelas enviadas por meio magnético, e documentos em geral relacionados ao exercício de suas funções, bem como cópias de todos os instrumentos de garantia e prestação de serviços e da CCI;
e) notificar o CREDOR da ocorrência de qualquer evento de vencimento antecipado da CCI de que tenha conhecimento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado do respectivo conhecimento;
f) calcular, diariamente, o saldo devedor líquido da CCI, disponibilizando-o ao CREDOR através da central de atendimento do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO;

g) proceder à verificação do cumprimento das parcelas da garantia previstas nesta Escritura de Emissão; e
h) efetuar, imediatamente, e sempre que estabelecido nesta CCI e nos instrumentos relacionados, os avisos, notificações, fiscalizações e verificações neles previstas.

7.5. O INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta instrumento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral da CCI ou, da posse do seu sucessor, em caso de destituição. Na hipótese de renúncia do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, este permanecerá no exercício de suas funções até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento pelo CREDOR, pelo BVA e pela EMITENTE da notificação de renúncia.

7.6. Até a integral liquidação da CCI, o CREDOR e o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, este último em benefício do CREDOR, poderão exercer, cumulativamente, todas as faculdades previstas nesta Escritura de Emissão e nos instrumentos relacionados e em Lei, principalmente aquelas estabelecidas no artigo 19 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.

7.7. A EMITENTE, a GARANTIDORA e o DEVEDOR neste ato, de forma irrevogável e irretratável, como condição da presente Escritura de Emissão, até a integral liquidação da CCI, outorgam ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO poderes para:

- Praticar todos os atos previstos nesta Escritura de Emissão que sejam necessários para o cumprimento das obrigações da EMITENTE e do DEVEDOR nos termos destes;
- Solicitar saldos e extratos da Conta Vinculada de Liberação e da Conta Vinculada de Superfície e demais contas necessárias à execução da CCI, se houver, e extratos simplificados da conta corrente do EMITENTE mantida junto ao BVA que indiquem a movimentação relacionada à liquidação das obrigações oriundas da CCI;
- Tomar todas as medidas e assinar qualquer instrumento perante qualquer autoridade para os fins deste instrumento;
- Assinar, apresentar e formalizar qualquer documento, praticar qualquer ato, ou tomar qualquer outra providência que possa ser necessária para os fins deste instrumento.

7.8. O CREDOR, mediante a aquisição da CCI, outorga ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO poderes para:

- Praticar todos os atos previstos nesta Escritura de Emissão e nas Garantias que sejam necessários para o cumprimento das suas obrigações em proteção aos interesses do CREDOR;
- Adotar todas as medidas extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses do CREDOR, bem como à realização das Garantias;
- Representar o CREDOR e praticar qualquer ato, junto a cartórios e órgãos de qualquer natureza, públicos ou privados, com o intuito de praticar os atos necessários à execução dos poderes ora outorgados bem como cumprir com suas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e demais documentos relacionados; e
- Tomar todas as medidas e assinar qualquer instrumento perante qualquer autoridade para os fins deste instrumento.

Cláusula 8. DECLARAÇÕES

8.1. A EMITENTE, o DEVEDOR, a GARANTIDORA e os FIADORES, individualmente, neste ato, declaram e garantem ao CREDOR o que segue:

- no caso de pessoas jurídicas, são sociedades constituídas e validamente existentes de acordo com a legislação em vigor, possuindo todas as autorizações necessárias para conduzir e desempenhar as suas atividades, nos termos da lei e, no caso de pessoas físicas, encontram-se devidamente autorizadas para outorgar fiança, conforme o caso, tendo inclusive obtido, quando for o caso, a necessária autorização;
- a constituição desta Escritura de Emissão, a emissão da CCI e a constituição de suas Garantias, assim como o cumprimento das obrigações aqui contidas, não violam os termos de qualquer lei, norma ou regulamento, nem outra obrigação, contrato ou acordo de qualquer natureza que dela faça parte, e a CCI constitui uma obrigação legal, válida e exequível de acordo com os seus termos e condições;

9/24

OPTIONAL DE REGISTRO CIVIL DE ATOS E TITULOS
NOTAS UC DO SUSPENSO DO REGISTRO
São Paulo - Brazil - tel (11) 5065-5744

ESTAMOS CÓPIA DA DOCUMENTAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE

S. Paul 08 MAR 2013

VALIDO SOBRE
COM SELO DE
AUTENTICIDADE



AUTENTICAÇÃO
1063AY818230

Cristiano Guerreiro Cardoso
Jhenathan Citrini
R\$ 2,50



150

- ii) mantém de forma adequada e atualizada o registro contábil de todos os seus direitos e obrigações, inclusive aqueles que, de qualquer forma, possam, a qualquer momento, alterar de forma positiva ou negativa a situação dos resultados das suas atividades ou o seu patrimônio, em observância das Práticas contábeis normalmente adotadas e aceitas no Brasil;

iii) cumprem regularmente todas as suas obrigações tributárias, trabalhistas e ambientais, à exceção das que, legalmente, sejam contestadas de boa-fé através dos procedimentos adequados e em relação às quais a EMITENTE, o DEVEDOR e/ou a GARANTIDORA mantêm provisões adequadas e compatíveis registradas em seus livros;

e) estão, respectivamente, devidamente autorizados a emitir ou garantir, conforme o caso, a CCI, bem como a cumprir todas e quaisquer obrigações aqui contidas, sendo que a emissão da CCI e as suas Garantias não contrariam nenhuma das disposições contidas em seus respectivos atos societários;

f) obliteraram previamente à emissão da CCI todas as autorizações internas e externas necessárias, inclusive e principalmente todas as autorizações, permissões e licenças governamentais eventualmente necessárias na forma da legislação aplicável (i) para a emissão da CCI e das suas Garantias; (ii) para a continuidade normal de seus negócios, em especial as oriundas das agências reguladoras governamentais que detêm competência para fiscalizar e inspecionar as atividades sociais da EMITENTE e da GARANTIDORA e (iii) relativas ao imóvel objeto do Instrumento Imobiliário;

g) os signatários da presente estão investidos de poderes suficientes e bastantes para validamente representá-los na Escriitura de Emissão, nas Garantias e na emissão da CCI, de modo que as obrigações dela decorrentes são plenamente válidas, eficazes e irrevogáveis para todos os fins e efeitos de direito;

h) desde a data das demonstrações financeiras referentes ao período encerrado em 2009, não houve qualquer alteração nos negócios, ativos, operações, perspectivas, condições financeiras ou outras condições da EMITENTE e do DEVEDOR e qualquer pessoa jurídica na qual a EMITENTE ou o DEVEDOR detenha participação societária, que deve ser considerada pela EMITENTE e pelo DEVEDOR na elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas, na forma da legislação e regulamentação em vigor, exceto por quaisquer alterações que não acarretem ou que não se possa razoavelmente esperar que venham a acarretar qualquer Efeito Adverso Relevante;

i) vêm regularmente cumprindo todos os contratos e outros instrumentos públicos ou particulares de que fazem parte, exceto por descumprimentos que não acarretam ou que não se possa razoavelmente esperar que venham a acarretar um Efeito Adverso Relevante;

j) vêm regularmente efetuando o pagamento de salários, encargos e benefícios que sejam devidos a seus empregados, exceto quando qualquer falta de pagamento não acarrete ou não se possa razoavelmente esperar que venha a acarretar um Efeito Adverso Relevante;

k) as obrigações pecuniárias assumidas pela EMITENTE e pelo DEVEDOR, por meio da CCI, constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas, e gozam de prioridade no mínimo par passu com todas as demais obrigações pecuniárias com garantia real da EMITENTE e do DEVEDOR, ressalvados os privilégios ou preferências estabelecidas por lei; e

l) não concederam até esta data qualquer garantia real ou passal que possa colocar em risco o cumprimento das suas obrigações decorrentes da CCI.

Cláusula 9. OBRIGAÇÕES DA EMITENTE, DA GARANTIDORA E DO DEVEDOR

9.1. Em caso de inadimplemento do Crédito Imobiliário, a EMITENTE compromete-se, neste ato, a disponibilizar na conta corrente nº 10713401 mantida junto à agência 0004 do Banco BVA de titularidade da A1 AC ("Conta Corrente ATAC"), recursos suficientes ao pagamento da parcela devida pelo DEVEDOR, no âmbito da Concessão de Superfície, ficando o BVA, neste ato, autorizado a efetuar o débito de referidos valores da Conta Corrente ATAC.

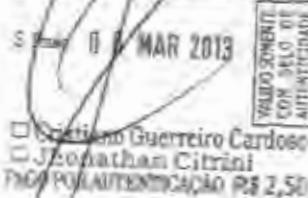
9.2. A EMITENTE permanecerá como fiel depositária de toda a documentação relativa aos Créditos Imobiliários, inclusive o Instrumento Imobiliário, sendo que a exoneração do encargo de fiel depositário será outorgada exclusivamente pelo CREDOR. Havendo solicitação do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO ou do CREDOR, a qualquer tempo, a EMITENTE obriga-se a entregar, dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a documentação relativa ao Crédito Imobiliário, respondendo, para todos os efeitos legais, civil e criminalmente, pela guarda e conservação dos respectivos documentos, em conformidade com o artigo 627 e seguintes do Código Civil. O encargo de fiel depositária é assumido pela EMITENTE a título gratuito.

3.3. A EMITENTE compromete-se, enquanto não cumpridas as obrigações decorrentes da CCI, a não emitir qualquer outro título ou cédula de crédito imobiliário que tenha como lastro o instrumento imobiliário, sob pena de autorizar o CREDOR a declarar o vencimento antecipado da CCI.

1024

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo - CEP 010-000-000
FONE: (11) 5536-5744

SUNRISE MAR 2010



9.4. A EMITENTE compromete-se a esegurar que não serão constituídos ônus sob o Imóvel que possam, de qualquer forma, prejudicar a existência e o pagamento do Crédito Imobiliário ou prejuízo ao CREDOR da CCI.

9.5. A GARANTIDORA obriga-se a fazer constar de suas demonstrações contábeis, pelo prazo em que vierem a CCI, nela explicativa acerca da Hipoteca constituída em garantia da CCI, nos termos da Escritura de Emissão.

9.6. A EMITENTE, o DEVEDOR e a GARANTIDORA obrigam-se, ainda, a, durante a vigência das CCI, a não que todos os pagamentos dela decorrentes tenham sido efetivamente recebidos pelo CREDOR:

- manter a existência de sua personalidade jurídica e das operações inerentes a seu objeto social, em estrita conformidade com a legislação aplicável;
- cumprir com a legislação a que se sujeita, incluindo, sem limitação, a legislação ambiental e regulatória aplicáveis, exceto quando o descumprimento de tais legislações não acarrete e não se possa razoavelmente esperar que venha a acarretar um Efeito Adverso Relevante;
- informar ao CREDOR e ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, semestralmente, em até 120 (cento e vinte) dias a contar do encerramento do semestre todas as solicitações razoáveis de fornecimento de informações contábeis, financeiras e sobre seus negócios, incluindo, mas sem limitação, o balanço patrimonial consolidado e as demais demonstrações financeiras semi-estatísticas;
- manter válidas e em pleno vigor todas as autorizações, permissões e licenças governamentais eventualmente necessárias para o desenvolvimento normal das suas atividades, exceto por aquelas autorizações, permissões e licenças governamentais cuja ausência ou cancelamento não acarrete ou não se possa razoavelmente esperar que venha a acarretar um Efeito Adverso Relevante;
- efetuar o pagamento (i) de todos os tributos, taxas e cobranças governamentais que lhes sejam impostos ou aos seus bens, na forma da legislação em vigor, e (ii) de todas as exações legais que, se não pagas, possam dar ensejo, por força de lei, à criação de um ônus sobre seus bens, à exceção dos casos em que (1) a legalidade ou o valor do referido pagamento esteja sendo contestado de boa-fé através dos procedimentos apropriados; (2) tenham sido devidamente provisionadas em suas livres reservas adequadas em relação a tais reivindicações, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; ou (3) a falta de pagamento não possa acarretar ou não se possa razoavelmente esperar que venha a acarretar um Efeito Adverso Relevante;
- notificar o CREDOR e o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, prontamente após tomar conhecimento, sobre a ocorrência ou provável ocorrência de qualquer Efeito Adverso Relevante e/ou caso que possa ensejar o vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários nos termos do Instrumento Imobiliário;
- a não praticar qualquer ato ou conjunto de atos onerosos (inclusive cláusula da EMITENTE, do DEVEDOR ou da GARANTIDORA, conforme o caso) que possam acarretar um Efeito Adverso Relevante;
- manter a Conta Vinculada de Liberação e a Conta Vinculada de Superfície abertas até a integral liquidação das obrigações decorrentes da CCI.

9.7. Adicionalmente, fica ajustado que durante a vigência da CCI, além que todos os pagamentos dela decorrentes sejam efetivamente recebidos pelo CREDOR, a EMITENTE obriga-se a providenciar e encaminhar ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, sob pena de vencimento antecipado da CCI conforme abaixo, as suas expensas, anualmente, e atualização do relatório de rating da emissão da CCI por agência idêntica e renomada, visando a renovação da avaliação e classificação de risco da operação.

Cláusula 10. VENCIMENTO ANTECIPADO

10.1. O CREDOR terá o direito de considerar a cessão do Crédito Imobiliário operada na CCI rescindida de pleno direito, podendo exigir de imediato o pagamento do valor da CCI não amortizado trazido a valor presente pela taxa de desconto da CCI acrescida da atualização monetária indicada na CCI (conforme calculado pelo CETIP S.A. - Balanço Organizado de Ativos e Derivativos), independentemente de notificação, interpelação, clação ou qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, podendo ainda executar as Garantias constituidas, nas hipóteses previstas em lei e, ainda, nos seguintes casos:

- se a EMITENTE e/ou a GARANTIDORA e/ou o DEVEDOR e/ou os FIADORES inadimplir(em), total ou parcialmente, qualquer de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, da CCI, das Garantias ou dos demais instrumentos vinculados a presente emissão e/ou não liquidar(em), no respectivo vencimento, débitos de sua responsabilidade nos termos da presente Escritura de Emissão e da CCI;
- rescisão ou resilição do Instrumento Imobiliário, ou, ainda, caso seja alterado deste sem a prévia

1124

ÓRGÃO DE REG. CIVIL PES. NAT. E TABUÍLÃO DA
NOTAS DO N.º SUBSTITUTO DO ISSAPURA,
São Paulo - Centro - Tel. (11) 5506-5744
AUTENTICADO - ESTA COPIA REPROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.

S. Paulo - 08 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
FAZU PELA/MENTICADA R\$ 2,50

VALIDAMENTE
COM SELO DE
AUTENTICAÇÃO

AVERTIMENTO: NÃO
10634Y518234



158

I 29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 000100246 em 29/12/2010.

- juíza do CREDOR;
- c) se o DEVEDOR inadimplir, total ou parcialmente, suas obrigações e/ou não liquidar, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade nos termos do Instrumento Imobiliário;
 - d) se for apurada a falsidade ou imprecisão de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido firmado, prestado ou entregue pela EMITENTE ou pela GARANTIDORA ou pelo DEVEDOR;
 - e) se a EMITENTE e/ou a GARANTIDORA e/ou o DEVEDOR requererem ou tiverem solicitada a sua falência, Recuperação ou, ainda, qualquer outros processos ou procedimentos de natureza similar;
 - f) se, sem o expresso consentimento do CREDOR, a EMITENTE, o DEVEDOR e/ou a GARANTIDORA tiverem, total ou parcialmente, o seu controle acionário cedido, transferido ou por qualquer outra forma alienado, ou o seu capital social reduzido;
 - g) se, sem o expresso consentimento do CREDOR, a EMITENTE, a GARANTIDORA ou o DEVEDOR tiverem total ou parcialmente, o seu controle acionário cedido, transferido ou por qualquer outra forma alienado, ou o seu capital social reduzido, ou, ainda, sofrerem, durante a vigência da CCI, qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão ou, ainda, caso ocorra modificação do seu objeto social, de modo a alterar substancialmente o ramo de negócios em que atualmente opera;
 - h) se a EMITENTE e/ou a GARANTIDORA e/ou o DEVEDOR inadimplir(em) suas obrigações e/ou não liquidar, no respectivo vencimento, débitos de sua responsabilidade, decorrentes de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com o CREDOR e/ou qualquer das empresas integrantes do grupo econômico do CREDOR, ou, ainda, se ocorrer a rescisão ou vencimento antecipado dos respectivos documentos;
 - i) se a EMITENTE e/ou a GARANTIDORA e/ou o DEVEDOR inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débitos de sua responsabilidade em valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sem que a explicação a esse respeito solicitada pelo CREDOR e/ou pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO tenha sido apresentada pela EMITENTE, decorrentes de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com terceiros, ou, ainda, se ocorrer a rescisão ou vencimento antecipado dos respectivos documentos;
 - j) se a EMITENTE e/ou a GARANTIDORA e/ou o DEVEDOR ingressar(em) em juízo contra o CREDOR e/ou qualquer empresas integrantes do grupo econômico do CREDOR com quaisquer medidas judiciais;
 - k) se a EMITENTE e/ou o DEVEDOR e/ou a GARANTIDORA tiver(em) título de sua responsabilidade ou co-obrigação protestado ou sofrer(em) execução ou arresto de bens, que represente valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem que a explicação a esse respeito solicitada pelo CREDOR e/ou pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO tenha sido apresentada pela EMITENTE, no prazo que lhe tiver sido designado ou, sendo cujo não apresentada a explicação, se a mesma não for considerada satisfatória pelo CREDOR e/ou INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO;
 - l) se houver decisão judicial transitada em julgado, de natureza condenatória, contra a EMITENTE, cujo valor individual ou acumulado ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), desde que a EMITENTE não comprove ao CREDOR e/ou ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, o pagamento do valor total da condenação, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado;
 - m) se a EMITENTE, o DEVEDOR e/ou a GARANTIDORA não reforçar(em), em caso de pericílio, perda ou depreciação, sempre que o CREDOR e/ou INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO entender(em) necessário, as Garantias constituídas, dentro do prazo que lhes for designado pelo CREDOR e/ou pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO;
 - n) restrição, cassação ou extinção de qualquer das autorizações, concessões ou permissões eventualmente necessárias para o desenvolvimento das atividades da EMITENTE, e/ou o DEVEDOR, sujeito a tal restrição, cassação ou extinção não ocasionar, comprovadamente, um Efeito Adverso relevante;
 - o) não renovação anual pela EMITENTE do rating referente à emissão da CCI e/ou rebatimento na nota de rating referente a emissão da CCI para nota igual ou inferior à "BBB-" (Tríplo B moins) da agência Austin Rating ou, no caso de mudança de agência classificadora de risco no decorrer do prazo da CCI, de classificação efetuada pela nova agência similar ou equivalente a "Bbb risco de crédito" pela grade de classificação de risco utilizada pela nova agência classificadora; e
 - p) se a EMITENTE não realizar o registro no competente Órgão de Registro de Imóveis da presente Escritura de Emissão de CCI, da Hipoteca e da Escritura de Coroação de Direito Real de Superfície, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

10.2. Sem prejuízo das hipóteses de rescisão previstas acima, poderá ocorrer o vencimento antecipado da CCI no montante do Crédito Imobiliário eventualmente vencido e/ou liquidado

12/24

ÓRGÃO DE REGISTRO CIVIL, CÍVEL, MARITAL E IMOBILIÁRIO DA
NOTA DO 10º SUBDISTrito DA SUBURBA
São Paulo - Capital - tel. (11) 5506-5744
AUTENTICAÇÃO AUTÔNOMA
CORRESPONDE COM O ORIGINAL SOU FE

S. Paulo, 08 MAR 2013

Crisâncio Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
PAGOU AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



I 29 Af. de Res. de Títulos e Documentos
I Ficou arquivada cópia registrada
I sob o nº 0001002460 em 29/12/2010.

anticipadamente nos termos do Instrumento Imobiliário.

10.3. Em caso da vencimento antecipado da CCI, será devida pelo EMITENTE ao CREDOR multa compensatória equivalente a 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor da CCI.

Cláusula 11. RESGATE ANTECIPADO DA CCI E RECOMPRA.

11.1. A EMITENTE poderá resgatar antecipadamente a CCI devendo, para tanto, comunicar sua intenção por escrito ao CREDOR e ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, com antecedência mínima de 75 (setenta e cinco) dias da data pretendida para a realização do resgate antecipado.

11.2. O resgate antecipado deverá contemplar necessariamente a totalidade do saldo devedor da CCI, não sendo permitida sua amortização extraordinária parcial.

11.3. O valor a ser pago pela EMITENTE no caso de resgate antecipado da CCI será equivalente ao saldo devedor da CCI, conforme registro junto à CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sem prejuízo do reembolso de eventuais despesas incorridas pelo CREDOR, pelo BVA ou pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, não havendo o reembolso de qualquer valores pagos a título de comissão.

11.4. Em caso de resgate antecipado da CCI a EMITENTE deverá pagar ao CREDOR uma multa pelo pagamento antecipado correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o saldo devedor da CCI.

Cláusula 12. ENCARGOS, DESPESAS, TARIFAS E TRIBUTOS

12.1. São de responsabilidade exclusiva da EMITENTE todas as despesas relativas a esta Escritura de Emissão, às Garantias e à CCI, incluindo as remunerações do BVA, do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO e dos demais agentes contratados e aqueles referentes à averbação da CCI, se for o caso, das Garantias constituidas, seja por força da presente Escritura de Emissão ou por força do Instrumento Imobiliário, que requererão a averbação nas competentes Registros de Imóveis ou outros cartórios, bem como todos os demais custos e despesas incorridos para a formalização das Garantias acessórias à CCI.

12.2. Os encargos, despesas (quando possível), comissões, tributos e tarifas incidentes sobre a CCI serão deduzidos do valor da CCI no momento do desembolso dos recursos, dedução esta que é neste ato autorizada expressamente pela EMITENTE, devendo também ser pagos ou resarcidos pela EMITENTE quando de sua ocorrência futura.

12.3. Qualquer tributos, presentes e futuros, exigidos por força da CCI serão suportados pela parte a quem a regulamentação em vigor atribuir referido pagamento.

12.4. Comerão, ainda, por conta da EMITENTE, todas as despesas relacionadas e/ou decorrentes da CCI, incluindo, mas não se limitando, despesas junto a cartórios de registros públicos e qualquer outras despesas judiciais ou extrajudiciais que o CREDOR tiver que incorrer para a cobrança e/ou segurança do seu crédito, bem como quaisquer outros ônus e encargos que venham a ser suportados pelo CREDOR relacionados e/ou decorrentes da CCI.

12.5. Ressalvado o disposto na cláusula 12.2, todos os pagamentos devidos pela EMITENTE ao amparo desta cláusula deverão ser realizados pela EMITENTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação formal efetuada pelo CREDOR, pelo BVA ou pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO à EMITENTE.

Cláusula 13. MÓRA

13.1. Não cumprindo pontualmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da CCI, o EMITENTE ficará automaticamente constituído em mora, independentemente de qualquer notificação, comprometendo-se a pagar os encargos moratórios abaixo estabelecidos, incidentes sobre o saldo devedor, a partir do seu vencimento até a data do efetivo pagamento: (i) juros remuneratórios correspondentes à taxa utilizada na compra das CCI até a data do efetivo recebimento dos valores devidos ao CREDOR; (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados dia a dia; e (iii) multa contratual, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

13.2. Caso o CREDOR seja obrigado a debitar valores da Conta Vinculada de Liberação ou da Conta Vinculada de Superfície ou realizar qualquer pagamento das remunerações devidas a qualquer prestador de serviços relacionados a esta Escritura de Emissão ou à CCI, incluindo, mas não se limitando, ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO ou à empresa de monitoramento, em razão de quaisquer dois inadimplementos consecutivos, a EMITENTE deverá pagar ao CREDOR uma multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sem o prejuízo de eventuais encargos cobrados pelos prestadores de

13/24

OFICIAL DE REGISTRO, ARQUIVO E INDEXAÇÃO DE
NOTAS DO JURISDICTO DO BRASIL
SA-0001 - Ceará - tel: (85) 3306-5124
ESTAMPAÇÃO: ESTA COPIA REPROGRÁFICA
CORRESPONDE COM O ORIGINAL DOU FE

5. Pág. 03 MAR 2013

Capitão Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
PAGO PARA AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

VALIDO SOBRE
COM SELO DE
AUTENTICAÇÃO



AUTENTICAÇÃO: 1063AY518238

I 29 Of. de Títulos e Documentos
I Ficou arquivada cédula registrada
sob o nº 000166246 em 29/12/2010.

serviços em seus respectivos instrumentos de contratação.

Cláusula 14. INDENIZAÇÃO AO CREDOR

14.1. A EMITENTE se obriga a indenizar o CREDOR caso, por qualquer razão, o Crédito Imobiliário não venha a corresponder aos valores, conteúdo, termos e à forma por ela descrita e declarada nesta Escritura de Emissão.

14.2. A EMITENTE se obriga, ainda, a indenizar o CREDOR na hipótese de este vir a ser compelido, por qualquer razão, judicial ou extrajudicialmente, a efetuar a devolução de qualquer valor recebido em razão da titularidade da CCI, e do Crédito Imobiliário, a título de principal, juros, multa, demais encargos ou correção monetária, inclusive eventuais resíduos inflacionários e verbas rescisórias, assumindo a EMITENTE, neste ato, a obrigação de efetuar perante a parte demandante, por sua conta, na qualidade de principal e única pagadora, as devoluções proveniente impostas ao CREDOR, sem direito de reflexo da EMITENTE contra este.

Cláusula 15. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

15.1. O CREDOR poderá, a qualquer tempo e ao seu exclusivo critério, ceder, transferir, negociar, caucionar ou empenhar, total ou parcialmente, a CCI, os direitos, após a garantia dela oriundos, independentemente de notificação à EMITENTE e/ou à GARANTIDORA e/ou aos FIADORES e/ou ao DEVEDOR, que declararam, desde já, nela terem a opção nesse sentido.

15.1.1. Para negociação, a CCI será registrada e negociada exclusivamente junto à CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

15.1.2. Cumprirá ao BANCO REGISTRADOR realizar o registro da CCI junto à CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sendo certo que, para fins de esclarecimento ao CREDOR e sem prejuízo de qualquer de seus direitos quanto à execução deste título, em atendimento ao operacional de referida câmara, o valor de emissão da CCI constante dos registros do título junto à CETIP S.A. será equivalente ao valor desembolsado pelo CREDOR para a aquisição da CCI, que é o valor futuro do Crédito Imobiliário trazido a valor presente pela taxa de desconto.

15.1.3. Deverá o BANCO REGISTRADOR manter a guarda física da CCI, sendo a custódia do ativo realizada no ambiente da CETIP S.A., conforme seus regulamentos internos. O BANCO REGISTRADOR se obriga a informar ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, sempre que por este solicitado, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento da respectiva notificação, cadastro atualizado do titular da CCI conforme mantido na CETIP.

15.2. A EMITENTE, o DEVEDOR, os FIADORES, o Fiel Depositário e a GARANTIDORA não poderão ceder ou transferir as obrigações por eles assumidas nesta Escritura de Emissão ou na CCI, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento, por escrito, do CREDOR.

15.3. Quando da negociação da CCI, será também automaticamente cedido o Crédito Imobiliário, celebrando-se tal negociação através da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

15.4. A cessão da CCI e, por consequência, do Crédito Imobiliário, importará em automática transmissão, ao adquirente, das respectivas Garantias, ficando o novo CREDOR, assim, sub-rogado em todos os direitos representados pela presente Escritura de Emissão e pela CCI.

15.5. Reputar-se-ão automaticamente repetidas pela EMITENTE em caso de cessão da CCI todas as declarações feitas pela EMITENTE, pelo DEVEDOR e pela GARANTIDORA no âmbito desta Escritura de Emissão.

Cláusula 16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A nulidade, invalidade ou ineficácia de qualquer disposição confida nesta Escritura de Emissão e na CCI não prejudicará a validade e eficácia das demais disposições, que serão integralmente cumpridas, obrigando-se a EMITENTE a envidar seus melhores esforços para, validamente, obter os mesmos efeitos da avença que tiver sido anulada, invalidada ou declarada ineficaz.

16.2. A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a EMITENTE e suas sucessoras a qualquer título, inclusive ao seu integral cumprimento.

16.3. Para fins de execução do Crédito Imobiliário representado pela CCI, bem como das obrigações dela oriundas, consideram-se a CCI títulos executivos extrajudiciais, de acordo com o artigo 20 da Lei 10.931/04 e do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro, exigíveis pelo valor apurado de acordo com as cotações e condições pactuadas nesta Escritura de Emissão e na CCI.

16.4. Para os fins desta Escritura de Emissão, dia útil significa qualquer dia em que bancos comerciais estejam autorizados a abrir ou não estejam obrigados a fechar na cidade de São Paulo.



14/24

OFICIAL DE TÍTULOS, NOTAS E REGISTRO DE
NOTAS DE DESEMBOLSO DA BANQUEZA
São Paulo / Cep.: 01111-0000-0144

AUTENTICAÇÃO DE ESTA COPIA REGULARMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL, DOU PE

S. Paulo 08 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
PAGO PELA AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



29º Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cédula registrada
sob o nº 000102460 em 29/12/2010.

16.5. Nos termos do artigo 369 e demais aplicáveis do Código Civil – na extensão da fórmula Recuperação, Insolvência da EMITENTE ou do DEVEDOR ou em caso de não pagamento de todo ou qualquer valor devido em razão da CCI, a EMITENTE, o DEVEDOR e os FIADORES instruem e autorizam o CREDOR, em caráter irrevogável e irretratável, a utilizar qualquer importância por elas manifesta, conforme aplicável, em conta de investimento ou de depósito à vista ou a prazo, bem como a qualquer título, valores e outros bônus em poder do CREDOR, se houver, incluindo haverse objeto de custódia, para os fins de proceder à amortização e/ou liquidação do saldo devedor da CCI, precedido dos encargos devidos.

16.6. As partes acordam, desde já, que os atos acima referidos podem ser realizados automaticamente, sem a necessidade de prévia notificação ou qualquer outra formalidade antecedente, reconhecendo, desde já, a EMITENTE, o DEVEDOR e os FIADORES, a autenticidade, a validade e a legalidade de tais atos.

16.7. Todos os avisos, notificações ou comunicações que, de acordo com a presente Escritura de Emissão, devem ser feitos por escrito, serão considerados válidos mediante o envio de fac-símil, telax, telegrama, mensagem eletrônica enviada através da rede mundial de computadores - Internet - ou carta registrada com aviso de recebimento, remetidos aos endereços das partes indicados no preâmbulo, ou a qualquer outro endereço posteriormente comunicado, por escrito, pela destinatária à outra parte.

16.7.1. A EMITENTE, o DEVEDOR, os FIADORES e a GARANTIDORA obrigam-se a manter o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO informado, mediante comunicação escrita, sobre qualquer alteração de endereço, telefone e outros dados referentes à sua localização, cumprimento é EMITENTE transmite as informações acerca do DEVEDOR. Não havendo informação atualizada, todas as correspondências remetidas pelo CREDOR e/ou pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO ao endereço existente nos seus registros serão, para todos os efeitos legais, consideradas recebidas.

16.8. A EMITENTE, o DEVEDOR, a GARANTIDORA e os FIADORES reconhecem, desde já, como meios de prova do débito e do crédito decorrentes da presente, os extratos demonstrativos, os avisos de lançamento ou os avisos de cobrança expedidos pelo BVA ou pelo INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO, se houver. Esses extratos, demonstrativos, avisos de lançamento ou avisos de cobrança serão enviados por meio de serviço postal, fac-símil ou meio eletrônico, a critério do BVA ou do INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO e, quando não contestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, constando da data de respectivo recebimento pela EMITENTE, pelo DEVEDOR, pela GARANTIDORA e/ou pelos FIADORES, conforme o caso, serão considerados aceitos, bons, líquidos eertos, bastantes e suficientes, valendo como efetiva prestação de contas, operada e formalizada entre os CREDORES, a EMITENTE, o DEVEDOR, a GARANTIDORA e os FIADORES para todos os fins de direito, ficando expressa e plenamente assentadas a certeza e a liquidez do crédito do CREDOR.

16.9. A tolerância por qualquer das partes diante de não cumprimento de outra parte de qualquer das obrigações previstas nessa Escritura de Emissão não constituirá novação ou mesmo precedente que, por algum modo ou para algum fim, desobrigue as partes de efetivá-las em qualquer outra ocasião subsequente.

16.10. O não exercício por qualquer das partes de qualquer dos direitos que lhes asseguram a Escritura de Emissão e a lei não constituirá causa de alteração ou de novação dos termos e condições da presente Escritura de Emissão e não prejudicará o exercício desses direitos em ocasiões subsequentes.

16.11. Fica o BANCO REGISTRADOR, se aplicável, expressamente autorizado a incluir, consultar e divulgar ao CREDOR e ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO as informações da EMITENTE e/ou do DEVEDOR junto ao Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil, em estrita conformidade e limitado aos termos da regulamentação aplicável.

16.12. Ficam o CREDOR e o INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO expressamente autorizados a consultar as informações da EMITENTE e do DEVEDOR junto ao SERASA, ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e a qualquer outro órgão de proteção ao crédito.

16.13. Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação da EMITENTE e/ou da GARANTIDORA e/ou do DEVEDOR, fica o CREDOR expressamente autorizado, incluir e/ou divulgar as informações destes junto ao SERASA, ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e a qualquer outro órgão que tenha por função o cadastro de atraso no pagamento ou descumprimento de obrigação, sem prejuízo da responsabilidade do CREDOR por perdas e danos sofridos pela EMITENTE e/ou pela GARANTIDORA e/ou pelo DEVEDOR pela inclusão e/ou divulgação indevida.

16.14. Fica desde logo eleito o foro da Comarca do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer divergências oriundas desta Escritura de Emissão e/ou da CCI, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



15/04

OFICIAL DE REG. CIVIS PELA INTERNET NA
NOTAS DO BCB SUPERINTENDÊNCIA DE BANCOS
São Paulo - CEP 0131-000 - 500-2744
AUTENTICAÇÃO - ESTAMPA AUTOGRAFICA
CONFERIR COM O ORIGINAL, SOU FE

8 Pág 00 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jhonynathun Citrini
Preço POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

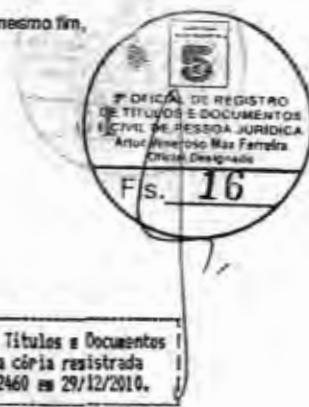
VALIDAMENTE
COM SELO DE
AUTENTICAÇÃO



1063AY816242

As partes firmam esta Escritura de Emissão em 8 (oito) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim,
na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 21 de dezembro de 2010.



ATAC PARCIPACAO E AGROPECUÁRIA LTDA

ALDA PARCIPACAO E AGROPECUÁRIA S.A.

ALBERTO COURY JUNIOR

I 29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
I Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0091002460 em 29/12/2010.

MARIANE CORBUCCI COURY

TATIANA CORBUCCI COURY FARIA SANTOS

ROBERTO FARIA SANTOS FILHO

CARLOS ALBERTO DE BARROS

BRL TRUST SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

TESTEMUNHAS:

1. Nome:
CPF

2. Nome:
CPF
Felipe Rodrigues
CPF: 300.089.778-01

Página de assinatura da ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PRIVADA DE SÉRIE ÚNICA DE
CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO de 21 de dezembro de 2010.

16/24

OFICIAL DE REG. CIVIL PES. MAT. E ESTABELECI. SE
NOTAS LO 30º SUBDISTRITO DO IBOAPUERA
São Paulo - CEP 04510-074
AUTENTICO/A: Esta cópia reprodução
CONFERE COM O ORIGINAL, DOU PE.

S. Paulo, 08 MAR 2013

VALIDO SOBRETE
COM SELO DE
AUTENTICAÇÃO

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
PAGOU POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



AUTENTICAÇÃO

1063AY816244

163

ANEXO I

I 29 Of. de Res. de Títulos e Documentos I
I Fizou arquivada cópia registrada I
I sob o nº 0001002460 em 29/12/2019.

MINUTA DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Nome/Razão Social	CPF/CNPJ			
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
Conta Corrente	Agência			

II. RADORES

01. Nome/Razão Social	Estado civil	CPF/CNPJ		
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
02. Nome/Razão Social	Estado civil	CPF/CNPJ		
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
03. Nome/Razão Social	Estado civil	CPF/CNPJ		
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
04. Nome/Razão Social	Estado civil	CPF/CNPJ		
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP

III. CUSTODIANTE

BANCO BVA S.A., com sede no Rio de Janeiro, RJ, na Av. Borges de Medeiros, 800 - conjunto 501, inscrito no CNPJ sob nº 32.284.138/0001-03, com agência em São Paulo, SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 2º andar.

IV. GARANTIAS DA CEDULA

a) Hipoteca do imóvel descrito no Anexo IV da Escritura de Emenda, na forma já estipulada.

b) Crédito fiduciário de Aplicações Financeiras, conforme Escritura de Emenda.

c) Fiança dos RADORES

V. CARACTERÍSTICAS

01. Valor de Emissão de CCI: [4]
02. Valor de Aquisição da CCI: [4]
03. Taxa de Desconto para cálculo do Valor de Aquisição: [4] a.a. com base num ano comercial de [250000] dias.
04. Prazo e Vencimento: idênticos àquelas indicados no Anexo V da Escritura de Emenda.

05. Índice de Abaixamento Monetário das perdas mensais da CCI: IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IBGE, a ser aplicado anualmente e automaticamente de acordo com o estabelecido no Instrumento Imobiliário.

06. Praia de Pagamento: São Paulo

07. Despesas e tributos:

08. [] Integral [] Fracionária, equivalente a [...] % do Valor Total do Instrumento Imobiliário.

VI. CRÉDITOS INDEVIDOS

1. Descrição dos Créditos Individuais: direitos onerários, pressões e futuros, oriundos de escritura pública de concessão de direito real de superfície firmada em 21 de dezembro de 2013, por meio de escritura pública, corredorada e escritura em relação ao imóvel descrito no Anexo III da Escritura de Emenda.

VII. OUTROS DADOS

1. Local de emissão: São Paulo [2. Data de emissão: [4]]

Emissor:

ATAC PARCERIA RURAL AGROPECUÁRIA LTDA

17/04

OPCIONAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
NOTAS DE JURISDIÇÃO DO BRASIL
São Paulo - Centro - tel: (11) 5506-5744

AUTENTICADO - ESTA COPIA AUTOGRAFICA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU PE.

S. Paulo, 08 MAR 2013

VALIDO SOBRE
CONSELHO DE
AUTENTICAÇÃO

Otávio Guerreiro Carvalho
 Jonathan Citrini
PAGTO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



AUTENTICAÇÃO QR
1063AY818246

164





Folha(s):

1ª Of. de Registro de Títulos e Documentos e Cia
Av. Presidente Dutra, 100 - Centro / SP
M. Reg. N. 1.318.115

I 22 Of. de Res. de Títulos e Documentos I
I Ficou arquivada cédula registrada
I sob o nº 0001002460 em 23/12/2010.

ALDA PABIBI PARCERIA E AGROPECUÁRIA S.A.

ALBERTO CORUY JUNIOR

MARIA THERESA CORBUCCI COURY

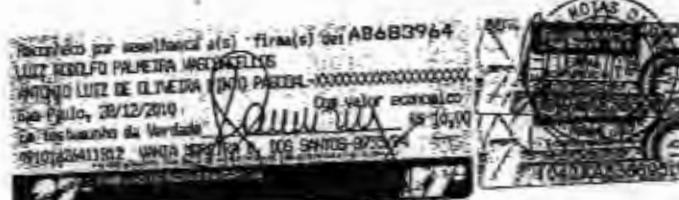
TATIANA CORBUCCI COURY FARIA SANTOS

ROBERTO FARIA SANTOS FILHO

Custodiante:

Luis Rodolfo Palmeira (Assinatura)
Diretor ExecutivoBANCO BVASA. Antônio Luiz Pascoal.
Diretor Executivo

Página de assinaturas integrante da Cédula de Crédito Imobiliário emitida nos termos da
"Escritura Particular de Emissão Privada de Série Única de Cédulas de Crédito Imobiliário"
datada de 21 de dezembro de 2010.



18/24

OFICIAL DE REGISTRO, TÍTULOS E DOCUMENTOS DE
NOTAS DO BANCO COOPERATIVO BRASILEIRO
São Paulo - Caçapé - tel. (11) 5506-5744

AUTENTICAÇÃO - ESTA COPIA REPROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.

5.º and. 09 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Cirrini
PAGAR PARA AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

VALIDO SOBRE
CON SELLO DE
AUTENTICACAO



165



5º Of. de Reg. de Títulos e Documentos e Civil
do Estado de São Paulo / SP
Número N. 1.318.115

Fis. 19

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001002460 em 29/12/2010.

1924

ANEXO I
CCJ A SER EMITIDA NA FORMA DO ANEXO I

FRACÃO SOBRE O VALOR TOTAL DO INSTRUMENTO IMOBILIÁRIO		
SÉRIE	NÚMERO	VALOR
001	001	R\$ 25.927.441,37

OFICIAL DE REG. CIVIL PES. MARCELA BIBEL
NOTAS DO 5º S. DISTRITO DO JIBRABUERA
São Paulo - Capital - Tel: (11) 5506-5744
AUTENTICAÇÃO - ESTA COPIA REPRODUZIDA
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FE.

S. Paulo 01.03.2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jhonathan Cetrini
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



AUTENTICAÇÃO

1063AY818249

166



TERMOS E CONDIÇÕES DA CONCESSÃO DE SUPERFÍCIE



Instrumento Imobiliário:

1. **Nome e Registro:** Escritura pública de concessão de direito real de superfície lavrada em 21 de dezembro de 2010, pelo Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa, Estado de Goiás.

2. **Data de Assinatura:** 21 de dezembro de 2010.

3. **Firmado entre:** Alac Participações e Agropecuária Ltda e o Devedor abaixo indicado

4. **Devedor (Superficiário):**

4.1. **Nome:** Alac Participações Agropecuária Ltda

4.2. **CNPJ/CPF:** 37.848.595/0001-40

4.3. **Endereço:** Rodovia BR 020 Km 160 – Vila Boa – GO

5. **Valor Total:** R\$ 25.927.742,39.

6. **Prazo:** 1785 dias

7. **Índice de atualização monetária:** anualmente pelo IPCA, com data base na data de assinatura.

8. **Encargos Moratórios:** Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia até o limite de 10% (dez por cento), sobre o total do débito em aberto, além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, e correção monetária pelo IPCA.

9. **Outros Encargos (Taxas, Seguros, etc):** não há

10. **Local e Forma de Pagamento:** São Paulo – Depósito em conta

11. **Valor devido e datas de pagamento:** Conforme Anexo V desta escritura

12. **Garantias:** não aplicável

13. **Identificação do Imóvel:** Conforme descrição do Anexo III desta escritura

13.1. **Endereço:** Imóvel localizado na Comarca de Goiás, Estado de Goiás;

13.2. **Matrícula:** Matrícula nº 2.020 do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa, Estado de Goiás;

13.3. **Edificações:** Não há.

M

r

20/24

LICENÇA DE REG. CIVIL PES. NAT. E TABELOUADO
NOTARIA DO 2º SUBDISTRITO DO IZARAPUABA
São Paulo - Cidade - Tel (11) 5306-5744

AUTENTICAÇÃO: ESTA COPIA REPROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FE.

S. Paulo 18 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Cítrini
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



162

ANEXO III

Descrição do Imóvel

I 29 Of. de Res. de Títulos e Documentos
I Ficou armazenaada cópia registrada
I sob o nº 0001002468 em 29/12/2010.

PROPRIETÁRIA: ATAC PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA LTDA

IMÓVEL OBJETO DA CONCESSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

MATRÍCULA Nº. 2028 DO CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE FORMOSA, ESTADO DE GOIÁS.

Imóvel:

Uma parte de terras, constituída de várias partes, situadas na fazenda Tabua, deste Município obtendo uma área de 324,00 (trezentos e vinte e quatro) alqueires goianos ou zejam 1.588,16,00 (um mil quinhentos e sessenta e oito hectares, e dezenas ares) em campos e matos, e com os seguintes limites:-Com, digo, Começam em um marco cravado na confluência da gruta do Sobrado Velho no córrego Cana Brava Velho, em divisa com as fazendas Izidro e Intâa, daí, segue por esta gruta acima, limitando-se a direita com a fazenda Intâa, vai até um marco em sua cabeceira; daí, segue na mesma limitação por uma reta rumo SW 83°50', com a distância de 3.540,00 metros, vai até um marco de pedra, cravado encima da ponta do morro do Mimoso; daí, desfletindo-se a esquerda, segue limitando-se a direita com terras da mesma fazenda Tabua, pelo divisor do morro do Mimoso em rumo sul, vai até outro marco paralelo com o angulo da cerca e segue mesmo rumo, pela cerca vai até sua ponta no morro Galheirão, e segue mesmo rumo até outro marco encima da ponta do mesmo; daí, segue pelo divisor do mesmo, em rumo SW vai até a divisa do quinhão do St. Ursulino; daí, desfletindo-se a esquerda, segue por uma reta rumo SE 80°10', vai até a ponta da cerca em baixo do morro daí, segue mesmo rumo pela referida cerca da arame, limitando-se a direita com o quinhão do St. Ursulino, vai até outro marco cravado na Lagoa da Gamelaíra; daí, segue por uma reta rumo NE 39°50' com a distância de 275,00 metros, limitando-se a direita com a fazenda Izidro, vai até um marco cravado onde o córrego Canabrava Velha recomeça o seu leito, daí, segue na mesma limitação por este córrego abaixo, por seus diferentes rumos e distâncias, vai até o marco ponto de partida destes limites.



21/24

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL PESQUISA E TAREFAS - IN
NOTÁRIO DO 1º SUBSEÇÃO DO JUDICIÁRIO
São Paulo - Cidade - M. (L) 5000-574
AUTENTICAÇÃO / É A CÓPIA REPRODUTIVA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE

S. MAR. 28 MAR 2013

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jhonathan Citrini



1608

ANEXO IV

SP Oficial de Registro de Títulos e Documentos nº 04
Setor de Registro de Títulos e Documentos
Número N. 2.318.115

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cédula registrada
sob o nº 0001002469 em 29/12/2010.

Descrição do Imóvel Hipotecado

PROPRIETÁRIA: CARLOS ALBERTO BARROS

IMÓVEL OBJETO DA GARANTIA DE HIPOTECA

Matrícula nº. 93.253 do Segundo Serviço Notarial e Registral de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Cuiabá - MT.

Imóvel: Município de Cuiabá/MT. JURU MIRIM. Lote de terras com área de 51,4603 hectares (cinquenta e um hectares, quarenta e seis áreas e três centímetros), que doravante passa ter denominação particular de ESTÂNCIA ALTOS DA CUIABÁ, assim descrito: DESCRIÇÃO - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M.01, deste, segue confrontando com Huster Marcolino de Oliveira, com os seguintes azimutes e distâncias: 132°51'00" e 3.034,03 metros até o vértice M.02, 133°28'43" e 1.171,79 metros até o vértice M.03, deste, segue confrontando com Área Remanescente, com os seguintes azimutes e distâncias: 221°01'00" e 130,34 metros até o vértice M.04, deste, segue confrontando com José Ângelo Marcolino Pereira, com os seguintes azimutes e distâncias: 314°05'00" e 1.169,24 metros até o vértice M.05, 312°31'00" e 2.856,11 até o vértice M.06, deste, segue confrontando com Raimundo da Oliveira, com os seguintes azimutes e distâncias: 348°54'00" e 228,68 metros até o vértice M.01, ponto inicial da descrição deste perímetro.



22/24

OFICIAL DE REG. CIVIL, PENAL, E TUBERÚCIA.
NOTAS DO 3º SUBSTÍCITO DO 38º ANDAR
São Paulo - Capital - Tel. (11) 5506-5744

AUTENTICAÇÃO - ESTA COPIA FOTOGRÁFICA
COMPARE COM O ORIGINAL DOU FE.

R. Ribeiro 80 MAR 2018

Christiano Guerreiro Cardoso
 Jonathan Citrini
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

VALIDO SOBRE
COM SELO DE
AUTENTICAÇÃO



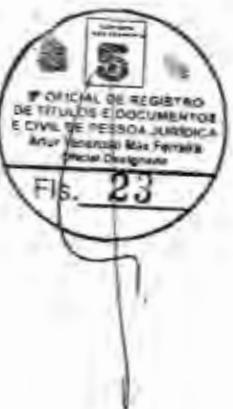
165

ANEXO V

Fluxo

I 29 Of. de Res. de Títulos e Documentos
I Ficou arquivada cédula registrada
I sob o nº 0001002460 em 29/12/2014.

	Datas de pagamento do Crédito Imobiliário e da CCI	Data (dia útil) de pagamento do Crédito Imobiliário e da CCI	Valor do Crédito Imobiliário	Data de pagamento da CCI
1	21/08/2011	22/08/2011	R\$ 836.369,08	22/08/2011
2	21/09/2011	21/09/2011	R\$ 836.369,08	21/09/2011
3	21/10/2011	21/10/2011	R\$ 836.369,08	21/10/2011
4	21/11/2011	21/11/2011	R\$ 836.369,08	21/11/2011
5	21/12/2011	21/12/2011	R\$ 836.369,08	21/12/2011
6	21/01/2012	23/01/2012	R\$ 836.369,08	23/01/2012
7	21/02/2012	22/02/2012	R\$ 836.369,08	22/02/2012
8	21/03/2012	21/03/2012	R\$ 836.369,08	21/03/2012
9	21/09/2012	21/09/2012	R\$ 836.369,08	21/09/2012
10	21/10/2012	22/10/2012	R\$ 836.369,08	22/10/2012
11	21/11/2012	21/11/2012	R\$ 836.369,08	21/11/2012
12	21/12/2012	21/12/2012	R\$ 836.369,08	21/12/2012
13	21/01/2013	21/01/2013	R\$ 836.369,08	21/01/2013
14	21/02/2013	21/02/2013	R\$ 836.369,08	21/02/2013
15	21/08/2013	21/08/2013	R\$ 836.369,08	21/08/2013
16	21/09/2013	23/09/2013	R\$ 836.369,08	23/09/2013
17	21/10/2013	21/10/2013	R\$ 836.369,08	21/10/2013
18	21/11/2013	21/11/2013	R\$ 836.369,08	21/11/2013
19	21/12/2013	23/12/2013	R\$ 836.369,08	23/12/2013
20	21/01/2014	21/01/2014	R\$ 836.369,08	21/01/2014
21	21/02/2014	21/02/2014	R\$ 836.369,08	21/02/2014
22	21/08/2014	21/08/2014	R\$ 836.369,08	21/08/2014
23	21/09/2014	22/09/2014	R\$ 836.369,08	22/09/2014
24	21/10/2014	21/10/2014	R\$ 836.369,08	21/10/2014



✓
23/24

OFICIAL DE 2º. CRITÉRIOS N.º 2.100.000
NOTAS DO 30º SUBDISTRITO DO BARRAÚNDIA
São Paulo - CEP 08.000-000 (5506-5744)

AUTENTICADO - ESTA COPIA REPRODUCIDA CONFERE COM O ORIGINAL, DOU FE

S. Paulo, 08 MAR 2013

Chediano Guerreiro Cardoso
 Jhuanathan Citrini
PAGO SOB AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50

VALIDO SOBRE
COM SÉLO DE
AUTENTICAÇÃO



1063AY818260

170

25	21/11/2014	21/11/2014	R\$ 836.369,08	21/11/2014
26	21/12/2014	22/12/2014	R\$ 836.369,08	22/12/2014
27	21/01/2015	21/01/2015	R\$ 836.369,08	21/01/2015
28	21/02/2015	23/02/2015	R\$ 836.369,08	23/02/2015
29	21/03/2015	21/03/2015	R\$ 836.369,08	21/03/2015
30	21/09/2015	21/09/2015	R\$ 836.369,08	21/09/2015
31	21/10/2015	21/10/2015	R\$ 836.369,08	21/10/2015

*Valores a serem corrigidos pelo IPCA na forma do Instrumento Imobiliário – data-base: data de assinatura.

*O fluxo deste Anexo IV considera apenas os Créditos Imobiliários que compõem o lastro das CCIs.



I 29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
I Ficou arquivada c/cia registrada
I sob o nº 0001002460 em 29/12/2010.

24/24

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
NOTAS DO 30º SUBDISTRITO DO Ibirapuera
São Paulo - Capital - Tel. (11) 5506-5744
AUTENTICAÇÃO - ESTA COPIA REPROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FE.
S. Paulo 08 MAR 2013
VALIDO APENAS COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jhonathan Citrini
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



121

**5º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL**

Oficial Designado: ARTUR VENEROSO MAX FERREIRA
Rua XV de Novembro, 244 - 8º andar - Centro - Cep: 01013-000
Tel: (11) 3115-5414

C E R T I D Ã O

O BEL. ARTUR VENEROSO MAX FERREIRA, 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca da Capital, Oficial Designado nos termos da Portaria nº 04/2011, da E. Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, especialmente às disposições do Art. 16 da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

CERTIFICA e dou fé, que a pedido da parte interessada, estamos fornecendo certidão composta de 05 (cinco) folhas que compreendem 10 (dez) páginas, todas devidamente rubricadas e numeradas, obtidas diretamente da averbação, sob o nº 1318120, em 04 de janeiro de 2011, em microfilme.-.-.-.-.-

CERTIFICA ainda que, verifiquei constar anteriormente o registro escritura particular de emissão privada de série única de cédula de crédito imobiliário, sob o nº 1318115, em 04 de janeiro de 2011 e suas respectivas averbações, 1318116, 1318117, 1318118, 1318119, todas em 04 de janeiro de 2011.-.-.-.-.

CERTIFICA, finalmente que, verifiquei constar posteriormente a averbação, sob o nº 1318121, em 04 de janeiro de 2011. São Paulo, 18 de fevereiro de 2013. Eu, _____ (José Natal da Silva Filho), escrevente, a digital e conferi ao Oficial, Marcela Veneroso Max Ferreira.

5º R. T. D. C. P. J.	
EMOLUMENTOS:	34,64
ESTADO:	9,88
IPESP:	7,37
REG. CIVIL:	1,87
T. JUSTIÇA:	1,87
TOTAL:	55,63
CUSTAS E CONTRIBUIÇÕES	
RECOLHIDAS POR VERBA	



AS CERTIDÕES DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS TÊM O MESMO
VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE:

Código Civil Brasileiro:

"Art. 217. Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".

Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015 / 73):

"Art. 161. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo".

| 29 Of. de Res. de Títulos e Documentos
| Ficou arquivada c/ia registrada
| sob o nº 0001002461 em 29/12/2010.

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PRIVADA DE SÉRIE ÚNICA DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

ATAC PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA LTDA., sociedade com sede na Fazenda Campo Alegre, Rodovia BR 020, Km 160, s/n, CEP 73.825-000, Cidade de Vila Boa, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.816.598/0001-17, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente EMITENTE;

PRIMAZIA - FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.502.169/0001-66, neste ato representado pelo seu administrador, BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.086.670/0001-00, com sede social na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, doravante denominado simplesmente CREDOR;

ALDA PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA S.A., sociedade com sede na Fazenda Prelúdio, Rodovia BR 020, Km 160, s/n, CEP 73.825-000, Cidade de Vila Boa, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.848.598/0001-40, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada DEVEDORA e FIADORA;

ALBERTO COURY JUNIOR, brasileiro, divorciado, residente à SMDB, 9 conjunto 12, Setor de Habitações Individuais Sui - Lago Sul, Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrito no CPF/MF sob nº 441.349.918-20, doravante denominado simplesmente FIADOR;

MARIA INÉS CORBUCCI COURY, brasileira, divorciada, residente na Quadra SMDB, 9 conjunto 12, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CPF/MF sob nº 610.884.551-15, doravante denominada simplesmente FIADORA;

TATIANA CORBUCCI COURY FARIA SANTOS, brasileira, casada, residente a Quadra SCS 315, bloco D, 1 Apto 401 – Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CPF/MF sob nº 693.783.551-53, doravante denominada simplesmente FIADORA;

ROBERTO FARIA SANTOS FILHO, brasileiro, casado, residente a Quadra SCS 315, bloco D, 1 Apto 401 – Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, inscrito no CPF/MF sob nº 288.201.208-69, doravante denominado simplesmente FIADOR;

CARLOS ALBERTO DE BARROS, brasileiro, divorciado, residente à Rua Ministro João Pereira Leite, nº. 571 – Apt 1004, Cidade de Cuiabá, Mato Grosso, inscrito no CPF/MF sob nº 079.323.081-00, doravante denominado simplesmente GARANTIDOR;

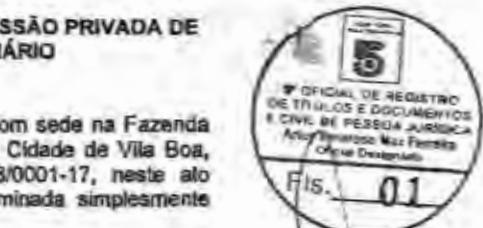
BRL TRUST SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade com sede na Rua Tabapuã, nº 1123, 4º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.669.414/0001-57, doravante denominada simplesmente INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO.



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL - SP
NOTA DO 29º REGISTRO DO BENEFÍCIO
DEPOIS - DATA: 2013-03-05 11:58:54
INTERVENIENTE ESTÁ CORRIGINDO
CONFERE COM ORIGINAL DO PFE
S.P.B. 05 MAR 2013

VALIDO SOBRENT
COM SELO DE
AUTENTICIDADE

Cristiano Guerreiro Cardoso
J. Jonathan Citrini
R\$ 0,00 POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



173



CONSIDERANDO QUE

I 29 Of. de Res. de Títulos e Documentos
I Fizew arquivada cédula registrada
I sob o nº 0001002461 em 29/12/2010.



- I. A EMITENTE emitiu cédula de crédito imobiliário ("CCI") na forma da Escritura Particular de Emissão Privada de Série Única de Cédula de Crédito Imobiliário, datada de 21 de dezembro de 2010 ("Escritura de Emissão");
- II. O CREDOR adquiriu a CCI emitida por meio de negociação na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
- III. Conforme acordado entre as partes, determinadas condições da Escritura de Emissão serão alteradas na forma deste editamento;

Resolvem as partes firmar o presente **PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PRIVADA DE SÉRIE ÚNICA DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO** (doravante simplesmente "Aditamento"), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. Fica alterado o campo "Garantias" da Cláusula 1. Das Definições da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Garantias: Hipótese, Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, Fiança e Fiança Bancária prestada pelo Banco BVA S.A. conforme instrumento apartado."
2. Fica alterado o Anexo I - Minuta de Cédula de Crédito Imobiliário da Escritura de Emissão, que passa a vigorar conforme ANEXO 1 desse Aditamento.
3. Ficam mantidas e ratificadas todas as demais características da Escritura de Emissão que não tenham sido alteradas no presente Aditamento.
4. As palavras grafadas em maiúsculo terão o mesmo significado que lhes é atribuído na Escritura de Emissão.
5. O CREDOR, neste ato, outorgado poderes ao INTERVENIENTE FIDUCIÁRIO para celebrar, na qualidade de seu representante, qualquer outros aditamentos aos documentos, principais e acessórios, firmados em decorrência da Escritura de Emissão e da CCI.
6. As partes elegem o Foro da Comarca do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Aditamento, rejeitando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E estando assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditamento em 08 (oito) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Paulo, 27 de dezembro de 2010.



ÓFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL - SP
NOTAS DO 4º SUBSETO DO 3º ARRABALDE
São Paulo - Capital - nº 111/2506-5744
AUTENTICAÇÃO - ESTA COPIA REPRODUZIDA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE

5. R\$ 0,00 MAR 2013

VALIDO SOBRE
CONSELHO DE
AUTENTICAÇÃO

D. Wagner Guerreiro Cardoso
 C. Jonathan Citrini
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50





ATAC PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA LTDA

S/AL 23 - Série Apósta de Chaves

14.267 Ricinaldo Lopes Costa

PRIMAZIA - FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO

ALTA PARTICIPAÇÃO E AGROPECUÁRIA S.A.

ROBERTO COURY JUNIOR

MARINA INES CORBUCCI COURY

I 29 Of. de Res. de Títulos e Documentos I
I Ficou arquivada cópia registrada I
I N.º 0001002461 em 29/12/2010. I

TATIANA CORBUCCI COURY FARIA SANTOS

ROBERTO FARIA SANTOS FILHO

CARLOS ALBERTO DE BARROS

BRL TRUST SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

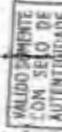
TESTEMUNHAS: 1) _____ 2) _____
Nome: _____ Nome: _____
RG: _____ RG: _____

Página de assinaturas do PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR
DE EMISSÃO PRIVADA DE SÉRIE ÚNICA DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
de 27 de dezembro de 2010.



NOTAS DO 30º SUBDISTRITO DO IBOBRAPERA
São Paulo - Capital - tel. (11) 5506-5744
AUTENTICADO - ESTAMPA REPROGRÁFICA
CONFIRME COM O ORIGINAL. DOU FE.

S. Paulo 06 MAR 2013



Cristiano Guerreiro Cardoso
 Jhonathan Citrini
PAGO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,50



175



I 29 Of. de Res. de Títulos e Documentos
I Ficou armazenaada cópia registrada
I sob o n° 000102461 em 29/12/2010.

ANEXO 1

MINUTA DE CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO



Fis. 04

Nome/Razão Social		CPF/CNPJ		
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
Conta Corrente	Agência			
01. Nome/Razão Social	Estado civil CPF/CNPJ			
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
02. Nome/Razão Social	Estado civil CPF/CNPJ			
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
03. Nome/Razão Social	Estado civil CPF/CNPJ			
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP
04. Nome/Razão Social	Estado civil CPF/CNPJ			
Endereço	Bairro	Cidade	Estado	CEP

BANCO BVA S.A., com sede no Rio de Janeiro, RJ, na Av. Borges de Medeiros, 600 - conjunto SP1, inscrito no CNPJ sob nº 32.254.138/0001-03, com agência em São Paulo, SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.600, 2º andar.

a) Hipoteca do Imóvel descrito no Anexo IV da Escritura de Emenda, na forma ali estipulada.

b) Crédito Imobiliário de Aplicações Financeiras, conforme Escritura de Emenda.

c) Fiança dos FADEADORES

d) Fiança Bancária prestada pelo Banco BVA S.A. conforme instrumento apartado.

01. Valor de Emenda da CCI: []

02. Valor de Aquisição da CCI: []

03. Taxa de Desconto para cálculo do Valor de Aquisição: [] s.a. com base num ano comercial de (252/360) dias.

04. Prazo e Vencimento: Mês/Ano aqueles indicados no Anexo V da Escritura de Emenda.

05. Índice de Atualização Monetária das parcelas mensais da CCI: IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IBGE, a ser aplicado encastemente exclusivamente de acordo com o estabelecido no instrumento Imobiliário.

06. Praia de Pagamento: São Paulo

07. Despesas e Tributos:

08. () Integral () Fracionária, equivalente a [] % do Valor Total do Instrumento Imobiliário.

1. Descrição dos Créditos Imobiliários: direitos creditícios, presente e futuro, oriundos de escritura pública de concessão de direito real de superfície levada em 21 de dezembro de 2010, por meio de escritura pública, constitutiva e escritura em relação ao imóvel descrito no Anexo II da Escritura de Emenda.



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL - SP
NOTAS DO 5º SUBSESTADO DO BRASILEIRO
São Paulo - CEP: 01010-0744

AUTENTICO - ESTA COPIA ADROGRÁFICA
CONFERE COM O ORIGINAL DOU SE.

S. Paulo 08 MAR-2013

VALIDO SOBRENTENDENDO
COM SELO DE AUTENTICIDADE



Christiano Gherreiro Cardoso
 Jonathan Citrini



170



1. Local de emissão: São Paulo

2. Data de emissão: []

Emissor:

ATAC PARCIPACAO E AGROPECUARIA LTDA

Fadores:

ALDA PARCIPACAO E AGROPECUARIA S.A.

ALBERTO COURY JUNIOR

MARIA INES CORBUCCI COURY

TATIANA CORBUCCI COURY FARIA SANTOS

ROBERTO FARIA-SANTOS FILHO

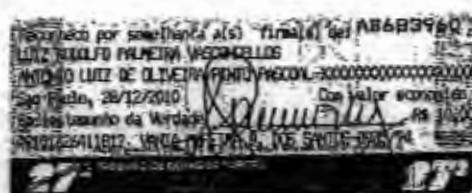
Luz Batista Palmeira FRANCO BVA S.A.

Antonio Lutz Pascoal
Diretor Executivo

I 22 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001002461 em 25/12/2010.



Outorgante:



UFICIAL DE REGISTRO CIVIL PESQUISA E TABELLÃO DE
INSTALAÇÕES DO 3º CADASTRO DO TERRITÓRIO
São Paulo - Capital - Tel: (11) 5506-5744

AUTENTICAÇÃO: ESTA COPIA REPROGRAFIADA
CONFERE COM O ORIGINAL, DOU FE.

S. Paulo / 08 MAR 2013

Cristiano Góespeiro Cardoso
 Jhonathan Cigrini
Poderes Atinentes ao nº 0001002461



AUTENTICACAO

177

**. COMPROVANTE DE AQUISIÇÃO DO
DIREITO CREDITÓRIO**

Rua Teófilo Braga, 111, 11º andar - Itaim Bibi - São Paulo - SP
Fone/Fax: +55 (11) 3774-2779 - comercio@santosabreubrito.com.br

Instrumento Financeiro

Tipo: CCI
 Registrador: 79240.40-6
 Agente de Pagamento: 79240.40-6
 Código ISIN:
 Situação: CONFIRMADO
 IF Inadimplente: NÃO
 Data de Registro: 23/12/2010
 Data de Alteração:
 Data Emissão: 21/12/2010
 Data Vencimento: 21/10/2015
 Prazo de Emissão: 1.765
 Data da Constituição do Crédito: 21/12/2010

Código IF: 10L00026917

Dados da Emissão e Registro

Quantidade Emitida: 1
 Quantidade Depositada: 1
 Quantidade Resgatada: 0
 Valor Unitário de Emissão: 20.000.000,0000000
 Valor Financeiro de Emissão: 20.000.000,00
 Valor de (Original): 20.000.000,0000000
 em: 21/12/2010

Condição de Resgate Antecipado: Não tem condição

Valores Atualizados

Valor de (Base de Cálculo): 20.000.000,0000000
 Valor Unitário de Emissão Atualizado: 20.000.000,0000000
 Preço Unitário de Juros:
 Preço Unitário Atualizado: 20.000.000,0000000
 Valor Financeiro Atualizado: 20.000.000,00
 em: 21/12/2010
 em: 21/12/2010
 em: 21/12/2010
 em: 21/12/2010
 em: 23/12/2010

Dados Complementares

Numeração: 01
 Seguro: NAO
 Tipo de Garantia: Hipoteca
 Imóvel, conforme
 Descrição: descrição do anexo à escritura.
 Controle Interno: 252
 LIVRO 611 FLS
 149/153vº 1º Translado
 Série: 01
 Apólice:
 Natureza (Garantidor): PF
 Número de Averbação: 0260B012916

Dados do Emissor

ATAC
 Nome ou Razão Social: PARTICIPACAO E AGROPECUARIA LTDA
 CPF/CNPJ: 02.816.598/0001-17
 Estado: GO
 Logradouro: RODOVIA BR 020 - KM 160
 CEP: 73825-000
 Natureza: PJ
 Município: VILA BOA
 Número: S/N
 Complemento: FAZENDA CAMPO ALEGRE
 Bairro: FAZENDA CAMPO ALEGRE

Dados do Credor Original

ATAC
 Nome ou Razão Social: PARTICIPACAO E AGROPECUARIA LTDA
 CPF/CNPJ: 02.816.598/0001-17
 Estado: GO
 Logradouro: RODOVIA BR 020 - KM 160
 CEP: 73825-000
 Natureza: PJ
 Município: VILA BOA
 Número: S/N
 Complemento: FAZENDA CAMPO ALEGRE
 Bairro: FAZENDA CAMPO ALEGRE

Dados do Devedor

Nome ou Razão Social: ALDA PARTICIPACAO E AGROPECUARI A LTDA

CPF/CNPJ: 37.848.595/0001-40

Estado: GO Logradouro: RODOVIA BR 020 - KM 160 CEP: 73825-000

Natureza: PJ

Município: VILA BOA

Número: S/N

Complemento: FAZENDA PRELUDIO

Bairro: FAZENDA PRELUDIO

Identificação do Imóvel

País: BRASIL Estado: GO Logradouro: COMARCA DE FORMOSA CEP: 73825-000

Inscrição Municipal: NIRF 4238574-1

Cartório: 1º REGISTRO IMÓVEIS

Município: FORMOSA

Número: S/N

Complemento:

Bairro: FAZENDA TABUA

Identificação do Cartório: 1º REGISTRO IMÓVEIS- FORMOSA.

Forma de Pagamento

Forma de Pagamento: Pagamento de amortização periódica e juros no vencimento

Rentabilidade/Indexador/Taxa Flutuante: IPCA

Periodicidade de Correção: ANUAL-COM BASE NA DATA DE EMISSAO

Pro-rata de Correção:

Tipo de correção:

Mês de Correção Anual:

Correção do Período Final: NÃO

Cálculo de Juros no Mês de Atualização Anual:

Taxa de Juros/Spread: 10,5000

360 - número dias corridos entre a data

Crítico de cálculo de juros: de início ou último pagamento e o próximo

Incorpora Juros: NÃO

em:

Valor Após Incorporação de Juros:

Fluxo de Pagamento de Amortização

Tipo de VNE VAR / Amortização: NUNIF

Taxa:
a partir:

Amort. a cada:

Liquidiação de Eventos

Forma:

Dia(s) útil(eis):

Dados do Evento

Data da Última Amortização:

Data da Próxima Amortização: 22/08/2011

CETIP S.A. - BALANÇO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS
RELATÓRIO: CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES EM 24/12/2010
PARTICIPANTE: PRIMAVERA - FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO
CÓDIGO: 10278.00-4
INSTRUMENTO FINANCEIRO: CCI

EDOCOMS SP 55631
EMISSÃO: 24/12/2010 15:05:43 DATA: 24/12/2010 PÁG: 2

Re. Liquidação ContraParte	Ativo	Cod. Oper.	NOper.	Dt.Opr.Orig.	Eco.Liquid.	Preço Unitário	Quantidade
Mod. Liquidação			Certificado NOper.Assoc.	NOper.Orig.	Dt.Compr.	Preço Compr.	Valor Financ.
Situação			Dt.Registro	Nr.Registro		Observação	
24/12/2010	79610.00-5	10L00026917	52	3	72370.00-5	20.016,647,81000000	1
REUNTA STR						0,00000000	
FINALIZADA							-20.016,647,81
					34/12/2010 10:34:58		



• PLANILHA DE DÉBITO ATUALIZADA

Rua Tabapuá, 111, 11º andar, Edifício São Paulo – SP
Fone/Fax: +55 (11) 3774-2770 – ctn@saabreutto.com.br

Parcela Inadimplente
06/03/2013

Taxa

10,5000%

Data	Valor Atualizado	Valor com Juros	1%	2%	Total
19/10/2012	22.376.208,07	23.249.236,64	1.088.882,76	449.117,37	24.787.236,76

Parcela Inadimplente
19/10/2012

Taxa

10,5000%

Data	Valor Atualizado	Valor com Juros	1%	2%	Total
21/08/2012	900.325,02	915.178,73	18.085,50	18.665,28	951.929,51
21/09/2012	896.658,22	903.648,55	8.431,25	18.241,60	930.321,40

Saldo Devedor Saldo Devedor Total
19.775.103,27 21.657.354,18

Periodicity
21/08/2011
21/09/2011
21/10/2011
21/11/2011
21/12/2011
21/01/2012
21/02/2012
21/03/2012
21/04/2012
21/05/2012
21/06/2012
21/07/2012
21/08/2012
21/09/2012
21/10/2012
21/11/2012
21/12/2012
21/01/2013
21/02/2013
21/03/2013
21/04/2013
21/05/2013
21/06/2013
21/07/2013
21/08/2013
21/09/2013
21/10/2013
21/11/2013
21/12/2013
21/01/2014
21/02/2014
21/03/2014
21/04/2014
21/05/2014
21/06/2014
21/07/2014
21/08/2014
21/09/2014
21/10/2014
21/11/2014
21/12/2014
21/01/2015
21/02/2015
21/03/2015
21/04/2015
21/05/2015
21/06/2015
21/07/2015
21/08/2015
21/09/2015
21/10/2015
21/01/2016
21/02/2016
21/03/2016
21/04/2016
21/05/2016
21/06/2016
21/07/2016
21/08/2016
21/09/2016
21/10/2016
21/01/2017
21/02/2017
21/03/2017
21/04/2017
21/05/2017
21/06/2017
21/07/2017
21/08/2017
21/09/2017
21/10/2017
21/01/2018
21/02/2018
21/03/2018
21/04/2018
21/05/2018
21/06/2018
21/07/2018
21/08/2018
21/09/2018
21/10/2018
21/01/2019
21/02/2019
21/03/2019
21/04/2019
21/05/2019
21/06/2019
21/07/2019
21/08/2019
21/09/2019
21/10/2019
21/01/2020
21/02/2020
21/03/2020
21/04/2020
21/05/2020
21/06/2020
21/07/2020
21/08/2020
21/09/2020
21/10/2020
21/01/2021
21/02/2021
21/03/2021
21/04/2021
21/05/2021
21/06/2021
21/07/2021
21/08/2021
21/09/2021
21/10/2021
21/01/2022
21/02/2022
21/03/2022
21/04/2022
21/05/2022
21/06/2022
21/07/2022
21/08/2022
21/09/2022
21/10/2022
21/01/2023
21/02/2023
21/03/2023
21/04/2023
21/05/2023
21/06/2023
21/07/2023
21/08/2023
21/09/2023
21/10/2023
21/01/2024
21/02/2024
21/03/2024
21/04/2024
21/05/2024
21/06/2024
21/07/2024
21/08/2024
21/09/2024
21/10/2024
21/01/2025
21/02/2025
21/03/2025
21/04/2025
21/05/2025
21/06/2025
21/07/2025
21/08/2025
21/09/2025
21/10/2025
21/01/2026
21/02/2026
21/03/2026
21/04/2026
21/05/2026
21/06/2026
21/07/2026
21/08/2026
21/09/2026
21/10/2026
21/01/2027
21/02/2027
21/03/2027
21/04/2027
21/05/2027
21/06/2027
21/07/2027
21/08/2027
21/09/2027
21/10/2027
21/01/2028
21/02/2028
21/03/2028
21/04/2028
21/05/2028
21/06/2028
21/07/2028
21/08/2028
21/09/2028
21/10/2028
21/01/2029
21/02/2029
21/03/2029
21/04/2029
21/05/2029
21/06/2029
21/07/2029
21/08/2029
21/09/2029
21/10/2029
21/01/2030
21/02/2030
21/03/2030
21/04/2030
21/05/2030
21/06/2030
21/07/2030
21/08/2030
21/09/2030
21/10/2030
21/01/2031
21/02/2031
21/03/2031
21/04/2031
21/05/2031
21/06/2031
21/07/2031
21/08/2031
21/09/2031
21/10/2031
21/01/2032
21/02/2032
21/03/2032
21/04/2032
21/05/2032
21/06/2032
21/07/2032
21/08/2032
21/09/2032
21/10/2032
21/01/2033
21/02/2033
21/03/2033
21/04/2033
21/05/2033
21/06/2033
21/07/2033
21/08/2033
21/09/2033
21/10/2033
21/01/2034
21/02/2034
21/03/2034
21/04/2034
21/05/2034
21/06/2034
21/07/2034
21/08/2034
21/09/2034
21/10/2034
21/01/2035
21/02/2035
21/03/2035
21/04/2035
21/05/2035
21/06/2035
21/07/2035
21/08/2035
21/09/2035
21/10/2035
21/01/2036
21/02/2036
21/03/2036
21/04/2036
21/05/2036
21/06/2036
21/07/2036
21/08/2036
21/09/2036
21/10/2036
21/01/2037
21/02/2037
21/03/2037
21/04/2037
21/05/2037
21/06/2037
21/07/2037
21/08/2037
21/09/2037
21/10/2037
21/01/2038
21/02/2038
21/03/2038
21/04/2038
21/05/2038
21/06/2038
21/07/2038
21/08/2038
21/09/2038
21/10/2038
21/01/2039
21/02/2039
21/03/2039
21/04/2039
21/05/2039
21/06/2039
21/07/2039
21/08/2039
21/09/2039
21/10/2039
21/01/2040
21/02/2040
21/03/2040
21/04/2040
21/05/2040
21/06/2040
21/07/2040
21/08/2040
21/09/2040
21/10/2040
21/01/2041
21/02/2041
21/03/2041
21/04/2041
21/05/2041
21/06/2041
21/07/2041
21/08/2041
21/09/2041
21/10/2041

21/08/2010	20000000
21/09/2011	781.640,00
21/10/2011	775.160,00
21/11/2011	769.740,00
21/12/2011	762.160,00
21/01/2012	755.840,00
21/02/2012	748.960,00
21/03/2012	742.760,00
21/04/2012	736.360,00
21/05/2012	730.340,00
21/06/2012	724.340,00
21/07/2012	718.600,00
21/08/2012	712.960,00
21/09/2012	707.340,00
21/10/2012	701.800,00
21/01/2013	696.340,00
21/02/2013	688.660,00
21/03/2013	682.880,00
21/04/2013	677.040,00
21/05/2013	671.240,00
21/06/2013	664.360,00
21/07/2013	657.560,00
21/08/2013	650.720,00
21/09/2013	643.880,00
21/10/2013	637.040,00
21/01/2014	630.200,00
21/02/2014	623.360,00
21/03/2014	616.520,00
21/04/2014	610.680,00
21/05/2014	604.840,00
21/06/2014	598.920,00
21/07/2014	593.000,00
21/08/2014	587.080,00
21/09/2014	581.160,00
21/10/2014	575.240,00
21/01/2015	569.320,00
21/02/2015	563.400,00
21/03/2015	557.480,00
21/04/2015	551.560,00
21/05/2015	545.640,00
21/06/2015	539.720,00
21/07/2015	533.790,00
21/08/2015	527.860,00
21/09/2015	521.920,00
21/10/2015	516.000,00
21/01/2016	510.080,00
21/02/2016	504.160,00
21/03/2016	500.240,00
21/04/2016	496.320,00
21/05/2016	492.400,00
21/06/2016	488.480,00
21/07/2016	484.560,00
21/08/2016	480.640,00
21/09/2016	476.720,00
21/10/2016	472.800,00
21/01/2017	468.880,00
21/02/2017	465.000,00
21/03/2017	461.120,00
21/04/2017	457.240,00
21/05/2017	453.360,00
21/06/2017	449.480,00
21/07/2017	445.600,00
21/08/2017	441.720,00
21/09/2017	437.840,00
21/10/2017	433.960,00
21/01/2018	430.080,00
21/02/2018	426.200,00
21/03/2018	422.320,00
21/04/2018	418.440,00
21/05/2018	414.560,00
21/06/2018	410.680,00
21/07/2018	406.800,00
21/08/2018	402.920,00
21/09/2018	399.040,00
21/10/2018	395.160,00
21/01/2019	391.280,00
21/02/2019	387.400,00
21/03/2019	383.520,00
21/04/2019	379.640,00
21/05/2019	375.760,00
21/06/2019	371.880,00
21/07/2019	367.000,00
21/08/2019	363.120,00
21/09/2019	359.240,00
21/10/2019	355.360,00
21/01/2020	351.480,00
21/02/2020	347.600,00
21/03/2020	343.720,00
21/04/2020	339.840,00
21/05/2020	335.960,00
21/06/2020	332.080,00
21/07/2020	328.200,00
21/08/2020	324.320,00
21/09/2020	320.440,00
21/10/2020	316.560,00
21/01/2021	312.680,00
21/02/2021	308.800,00
21/03/2021	304.920,00
21/04/2021	301.040,00
21/05/2021	297.160,00
21/06/2021	293.280,00
21/07/2021	289.400,00
21/08/2021	285.520,00
21/09/2021	281.640,00
21/10/2021	277.760,00
21/01/2022	273.880,00
21/02/2022	270.000,00
21/03/2022	266.120,00
21/04/2022	262.240,00
21/05/2022	258.360,00
21/06/2022	254.480,00
21/07/2022	250.600,00
21/08/2022	246.720,00
21/09/2022	242.840,00
21/10/2022	238.960,00
21/01/2023	235.080,00
21/02/2023	231.200,00
21/03/2023	227.320,00
21/04/2023	223.440,00
21/05/2023	219.560,00
21/06/2023	215.680,00
21/07/2023	211.800,00
21/08/2023	207.920,00
21/09/2023	204.040,00
21/10/2023	200.160,00
21/01/2024	196.280,00
21/02/2024	192.400,00
21/03/2024	188.520,00
21/04/2024	184.640,00
21/05/2024	180.760,00
21/06/2024	176.880,00
21/07/2024	172.000,00
21/08/2024	168.120,00
21/09/2024	164.240,00
21/10/2024	160.360,00
21/01/2025	156.480,00
21/02/2025	152.600,00
21/03/2025	148.720,00
21/04/2025	144.840,00
21/05/2025	140.960,00
21/06/2025	137.080,00
21/07/2025	133.200,00
21/08/2025	129.320,00
21/09/2025	125.440,00
21/10/2025	121.560,00
21/01/2026	117.680,00
21/02/2026	113.800,00
21/03/2026	109.920,00
21/04/2026	106.040,00
21/05/2026	102.160,00
21/06/2026	98.280,00
21/07/2026	94.400,00
21/08/2026	90.520,00

22/04/2011
01/05/2011
23/06/2011
07/09/2011
12/10/2011
02/11/2011
15/11/2011
25/12/2011
01/01/2012
20/02/2012
21/02/2012
06/04/2012
21/04/2012
01/05/2012
07/06/2012
07/09/2012
12/10/2012
02/11/2012
15/11/2012
25/12/2012

1

99

1312	91	01/09/2014	20/09/2014	1219/ALI	POV/01						
1313	91	01/09/2014	20/09/2014	1219/ALI	POV/01						
1314	91	01/09/2014	20/09/2014	1219/ALI	POV/01						
1315	91	01/09/2014	20/09/2014	1219/ALI	POV/01						
1316	91	01/09/2014	20/09/2014	1219/ALI	POV/01						
1317	91	01/09/2014	20/09/2014	1219/ALI	POV/01						
1318	90	01/09/2014	20/09/2014	1219/ALI	POV/01						
1319	90	01/09/2014	20/09/2014	1219/ALI	POV/01						

1



ARGUMENTO

Goiânia (GO), 13 de maio de 2013.

Ilmo. Dr. Hélcio Castro e Silva
Administrador Judicial

Recuperanda: CBB – Companhia Bioenergética Brasileira e outras.
Processo: 201203671991

ANÁLISE DE DIVERGÊNCIAS E HABILITAÇÕES

Ref.: PRIMAZIA FUNDO DE INVESTIMENTO – CLASSE 3

Com o objetivo de auxiliar o trabalho do Dr. Hélcio Castro como Administrador Judicial do Grupo CBB, fomos contratados para o trabalho de análise das divergências e habilitações apresentadas pelos credores em face da elaboração da segunda lista de credores, conforme determina o art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005.

Neste relatório, atentamos para a análise das informações apresentadas pelos credores, com o objetivo de verificar a propriedade, existência e totalidade do crédito apresentado como divergente.

Nosso trabalho está fundamento nos documentos disponibilizados pelos credores das Recuperandas que apresentaram divergências e habilitações de créditos em relação à primeira lista de credores, abaixo mencionada:

Valor total dos créditos na 1ª Relação de Credores	R\$ 18.521.427,54
Valor solicitado na divergência	R\$ 0,00

O credor solicita exclusão de seu crédito do processo de recuperação judicial fundamentado em decisão isolada do STJ quanto à classificação extraconcursal de contratos garantidos por cessão fiduciária.

Parecer da perícia

Analisando os documentos apresentados pelo credor identificamos que os mesmos estão em conformidade com o art. 9º, parágrafo único, da lei de Recuperação Judicial, possuindo planilha demonstrativa de cálculo. Trata-se, no entanto, única e exclusivamente de discussão de matéria controversa de direito, razão pela qual deixamos de nos manifestar tecnicamente quanto à procedência da divergência.

Hugo Braga
Argumento Assessoria

Amorim < Castro Advogados
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº. 01/2013

Processo n. 367199-62.2012.809.0188 (201203671991)

Natureza: Recuperação Judicial

Recuperandas: CBB - Companhia Bioenergética Brasileira e outras

Credor: Primazia Fundo de Investimento em Renda Fixa

Valor: 18.521.427,54

Classificação: Quirografário

HELCIO CASTRO E SILVA, administrador judicial das sociedades CBB – Companhia Bioenergética Brasileira, ATAC Participações Agropecuária S/A, PRELÚDIO Agropecuária Ltda, Companhia Energética Centro Oeste S/A e DGS Participações S/A, vem, no exercício de suas atribuições legais, notadamente em cumprimento ao disposto nos artigos 7º e 22, I, e, da Lei n. 11.101/2005, formalizar a análise de divergência do crédito acima individualizado, conforme segue.

CARACTERES DO CRÉDITO CUJA DIVERGÊNCIA SE REQUER

De conformidade com a documentação acostada ao **pedido de divergência**, trata-se de crédito proveniente de Cédula de Crédito Imobiliário Série Única – "CCI", no importe de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), emitida em 21.12.2010 pela recuperanda ATAC Participações e Agropecuária Ltda., em favor de PRIMAZIA – Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado, figurando como devedora e fiadora ALDA Participações e Agropecuária S.A., mediante garantias prestadas por Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, tendo como Interveniente Fuduciário BRL Trust Serviços Fiduciários e Participações Ltda.

NATUREZA DO CRÉDITO EM ANÁLISE

Conquanto o credor sustente em seu pedido que o crédito

apresentado seria "extraconcursal", é de ver que não está ele elencado no rol taxativo do art. 84 da Lei n.11.101.05 (LFRE), que trata, com exclusividade, dos créditos extraconcursais, assim:

Art. 84. Serão considerados créditos extraconcursais e serão pagos com precedência sobre os mencionados no art. 83 desta Lei, na ordem a seguir, os relativos a:

- I – remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares, e créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência;
- II – quantias fornecidas à massa pelos credores;
- III – despesas com arrecadação, administração, realização do ativo e distribuição do seu produto, bem como custas do processo de falência;
- IV – custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa falida tenha sido vencida;
- V – obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados durante a recuperação judicial, nos termos do art. 67 desta Lei, ou após a decretação da falência, e tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência, respeitada a ordem estabelecida no art. 83 desta Lei.

Por evidente, não constando o crédito aqui em testilha do preceito legal acima versado, não há falar em considerá-lo extraconcursal.

Trata-se, na verdade, de um crédito **não sujeito aos efeitos da recuperação judicial**, segundo dispõe expressamente o art. 49, § 3º, do sobredito diploma legal (LFRE), *verbis*:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

(...)

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.

(...) (grifo para destaque).

Pode até parecer preciosismo terminológico, mas a preocupação se justifica porque a legislação falitária e recuperatória cuidou expressamente dessa distinção em atenção específica aos efeitos daí resultantes no futuro, notadamente na hipótese de haver a convolação em falência, pois isso causará

flagrante impacto na ordem de pagamentos correspondente.

Justamente por isso, a doutrina especializada é uníssona em apontar essa natureza, como decorre da lição do Desembargador Ricardo Negrão (NOGUEIRA, Ricardo José Negrão. **Manual de direito comercial e de empresa.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 171), *ipsis litteris*:

Se as dificuldades da empresa abrangem um grande número de credores de diferentes categorias – trabalhistas, fornecedores, credores com garantia real etc. -, adequada é a modalidade de recuperação judicial ordinária, por ser a mais abrangente e compreender todos os credores existentes, ainda que titulares de créditos não vencidos (art. 49), à exceção de seis categorias:

- 1) os credores fiscais;
- 2) o proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis (art. 49, § 3º);
- 3) o arrendador mercantil (art. 49, § 3º);
- 4) o proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias (art. 49, § 3º);
- 5) o proprietário em contrato de venda com reserva de domínio (art. 49, § 3º);
- 6) os titulares de importância entregue ao devedor, em moeda corrente nacional, decorrente de adiantamento a contrato de câmbio para exportação (art. 86, II, e art. 49, § 4º).

No mesmo sentido é a lição de Sérgio Campinho (CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial.** Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 141):

Escapam à recuperação judicial os créditos tributários, de que os impostos, as taxas e as contribuições são espécies (Código Tributário Nacional, artigo 191-A, com redação dada pela Lei Complementar n. 118/2005, Lei n. 11.101/2005, artigo 57 e § 7º, do artigo 6º). A estes créditos voltaremos no item 92 infra.

Não se sujeitam igualmente a seus efeitos as importâncias entregues ao devedor decorrentes de adiantamento a contrato de câmbio para exportação (§ 4º, do artigo 49) e aqueles créditos titularizados pelo

proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, por arrendador mercantil, pelo proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, para os quais prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observando-se a tutela a eles garantida na legislação específica (§ 3º, do artigo 49).

Com base nessas premissas, o credor requerente carece de interesse quanto ao pedido formulado de divergência, pois o crédito que declaram titularizar simplesmente não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial em andamento.

Exatamente por isso, em situações desse jaez há diversos pronunciamentos do Superior Tribunal de Justiça apontando justamente a falta de interesse desses credores, não apenas na habilitação e divergência, mas também nos atos seguintes do processo de recuperação judicial, pois a ele não estão sujeitos. Neste sentido, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PLANO. HOMOLOGAÇÃO. NULIDADE. CRÉDITO. ADIANTAMENTO DE CÂMBIO. ARTIGO 49, § 4º e 86, II, DA LEI 11.101/05. INTERESSE. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 284-STF. NÃO PROVIMENTO. 1. O art. 49, § 4º, da Lei nº 11.101/05, estabelece que o crédito advindo de adiantamento de contrato de câmbio não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, ou seja, tem preferência sobre os demais, não sendo novado, nem sofrendo rateio. Para obter sua devolução, cabe, todavia, ao credor efetuar o pedido de restituição, conforme previsto no art. 86, II, da mesma norma, ao qual faz referência o mencionado art. 49. 2. Não tem interesse, em princípio, a instituição financeira credora de contrato de adiantamento de câmbio em demandar pela nulidade da decisão que homologa o plano de recuperação judicial se a ele não se submete. Incidência do enunciado n. 284, da Súmula do STF. 3. Agravo regimental a que se nega provimento (STJ – 4. Turma – Rel. Min. Maria Isabel Gallotti – AgRg no Ag 1197871/SP – DJe 19-12-2012).

Tratando-se, pois, de crédito não sujeito aos efeitos da recuperação judicial, não há falar em apreciação do pedido de divergência por este administrador judicial, pois do procedimento não participa seu pretenso titular, por falta de interesse.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, deixo de reconhecer a divergência do crédito que se requer, mas sem promover qualquer declaração a respeito de suas condições de validade e eficácia, apenas pelo fato de não estar ele sujeito aos efeitos da recuperação judicial em curso, conforme suso demonstrado.

Goiânia, 20 de maio de 2013.

HELCIO CASTRO E SILVA
OAB-GO 4.585